

MIRIAM SILVEIRA PARREIRA

**UM ESTUDO DO USO DE OPERADORES
ARGUMENTATIVOS NO GÊNERO EDITORIAL DE
JORNAL**



Uberlândia

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Letras e Lingüística

2006

MÍRIAM SILVEIRA PARREIRA

**UM ESTUDO DO USO DE OPERADORES
ARGUMENTATIVOS NO GÊNERO EDITORIAL DE
JORNAL**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Lingüística – Curso
de Mestrado em Lingüística do Instituto
de Letras e Lingüística da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Lingüística**

**Área de Concentração: Estudos em
Lingüística e Lingüística Aplicada**

**Linha de Pesquisa: Estudos sobre texto e
discurso**

Orientador: Dr. Luiz Carlos Travaglia

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Letras e Lingüística

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg / 02/06

P259e

Parreira, Míriam Silveira, 1968-

Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero
editorial de jornal / Míriam Silveira Parreira. - Uberlândia, 2006.
223f.: il.

Orientador: Luiz Carlos Travaglia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

Inclui bibliografia.

1.Coesão (Lingüística) - Teses. I. Travaglia, Luiz Carlos. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação
em Lingüística. III. Título.

CDU: 801 (043.3)

Míriam Silveira Parreira

**Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero
editorial de jornal.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística – Curso de Mestrado em Lingüística do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada

Linha de Pesquisa: Estudos sobre texto e discurso

Orientador: Dr. Luiz Carlos Travaglia

05 de abril de 2006.

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia – UFU/MG

Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini – UFU/MG

Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero – PUC/SP

Uberlândia – Minas Gerais

Aos meus queridos:

Jadir Júnior,

Gabriel

e Mariana

presentes de Deus que compõem
a minha vida – exemplares pelo
incentivo, compreensão, paciência
e muito carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Dr. Luiz Carlos Travaglia pelas marcas inesquecíveis que fez registrar em minha vida e pela orientação segura - exemplo de sabedoria, compreensão e dedicação - minha gratidão eterna;

Às professoras Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini e Dra. Luísa Helena Borges Finotti pelas indicações proveitosas durante o exame de qualificação;

Às secretárias da Pós-Graduação, Eneida e Solene, pela atenção e tratamento delicado que recebi;

Aos professores do Curso de Mestrado em Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, pelos ensinamentos recebidos e ao Dr. João Bôsko Cabral dos Santos pelas produtivas observações prestadas, sempre de forma tão gentil;

Ao Júnior, ao Gabriel e à Mariana, pelas horas roubadas de nosso convívio, pelo carinho constante, pela paciência, pelo apoio incondicional e incentivo;

A meus pais, aos meus familiares e amigos, pelo incentivo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	09
1- INTRODUÇÃO.....	11
1.1- Justificativa	14
1.2- Objetivos	16
1.3- Hipóteses	17
1.4- Material e métodos	17
2- EDITORIAL E ARGUMENTAÇÃO	20
2.1- O editorial de jornal	24
2.1.1- O gênero editorial de jornal	27
2.2- Argumentação	31
2.3- Operadores argumentativos	38
2.4- Técnicas argumentativas	45
2.4.1- Argumentos quase-lógicos	47
2.4.2- Argumentos fundamentados na estrutura do real	50
3- ARGUMENTANDO NOS EDITORIAIS - ANÁLISE E RESULTADOS.....	53
3.1. Preliminares	53
3.2- A frequência dos operadores argumentativos	57
3.3- O papel dos operadores argumentativos no <i>corpus</i>	76
3.3.1- Além de	76
3.3.2- E	79
3.3.3- Também	81
3.3.4- Ainda	83

3.3.5- Até	86
3.3.6- Mesmo	89
3.3.7- Mas	91
3.3.8- Porém	98
3.3.9- Portanto	100
3.3.10- Pois	102
3.3.11- Mais do que, Como	103
3.3.12- Apenas, Só, Quase	108
3.3.13- Já	111
3.3.14- Se	113
3.3.15- Embora	116
3.3.16- É que	118
3.3.17- Agora	121
3.3.18- Mais de	122
3.3.19- Segundo	123
3.4- Análise das técnicas argumentativas em três editoriais do <i>corpus</i>	134
3.5- Editorial, operadores argumentativos e tipos de argumento	145
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
5- BIBLIOGRAFIA	159
6- ANEXOS	
6.1- Anexo 1: Editoriais do jornal O Globo	165
6.2- Anexo 2: Editoriais do jornal Folha de S. Paulo	183
6.3- Anexo 3: Editoriais do jornal Estado de Minas	204

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar o uso de operadores argumentativos na construção de enunciados de editoriais de jornal, apresentando-os como correspondentes aos lugares da retórica clássica. Para tanto, objetivamos identificar: a) quais são os operadores argumentativos mais usados no *corpus* selecionado e com que frequência eles são usados; b) analisar se a ocorrência deles no gênero editorial de jornal aponta papéis diferentes dos elencados pela literatura sobre o assunto; c) verificar como esses operadores podem funcionar enquanto recurso na construção do discurso persuasivo. O *corpus* que compõe esta pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, compreende 78 editoriais extraídos de três jornais: Folha de S. Paulo, Estado de Minas e O Globo. Para a análise, tomamos como base a teoria de Ducrot (1989), que assevera que a marca da relação argumentativa encontra-se na própria estrutura semântica, pois para ele um argumento que objetiva direcionar o leitor/ouvinte a uma conclusão, realiza-se por meio do uso de morfemas que servem para levar os argumentos a terem uma relação de menor ou maior força para uma determinada conclusão. Baseamo-nos, também, nos estudos de Koch (1984), ao abordar que pela linguagem, no processo de interação, procura-se a adesão do interlocutor, bem como na afirmação da autora de que há na língua mecanismos que podem ser usados na estruturação do texto para direcionar a argumentação. Para a análise da argumentação, usamos como base complementar os estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) que afirmam ser o discurso argumentativo escrito produzido com a finalidade de se obter a adesão de um interlocutor. As considerações feitas tendem a mostrar que o uso de operadores argumentativos pode tornar mais forte a argumentação dos editoriais de jornal, contribuindo para a persuasão. Verificamos que 133 operadores foram usados mas apenas 09 são mais frequentes: **mas, e, como, já, se, apenas, também, ainda, pois**; sobretudo os operadores **e, também, ainda**, que adicionam argumentos e o operador **mas**, que opõe argumentos. O uso desses operadores e de outros que não ocorreram com tanta frequência, como: **agora, além, até, é que, embora, mais de, mais do que, porém, portanto, quase, segundo, só, mesmo**, permite perceber alguns aspectos significativos da argumentação nos editoriais. As funções básicas dos operadores nos editoriais são adicionar e contrapor argumentos. Levantamos também os tipos de argumentos introduzidos pelos operadores nos editoriais e verificamos que os mais frequentes são os argumentos pragmáticos, por ilustração, por compatibilidade/incompatibilidade e por definição, nesta ordem. Esperamos

que as análises feitas permitam ao leitor reconhecer estratégias discursivas usadas nos editoriais de jornal, bem como sua intenção subjacente.

Palavras-chave: operadores argumentativos, editorial de jornal, argumentação.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the use of argumentative operators in the constructions of statements in newspaper editorials, presenting them as correspondents to the classical rhetoric. In order to do such, we aimed at identifying: a) which are the most used argumentative operators in the *corpus* which was selected, and what is their frequency of use; b) verify if the occurrence of these connectors in the editorial genre of the newspaper point to different usages from those listed by literature dealing with the subject; c) verify how these operators can function as a resource in the construction of the persuasive discourse. The *corpus* of this research, of qualitative and quantitative nature, is made up of 78 editorials from three newspapers: Folha de São Paulo, Estado de Minas Gerais and O Globo. The analysis is based on the theory of Ducrot (1989), which states that the effect produced by the argumentative relations is in the semantic structure itself; this is so, because Ducrot states that an argument that aims at pointing the reader/hearer to a certain conclusion, happens through the use of morphemes that lead the arguments to a larger or smaller relation of force in order to reach a certain conclusion. The studies of Koch (1984) were also used when she states that, in the interaction process through language, the adhesion of the interlocutor is sought for; she also states that, there are mechanisms in the language, which can be used in the structuring of the text, in order to direct the argumentation. For the argumentation analysis, we used as a complementary basis the studies of Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), which state that the written argumentative discourse is produced with the intention of obtaining adhesion of an interlocutor. The considerations carried out, show that the use of argumentative operators can make argumentation stronger in newspaper editorials, contributing to persuasion. We verified that 133 operators were used but only 09 are the most frequent: **mas, e, como, já, se, apenas, também, ainda, pois**; among these, **e, também, ainda** which add arguments and the operator **mas**, which opposes arguments. The use of these operators and of others which do not occur with such frequency such as: **agora, além, até, é que, embora, mais de, mais do que, porém, portanto, quase, segundo, só, mesmo**, allow for the understanding of some significant aspects of argumentation in editorials. The basic function of the language operators in editorials is to add and counterwork arguments. We also listed the types of arguments introduced by the operators in the editorials and verified that those which are most frequent are the pragmatic arguments, by means of illustration,

compatibility/incompatibility and by means of definition, in this order. We hope that the analysis carried out will permit the interlocutor to recognize discursive strategies, which are used in newspaper editorials, as well as their subjacent intention.

Key words: argumentative operators; newspaper editorial; argumentation.

1- INTRODUÇÃO

“Uma das maiores burlas de nossos tempos terá sido o prestígio da imprensa. Atrás do jornal, não vemos os escritores compondo a sós seu artigo. Vemos as massas que vão ler e que, por compartilhar dessa ilusão, o repetirão como se fosse seu próprio oráculo.”

(Joaquim Nabuco)

Quando lemos o jornal, tendemos, até por uma questão de boa fé quase que instintiva, a acreditar na palavra escrita. Entretanto, o que se apresenta escrito é uma espécie de construção, de representação da realidade porque passou por um deslocamento, por uma transformação que pode alterar o significado real do acontecimento. Analisando dessa forma, podemos dizer que, embora se proponha a falar da realidade, de se reportar ao real, o jornalista necessariamente recorta fragmentos da realidade e a transfere para o universo do próprio jornal, que é a

representação diária do que está se passando no mundo. Assim, o jornalista se torna intérprete da realidade, tomando o lugar de enunciador que interpreta a sociedade.

Dessa forma, o sujeito (o jornalista) pretende ganhar a adesão dos outros sujeitos (os leitores) mediante a idéia que evidencia, já que o discurso jornalístico acaba precisando e dependendo da aceitação, muito mais do que qualquer obra, para poder sobreviver.

O editorial de jornal, categoria de texto que procura evidenciar as tendências ideológicas do jornal sobre temas polêmicos ou fatos surpreendentes, possui um caráter de verdade, fator que nos remete à concepção aristotélica de que o texto visa estabelecer uma verdade única, definitiva e, em última análise, indiscutível. Muitos leitores lêem o editorial de jornal como se ele fosse verdade porque ele tem o peso da palavra escrita, impressa, que “parece” uma forma acabada da verdade. Entretanto, o que pode escapar ao leitor é que essa escrita é uma ilusão difícil de perder, construída no universo do jornal, na tentativa de interpretar fatos da realidade.

Por esse motivo, não há dúvidas de que o editorial de jornal merece nossa atenção, porque trata de temas variados e polêmicos e traz, diariamente, a sua versão da realidade e nem sempre tomamos consciência disso. Segundo Agustini (informação verbal*¹), o bom editorial é aquele que apaga a presença do enunciador e coloca o argumento como sendo objetivo, dando logicidade para o que está sendo produzido. Ele, a princípio, deveria apresentar apenas a opinião do jornal, mas vai além do seu propósito porque se utiliza de recursos argumentativos que criam, segundo Agustini um efeito de implicação, valendo-se do senso comum para fazer “parecer” que a conclusão lógica, possível é a defendida por ele.

¹ Consideração tecida pela Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Hernandez Agustini, durante o exame de qualificação da dissertação “Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 22/11/2006.

Dessa forma, o editorial, que deveria ser um texto apenas opinativo, passa a caracterizar-se pela persuasão. Isto é, chega a distorcer a característica básica de apresentar sua opinião sobre o assunto, passando, na verdade, à explícita tentativa de convencer o leitor e conduzi-lo a uma ação determinada pelo enunciador. O editorial de jornal, por seu caráter argumentativo, e pela necessidade de expressar a opinião do jornal, apoiando-se em valores aceitos pelo senso comum e funcionando assim como formador de opinião, pareceu-nos adequado para a análise de estratégias argumentativas usadas na tentativa de persuadir o leitor em relação à validade de sua opinião.

Nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) dizem que são as relações que a argumentação possui com a ação que comprometem praticamente os que dela participam. De acordo com Ducrot (1981), um argumento que objetiva levar a uma conclusão se realiza através do uso de morfemas que servem para revelar a força de um argumento, conduzindo o enunciatário a aceitar o que se propõe. Para o autor a determinação frásica da argumentatividade é produzida pelo uso de operadores argumentativos que reforçam a veracidade dos enunciados que introduzem. Vale salientar que estamos considerando que o uso dos operadores argumentativos nos editoriais é uma das estratégias usadas para reforçar a argumentação, e que existem outras, como por exemplo as escolhas lexicais, que podem contribuir também para a persuasão, mas não são objeto de nossa pesquisa.

O valor retórico – ou argumentativo – que se manifesta através de uma relação precisa entre enunciados, a de ser argumento para, segundo Koch (1984), é marcado por morfemas que funcionam como operadores argumentativos e discursivos. Esses elementos que determinam o valor argumentativo dos enunciados foram recuperados pela Semântica Argumentativa, pois constituem-se como marcas altamente relevantes da enunciação. Koch (1984) identifica especialmente formas lingüísticas de natureza argumentativa, inscritas nos textos, como

marcadores explícitos de uma intenção. Dentre elas estão os operadores argumentativos, marcas responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturadoras dos textos e determinantes de sua orientação argumentativa. Portanto, formas consideradas estratégias dos enunciadores para conduzirem a uma conclusão.

Em vista disso, dentro do quadro da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa, formulamos a pergunta básica deste estudo: O uso de certos operadores argumentativos que aparecem freqüentemente no gênero editorial de jornal pode tornar a argumentação mais persuasiva? Nesse sentido, a questão levantada levou-nos a refletir sobre o modo como os argumentos são apresentados no gênero textual editorial de jornal, *corpus* desta pesquisa, que usa estratégias argumentativas na tentativa de fazer com que as idéias expostas se tornem significativas e mais pertinentes.

Em função dessa proposta, objetivamos, nesta pesquisa, analisar se a ocorrência de certos operadores argumentativos no gênero editorial aponta papéis diferentes dos apresentados pela literatura sobre o assunto e como esses operadores podem funcionar enquanto recurso na construção do discurso persuasivo. Para nosso estudo, selecionamos 78 (setenta e oito) editoriais (que serão detalhados no item 1.4), de três jornais diferentes: Folha de S. Paulo, Estado de Minas e O Globo.

1.1- Justificativa

As questões levantadas nesta pesquisa resultam da leitura de editoriais de jornal, da observação de operadores argumentativos usados com freqüência nesse gênero textual e também da leitura da dissertação de mestrado de Almeida (2001) que, ao levantar e analisar operadores

em textos publicitários, concluiu que os operadores encontrados apresentam valores que funcionam para a persuasão, de modo particular.

A problemática de nossa pesquisa envolve a relação dos operadores argumentativos com o gênero textual a que pertence: o editorial de jornal. A investigação a ser desenvolvida nesta pesquisa se justifica por dois aspectos essenciais:

(i) pode haver preferência pelo uso de determinados operadores argumentativos nos editoriais de jornal, bem como seu uso mais freqüente com determinadas funções. Com a realização deste estudo poderemos revelar valores diferentes e usos freqüentes de certos operadores argumentativos nos enunciados que constituem os editoriais.

(ii) os editoriais se valem de marcas lingüísticas de manobras discursivas adotadas pelos seus autores com uma intenção no âmbito do jornal e no âmbito social. Sendo assim, pode-se conscientizar o leitor do editorial a respeito da intenção argumentativa dessas marcas lingüísticas, para percebê-las no discurso lido e até usá-las em seu próprio discurso, de modo eficaz.

Na linha da Semântica Argumentativa, muitos estudos sobre os operadores argumentativos vêm sendo realizados. Em parte, isso nos motivou a estudá-los nos editoriais de jornal, analisando a freqüência de operadores nesses editoriais e a função argumentativa que exercem, tendo em vista que os editoriais figuram entre os leitores como textos de autoridade por expressarem a opinião do jornal sobre assuntos diversos e atuais.

Temos conhecimento de análise de editoriais em Guimarães (2001), que desenvolveu, em sua tese de doutorado, uma pesquisa, confrontando uma série de editoriais do jornal Folha de S. Paulo com artigos de militantes do MST. Conhecemos, também, os estudos sobre editoriais de Antunes (1996). Sua tese de doutorado, defendida em Lisboa, mas pautada em *corpus* composto

por editoriais do Diário de Pernambuco no período de 1950 até 1989, e intitulada Aspectos da Coesão do Texto (uma análise em editoriais de jornal), é o resultado de reflexões sobre aspectos da língua que influenciam na organização do texto escrito. Conhecemos, ainda, os estudos de Franco (2005), que a partir da Análise Crítica do Discurso, analisou as escolhas léxico-gramaticais no editorial.

A proposta de estudo que fazemos é resultado de uma preocupação com a necessidade de verificar como o uso dos operadores argumentativos no editorial contribui para que o editorialista exponha fatos que possam levar o leitor a assumir o mesmo ponto de vista daquele e, ainda, a refutar conceitos pré-estabelecidos, conduzindo-o a uma conclusão desejada pelo produtor do texto.

Assim sendo, acreditamos que o nosso estudo possa ampliar as informações já existentes sobre os editoriais e a argumentação contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita, pelo melhor conhecimento de como essa categoria de texto se constitui e funciona.

1.2- Objetivos

a) Verificar a frequência com que operadores argumentativos são usados nos editoriais de jornal e quais são os mais usados no *corpus* selecionado.

b) Verificar se certos operadores argumentativos no gênero editorial ocorrem com papéis diferentes dos apontados pela literatura² e como esses papéis podem funcionar como recurso

² Consideramos literatura tanto os estudos da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), quanto os estudos lingüísticos sobre operadores argumentativos.

eficiente na construção do discurso persuasivo.

c) Verificar os efeitos de sentido causados pelo uso de certos operadores argumentativos no discurso jornalístico, no âmbito do jornal e no âmbito social.

d) Ajudar a esclarecer como a linguagem dos editoriais de jornal objetiva chamar a atenção do leitor e induzi-lo à ação que pode ou não levar à adesão da tese defendida.

1.3 – Hipóteses

a) O uso de certos operadores argumentativos que aparecem com frequência no gênero editorial pode determinar a orientação argumentativa dos enunciados pertencentes ao *corpus* deste estudo.

b) Os editoriais de jornal evidenciam marcas lingüísticas de manobras discursivas adotadas pelos seus autores com uma intenção no âmbito do jornal e no âmbito social.

c) A linguagem dos editoriais de jornal tem características próprias que objetivam chamar a atenção do leitor e induzi-lo à ação que pode ou não levar à adesão da tese defendida.

1.4 – Material e métodos

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 78 (setenta e oito) editoriais de jornal veiculados em três jornais: Folha de S. Paulo, O Estado de Minas e O Globo, sendo 27 (vinte e

sete) do jornal Folha de S. Paulo, 25 (vinte e cinco) do jornal O Estado de Minas e 26 (vinte e seis) do jornal O Globo. O levantamento do *corpus* considerou editoriais publicados ao longo de cinco meses, ou seja, no período compreendido entre os meses de julho de 2004 até novembro de 2004.

A opção feita por catalogar os editoriais de jornais de circulação nacional justifica-se: a) pelo conceito que possuem diante dos brasileiros que têm acesso a eles; b) por serem veículos de comunicação nacional; c) por direcionarem suas informações a um público que se interessa por assuntos atuais e diversificados.

Não objetivamos comparar a linguagem argumentativa utilizada por um ou outro jornal, mas explicitar os valores dos operadores argumentativos presentes no discurso persuasivo e analisar como se processa a argumentação no gênero textual selecionado. Foi esse o motivo que nos levou a optar pela análise de editoriais jornalísticos de mais de um jornal. Ademais, dessa maneira não correremos o risco de analisar textos escritos com apenas um estilo, evitando-se na verificação de regularidades a interferência do viés de um produtor ou grupo único de produtores.

Fizemos, primeiramente, um estudo quantitativo do uso dos operadores argumentativos nos editoriais de jornal, com o objetivo de verificar se eles realmente estão presentes nessa categoria de texto e quais são os usados com maior frequência. Os textos completos dos editoriais encontram-se em anexo, neles os operadores usados foram sublinhados e colocados em negrito. Na apresentação dos exemplos que contêm operadores argumentativos, os enunciados terão o número do editorial em que o exemplo se insere. Esse número foi dado pela ordem de análise dos editoriais.

Para atingir nossos objetivos, nossa pesquisa está dividida em três partes. Na primeira parte, fizemos uma revisão bibliográfica para examinar questões relativas à argumentação, ao uso dos operadores argumentativos, ao gênero textual editorial e a técnicas argumentativas, tratados

por autores que julgamos expressivos e para estabelecer nosso ponto de vista teórico acerca do assunto.

Na segunda parte, analisamos 78 (setenta e oito) editoriais de jornal veiculados nos jornais: O Globo, Folha de São Paulo e Estado de Minas, do mês de julho ao mês de novembro de 2004. Inicialmente, identificamos os operadores argumentativos usados nos editoriais de jornal, verificando se eles realmente são usados com frequência e quais são os mais usados no gênero. A seguir, identificamos o papel que exercem nos textos selecionados para a pesquisa. De posse desse resultado, e levando em conta a situação de comunicação, fizemos um levantamento das técnicas argumentativas mais usadas no processo de argumentação do gênero editorial, adotadas como ponto de partida para o processo de comunicação.

Na terceira parte, procuramos verificar os efeitos de sentido causados na sociedade pelo uso de certos operadores argumentativos no editorial de jornal, e demonstrar, por meio de exemplos do *corpus*, que a linguagem dos editoriais tem características próprias que objetivam chamar a atenção do leitor e induzi-lo à ação que pode ou não levar à adesão.

Finalmente, concluímos a pesquisa procurando sintetizar as constatações mais significativas e estabelecer considerações com base na análise dos textos. Nesse sentido, procuramos evidenciar que eles têm mecanismos acionados, de maneira consciente ou não, pelos produtores do texto para elaborar idéias, rechaçar preconceitos e assumir pontos de vista acerca dos fatos abordados.

Não pretendemos apresentar uma análise exaustiva pelas limitações próprias de qualquer análise. Entretanto, esperamos apresentar resultados coerentes com a proposta que fizemos e, sobretudo, significativos para os estudos lingüísticos.

2- EDITORIAL E ARGUMENTAÇÃO

“... a linguagem passa a ser encarada como uma forma de ação, ação dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”.

(Koch, 1984, p. 17)

A Linguística Textual, até meados da década de 70, em função do conceito de texto, visto como unidade lingüística hierarquicamente mais elevada que a frase, preocupou-se basicamente com o estudo dos mecanismos interfrásticos. A maioria dos lingüistas, na época, dedicou-se à construção de gramáticas do texto, tendo como objeto de estudo a coesão e a coerência.

Na década de 80, deu-se ênfase à ampliação do conceito de coerência que deixou de se constituir como uma mera qualidade do texto para ser um fenômeno que se construía, numa situação de interação, entre o texto e os usuários dele, em função de fatores de ordem lingüística,

cognitiva, sociocultural e interacional. Somente nos anos 80 é que afloraram, no Brasil, os primeiros estudos da Lingüística Textual com o objetivo de estudar o texto e os fatores que envolviam sua elaboração, sua produção e sua recepção.

Os estudos de Van Dijk e Kintsch (1983) dominaram a cena no início dos anos 90, trazendo forte tendência sociocognitivista, dando ênfase aos processos de organização global dos textos. Estudos que envolviam questões de ordem sociocognitiva e interacional, como os do texto falado, também ganharam, na década de 90, uma projeção cada vez maior.

A Lingüística Textual percorreu um longo caminho até agora. Segundo Koch (2004), suas investigações têm contribuído para que se conheça melhor como acontece a produção textual do sentido. Para a autora, a Lingüística Textual vem se tornando, na medida em que busca compreender e explicar o texto, um domínio multi e transdisciplinar, resultado de um complexo processo de interação social e também de construção social de sujeitos, de conhecimento e de linguagem. Linguagem que consideraremos, nesta pesquisa, como forma de ação e de interação entre os homens, concordando com Travaglia (1996), quando sintetiza tal concepção de linguagem, como segue:

... a linguagem como forma ou processo de interação. Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e ‘falam’ e ‘ouvem’ desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais. (TRAVAGLIA, 1996, p. 7)

Nesse sentido, para a realização desta pesquisa, torna-se relevante ressaltar a concepção da linguagem como processo de interação que produz efeitos de sentido entre interlocutores por

mostrar aos leitores de jornal que os editorialistas objetivam realizar ações por meio da linguagem. No caso específico deste estudo, a linguagem é tida como meio utilizado pelo enunciador (o editorialista), para estabelecer a interação verbal que se constitui como realidade fundamental da língua.

Segundo Guimarães (1995), na Semântica Argumentativa a argumentação é vista como uma relação de sentidos na linguagem e essa relação não se dá com os objetos, mas orienta para uma interpretação em uma enunciação particular. O autor lembra as considerações da Retórica desde Aristóteles ou as de Platão e afirma que ao lado disso a gramática de Port-Royal foi decisiva para as questões da linguagem.

Koch (1984) afirma que pela linguagem, no processo de interação, procuramos a adesão de nosso interlocutor. Para a autora, os **operadores argumentativos** têm por função estruturar os enunciados em textos, orientando o sentido dos textos em uma dada direção. Entre as relações apresentadas por Koch (1992), serão nosso objeto de estudo apenas a relação com os operadores argumentativos.

Ducrot (1981) assevera que a marca da relação argumentativa encontra-se na própria estrutura semântica. Para ele, na língua existem formas que, ao serem usadas marcam a própria enunciação do enunciado. Na verdade, Ducrot e a semântica argumentativa tratam das relações argumentativas, mostrando que um argumento que objetiva levar a uma conclusão se realiza através do uso de morfemas que servem para levar os argumentos a terem uma relação de menor ou maior força para uma determinada conclusão.

Na concepção de Ducrot (1989) um morfema **X** é operador argumentativo em relação a uma frase **P** se três condições forem preenchidas: a) pode-se construir a partir de **P** uma frase **P'**, introduzindo-se **X** em **P**, isto é, $P' = P + X$; b) em uma situação de discurso determinada, um enunciado de **P** e um de **P'** possuem valores argumentativos nitidamente diferentes; c) a

diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas pelos enunciados de **P** e de **P'**. Por exemplo, no enunciado “Pedro trabalhou um pouco”, pode-se substituir “um pouco” por “pouco” e construir uma frase **P'**: “Pedro trabalhou pouco”. É necessário dizer que **X** é operador argumentativo se um enunciado de **P** e um enunciado de **P'** permitem conclusões diferentes. Mas as conclusões podem ser idênticas porque tudo depende do que se considera a melhor razão para o êxito. Se o pensamento for de que o trabalho leva ao êxito, toma-se **P** como argumento. Se for de que o trabalho leva ao fracasso porque cansa e irrita, o argumento será **P'**.

Ducrot (1989) desenvolve o conceito de “topos” proposto por Aristóteles na tentativa de fornecer condições de explicar os sentidos dos enunciados. Conclui que todo ato de argumentação e toda orientação argumentativa de um elemento semântico implicam que sejam convocados “topoi” graduais e que não se pode utilizar uma língua, na medida em que ela comporta operadores argumentativos, se não se pressupõe “topoi”. Pode-se concluir do exposto que basicamente a argumentação consiste em reforçar a intensidade da adesão. Para isso deve-se recorrer à noção de “lugares” ou “topoi argumentativos”, proposta por Aristóteles. Os “lugares” podem ser definidos como depósitos de argumentos.

Nesse sentido, o estudo dos operadores argumentativos nos editoriais de jornal nos permitirá analisar de que jeito esses marcadores apresentam os enunciados que introduzem e o efeito de sentido que eles podem causar nos leitores.

Franco (2003), em seus estudos sobre as práticas discursivas, assinala que os estudiosos da mídia reconhecem a importância da linguagem no processo de construção do texto jornalístico. Aborda também que, de acordo com Fowler (1991), a linguagem não recebe a importância devida quando é submetida à análise, já que para o autor toda forma de expressão lingüística em um texto tem sua razão, uma vez que há sempre maneiras diferentes de se dizer

alguma coisa que não são alternativas aleatórias. E as escolhas são somente uma pequena amostra do processo ideológico da expressão lingüística. Assim, Fowler (1991) conclui que a forma de representar o mundo na língua que é um código semiótico, impõe valores sociais e econômicos sobre todas as representações que faz, moldando aquilo que é dito.

A análise que propomos fazer enfatiza a importância da linguagem dos editoriais de jornal - principalmente em uma situação comunicativa polêmica - não só para a compreensão dos valores implicados no uso da língua, mas também como recurso que aponta razões plausíveis para a crença na idéia apresentada.

Para desenvolvermos nosso estudo, utilizaremos as contribuições da Lingüística Textual e da Semântica Argumentativa, sobretudo nos traços relativos à argumentação e ao significado, aos operadores argumentativos e ao gênero textual. Portanto, torna-se importante apresentarmos, a seguir, alguns aspectos teóricos que se constituirão como suporte de nossas análises e que são pertinentes para o nosso estudo: o editorial de jornal, a argumentação, os operadores argumentativos e as técnicas argumentativas.

2.1- O editorial de jornal

O editorial de jornal é uma categoria de texto que procura evidenciar as tendências ideológicas do jornal sobre temas polêmicos ou fatos surpreendentes e possui um caráter de verdade; fator que nos remete à concepção aristotélica de que o texto visa estabelecer uma verdade única, definitiva e, em última análise, indiscutível. O editorial pode aparecer na página de rosto do jornal ou internamente. De preferência, aborda assuntos selecionados de acordo com os interesses de seus leitores.

Segundo Erbolato (1981),

os jornais mantêm páginas ou seções destinadas a emitir opiniões sobre assuntos em geral, já conhecidos dos leitores, quer anteriormente, quer pela leitura do noticiário do próprio dia. Mas, enquanto a maioria das páginas são dedicadas à apresentação imparcial dos acontecimentos, mostrados apenas interpretativamente, sempre ouvindo todas as partes possivelmente interessadas e sob ângulos diversos, a seção Editorial representa o pensamento do jornal. (ERBOLATO, 1981, p. 113)

A opinião do jornal é veiculada nos editoriais, que em enunciados decisivos realizam uma função textual, porque cumprem o papel social de apresentar um novo argumento ao leitor, na tentativa de convencê-lo e/ou persuadi-lo em relação à validade de sua opinião. Ao defender sua tese, o editorialista usa uma série de argumentos para construir o editorial, partindo de idéias organizadas e relacionadas umas às outras. Nos enunciados que direcionam a argumentação do editorial, estão presentes operadores argumentativos, marcas lingüísticas que podem atuar como reforço ao ponto de vista que está sendo defendido.

De acordo com a definição de Rabaça e Barbosa (1897, apud, Arruda-Fernandes, 2003):

Editorial é um texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). (ARRUDA-FERNANDES, 2003, p.3)

Nesse sentido, acreditamos que o editorialista, ao expressar a opinião do jornal a respeito do assunto de que trata, tem por finalidade fazer o leitor acreditar em seu ponto de vista. Tem também que despertar nele reflexões sobre as perspectivas propostas, na tentativa de conduzir o leitor a uma determinada conclusão. E o faz a partir de argumentos que conduzem à idéia proposta.

Amaral (1967) afirma que o editorial é uma das maneiras que o jornal possui de expor sua opinião a respeito de variados assuntos: políticos (nacionais e internacionais), administrativos, ideológicos e factuais. Para o autor, o editorial é o ponto de vista oficial do jornal sobre o assunto de que trata. Evidencia-se pelo valor que atribui a certas matérias, pelo silenciamento em relação a certos acontecimentos e a certas pessoas e também pelos comentários menores.

Os editorialistas, do ponto de vista social, têm a função de expressar o ponto de vista do jornal que estão representando por meio de seus textos. Entretanto, os editoriais de jornal, além de narrar os fatos, refletem sobre eles e apresentam uma postura definida sobre o assunto abordado. De acordo com Agustini (informação verbal*³), fazem isso na tentativa de direcionar o leitor de tal forma que ele possa ter a impressão que chegou a uma conclusão por raciocínio próprio.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) definem como textos argumentativos todos aqueles que objetivam fazer o outro mudar de postura, acreditar no que está sendo dito, ou então, fazer o que está sendo proposto. Isto é, fazer com que o outro mude o seu modo de pensar ou de agir.

Adam (1993), ao propor o protótipo da seqüência argumentativa, afirma o seguinte:

Um discurso argumentativo visa intervir nas opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (conclusão) apoiado, segundo modalidades diversas, sobre um outro (argumento/dado/razões). (ADAM, 1993, p. 68)

Na verdade, a idéia que o enunciador quer que seja considerada uma verdade é a sua própria opinião, conclusão diante de um fato ou de um valor. É o que podemos verificar, por

³ Consideração tecida pela Profª Drª Carmen Lúcia Hernandez Agustini, durante o exame de qualificação da dissertação “Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 22/11/2006.

exemplo, ao ler o editorial nº 13, em que é apresentada uma tese que encaminha a busca do conhecimento de mundo do leitor sobre o tema que está discutindo - o emprego de células-tronco embrionárias no tratamento de doenças. O leitor é conduzido à reflexão através de argumentos que justificam o ponto de vista do enunciador - de que no Brasil não se deve abandonar as pesquisas, principalmente porque o argumento contrário ao uso das células-tronco sofreu um golpe com a notícia de que um menino de 5 anos de idade foi curado, na Itália, de uma anemia fatal. E conclui indicando a opinião a que se deve chegar: que corremos o risco de ficar para trás, cientificamente, se a legislação não permitir as pesquisas com células-tronco embrionárias.

Portanto, o editorial de jornal, ao abordar questões sociais e políticas da atualidade, caracteriza-se como um espaço para o exercício da deliberação, da discussão e também, da argumentação.

Por esse motivo, tomamos como referencial o Tratado da Argumentação de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) com o objetivo de abordar em nossa análise as técnicas argumentativas que têm como finalidade obter a adesão do interlocutor. E no campo da Nova Retórica, ressaltamos a contribuição de Aristóteles no resgate e valorização da lógica do verossímil, pois ela distingue um dos campos de aplicação do raciocínio humano que se assenta, de acordo com Declerq (1992), em premissas prováveis e controversas.

2.1.1- O gênero editorial de jornal

Em se tratando dos gêneros, além de consulta a outras importantes obras, como por exemplo de Adam (1993), é preciso ressaltar que a pesquisa atual sobre a conceituação de gêneros do discurso parte dos estudos de Bakhtin (1953) que os conceitua da seguinte forma:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Assim sendo, todos os nossos enunciados se baseiam em formas-padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo. (BAKHTIN, 1953, p. 179)

Para Travaglia (informação verbal*⁴), o que Bakhtin (1953) chama de gênero é um elemento tipológico ou categoria de texto. Apresentamos, a seguir, as categorias propostas por Travaglia (2002) porque nos valem delas como suporte - já que as consideramos esclarecedoras de alguns problemas classificatórios que norteiam as teorias tipológicas textuais - para classificar o editorial de jornal como tipo e gênero de texto.

Travaglia (2002) propõe dividir os textos em três categorias de naturezas diferentes, denominadas “Tipelementos”: “tipo”, “gênero” e “espécie”, que podem ser definidas e caracterizadas por parâmetros e critérios distintos entre si. Elas são compostas por “elementos tipológicos” – forma genérica de se referir a qualquer categoria distintiva de natureza tipológica de textos e discursos. São elementos tipológicos, por exemplo, o texto dissertativo, a carta, o romance, o editorial de jornal etc.

Na caracterização do elemento tipológico editorial de jornal, consideramos as definições e exemplos dos tipelementos já categorizados por Travaglia (2002). O autor considera que o “**tipo**” instaura um modo de interação de acordo com perspectivas que o produtor do texto assume e apresenta tipologias compostas por tipos. Na primeira categoria são enquadrados textos descritivos, dissertativos, injuntivos e narrativos. Tais tipos se estabelecem pela “perspectiva do

⁴ Afirmação feita pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia, durante o exame de qualificação da dissertação “Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 22/11/2006.

produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber e quanto à inserção destes no tempo e no espaço” (Travaglia, 2002, p. 5).

Os textos **argumentativos “stricto sensu”** ou **“argumentativos não “stricto sensu”** constituem a segunda categoria e se estabelecem pela perspectiva do produtor do texto em relação à imagem que ele faz do receptor como alguém que concorda ou não com aquilo que ele diz. O primeiro se caracteriza pelo discurso de transformação, isto é, quando o produtor do texto vê o receptor como alguém que discorda de sua opinião. Nesse tipo de texto empregam-se argumentos explícitos e estratégias lingüísticas apropriadas à persuasão do interlocutor. No segundo, pelo discurso da cumplicidade, o produtor do texto vê o receptor como alguém que concorda com o seu ponto de vista.

Travaglia (2002) propõe também a tipologia de textos **predictivos**, em que se faz uma antecipação no dizer; ou **não-predictivos**, em que não é feita uma antecipação no dizer. E considera ainda como tipos as categorias propostas por Weinrich (1968), o **texto do mundo narrado**, em que não há o comprometimento do locutor e o **texto do mundo comentado**, em que há o comprometimento do locutor na atitude comunicativa.

Uma última tipologia proposta por Travaglia (2002) é composta por textos **líricos, épicos** ou **dramáticos**. O que caracteriza o tipo **lírico** é a perspectiva de voltar-se a si mesmo, importando-se pouco com o outro. O tipo **épico** caracteriza-se por voltar-se para o mundo exterior com admiração do acontecido e possui a mesma superestrutura do narrativo. O **dramático** apresenta como perspectiva definidora o voltar-se para o mundo exterior, discutindo as relações entre o seres.

Travaglia (2002) define como segundo tipelemento o **“gênero”**, classe de elementos tipológicos que exerce uma determinada função social comunicativa. São considerados gêneros, por exemplo, o romance, o conto, a ata, a correspondência, a notícia, a reportagem, o editorial e

muitos outros definidos por atos de fala, ou seja, atos ilocucionais que representam uma ação, tais como: intimação, atestado, certidão etc.

O último tipelemento apresentado pelo autor é a “**espécie**”, identificada e caracterizada por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície lingüística e/ou aspectos do conteúdo. Exemplos de espécies de texto podem ser: **a narrativa história e não-história, prosa ou verso, várias espécies do gênero romance (romances históricos, regionalistas, de capa e espada, policial, erótico etc) e do gênero correspondência (carta, telegrama, ofício etc).**

Para Travaglia (2002), as espécies aparecem vinculadas a tipos ou gêneros e os gêneros vinculados a tipos. O autor acredita que a tipologização que propõe é mais simples e capaz de dar conta dos fatos, porque percebe tipologias que se cruzam em um mesmo texto e não advoga o cruzamento como um novo tipo.

O estudo e a análise das categorias permite-nos categorizar os editoriais de jornal como textos dissertativos e argumentativos “*stricto sensu*”, por serem textos predominantemente dissertativos e argumentativos, estruturados com a inserção de trechos descritivos, narrativos e injuntivos, que além de expor idéias, procuram formar a opinião por meio da argumentação.

Concordamos com a proposta de Travaglia (1991) de que os textos argumentativos “*stricto sensu*” não se encaixam na mesma tipologia que faz a distinção entre textos descritivos, narrativos, dissertativos e injuntivos. Esses são instituídos por modos de enunciação que se caracterizam por perspectivas distintas em que o produtor do texto se coloca a saber:

- a) a perspectiva em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber, e quanto à inserção desses no tempo e/ou no espaço (**descrição, dissertação, narração, injunção**);

- b) a perspectiva dada pela imagem do interlocutor como concordando ou não com o locutor (**argumentativo não “stricto sensu” e argumentativo “stricto sensu”**).

Em suma, os editoriais de jornal são textos dissertativos e argumentativos “stricto sensu” porque não apresentam exemplos, explicações etc, com o intuito de apenas expor a opinião do jornal, mas como formas de argumentar na tentativa de buscar a adesão do interlocutor e fazer com que ele acate suas opiniões e juízos de valor. Ou seja, ao escolher o assunto do editorial e redigi-lo, o editorialista toma uma série de decisões que não são nada objetivas, mas largamente subjetivas e influenciadas pela ideologia que tem e até por suas emoções.

2.2- Argumentação

A origem do termo argumento é latina, vem de *argumentum*, que tem como tema *argu*, cujo sentido é fazer brilhar, idêntico ao que aparece em *argúcia*, *arguto*. Podemos, de acordo com Fiorin & Savioli (1996, p. 284), chamar de “argumento a todo procedimento lingüístico que visa a persuadir, a fazer o receptor aceitar o que lhe foi comunicado, a levá-lo a crer no que foi dito e a fazer o que foi proposto”. Um leitor/interlocutor que persegue a linguagem com argúcia, ao construir sua compreensão diante do texto lido, não deixa escapar-lhe os sentidos e percebe os recursos lingüísticos usados pelo escritor/locutor para atingir seus propósitos.

A argumentação, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), consiste na ação que se propõe a modificar um estado de coisas que já existem. A argumentação seria, pois, o ato de persuadir, de provocar uma escolha.

Assim define Geraldi (1981):

a argumentação designa um modo perfeitamente corrente de interação humana, pois aquele que argumenta pretende interferir sobre as representações ou convicções do outro, com o alvo de modificá-las (ou aumentar a adesão a tais convicções). Desse modo, para a compreensão da linguagem que reside na estruturação do discurso, devem ser estudados os mecanismos lingüísticos que determinam o processo argumentativo. (GERALDI, 1981, p. 65)

De acordo com a teoria de Ducrot (1989), quanto às análises de textos e discursos caracteristicamente argumentativos: a) há na língua instruções que direcionam a argumentação; b) a interpretação de um enunciado não se encontra só nele mesmo, mas nas estratégias arquitetadas pelo emissor com vistas a coagir o destinatário. Isso significa ser importante pensar a questão da argumentação como pertencendo à língua, já que as relações argumentativas não dependem apenas dos enunciados, mas também dos princípios de que se servem para relacioná-los.

Para o autor, duas idéias essenciais sustentam a teoria da argumentação na língua na sua forma atual:

De um lado a idéia de um valor argumentativo situado a um nível semântico mais profundo que o ato de argumentação; de outro a idéia de que este valor está fundamentado na mobilização de topoi (lugares) graduais suscetíveis de receber duas formas tópicas recíprocas. (DUCROT, 1989, p. 34-5)

Por exemplo, “pouco” e “um pouco”, no encadeamento discursivo, assumem valores diferenciados. Desse modo, a concepção básica da argumentação consiste em intensificar a adesão, tendo, para isso, que utilizar as premissas de ordem geral denominadas “lugares” ou “topoi argumentativos”. A noção de lugares refere-se àquela proposta por Aristóteles nos

Tópicos. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), os lugares apontam rubricas nas quais se torna possível classificar os argumentos.

Ilari e Geraldi (1999) asseveram que não basta apenas observar que há uma classe argumentativa a favor da tese defendida pelo enunciador, o que precisa ser observado é que esses argumentos se organizam segundo uma hierarquia, isto é, segundo uma escala. Exemplificam:

(3) “**Até** o governador compareceu ao enterro do bombeiro que morreu em serviço”.

A explicação para o uso desse **até**, problematizada por Ducrot e Vogt, originou a linha de reflexão da Semântica Argumentativa. De acordo com a explicação da Semântica, o enunciado dá à tese defendida pelo locutor o apoio mais forte. Assim, o papel específico de **até** no exemplo (3) é apontar que o restante da oração verbaliza um argumento que, numa hierarquia admitida pelo locutor e em relação à conclusão visada, tem posição elevada. Em outro estudo, Geraldi (1981) evidencia a importância das imagens que o locutor faz a propósito das convicções de seu interlocutor diante do que trata. Essas imagens determinam as escolhas de seus argumentos, assim como a sua hierarquização, que estarão em jogo em seu discurso, e também os contra-argumentos a que irá rebater.

Em um estudo piloto, fizemos a análise do uso do operador **até** em um editorial de jornal, considerando os conceitos de classe e escala argumentativa, segundo a perspectiva de Ducrot (1981). Verificamos que, ao iniciar o texto nº (62)⁵ o editorialista anuncia que o governo deve decidir o que fará para permitir o uso dos grãos geneticamente modificados e afirma que, enquanto isso não acontece, há entidades da agricultura esperando a autorização para iniciar o

⁵ o número do texto corresponde ao número com que ele aparece no anexo.

plantio da soja. O fato de que a soja já é plantada em todo o País pode ter sido colocado intencionalmente, procurando levar o leitor a concordar com o pressuposto de que o governo não pode continuar vetando a votação do projeto. Vejamos dois enunciados do editorial:

- (1) “O mais curioso é que todos sabem que a soja transgênica é plantada em todo o País”.
- (2) “Sabe-se **até** o nome do primeiro fazendeiro que plantou GGM e, *mais ainda*, que o governo não tem como fiscalizar ou impedir a entrada das sementes”.

O texto que contém os enunciados dos exemplos (1) e (2), texto nº (62), trata do uso dos grãos geneticamente modificados. Partindo do fato de que a soja transgênica é plantada em todo o País, o editorialista do jornal Estado de Minas apresenta fatos que podem levar o leitor a concluir que a solução é aceitar o plantio dos grãos transgênicos. O editorialista, por meio dos argumentos que apresenta, busca a adesão do leitor ao plantio da soja, uma vez que não há o que fazer para que seja revertido o processo. Enquanto os argumentos vão sendo expostos, o leitor vai sendo conduzido a acreditar que já não há outra saída. E é assim concluído o texto: “... restará ao presidente Lula dar o dito por não dito e assinar a nova MP”.

Os enunciados dos exemplos (1) e (2) podem ser entendidos como uma informação sobre o plantio da soja transgênica. De acordo com Ducrot (1981), é possível afirmar que o enunciado do exemplo (2) possui uma função argumentativa que vem explicitada por meio de um operador. Ambos os enunciados podem ser usados como argumentativos, mas o segundo possui maior força argumentativa, que se configura por meio do uso do operador **até**, que tem como função conferir maior poder de persuasão ao enunciado, pois o marca como o argumento mais forte de uma escala argumentativa.

Na verdade, o uso de **até** pode ser analisado como representativo de uma avaliação do editoralista (o enunciador) do texto, que procura não só informar sobre o plantio da soja transgênica, mas também reforçar a enunciação e, possivelmente, conseguir a adesão ao plantio da soja transgênica por parte do leitor (o enunciatário). É por essas considerações que se pode afirmar, então, que o operador **até** reforça o argumento de uma classe argumentativa.

No caso, o uso do operador **até** articula a argumentação tendo em vista a criação, talvez, de um efeito de sentido de adesão ao plantio de soja transgênica, na medida em que enfatiza o fato de a soja já ter sido plantada e de o governo não possuir meios para impedir a entrada de suas sementes no Brasil. E o fato de informar **até** o nome do primeiro plantador de soja transgênica é uma afirmação que não pode ser contestada, é visível socialmente. Por isso acaba por ser um argumento a favor de liberar o plantio dos transgênicos.

Percebemos, ao analisar o exemplo (2), que o valor argumentativo da frase não é somente uma consequência das informações que ela traz, mas que por comportar o operador **até** em sua superfície, além de informar, serve também para reforçar a orientação argumentativa do enunciado, ou seja, fazer parecer que é lógico defender o plantio da soja transgênica, que essa é a conclusão lógica, possível, a que ele deve chegar.

Para Ducrot (1981), os enunciados pertencem a uma escala argumentativa porque trazem uma marca da língua. Por esse motivo, ele define que argumentar para uma conclusão (C) por meio de A é apresentar A como o argumento que levará o destinatário a concluir C. A argumentação, nesse caso, é constitutiva dos enunciados. No exemplo dado, de uma maneira geral, os argumentos baseiam-se na necessidade de uma definição rápida por parte do governo federal, na tentativa de salientar que a soja já vem sendo plantada e que o governo não conseguirá impedir esse fato.

No editorial, como a intenção é manter a objetividade para que se mantenha no texto o sentido de verdadeiro, temos a voz de um enunciador, no caso o editorialista. Ele se torna “porta-voz” do jornal Estado de Minas, valendo-se do senso comum para fazer parecer que se há até uma pessoa, um nome de um fazendeiro que já plantou soja transgênica, então não se pode fazer mais nada contra o plantio. É interessante notar que a informação parece se auto-sustentar, ou seja, a figura do enunciador não é posta em cena explicitamente.

O editorialista, na tarefa de emitir a opinião do jornal sobre o assunto abordado, possui a tarefa de, ao menos, levar o outro a adotar o mesmo ponto de vista, sensibilizando-o a se comportar na sociedade e atuar de acordo com os princípios e concepções defendidas. Dessa forma, os argumentos selecionados pelo locutor funcionam como fatores decisivos para a credibilidade do leitor. Por esse motivo, acreditamos que os operadores argumentativos estejam introduzindo, na maioria das vezes, determinados enunciados dos editoriais de jornal com o objetivo de fortalecer ainda mais a argumentação.

A partir da análise do uso do **até**, desenvolvida em nosso estudo piloto, optamos por identificar os operadores argumentativos mais usados nos editoriais de jornal e verificar seu papel no direcionamento da argumentação nesse gênero textual.

Em suas observações sobre o uso de operadores em textos publicitários, Almeida (2001) afirma:

Nossas observações tendem a mostrar, como vemos, que grande parte da força argumentativa dos textos da publicidade está na dependência dos marcadores discursivos e que o caráter argumentativo daqueles fica patente com a ajuda desses. (ALMEIDA, 2001, p. 131)

Almeida (2001), por esse motivo, considera que a escolha de um termo pode ser interpretada até mesmo pelo seu caráter ideológico, pois, na relação entre sujeito e discurso, é que se torna possível as ações do sujeito. Para Almeida (2001):

É nessa relação que se pode apreender a formação ideológica que subjaz a determinada formação discursiva e de que a publicidade se vale para convencer no uso dos recursos de que se utiliza, inclusive, e especialmente para nós neste estudo, no uso dos operadores argumentativos. (ALMEIDA, 2001, p. 131)

Nosso trabalho aborda o uso dos operadores argumentativos nos editoriais de jornal, diferenciando-se, portanto, na escolha do gênero textual e, conseqüentemente, na constituição do *corpus*. Almeida analisou textos específicos para publicidade. Nos dois casos, os textos são bem estruturados e direcionados para um público-alvo bem definido.

Neste trabalho, partiremos da concepção de que a argumentação se inscreve no uso da linguagem. Adotaremos, de acordo com Koch (1984), que argumentação é atividade que estrutura os discursos e que a progressão desses acontece através das articulações argumentativas. Koch (1984) admite a existência de enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com o objetivo de orientar o interlocutor para uma determinada conclusão. Ela diz que, para a descrição de tais enunciados, é preciso determinar sua orientação discursiva, que pode ser feita por meio de uma relação precisa entre os enunciados, que se caracteriza como a de ser argumento para. Diz ainda que na gramática de cada língua há uma série de frases que comportam morfemas, expressões ou termos responsáveis por estabelecer esse tipo de relação, que são os operadores argumentativos e discursivos.

Em nossa pesquisa, analisaremos editoriais jornalísticos, textos predominantemente argumentativos que buscam discutir verdades não consensuais que podem provocar um

posicionamento do leitor, tendo em vista que o editorialista argumenta apresentando enunciados que dão consistência à posição defendida pelo jornal que ele representa. Para Agustini (informação verbal*⁶), ele faz isso a partir de um simulacro de implicação lógica, a fim de fazer com que o leitor se convença de sua verdade. E constrói os enunciados com uma intenção. Por esse motivo usa operadores argumentativos, para dar força aos enunciados, na tentativa de fazer com que o outro chegue no lugar a que ele chegou. Isso é persuadir.

2.3- Operadores argumentativos

Na argumentação “*stricto sensu*”, todas as enunciações possuem uma função argumentativa, porque direcionam sentidos, todas têm uma relação dialógica com outras enunciações. Muitas vezes marcada no próprio enunciado pela presença de morfemas chamados de operadores argumentativos, termo cunhado por Ducrot (1972), criador da Semântica Argumentativa, para designar elementos da gramática de uma língua que servem para indicar a força argumentativa dos enunciados.

Para explicar o funcionamento desse conceito, o autor utilizou as noções de escala argumentativa e de classe argumentativa. Ducrot (1981) denomina classe argumentativa um conjunto de enunciados que podem servir de argumento para uma mesma conclusão, pois têm o mesmo peso argumentativo. Por outro lado, quando dois ou mais enunciados de uma classe apresentam uma gradação de força crescente, direcionando para uma mesma conclusão, ele denomina escala argumentativa.

⁶ Comentário feito pela Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Hernandes Agustini, durante o exame de qualificação da dissertação “Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 22/11/2006.

É importante ressaltar que os operadores argumentativos fazem parte da gramática da língua, mas figuram como elementos de relação que pertencem a classes argumentativas invariáveis (conjunções, advérbios, locuções conjuntivas etc.) ou palavras que a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) não incluiu nas classes gramaticais, e, por isso, foram classificadas à parte (em muitas gramáticas são palavras denotadoras de inclusão, de exclusão, de retificação etc.). Essas palavras, que têm merecido pouca atenção nas aulas de Língua Portuguesa (descritas como meros elementos de relação e destituídas de qualquer conteúdo semântico), segundo Koch (2000), são responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa dos enunciados.

Nos estudos lingüísticos, os operadores argumentativos do discurso são os elementos responsáveis na estruturação do texto, pela orientação argumentativa. Koch (1984) distingue dois tipos básicos de elementos de conexão interfrástica: os do tipo lógico e os do tipo discursivo. Os encadeadores do tipo lógico têm a função de apontar o tipo de relação que o locutor estabelece entre o conteúdo de proposições em um único enunciado. Os do tipo discursivo, por estruturarem os enunciados dos textos por meio de encadeamentos sucessivos, são denominados operadores de discurso. Esses conectores dividem-se em operadores argumentativos e operadores de seqüencialização. Esses últimos exercem duas funções:

- a) ordenar os estados de coisas a que se referem, a partir da seqüencialidade temporal, como antes, depois, primeiro, por fim etc.
- b) assinalar a ordem dos assuntos abordados no texto, estabelecendo a seqüencialidade textual.

Já os operadores argumentativos, conforme afirma Koch (1984), são os responsáveis pela orientação discursiva dos enunciados que encadeiam. Com valor essencialmente argumentativo, orientam o sentido do texto para uma conclusão.

Consideramos interessante afirmar, a partir das considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), de que o texto é argumentativo se objetiva fazer o outro mudar seu ponto de vista ou seu modo de agir, que talvez os operadores de seqüencialização também possam funcionar como argumento. Os **operadores de seqüencialização** têm por função exprimir a ordenação relativa dos estados de coisas a que fazem referência, de acordo com a percepção do locutor ou o conhecimento de um estado de coisas no mundo relatado, que é a seqüência do tempo: simultâneo, exato (quando, logo que, no momento em que etc); anterior/posterior (antes que, depois que etc); contínuo ou progressivo (à medida que, enquanto etc).

Se tomarmos como exemplo o seguinte enunciado do editorial nº 15: “Não faz sentido que eles sejam utilizados para salvar vidas, **quando** não há possibilidade real de que eles se desenvolvam num útero”, poderemos perceber que o operador **quando** ressalta com exatidão ser impossível que os embriões se desenvolvam no útero. Isso pode levar o leitor a pensar que, sendo assim, eles precisam ser usados nas pesquisas com células-tronco embrionárias e, conseqüentemente, para isso, elas precisam ser liberadas. Mesmo que os operadores de seqüencialização não sejam objeto de nossa pesquisa, consideramos importante compartilhar esse questionamento: O operador **quando** não estaria funcionando aqui como introdutor de um argumento decisivo?

A seguir, organizamos um elenco de operadores argumentativos com suas funções, usando o que propõem os autores: Koch (1984, p. 104-110), (2000, p. 30-43), Almeida (2001, p. 45-47) e Guimarães (1987, p. 35-186). Eles elencaram operadores argumentativos e suas funções

básicas. Para esses autores, segundo a relação que estabelecem, os operadores argumentativos que servem para orientar o discurso, dividem-se em:

1) operadores que estabelecem a hierarquia dos elementos em uma escala, assinalando o argumento mais forte para uma conclusão **r: mesmo, até, até mesmo, inclusive, nem;** ou então o mais fraco: **ao menos, pelo menos, no mínimo**, deixando subentendido que existem outros mais fortes;

(4) A apresentação foi coroada de sucesso: estiveram presentes personalidades do mundo artístico, pessoas influentes nos meios políticos e **até** o Presidente da República.

2) operadores que encadeiam duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido: **e, também, nem, tanto ... como, não só ... mas também, além de, além disso etc.;**

(5) A Itália mereceu o título de campeã.
Não só Zoft é um grande goleiro, **mas também** Rossi é um grande goleador.

3) operador que pode servir como marcador de excesso temporal, não-temporal, como **ainda;** ou como introdutor de mais um argumento a favor de determinada conclusão;

(6) a) Ele **ainda** não se considera derrotado.
 b) Convém frisar **ainda** que ...

4) operador que pode ser empregado como indicador de mudança de estado, como o **já;**

(7) O Brasil **já** não tem esperanças de ser campeão.

5) operadores que servem para introduzir um argumento decisivo, apresentado como um acréscimo: **além de, aliás, além do mais, além de tudo, além disso, ademais;**

(8) O candidato apresentou propostas concretas de governo, **além disso**, revela pleno conhecimento dos problemas da população.

6) operadores que servem para introduzir uma relação de oposição: **no entanto, embora, ainda que, mesmo que, apesar de que, mas, porém, contudo, todavia, entretanto.**

Koch (1984) assinala que Ducrot considera o **mas** como o operador argumentativo por excelência.

(9) “Por isso, o governo já considera a possibilidade de serem entregues 200 mil armas e não mais 80 mil. **Mas** continuam as desconfianças em relação ao programa e ao próprio Estatuto. Ora, é preciso repetir que um país em que 40 mil pessoas são mortas a bala por ano, e a grande maioria delas jovens, precisa tomar medidas rápidas, duras e criativas para acabar com um massacre digno de guerras e insurreições.” (O Globo – texto nº 4)

7) operadores que introduzem uma retificação, um esclarecimento: **isto é, ou seja, quer dizer;**

(10) Admiro duas coisas no mundo: a força física e a inteligência, **isto é**, as duas únicas formas de energia.

8) operadores que têm escalas orientadas no sentido da afirmação plena (universal afirmativa: **tudo, todos, muitos**) ou da negação plena (universal negativa: **nada, nenhum, poucos**);

(11) **Todos** os estudantes estão descontentes com o nosso sistema de ensino.

(12) **Nenhum** estudante está descontente com o nosso sistema de ensino.

9) operadores que orientam, também, no sentido da negação (**pouco**) e no sentido da afirmação (**um pouco**);

(13) O embrulho pesa **um pouco**: não sei se você conseguirá levá-lo até a loja.

(14) O embrulho pesa **pouco**: você conseguirá levá-lo até a loja.

Em outro estudo, Koch (1998) assinala outros operadores que marcam o discurso argumentativo:

10) operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores: **portanto, logo, pois, por conseguinte, em decorrência, conseqüentemente etc.**

(15) Choveu bastante, **conseqüentemente**, a colheita está garantida.

11) operadores que servem para indicar conclusões alternativas: **ou, quer ... quer, seja ... seja, ou então etc.;**

(16) Faça o que foi combinado. **Ou** você se esqueceu de sua promessa?

12) operadores que servem para estabelecer relações de comparação entre elementos tendo em vista uma conclusão: **mais que, menos que, como etc.;**

(17) Os amigos são **como** os guarda-chuvas: nunca os encontramos à mão quando necessários.

13) operadores que servem para introduzir uma explicação relativa ao dito em outro enunciado: **porque, que, já que etc.;**

(18) **Já que** a vida é uma curta viagem (...), procuremos fazê-la em primeira classe...

14) operadores que obedecem a regras combinatórias que servem para apontar ou uma afirmação da totalidade (**quase**), ou uma negação total (**apenas, só, somente**);

(19) Esse rapaz é **quase** um doutor.

(20) Poderão se aproximar da mesa, **apenas** aqueles que trouxeram os documentos.

Os operadores argumentativos aqui elencados e outros que forem descobertos ao longo da pesquisa, serão objeto de nossa investigação. Assim, analisar a frequência e o papel dos operadores no direcionamento da argumentação no editorial será analisar as estratégias usadas pelo enunciador no sentido de orientar para uma determinada conclusão.

2.4- Técnicas argumentativas

As técnicas argumentativas são fundamentos que relacionam as teses de adesão inicial e a tese principal. Tratar de argumentação implica tratar de critérios relacionados à probabilidade do saber estabelecido e do que virá a ser instituído, isto é, à formação de opinião própria. A necessidade da formação de opinião, em situação típica de argumentação coloca em pauta a ação da opinião, elemento designador daquilo em que se acredita. A possibilidade de apresentar a opinião do jornal, por meio dos editoriais, abre possibilidades para o trabalho com a argumentação, ou melhor, para uma expressão mais autêntica sobre questões efetivas.

Para que as pessoas se entendam ao falar ou escrever é preciso agir retoricamente, ou seja, utilizar uma linguagem que as faça atingir os objetivos pretendidos na comunicação. Por esse motivo, são usadas técnicas de argumentação em que os argumentos produzidos podem ser verdadeiros ou não para justificar o ponto de vista adotado e fazer com que ele seja aceito, ou então, para fortalecer ainda mais posições já aceitas.

Quanto às técnicas de argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) destacam que o discurso persuasivo produz efeitos de sentido no enunciatário. Por esse motivo, pretendemos relacionar as técnicas argumentativas às funções que os operadores exercem nos editoriais. Esses aspectos nos interessam para a compreensão do papel argumentativo desses operadores. Refletiremos, ainda que de forma delimitada, sobre questões de natureza retórica e discursiva na análise que apresentaremos mais adiante.

O ato retórico pode se constituir, por exemplo, do critério pragmático (ou de efeito). É desse critério que vamos tratar em nossas análises. No critério pragmático a retórica é vista como

ação persuasiva que envolve efeitos pretendidos a partir das intenções do orador, de sua capacidade de reforçar valores de um auditório ou mudar sua opinião.

Entendemos o discurso retórico como aquele que propõe uma visão da realidade a partir das necessidades do orador e dos interesses de seu auditório. Nesse sentido, a qualidade da argumentação é uma estratégia do orador que deve auxiliá-lo para que tenha a adesão do auditório e que haja credibilidade em sua argumentação. Dessa forma, a função retórica contribui para enfatizar uma verdade que seja condizente tanto com os valores, quanto com os interesses do auditório, e também para reforçar a opinião de um determinado grupo. Ela usa certos recursos para garantir a eficácia da comunicação.

Na constituição da opinião, de acordo com postulados preconizados por Aristóteles e retomados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), procede-se à divisão das técnicas argumentativas que compreendem dois grupos principais: as que utilizam argumentos quase-lógicos (que se preocupam com “verdades” para o homem em geral) e as que trabalham com argumentos baseados na estrutura do real (que não estão ligados à descrição objetiva dos fatos, mas a opiniões relativas a eles).

Os argumentos quase-lógicos apóiam-se em princípios lógicos, em premissas pré-existentes. Os argumentos baseados na estrutura do real têm seus princípios nas experiências, nas relações reconhecidas entre as coisas. Restringimos nosso estudo a esses argumentos, por atenderem ao propósito de análise que objetivamos para o nosso *corpus*.

2.4.1- Argumentos quase-lógicos

1) **Comparação**: a argumentação que parte da comparação coteja vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro. Por isso, esse argumento se distingue tanto dos argumentos de identificação, quanto dos por analogia. As comparações podem ser por oposição (pesado e leve), por ordenamento (o que está mais pesado que) e por ordenação de quantidade (por exemplo pesagem por meio de unidades de peso). Alguns exemplos de argumento de comparação, encontrados em Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), são: “Suas faces são vermelhas como maçãs”, “Paris tem três vezes mais habitantes do que Bruxelas”, “Ele é mais belo do que Adônis”. Nesses exemplos, há comparações de realidades entre si, o que os torna mais suscetíveis de prova do que os juízos de semelhança ou por analogia. Essa impressão se justifica pelo fato de a idéia de medição estar subjacente nos três exemplos, mesmo que não haja qualquer critério para realizar efetivamente a medição. É por esse motivo que os argumentos de comparação são considerados quase-lógicos. Vejamos outro exemplo no seguinte trecho de um editorial:

(21) “Mas devemos estar conscientes de que conter essa devastação da maior floresta do planeta é **tão** importante para nós **quanto** para os outros países” (O Globo - texto nº 5).

Observamos que os operadores **tão** e **quanto** servem para estabelecer relações de comparação entre a importância, para o nosso país e outros países, de conter a devastação da maior floresta do planeta, o que é argumento para a preservação da floresta amazônica.

2) **Compatibilidade/ Incompatibilidade**: ao usar essa técnica, a pessoa que argumenta tem por objetivo demonstrar que a tese de adesão inicial, com a qual o auditório concordou previamente,

é compatível ou não com a tese principal. Para exemplificar, Abreu (2003) cita: antes de tentar convencer o Secretário de Transportes a retirar as lombadas das ruas, é preciso fazê-lo concordar com a tese de adesão inicial de que, em caso de acidente ou transporte de doentes, as lombadas prejudicam a locomoção de carros de bombeiro e de ambulância. Portanto, as lombadas são incompatíveis com o bom funcionamento dos serviços públicos de emergência.

Por exemplo, em um trecho do editorial nº 15, podemos verificar o argumento por incompatibilidade:

- (22) “O debate sobre aspectos éticos naturalmente vai continuar, **mas** a oposição ao uso de células-tronco embrionárias não pode prevalecer, quando nas clínicas de fertilização habitualmente são descartados embriões às centenas. Não faz sentido proibir que eles sejam utilizados para salvar vidas, quando não há possibilidade real de que eles se desenvolvam num útero”.

A **incompatibilidade** existente entre "a oposição ao uso de células-tronco embrionárias" e "o descarte de centenas de embriões" indica idéia contrária à enunciada anteriormente (de que os debates éticos vão continuar acontecendo).

3) **Regra de Justiça**: esse argumento é fundamentado no tratamento idêntico a seres e situações que façam parte de uma mesma categoria. Como exemplo, em Abreu (2003), temos: um filho pode reclamar da decisão do pai de não custear seus estudos, uma vez que seus irmãos mais velhos tiveram seus cursos superiores custeados pelo pai.

4) **Retorsão**: é uma réplica feita a partir dos próprios argumentos do interlocutor. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), é uma estratégia argumentativa que o locutor utiliza para mostrar ao seu interlocutor que na verdade a situação que aborda é aplicável contra ele mesmo. Um dos mais famosos exemplos de retorsão, de acordo com Abreu (2003), é o soneto de

Gregório de Matos: “Pequei, Senhor, mas não porque hei pecado”, em que o autor toma como base fatos bíblicos para convencer Deus a perdoar seus pecados e aponta que quanto mais o homem pecar, mais Deus será glorificado. No poema, Gregório de Matos afirma que se Deus não perdoá-lo, estará contradizendo sua própria lição de perdão, ilustrada na parábola bíblica do filho pródigo.

5) **Ridículo**: esse argumento consiste em criar uma situação irônica, quando da adoção, de forma provisória, de um argumento, extraíndo dele todas as conclusões, por mais absurdas que sejam. Abreu (2003), exemplifica tal técnica contando a história que Luís Fernando Veríssimo escreveu: Um pobre cego não tinha um cão para guiá-lo, então arrumou um gato para cumprir tal função. Depois de certo tempo, era visto passeando, não só pelas ruas, como pelos muros, telhados e outros lugares insólitos.

6) **Definição** - as definições, usadas como técnicas argumentativas, podem ser:

- a) **lógicas**: possuem uma definição própria que a distingue de todas as outras. Abreu (2003) exemplifica: se definirmos a janela como uma abertura na parede, não teremos uma definição lógica. É preciso acrescentar diferenças entre essa abertura e outras também possíveis. As definições lógicas podem ser esquematizadas da seguinte maneira: Termo= {gênero + diferença 1 + diferença 2 + + diferença n}.
- b) **expressivas**: não têm compromisso com a lógica, dependem de um ponto de vista. Em Abreu (2003), temos o seguinte exemplo: um arquiteto pode definir janela como sendo uma oportunidade de contemplação do verde.
- c) **normativas**: indicam o sentido que se quer dar a uma palavra em um discurso e dependem de um acordo feito entre o locutor e o auditório. Em Abreu (2003), temos o seguinte exemplo: um médico poderá dizer: para efeito legal de transplante de órgãos, vamos considerar que a morte do paciente é o desaparecimento completo da atividade elétrica do cérebro.

d) **etimológicas**: são fundamentadas na origem das palavras. Em Abreu (2003), como exemplo, temos: podemos dizer que **convencer** significa vencer junto com o outro, porque a palavra é formada pela preposição **com** mais o verbo **vencer**. Pode acontecer de as definições etimológicas não corresponderem à realidade atual. É o caso, por exemplo, da palavra átomo que, etimologicamente, quer dizer aquilo que não pode ser dividido (a + tomo). No entanto, é de conhecimento geral, que os átomos são compostos de muitas partículas e que podem ser divididos por meio da fissão nuclear.

Segundo Abreu (2003, p. 57), “as definições expressivas e etimológicas são as mais utilizadas como técnicas argumentativas, uma vez que permitem a fixação de pontos de vista como teses de adesão inicial”. O autor assim exemplifica: um arquiteto pode tentar convencer um cliente e aceitar que haja modificações na localização das janelas em um projeto ou no seu paisagismo, por meio de uma definição expressiva (tese de adesão inicial) de que a janela naquele local será uma oportunidade de contemplação do verde.

2.4.2- Argumentos fundamentados na estrutura do real

7) **Pragmático**: esse argumento se fundamenta na relação de dois argumentos sucessivos por meio de um vínculo causal. O argumento pragmático é a consequência nessa relação. Abreu (2003) exemplifica: Em 1988, uma semana após a implantação de um novo código de trânsito, os jornais divulgaram dados estatísticos que comprovavam uma diminuição no número de vítimas de acidentes de trânsito, que chegava a 56%. A estatística serviu como tese de adesão inicial para a tese principal: de que o novo Código tinha efeitos positivos. É necessário ressaltar que para o

funcionamento eficaz do argumento pragmático, é preciso que o auditório concorde com o valor da consequência.

8) **Desperdício**: é um argumento que consiste em dizer que uma vez que um trabalho foi iniciado, é preciso que seja concluído para não se perder o tempo e o investimento. É o argumento utilizado, como no exemplo em Abreu (2003), por um pai que não quer que o filho abandone um curso superior em andamento.

9) **Exemplo**: essa argumentação acontece quando há a sugestão da imitação das ações de outras pessoas, que podem ser célebres, membros da família, conhecidas, cuja conduta é admirada. Abreu (2003) assim exemplificou: pode-se defender a tese principal de que pessoas que tenham mais de cinquenta anos ainda podem viver grandes realizações. A tese de adesão inicial é o exemplo de Júlio César que, após completar cinquenta anos, venceu os gauleses, derrotou Pompeu e tornou-se imperador de Roma.

10) **Ilustração**: a ilustração possui como função reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que podem esclarecer o enunciado geral. A ilustração não depende da adesão à regra, ela pode ser duvidosa, mas deve impressionar a imaginação para impor-se à atenção. Podem-se usar casos singulares para comprovar verdades gerais, cifras e estatísticas, dados históricos, fatos da experiência cotidiana. Para exemplificar, vejamos o excerto a seguir:

(23) “Raros parecem ser os parlamentares que não enriqueceram patrimonialmente no exercício do mandato de deputado estadual ou de vereador. Como foi demonstrado, entre 1996 e 2001, enquanto a inflação ficou na faixa dos 75%, a valorização do dólar não ultrapassou os 180% e uma boa aplicação financeira, **como** a ação da Petrobras, subiu 219%, houve deputados cujo patrimônio aumentou em 730%. E mesmo assim, com base nos critérios da Receita Federal, que não obrigam o registro dos bens pelo valor de mercado”. (O Globo - texto nº 2)

11) **Modelo/Antimodelo** – o argumento pelo modelo é uma variação da argumentação pelo exemplo. A argumentação pelo antimodelo fala naquilo que deve ser evitado. Um caso comum, citado por Abreu (2003) é o do pai alcoólatra. O horror ao antimodelo é tão intenso, que raramente um filho de pai alcoólatra torna-se alcoólatra.

12) **Analogia** – esse argumento utiliza como tese de adesão inicial um fato que possui uma relação analógica com a tese principal. O argumento por analogia não precisa ser longo, até uma frase pode sintetizá-lo, como no exemplo em Abreu (2003): diz-se que quem põe seus esforços a serviço dos ingratos age como quem lança a semente à terra estéril, dá conselhos a um morto ou fala em voz baixa a um surdo. A argumentação quer convencer as pessoas de que é inútil ajudar pessoas ingratas, por isso, não se deve ajudá-las.

13) **Autoridade** – é o argumento que utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese. Na maioria das vezes, o argumento de autoridade, em vez de constituir-se como a única prova, pode completar uma rica argumentação. Tal argumento é considerável, mas é importante não perder de vista que uma mesma autoridade pode ou não ser valorizada, conforme a opinião dos oradores. Então, quanto mais importante é a autoridade, mais importante são suas palavras.

Cabe-nos ressaltar que ao levar as notícias para o jornal, o editorialista cria um outro contexto para a notícia que não é o real. Daí o que pode parecer real, o leitor pode tomar por real. Esse é um poder que o jornal tem: fazer e desfazer contextos, conforme as conveniências. Uma vez que o editorial é uma forma de expressão do jornal e tem o poder de usar argumentos com intenções de levar o leitor a concordar com a opinião veiculada, a análise das técnicas argumentativas que utiliza na sua comunicação, aliadas aos operadores argumentativos, pode apontar seus efeitos de sentido na sociedade.

3- ARGUMENTANDO NOS EDITORIAIS - ANÁLISE E RESULTADOS

3.1- Preliminares

Este trabalho permitiu-nos refletir sobre o uso dos operadores argumentativos, como recursos lingüísticos em seu funcionamento, para extrair da reflexão um conhecimento sobre o processo de construção do sentido no editorial de jornal, que caracteristicamente, é persuasivo. Verificamos que na composição dos editoriais de jornal há outros tipos de textos, como os narrativos, descritivos e injuntivos, inseridos, mas, predominantemente, em sua maioria, os editoriais são textos dissertativos e argumentativos. Sobre o papel argumentativo das inserções de narrações, descrições e injunções no editorial visto como um texto dissertativo e argumentativo “*stricto sensu*” é interessante ver o que apresenta Melo (2005).

Após observarmos a estrutura do texto editorial de jornal, em relação ao seu caráter argumentativo, investigamos com que frequência os operadores argumentativos são usados nessa categoria de texto, quais são os mais usados e quais são suas particularidades funcionais nessa prática social relevante. Em seguida, analisamos e classificamos os tipos de argumentos encontrados nas seqüências lingüísticas introduzidas por operadores argumentativos.

É fundamental salientar que, embora nossa análise tenha como objetivo focalizar os operadores argumentativos, consideramos o conjunto formado pelas seqüências lingüísticas e, às vezes, todo o texto porque dependendo da relação que elas têm com outros elementos do texto, e do contexto em que estão inseridas, as seqüências lingüísticas podem adquirir significados distintos.

A investigação que fizemos encontrou e considerou os seguintes grupos de operadores indicados com seu papel básico:

1º grupo - além disso, ainda mais, além de, e mais, e, também, nem, nem mesmo, ademais, não apenas ... mas, não apenas ... mas também, mais ainda, e não só porque ... mas também, no mais, não só ... mas também, sobretudo, e também, além, mais uma vez, aliás, ainda, e ainda (operadores que acrescentam mais um argumento que passa a ser decisivo, quando há duas (ou mais) escalas orientadas no mesmo sentido, introdutores de mais um argumento a favor de uma determinada conclusão ou marcadores de tempo)

2º grupo - mesmo, até, e até, até mesmo, e até mesmo, inclusive, pelo menos, ao menos, até porque, mais importante, mesmo assim, e mesmo assim (operadores que estabelecem a hierarquia dos elementos em uma escala, assinalando o argumento mais forte para uma conclusão, ou então o mais fraco, deixando subentendido que existem outros mais fortes)

3º grupo - mas, mas ainda, mas também, porém, entretanto, contudo, todavia, do contrário, no entanto, já, agora, ao contrário (assinalam uma oposição entre argumentos implícitos ou explícitos)

4º grupo - isto é, ou seja (operadores que introduzem uma retificação, um esclarecimento)

5º grupo - então, assim, portanto, só assim, só então, de fato, de resto (apontam a conclusão a argumentos apresentados anteriormente)

6º grupo - afinal, porque, por isso, por isso mesmo, aí, daí, já que, uma vez que, pois (introduzem um ato de justificativa ou explicação ao enunciado anterior, estabelecem uma relação de causa/conseqüência)

7º grupo - ora ... ora, ou (introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas)

8º grupo - tanto ... quanto, assim como, tanto mais, e como se, como se, maior do que, menos do que, menor do que, tão ... quanto, tanto a do ... como a do, como (operadores que servem para estabelecer relações de comparação entre elementos, tendo em vista uma conclusão)

9º grupo - apenas, só, e só, só então, só assim, pouco, um pouco, mais um pouco, quase, e apenas, cerca de (operadores que servem para apontar ou uma afirmação de totalidade (quase), ou uma negação total).

10º grupo - na verdade, em verdade, é verdade (usados para confirmar, reafirmar o que foi dito ou contradizer)

11º grupo - ora (pode ser usado para explicitar um juízo de valor)

12º grupo - já, e já (marcadores de excesso temporal ou mudança de estado)

13º grupo - se, e se (marcadores de condição)

14º grupo - **freqüentemente, certamente, quase certamente, é certo, simplesmente, principalmente, especialmente, naturalmente, marcadamente, infelizmente, excessivamente, lamentavelmente, justamente, exatamente, altamente, absolutamente, e justamente, exclusivamente, finalmente, fortemente, habitualmente, essencialmente, igualmente importante, mais facilmente, mais precisamente, novamente** (advérbios de atitude que têm como função esclarecer, confirmar ou enfatizar um ato de asserção anterior ou posterior)

15º grupo - **por exemplo, como** (operador que estabelece relação de especificação e/ou exemplificação)

16º grupo - **embora, mesmo que, ainda que, apesar de** (operadores que exprimem oposição, mas com natureza concessiva, ou seja, o argumento é apresentado, mas marcado como não válido)

17º grupo - **como, conforme, segundo** (operadores que exprimem uma relação de conformidade)

18º grupo - **tanto, tanto ... que, tão que, tão, tão-somente, demais, muito mais, mais do que, mais de(a), menos de** (estabelecem relação de proporção)

19º grupo - **e lá, é que** (expressões que têm como função realçar o enunciado)

Expomos, a seguir, o resultado de nossos estudos sobre o uso dos operadores no *corpus*: apresentamos o resultado quantitativo do levantamento feito, verificamos o papel dos operadores nos editoriais selecionados e apontamos como se dá o processo de argumentação, em relação às técnicas argumentativas usadas.

3.2- A frequência dos operadores argumentativos

A tabela a seguir tem por objetivo proporcionar uma melhor visualização dos operadores usados nos editoriais do *corpus*. Nela podemos visualizar a frequência (em ordem decrescente) de cada operador usado, perfazendo um total de 1104 ocorrências.

Tabela 1 – Ocorrência e frequência dos operadores em ordem decrescente

Legenda:

E.M. = Estado de Minas

GL. = O Globo

F.S.P. = Folha de S. Paulo

operador	ocorrência			Total X/1104	frequência (%)
	E. M. X/ 349	GL. X/ 359	F. S. P. X/ 396		
mas	40	38	29	107	9,692
e	32	44	29	105	9,511
como	20	25	24	69	6,250
já	26	21	17	64	5,797
se	19	19	14	52	4,710
apenas	18	09	16	43	3,895
também	06	18	14	38	3,442
ainda	08	10	18	36	3,261
pois	14	08	06	28	2,536
porém	05	04	14	23	2,083
mesmo	06	11	05	22	1,993
portanto	08	05	09	22	1,993
é que	10	06	05	21	1,902
embora	04	05	12	21	1,902
até	07	06	06	19	1,721
mais de (a)	10	05	02	17	1,540
além (da, de, do(s), deste(a))	09	05	01	15	1,359
segundo	07	02	05	14	1,268
só	12	01	01	14	1,268
mais do que	06	03	04	13	1,177

agora	02	01	09	12	1,087
quase	02	06	04	12	1,087
além disso		03	06	09	0,815
apesar (de, do(s), da(s), dessa, disso)	03	01	05	09	0,815
assim		05	04	09	0,815
certamente (é certo que)	03		06	09	0,815
no entanto		03	06	09	0,815
de fato		02	06	08	0,725
na verdade	03	05		08	0,725
porque	06		02	08	0,725
nem	03	02	02	07	0,634
pelo menos	03	01	03	07	0,634
afinal	02	04	01	06	0,543
conforme	04	01	01	06	0,543
isto é	02		04	06	0,543
ou seja		04	02	06	0,543
por isso	01	03	02	06	0,543
ainda mais		03	02	05	0,453
contudo	02		03	05	0,453
e mais	03	02		05	0,453
especialmente	03		02	05	0,453
inclusive		04	01	05	0,453
lamentavelmente			05	05	0,453
menos do que (menor(es) do que, menor que)	01	03	01	05	0,453
por exemplo		04	01	05	0,453
principalmente	02	02	01	05	0,453
até mesmo		04		04	0,362
daí (aí)	01		03	04	0,362
e já	02		02	04	0,362
frequentemente			04	04	0,362
mesmo assim	03	01		04	0,362
mesmo que		01	03	04	0,362
o mais (o maior)	01	03		04	0,362
ora		01	03	04	0,362
ou	01	03		04	0,362
pouco (mais um pouco)		01	03	04	0,362
uma vez que			04	04	0,362
ainda que			03	03	0,272
e só	03			03	0,272
então	01	01	01	03	0,272
entretanto	02		01	03	0,272
exatamente		02	01	03	0,272

justamente	02		01	03	0,272
mais ainda		01	02	03	0,272
mais importante		01	02	03	0,272
tanto que	02	01		03	0,272
tão ... quanto (tanto a do ... como a do)	01	01	01	03	0,272
tão		02	01	03	0,272
aliás			02	02	0,181
assim como		01	01	02	0,181
até porque			02	02	0,181
como se			02	02	0,181
do contrário	01		01	02	0,181
e ainda		02		02	0,181
e até	01		01	02	0,181
e justamente	02			02	0,181
e também			02	02	0,181
em verdade, é verdade	01		01	02	0,181
excessivamente			02	02	0,181
exclusivamente		01	01	02	0,181
igualmente importante (essencialmente)			02	02	0,181
infelizmente	01	01		02	0,181
menos de (da)	01	01		02	0,181
não apenas ... mas também			02	02	0,181
não só ... mas também		01	01	02	0,181
naturalmente		01		02	0,181
nem mesmo		01	01	02	0,181
no mais			02	02	0,181
novamente		01	01	02	0,181
por isso mesmo	01	01		02	0,181
pouco mais (de, do que)	01		01	02	0,181
sobretudo			02	02	0,181
tanto	02			02	0,181
tanto ... quanto		01	01	02	0,181
tanto mais	02			02	0,181
todavia			02	02	0,181
absolutamente			01	01	0,091
ademais			01	01	0,091
além		01		01	0,091
altamente			01	01	0,091
ao contrário		01		01	0,091
ao menos			01	01	0,091
cerca de	01			01	0,091
como sempre		01		01	0,091

de resto			01	01	0,091
demais			01	01	0,091
e apenas			01	01	0,091
e assim		01		01	0,091
e até mesmo		01		01	0,091
e como se		01		01	0,091
e lá		01		01	0,091
e mesmo assim		01		01	0,091
e não só porque ... mas também (porque)		01		01	0,091
e se	01			01	0,091
em vez de		01		01	0,091
finalmente			01	01	0,091
fortemente		01		01	0,091
habitualmente		01		01	0,091
já que			01	01	0,091
maior do que			01	01	0,091
mais facilmente			01	01	0,091
mais precisamente		01		01	0,091
mais significativa			01	01	0,091
mais uma vez			01	01	0,091
mas ainda		01		01	0,091
mas também	01			01	0,091
muito mais			01	01	0,091
não apenas ... mas			01	01	0,091
obviamente			01	01	0,091
ora ... ora	01			01	0,091
possivelmente		01		01	0,091
por causa		01		01	0,091
quase certamente		01		01	0,091
recentemente			01	01	0,091
simplesmente	01			01	0,091
só assim	01			01	0,091
só então	01			01	0,091
suficientemente		01		01	0,091
tão ... que		01		01	0,091
tão facilmente			01	01	0,091
tão-somente	01			01	0,091
um pouco			01	01	0,091
Total:	349/1104 31,6%	359/1104 32,5%	396/1104 35,9%	1104	100%

Para o estabelecimento da frequência, levamos em consideração o número de ocorrências de cada operador no *corpus* selecionado. Agrupando-os de acordo com a quantidade de operadores que possuem o mesmo número de ocorrências nos editoriais, obtivemos, como podemos verificar na Tabela 2, um total de 27 faixas de ocorrências, as quais dividimos por 3 grupos. Assim feito, ficamos com as seguintes faixas:

- 1) de 28 até 107 ocorrências = frequência alta
- 2) de 12 até 23 ocorrências = frequência média
- 3) de 1 até 09 ocorrências = frequência baixa

As porcentagens oscilaram, respectivamente, entre:

- 1) de 2,530% até 9,690% = frequência alta
- 2) de 1,087% até 2,080% = frequência média
- 3) de 0,091% até 0,815% = frequência baixa

Como podemos verificar na Tabela 1, quanto à frequência, os operadores distribuem-se da seguinte maneira:

- a) os operadores **ainda** (3,26%), **apenas** (3,89%), **como** (6,25%), **e** (9,51%), **já** (5,79%), **mas** (9,69%), **se** (4,71%), **também** (3,44%), **pois** (2,53%) foram considerados de alta frequência nos 78 (setenta e oito) editoriais analisados, perfazendo um total de 542 (quinhentas e quarenta e duas) ocorrências, o que equivale a 49,09% do total. Tivemos, pois, 09 (nove) operadores com frequência alta.

- b) os operadores **agora** (1,08%), **além** (1,35%), **até** (1,72%), **é que** (1,90%), **embora** (1,90%), **mais de** (1,54%), **mais do que** (1,17%), **mesmo** (1,99%), **porém** (2,08%), **portanto** (1,99%), **quase** (1,08%), **segundo** (1,26%), **só** (1,26%) foram considerados como tendo frequência média, perfazendo um total de 225 (duzentas e vinte e cinco) ocorrências, o que equivale a 20,38% do total. Tivemos, pois, 13 (treze) operadores com frequência média.
- c) os operadores **além disso**, **apesar (de, do(s), da(s), dessa, disso)**, **assim**, **certamente (é certo que)**, **no entanto**, **de fato**, **na verdade**, **porque**, **nem**, **pelo menos**, **afinal**, **conforme**, **isto é**, **ou seja**, **por isso**, **ainda mais**, **contudo**, **e mais**, **especialmente**, **inclusive**, **lamentavelmente**, **menos do que (menor(es) do que, menor que)**, **por exemplo**, **principalmente**, **até mesmo**, **daí (aí)**, **e já**, **freqüentemente**, **mesmo assim**, **mesmo que**, **o mais (o maior)**, **ora**, **ou**, **pouco (mais um pouco)**, **um pouco**, **uma vez que**, **ainda que**, **e só**, **então**, **entretanto**, **exatamente**, **justamente**, **mais ainda**, **mais importante**, **tanto que**, **tão ... quanto (tanto a do ... como a do)**, **tão**, **aliás**, **assim como**, **até porque**, **como se**, **do contrário**, **e ainda**, **e até**, **e justamente**, **e também**, **é verdade**, **excessivamente**, **exclusivamente**, **igualmente importante (essencialmente)**, **infelizmente**, **menos de (da)**, **não apenas ... mas também**, **não só ... mas também**, **naturalmente**, **nem mesmo**, **no mais**, **novamente**, **por isso mesmo**, **pouco mais (de, do que)**, **sobretudo**, **tanto**, **tanto ... quanto**, **tanto mais**, **todavia**, **absolutamente**, **ademais**, **além**, **altamente**, **ao contrário**, **ao menos**, **cerca de**, **como sempre**, **de resto**, **demais**, **e apenas**, **e assim**, **e até mesmo**, **e como se**, **e lá**, **e mesmo assim**, **e não só porque ... mas também (porque)**, **e se**, **em vez de**, **finalmente**, **fortemente**, **habitualmente**, **já que**, **maior do que**, **mais facilmente**, **mais**

precisamente, mais significativa, mais uma vez, mas ainda, mas também, muito mais, não apenas ... mas, obviamente, ora ... ora, possivelmente, por causa, quase certamente, recentemente, simplesmente, só assim, só então, suficientemente, tão ... que, tão facilmente, tão-somente foram considerados de baixa frequência devido ao menor número de ocorrências, perfazendo um total de 337 (trezentas e trinta e sete) ocorrências, o que equivale a 30,53% do total. Tivemos, pois, 120 (cento e vinte) operadores com frequência baixa.

Analisamos, a seguir, na Tabela 2, as frequências alta, média e baixa dos operadores argumentativos por grupo. E na Tabela 3, listamos por faixa de frequência os operadores usados no *corpus*.

Tabela 2 – Frequência por grupo de operadores

Grupos	Faixas	Nº de ocorrências de cada operador no corpus	Quantidade de operadores que possuem o mesmo nº de ocorrências	Total de ocorrências	Frequência (%)
Grupo 1 (baixa frequência)	de 01 até 09	01	46	46	de 0,091% até 0,815%
		02	28	56	
		03	11	33	
		04	11	44	
		05	09	45	
		06	05	30	
		07	02	14	
		08	03	24	
		09	05	45	
<i>Subtotal</i>		45	120	337	30,53 %
Grupo 2 (média frequência)	de 12 até 23	12	02	24	de 1,087% até 2,080%
		13	01	13	
		14	02	28	
		15	01	15	
		17	01	17	
		19	01	19	
		21	02	42	
		22	02	44	
		23	01	23	
<i>Subtotal</i>		156	13	225	20,38%
Grupo 3 (alta frequência)	de 28 até 107	28	01	28	de 2,530% até 9,690%
		36	01	36	
		38	01	38	
		43	01	43	
		52	01	52	
		64	01	64	
		69	01	69	
		105	01	105	
		107	01	107	
<i>Subtotal</i>		542	09	542	49,09%
Total				1104	

Tabela 3 – Operadores por faixa de frequência

Frequência	Operador	Ocorrência	Frequência (%)
Baixa (de 0,091% até 0,815%)	além disso, apesar (de, do(s), da(s), dessa, disso), assim, certamente (é certo que), no entanto, de fato, na verdade, porque, nem, pelo menos, afinal, conforme, isto é, ou seja, por isso, ainda mais, contudo, e mais, especialmente, inclusive, lamentavelmente, menos do que (menor(es) do que, menor que), por exemplo, principalmente, até mesmo, daí (aí), e já, freqüentemente, mesmo assim, mesmo que, o mais (o maior), ora, ou, pouco (mais um pouco), um pouco, uma vez que, ainda que, e só, então, entretanto, exatamente, justamente, mais ainda, mais importante, tanto que, tão ... quanto (tanto a do ... como a do), tão, aliás, assim como, até porque, como se, do contrário, e ainda, e até, e justamente, e também, é verdade, excessivamente, exclusivamente, igualmente importante (essencialmente), infelizmente, menos de (da), não apenas ... mas também, não só ... mas também, naturalmente, nem mesmo, no mais, novamente, por isso mesmo, pouco mais (de, do que), sobretudo, tanto, tanto ... quanto, tanto mais, todavia, absolutamente, ademais, além, altamente, ao contrário, ao menos, cerca de, como sempre, de resto, demais, e apenas, e assim, e até mesmo, e como se, e lá, e mesmo assim, e não só porque ... mas também (porque), e se, em vez de, finalmente, fortemente, habitualmente, já que, maior do que, mais facilmente, mais precisamente, mais significativa, mais uma vez, mas ainda, mas também, muito mais, não apenas ... mas, obviamente, ora ... ora, possivelmente, por causa, quase certamente, recentemente, simplesmente, só assim, só então, suficientemente, tão ... que, tão facilmente, tão-somente	337	30,53%
Média (de 1,087% até 2,080%)	além (de, da, do (s), da (s), deste (a), até, é que, embora, mais de (a), mais do que, mesmo, pois, porém, portanto, quase, segundo, só	225	20,38%
Alta (de 2,530% até 9,690%)	ainda, apenas, como, e, já, mas, se, também, pois	542	49,09%

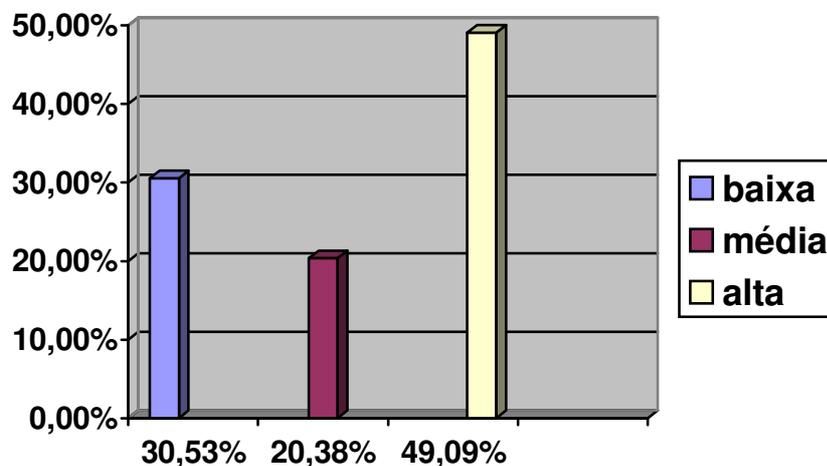


Figura 1 – Gráfico para visualização da proporção de ocorrência de operadores de baixa, média e alta frequência em relação ao total

O levantamento feito anteriormente nos permite constatar que é freqüente o uso de operadores argumentativos em editoriais de jornal (média de 14,153 operadores por editorial = $1104 \div 78$), o que comprova uma de nossas hipóteses. Na verdade, a alta freqüência de uso de operadores no gênero textual editorial de jornal pode significar que essa categoria de texto precisa orientar bem o leitor para a conclusão a que deve chegar e, ainda, de acordo com Agustini (informação verbal*⁷) achar/ter a impressão de que chegou a essa conclusão porque raciocinou por conta própria; daí advindo a logicidade da argumentação.

Apresentaremos, a seguir, o resultado do levantamento dos operadores argumentativos,

⁷ Consideração tecida pela Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Hernandes Agustini, durante o exame de qualificação da dissertação “Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 22/11/2006.

comparando-os de acordo com seu uso em cada jornal. A Tabela 4 permite verificar o número de ocorrências de operadores argumentativos em cada jornal e as porcentagens de operadores do total usados por cada jornal.

Tabela 4 – Porcentagem de operadores do total usados por cada jornal

Jornal	Número de ocorrências	Porcentagem
Estado de Minas	352/1104	31,9%
O Globo	358/1104	32,4%
Folha de S. Paulo	394/1104	35,7%

Em termos percentuais, a Tabela 4 apresenta resultados significativos. O jornal que apresenta o mais alto índice de frequência de operadores argumentativos é a Folha de S. Paulo. Entretanto, é inexpressiva a diferença percentual que ela apresenta.

Nesse sentido, é interessante ressaltar que os editoriais que fazem parte do nosso *corpus* pertencem a jornais classificados como os melhores do país. Sendo assim, de acordo com a Tabela 4, não há diferença quantitativa significativa. Isso porque os editorialistas dos três jornais, ao escolher termos para expressão do pensamento, escolhem tendo em vista o alcance da argumentação. E já que consideramos que as instituições jornalísticas possuem seus próprios interesses – que podem ser de ordem econômica, social ou política – as notícias veiculadas podem ser articuladas de uma posição ideológica particular. Apoiando-se no senso comum, os editorialistas, quanto mais persuasivos forem, maior poder terão, de alcançar a aprovação, pelos

leitores, das teses que defendem. Por esse motivo, consideramos que o uso significativo de operadores argumentativos pode ser uma das estratégias para conquistar a adesão do leitor.

Podemos dizer que na apresentação de editoriais, ao enfatizar assuntos que provocam em seu auditório a reflexão e ao atuar sobre o seu leitor, fica evidente que nos três jornais os editores usam os operadores argumentativos como recursos lingüísticos por causa da grande força argumentativa que eles imprimem aos textos.

Dando seqüência à análise da Tabela 4, passamos agora à abordagem dos operadores cujos percentuais de freqüência foram mais altos nos editoriais.

Tabela 5: Porcentagem de operadores de alta freqüência usados nos editoriais por jornal

Operadores	Estado de Minas	O Globo	Folha de S. Paulo
mas	40/183 - 21,86%	38/192 - 19,80%	29/167 - 17,36%
e	32/183 - 17,49%	44/192 - 22,90%	29/167 - 17,36%
como	20/183 - 10,93%	25/192 - 13,02%	24/167 - 14,37%
já	26/183 - 14,20%	21/192 - 10,94%	17/167 - 10,18%
se	19/183 - 10,38%	19/192 - 9,89%	14/167 - 8,38%
apenas	18/183 - 9,84%	09/192 - 4,69%	16/167 - 9,59%
também	06/183 - 3,28%	18/192 - 9,38%	14/167 - 8,38%
ainda	08/183 - 4,37%	10/192 - 5,21%	18/167 - 10,78%
pois	14/183 - 7,65%	08/192 - 4,17%	06/167 - 3,60%
	183/ 100%	192/ 100%	167/ 100%

Tabela 6 – Porcentagem de operadores usados nos editoriais comparando o número de ocorrências por jornal

Operadore:	Total de operadores	Estado de Minas	O Globo	Folha de S. Paulo
mas	107	40/107 - 37,38%	38/107 - 35,51%	29/107 - 27,10%
e	105	32/105 - 30,48%	44/105 - 41,90%	29/105 - 27,62%
como	69	20/69 – 28,99%	25/69 – 36,23%	24/69 – 34,78%
já	64	26/64 - 40,63%	21/64 - 32,81%	17/64 - 26,56%
se	52	19/52 - 36,54%	19/52 - 36,54%	14/52 - 26,92%
apenas	43	18/43 - 41,86%	09/43 - 20,90%	16/43 - 37,21%
também	38	06/38 - 15,79%	18/38 - 47,37%	14/38 - 36,84%
ainda	36	8/36 - 22,22%	10/36 - 27,78%	18/36 - 50%
pois	28	14/28 - 50%	08/28 - 28,57%	06/28 - 21,43%

Em termos percentuais, a Tabela 5 apresenta alguns resultados bem significativos. O operador **apenas** apresenta uma ocorrência baixa no jornal O Globo, chega a ser 50% menor do que no jornal Estado de Minas. Os argumentos com o operador **apenas** servem para apontar ou uma afirmação de totalidade ou uma negação total, o que pode sugerir que talvez o jornal O Globo seja menos taxativo.

Na Tabela 6, podemos observar que o operador **como** é menos usado no jornal Estado de Minas do que nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Nesta pesquisa, verificamos que o operador **como** figura nos editoriais exercendo o papel de introduzir uma comparação, uma

exemplificação, uma relação de conformidade, um ato de justificativa (cf. Tabela 7 – ver p. 107). A diferença que se estabelece pode se dar pela preferência, já que o uso da comparação permite a avaliação de um item em relação ao outro, o que pode tornar o argumento mais eficaz. Nos três jornais, o operador **como** é usado para introduzir uma comparação quase que com a mesma frequência. O argumento por exemplificação é o preferido e é usado com a mesma frequência nos três jornais (cf. Tabela 7 – ver p. 107). Isso permite afirmar que mesmo as preferências não são aleatórias, porque a argumentatividade pela comprovação pode se tornar irrefutável à medida que parte do concreto.

O operador usado com maior frequência nos três jornais foi o **mas**. De acordo com a Tabela 5, o operador apresentou percentual menor no jornal Folha de S. Paulo, se comparado ao percentual que apresentou nos editoriais dos jornais O Globo e Estado de Minas. Embora a diferença percentual não seja tão grande, é significativa. Entretanto, se observarmos na Tabela 1, veremos que a ocorrência do operador **porém** no jornal Folha de São Paulo (que tem, na maioria dos casos, o papel de contrariar o argumento, assim como o **mas**), é significativa (14 ocorrências), em relação ao número de ocorrências nos jornais Estado de Minas (05 ocorrências) e O Globo (04 ocorrências). A preferência por um ou outro operador pode ser um traço dos produtores dos textos, inclusive de erudição, já que **porém** é considerado por muitos mais culto que o **mas**.

Na Tabela 5, podemos ver que o operador **e** é usado com maior frequência no jornal O Globo, do que nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de Minas, mas a diferença percentual não chega a ser muito grande. Como seu papel básico é acrescentar um argumento que passa a ser decisivo, quando há duas escalas no mesmo sentido, podemos considerar que os três jornais buscam, com o uso desse operador de maneira tão significativa, reforçar o argumento que consideram mais importante com o objetivo de persuadir o leitor do jornal. Talvez a frequência

possa ser explicada também porque o operador **e** pode ser usado com outro valor, o de opor argumentos.

A diferença percentual do operador **também** é bastante significativa. No jornal Estado de Minas ele apresenta ocorrência bem mais baixa do que nos outros jornais. Esse operador funciona como marcador de inclusão. Talvez, por uma questão de estilo, esse jornal não use (porque nos editoriais analisados eles não foram usados) os operadores de inclusão: **além disso, ainda mais, mais ainda, ademais, aliás**. Preferindo usar **também, e mais** (mesmo que com uma frequência menor) e, principalmente, o operador **e**.

O operador **também**, além de igualar duas proposições que têm a mesma força argumentativa, acrescenta um argumento de força igual para a conclusão, como podemos verificar na comparação a seguir:

- (24) “A economia brasileira voltou a crescer em 2004, apresentando resultados fantásticos no comércio exterior. Ganhos significativos foram obtidos **também** nas finanças públicas, como a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) recuando para 52%”. (O Globo – texto nº 18)

Entretanto, o mesmo operador, usado em editorial do jornal O Globo, exerce o papel de acrescentar um argumento irrefutável ao enunciado. A seguir, o operador **também** tem como função a inclusão. Notemos que, no exemplo, pode-se substituir **também** por **além disso**:

- (25) “A CGU escolheu prefeituras por sorteio para averiguar a maneira como cada uma gastava os recursos federais. Os auditores encontraram distorções na maioria. Se havia problemas decorrentes da inexperiência administrativa, identificaram-se **também** operações clássicas de corrupção: notas frias, laranjas, etc.” (O Globo – texto nº 17)

No exemplo acima, as operações clássicas de corrupção funcionam como um argumento decisivo, porque se contrapõem à idéia de que havia inexperiência administrativa. Substituindo o **também** pelo operador **ainda** temos:

(26) “...Se havia problemas decorrentes da inexperiência administrativa, identificaram-se **ainda** operações clássicas de corrupção: notas frias, laranjas, etc.”

Assim, consideramos que o operador **também**, no exemplo transcrito, exerce o papel de introduzir mais um argumento com o objetivo de captar a adesão do interlocutor e conduzi-lo a uma conclusão esperada: a estratégia, no caso, é apresentar um motivo a mais para intensificar a persuasão.

O operador **ainda**, que tem como papel introduzir mais um argumento a favor de uma determinada conclusão, apresenta o mais alto índice de frequência (50%) no jornal Folha de S. Paulo, como podemos ver na Tabela 6. Percentuais de frequência inferiores foram encontrados nos jornais O Globo e Estado de Minas, quanto ao uso de **ainda**. É por meio desse operador que são atualizadas as intenções de persuadir o interlocutor e conduzi-lo a uma conclusão esperada. A estratégia é apresentar um outro motivo que o impulse a uma conclusão pretendida, tornando-a irrefutável.

O operador **ainda** reforça e intensifica a persuasão na seqüência em que é usado e sempre deflagra o pressuposto de que o que se diz introduzido por **ainda** não devia ser/acontecer na medida em que assevera a argumentação que vem sendo construída. Por isso, funciona como um forte argumento, que chega a ser irrefutável. Essa função pode ser observada no exemplo (27):

(27) “Segundo levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT), a maior parte dos 47.645 km de estradas pesquisadas pela entidade encontra-se em condições

precárias - sendo 41% em estado deficiente, 25% ruim e 16,8% péssimo. Esse panorama torna-se **ainda** mais preocupante quando se considera que grande parte dos bens e mercadorias brasileiros é transportada por via terrestre em caminhões”. (Folha de S. Paulo – texto nº 27)

Introduzido pelo operador **ainda**, temos no exemplo um argumento decisivo, irrefutável que se acrescenta ao argumento sobre as condições precárias das estradas pesquisadas pela Confederação Nacional do Transporte: o de que quase todos os bens no Brasil são transportados por rodovias. Esses argumentos são postos para a conclusão de que é preciso investir mais e melhor em infra-estrutura.

Como se pode observar, o uso de um outro operador (**e, também, ainda**), com a mesma função básica parece equilibrar a diferença no uso de um dado operador por um dos jornais, caracterizando talvez uma preferência dos produtores por determinadas nuances da adição de argumentos.

O operador **pois** é outro que apresentou uma diferença percentual significativa. Ele chega a ser usado, no jornal Estado de Minas, em média, duas vezes mais que nos jornais Folha de São Paulo e O Globo. É um operador que tem por função apontar uma explicação ou apontar causa/conseqüência. Talvez seja uma opção do jornal Estado de Minas explicar ou apontar causas e conseqüências para ser menos taxativo.

O operador **pois** pode ser usado para introduzir uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores ou uma explicação. Vejamos o exemplo:

- (28) “O longo governo de FHC (1995/2002) destaca que universalizou a matrícula (alunos de sete a 14 anos). Para quê? Nunca se garantiu que não haveria evasão, **pois** todos sabem que milhões de crianças e jovens não podem freqüentar as aulas, em razão da pobreza, fome do corpo e da alma a que estão relegados por um regime excludente dos menos favorecidos, de todas as cores e etnias. O ministro Tarso Genro deve

ouvir quem sabe do assunto e promover uma reforma para valer”. (Estado de Minas – texto nº 60)

No exemplo em questão, o operador exerce o papel de explicar a asserção anterior, na tentativa de reforçar o argumento e provocar no leitor a adesão ao que está sendo reforçado. O maior uso de **pois**, bem como de **porque** (cf. Tabela 1), pelo jornal Estado de Minas parece sugerir que os produtores de seus editoriais tendem a ser mais explicativos, o que configura a estratégia de garantir a adesão por parte dos leitores, fazendo-os sentir-se mais esclarecidos.

A apresentação dos dados da Tabela 6 permite-nos afirmar que a média alta de operadores nos editoriais analisados não é aleatória, mas motivada pela necessidade de provocar no leitor uma adesão à tese proposta pelo editorialista.

Os dados das Tabelas 5 e 6 evidenciam que a construção dos editoriais pelos três jornais é muito próxima, semelhante no que diz respeito ao uso dos operadores argumentativos. Como se pode observar pela Tabela 6, as únicas diferenças quantitativas mais significativas são as seguintes:

- a) o percentual do operador **ainda** no jornal Folha de S. Paulo foi maior que o apresentado em outros jornais;
- b) no jornal O Globo o percentual dos operadores **também** e **e** foi bem superior ao dos demais jornais;
- c) no jornal Estado de Minas o percentual do operador **pois** foi significativamente superior aos demais.

Dessa forma, consideramos que os percentuais mais elevados no uso de alguns operadores argumentativos por um dado jornal, pode ser atribuído a uma preferência dos produtores dos editoriais, como no caso de uso do **mas** e **porém** pelo jornal Folha de S. Paulo. Nesse sentido, é importante ressaltar que, sendo um ou outro, os operadores estão presentes na construção dos editoriais de jornal.

Em resumo, considerando que em editoriais são veiculados, na maioria das vezes, assuntos polêmicos que têm a intenção de convencer o leitor a realizar, no âmbito intelectual, uma ação; a comparação do percentual de uso dos operadores encontrados com maior frequência nos editoriais nos permite constatar que:

a) os percentuais apontam para um similar estilo de escrita, pois, de uma maneira geral, existe um equilíbrio funcional no uso dos operadores argumentativos de acordo com o que verificamos nos editoriais dos três jornais pesquisados;

b) os operadores funcionam como marcas lingüísticas na superfície do texto que contribuem para tornar a argumentação mais forte e, por isso, mais eficaz.

E, como consideramos que as instituições possuem seus próprios interesses e que as notícias veiculadas podem partir de uma posição ideológica particular, principalmente porque, no editorial, retratam a opinião do jornal, as conclusões a que chegamos nos permitem afirmar que o estilo de escrita similar é da ordem do gênero. Isso talvez possa justificar porque os editorialistas têm um manual que precisam seguir para a produção de seus textos.

Passaremos, em seguida, à análise do papel que os operadores argumentativos têm e depois, à verificação de como se dá o processo da argumentação no gênero editorial de jornal.

3.3- O papel dos operadores argumentativos no *corpus*

Conforme Melo (2005), os editores de jornal, na tarefa de convencer e persuadir, e ainda de levar o leitor a se comportar na sociedade e atuar segundo princípios e concepções defendidas, selecionam e produzem argumentos de acordo com as condições intelectuais e sociais de seu auditório.

Verificamos que o uso de certos operadores argumentativos no gênero editorial pode funcionar como recurso eficiente na construção do discurso persuasivo, porque a força argumentativa pode fazer parecer que os editoriais partem de logicidade de raciocínio no quadro de uma realidade social. Nesse contexto, parece haver um jogo com o senso comum.

Diante do exposto, e reconhecendo a necessidade de delimitar nossa pesquisa, definimos como objeto dessa parte da análise um total de 22 (vinte e dois) operadores argumentativos considerados na pesquisa como de alta e de média frequência e responsáveis por 60,47% dos operadores utilizados no *corpus*. Ressaltamos que nossa análise, embora focalizando os operadores argumentativos, considerou o conjunto formado pelas seqüências lingüísticas e, às vezes, todo o texto e os aspectos que o envolvem, porque uma seqüência lingüística, dependendo de sua relação com outros elementos do texto, e até do contexto em que se insere, pode adquirir significados diferentes.

3.3.1- Além de

Na linguagem dos editoriais de jornal que analisamos, verificamos o uso do operador **além de** como de média frequência (1,75%). De acordo com o levantamento que fizemos, esse

operador encerra considerável força argumentativa nos enunciados em que se encontra.

Consideremos os exemplos a seguir:

- (29) “No período analisado, foram para o ralo R\$ 19,8 bilhões com o cerramento das portas dessas empresas, **além da** perda de 2,4 milhões de empregos”. (Estado de Minas – texto nº 55)
- (30) “As terapias que usam células-tronco são uma das principais promessas da ciência para o tratamento de diabetes, mal de Parkinson e outras doenças degenerativas, **além de** trazer a perspectiva de que, um dia, laboratórios possam desenvolver órgãos para transplantes”. (Folha de S. Paulo – texto nº 34)
- (31) “Se por um lado as exportações vinham canalizando parte da produção que poderia estar atendendo ao crescimento da demanda interna, por outro contribuíram para acomodar o câmbio e impulsionar a produção agropecuária doméstica — **além de** favorecer eventuais importações, necessárias para regularizar o mercado”. (O Globo – texto nº 16)
- (32) “(...) Como sempre, essas práticas produzirão no futuro mais impostos e/ou carências em áreas estratégicas. **Além de** impedirem o aperfeiçoamento da democracia”. (O Globo – texto nº 20)

No exemplo (29), o editorialista do jornal O Estado de Minas, ao usar o **além da** após afirmar que com o fechamento de empresas foram perdidos muitos bilhões, realça ser muito mais importante que o dinheiro gasto, os milhões de empregos que se perderam. Para Agustini (informação verbal*⁸), ao colocar a questão social acima da econômica o produtor do texto direciona o leitor para concluir o mesmo que ele. Na seqüência lingüística em que diz isso, usa o operador para acentuar a força argumentativa do enunciado.

Ao ler o editorial “Avanço para a Ciência” (texto nº 34), percebemos que o editorialista aborda uma questão polêmica: a da pesquisa com células-tronco. No segundo parágrafo do

⁸ Afirmação feita pela Profª Drª Carmen Lúcia Hernandez Agustini, durante o exame de qualificação da dissertação “Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal”, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 22/11/2006.

editorial, aparece a seqüência transcrita no exemplo (30), considerando que as pesquisas com células-tronco, **além de** serem importantes para o tratamento de doenças, podem ser também importantes se puderem desenvolver órgãos para transplantes.

A análise da seqüência em (30) nos permite observar que o editorialista aborda sua opinião de forma explícita, a partir de argumentos devidamente selecionados e hierarquizados. O enunciado introduzido pelo operador **além de** acrescenta um argumento que soa como uma perspectiva de avanço da medicina. A intenção é orientar para que o leitor veja o uso de células-tronco como uma perspectiva grandiosa - já que traz a possibilidade de desenvolver órgãos para transplantes em laboratórios - e se torne a favor das pesquisas. Ou então, se já concordar, fortalecer sua opinião quanto à idéia defendida no editorial.

O mesmo raciocínio pode ser observado no exemplo (31), em que há a informação de que as exportações impulsionaram a produção agropecuária doméstica e favoreceram eventuais importações. O papel do operador **além de**, nesse caso, é o de adicionar um argumento que acentua a força argumentativa do enunciado.

No exemplo (32), o editorialista, com o uso do operador **além de**, aponta fortemente para um argumento que deve prevalecer sobre os outros: que a democracia precisa ser aperfeiçoada. Após tratar de males como o populismo e o clientelismo e a falta de limites evidentes do uso da máquina pública e de dinheiro do contribuinte para fins eleitoreiros, o editorialista finaliza o texto com o argumento mais importante, introduzido pelo operador **além de**, tornando mais impressionante o enunciado, e em relação à orientação argumentativa, constituindo-o argumento responsável pela persuasão. A tendência do leitor é pensar que algo que prejudica e impede o funcionamento da democracia, que para o senso comum é tão importante, vai de encontro às práticas que estão sendo realizadas.

Na linguagem do editorial, a argumentação se torna eficiente e mais forte à medida que encontramos os operadores argumentativos funcionando como estratégias para a adesão do leitor à sua opinião.

3.3.2- E

O operador **e** foi considerado neste estudo como de alta frequência (9,51%), portanto, é um operador bastante usado em editoriais jornalísticos. Seu papel básico é acrescentar mais um argumento que passa a ser decisivo, quando há duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido. Vejamos algumas ocorrências do operador **e** nas seqüências a seguir, retiradas de editoriais jornalísticos:

- (33) “Ora, é preciso repetir que um país em que 40 mil pessoas são mortas a bala por ano, e a grande maioria delas jovens, precisa tomar medidas rápidas, duras e criativas para acabar com um massacre digno de guerras e insurreições. **E** uma maneira de combater o problema é com o recolhimento de armas, de forma espontânea e remunerada”. (O Globo – texto nº 4)
- (34) “Ao perder o foco, a CPI passou a contrariar o próprio sentido da convocação de comissões parlamentares de inquérito, que requerem a existência de um fato objetivo a investigar. **E** como ela se tornou um tribunal de exceção com poderes quase ilimitados, o Congresso perdeu o controle sobre sua atuação”. (O Globo – texto nº 10)
- (35) “O momento vinha a calhar para as já clássicas reclamações contra a política monetária **e** - de forma mais dissimulada - contra a austeridade no manejo dos gastos públicos”. (O Globo – texto nº 24)
- (36) “Ela é uma das razões pelas quais é tão alta a carga tributária que incide sobre os bons pagadores. **E** não é imaginável mudar essa situação sem proporcionar ao Fisco os instrumentos legais para cobrar o que é lhe devido”. (Folha de S. Paulo – texto nº 51)
- (37) “O plantio da safra começa em outubro, **e** a única maneira de evitar que os agricultores que se valem dessa variedade fiquem na ilegalidade é editar nova MP”. (Folha de S. Paulo – texto nº 40)
- (38) “Afinal, o projeto do PT, seu partido, é manter-se no governo, a partir de 2007, **e** levar o Brasil ao seletivo grupo dos países desenvolvidos – ser a sexta economia do mundo é o que Lula sonha para o Brasil.”. (Estado de Minas – texto nº 61)

- (39) “Alguns desses menores ficaram fora das ruas mais de meia hora; a maioria, nem isso. Resultado: o turismo, que representa 13% da renda da cidade, continua tão inseguro quanto antes, e não há razão para achar que o número de assaltos a turistas cairá da atual e espantosa média de dez por dia”. (O Globo – texto nº 25)

O uso do operador **e** com valor puramente de adição pode ser verificado nos exemplos (35) e (38), porque neles são anunciadas duas proposições **p** e **q**, apresentadas como verdadeiras pelo produtor do texto. Em (35) o momento vinha a calhar contra a política monetária e contra a austeridade do manejo dos gastos públicos.

O mesmo raciocínio não é válido para o exemplo (33). Na seqüência anterior ao uso do operador **e**, é apontado o problema da quantidade de pessoas, na maioria jovens, que são mortas a bala por ano. Na seqüência seguinte, iniciada por **e**, verificamos que o enunciado se constitui como argumento de grande força argumentativa para a solução dos problemas. No exemplo (37) ocorre o mesmo que em (33), só que no caso o editorialista restringe a solução apontando que a “única maneira” de se evitar que agricultores fiquem na ilegalidade seja a edição de nova MP. Observamos que o uso do operador **e** conduz o leitor a concordar que, diante dos fatos, a solução é editar a medida provisória.

No exemplo (39), a seqüência introduzida pelo operador **e**, a afirmação de que o número de assaltos a turistas não cairá, também revela-se como uma conclusão lógica a que se deve chegar, porque parte de uma análise feita a partir de fatos. No exemplo (34), observamos que o operador **e**, acompanhado de **como**, introduz uma justificativa ou explicação do que foi enunciado anteriormente, portanto estabelecendo uma relação de causa/conseqüência. Já no exemplo (36), verificamos que o uso do **e** não estabelece adição, e sim uma relação de adversidade ao enunciado anterior para fortalecer os argumentos que se apresentam após sua introdução, que estão em sentido contrário. Consideremos o seguinte raciocínio:

- a) A situação é uma das razões pelas quais é tão alta a carga tributária.
- b) Não é imaginável mudar essa situação.

a e b enfatizam a idéia de que existe uma situação e que não se pode mudá-la nem na imaginação, portanto se estabelece uma relação de contraposição. O operador **e**, responsável neste caso, pela relação dos argumentos em direções opostas, possui o papel de **mas**, ou seja, possui valor adversativo. Nesse caso, os argumentos que constituem as asserções, ainda que ligados pelo operador **e**, não são equivalentes porque possuem uma relação de adversidade.

Diante dessas observações, constatamos que nos estudos da semântica argumentativa, o operador **e**, de acordo com nosso levantamento feito anteriormente, considerado de alta frequência em editoriais jornalísticos, tem papéis diversos na articulação de argumentos.

3.3.3- Também

Segundo Vogt (1997), o papel argumentativo de **também** é estabelecido porque opera em nível de duas asserções, igualando-as quanto à força argumentativa. Para o autor, qualquer que seja a intenção argumentativa de um locutor no ato de enunciação, significa dizer que **p** e **q** têm a mesma força argumentativa. O operador **também**, considerado nesta pesquisa como de alta frequência (3,44%), tem como papel ligar duas asserções em que os argumentos **p** e **q** são orientados para uma mesma conclusão. De acordo com os exemplos listados:

- (40) “Se a informalidade é alimentada pela carga de tributos, o inverso **também** é verdadeiro”. (O Globo – texto nº 22)
- (41) “Mas não se deve exigir do programa o que ele não pode dar. A coleta visa a acabar com as tragédias em famílias, entre amigos, nas ruas e bares, patrocinadas pela

banalização do uso de armas. E evitar **também** que revólveres e pistolas de cidadãos comuns terminem fortalecendo os arsenais do crime. (O Globo - texto nº 4)

verificamos que o operador funciona como elemento que relaciona as asserções **p** e **q**, permitindo-nos afirmar que, do ponto de vista argumentativo, seu papel é orientar a ação do locutor relativamente ao enunciado anterior, estabelecendo que os argumentos possuem o mesmo valor argumentativo.

No exemplo (40), esquematicamente, temos:

p= a informalidade é alimentada pela carga de tributos.

q= o inverso é verdadeiro. (a carga de tributos é alimentada pela informalidade.)

Os argumentos **p** e **q** são orientados para uma mesma direção relativamente a uma conclusão **r**: a carga de tributos é alimentada pela informalidade. Verificamos que ambas, a informalidade e a formalidade, são alimentadas pela carga de tributos. Tomando o editorial “Negócio promissor” como um todo, teremos o editorialista, após a afirmação transcrita no exemplo (40), exemplificando que o estado de São Paulo, ao reduzir de 25% para 12% o ICMS sobre o álcool hidratado, ampliou o mercado formal do combustível em 75%. Para encerrar o que se afirmou a partir do uso do operador **também**, conclui-se que o imposto caiu e a arrecadação aumentou.

Embora o operador **também** tenha por função introduzir mais um argumento com mesma força argumentativa, e que no enunciado que inicia aparentemente demonstre isso, ele está introduzindo, a nosso ver, o argumento que focaliza a idéia mais importante do texto. Quando o editorialista diz que “o inverso também é verdadeiro”, pretende levar o leitor a pensar em não sonegar o imposto se tiver que pagar menos, em vez de ter que pagar uma certa quantia para o

fiscal e continuar na ilegalidade. Na verdade, o que se quer provocar no leitor é justamente essa idéia. E é o operador **também** que está sendo usado para introduzi-la, assumindo portanto, pelo contexto da comunicação, importância cabal.

No exemplo (41) há a afirmação de que o recolhimento de armas objetiva acabar com as tragédias e pode **também** evitar que as armas de cidadãos comuns fortaleçam os arsenais do crime. Como podemos perceber, do ponto de vista argumentativo, o papel de **também** é orientar a ação do locutor relativamente ao enunciado anterior e argumentar que a proporção é a mesma, tanto para acabar com as tragédias que ocorrem por causa do porte de armas, quanto para evitar que as armas sejam usadas por criminosos.

3.3.4- Ainda

O operador **ainda**, bastante usado na linguagem dos editoriais que analisamos, foi considerado de alta frequência (3,26%). Nos estudos de Koch (1986), a autora considera que o operador **ainda** pode servir como introdutor de mais um argumento em favor de uma conclusão e também como marcador de excesso temporal. Sua presença pode funcionar como eficiente mecanismo discursivo usado pelo editorialista com a finalidade de introduzir mais um argumento que pode mudar a ação do leitor, apresentando-o como algo excessivo: um argumento que leva à conclusão **r**, mas é algo que se vê como uma espécie de absurdo, algo que não devia ser/existir, ou pode ser visto por alguém como improvável. Os exemplos são:

- (42) “As finanças públicas estão longe do quadro ideal, pois a arrecadação continua lastreada em uma carga tributária abusiva, e as despesas, além de estarem amarradas pela legislação, embutem **ainda** enorme grau de desperdício”. (O Globo – texto nº 16)

- (43) “Mas é indiscutível que uma carga tributária mais leve reduz a tentação sobre os sonegadores em potencial e **ainda** melhora a arrecadação”. (O Globo – texto nº 22)
- (44) ”Seria, sem dúvida, exagerado afirmar que essas cifras são suficientes para contestar a opinião de que educação e renda são fatores decisivos na prevenção de casos de gravidez indesejada. No entanto o estudo chama a atenção para o fato de que, por mais que se tenham feito esforços para proporcionar educação e informação adequadas à nova realidade, **ainda** há muito por fazer”. (Folha de S. Paulo – texto nº 45)

Nos enunciados transcritos, consideramos o uso do operador **ainda** uma estratégia argumentativa, pois tal operador contribui significativamente para introduzir um argumento decisivo na tentativa de obter a adesão do seu interlocutor, justamente porque é algo improvável, que não deveria ocorrer. Em (42), a seqüência lingüística possui os seguintes argumentos:

- a) As despesas estão amarradas pela legislação.
- b) As despesas embutem enorme grau de desperdício.

Quanto à argumentação, o segundo enunciado é mais forte porque possui a presença do operador **ainda**, ou seja, esse operador introduz mais um argumento a favor de uma conclusão: as despesas embutem enorme grau de desperdício. Nas seqüências lingüísticas do exemplo (42), os argumentos são postos em relação de gradação. Nesse sentido, o emprego do operador reforça e intensifica a persuasão na seqüência em que foi usado: além de as despesas estarem amarradas pela legislação, **ainda** embutem enorme grau de desperdício, o que não devia ocorrer. Para o enunciador esse é um argumento mais importante que os outros. Aqui, além de informar que as despesas estão amarradas pela legislação, ele informa que elas causam o desperdício. Os argumentos tendem a fazer com que o leitor concorde com a opinião do enunciador do texto. Afinal, não há muitas pessoas que aprovem “um enorme grau de desperdício”.

No exemplo (43) ocorre algo semelhante:

- a) É indiscutível que uma carga mais leve reduz a tentação sobre os sonegadores em potencial.
- b) Uma carga tributária mais leve melhora a arrecadação.

Consideramos que o operador **ainda** assume o papel, no enunciado em questão, de introduzir um argumento que possui um valor apreciativo por parte do enunciador. Tal operador se torna eficaz no sentido de reforçar que uma carga tributária mais leve reduzirá a tentação sobre os sonegadores; e intensifica, na seqüência do **ainda**, que a carga tributária mais leve melhorará a arrecadação, o que pareceria improvável.

Para Ducrot (1981), o operador **ainda** pode exercer o papel de marcador de tempo. Funcionando como advérbio ele pode ser iterativo quando marca a repetição de um acontecimento; ou continuativo quando marca a persistência de um estado. Vejamos os exemplos em que podemos perceber o caráter temporal de **ainda**:

- (45) “É certo que as condições, inclusive externas, favorecem o ciclo de retomada, mas a realidade **ainda** não autoriza o triunfalismo que se vai apoderando do discurso governamental”. (Folha de S. Paulo – texto nº 28)
- (46) “A educação nacional nunca conseguiu acompanhar os passos da história. **Ainda** prevalece a campanha contra o antigo sistema de ensino que, embora de boa qualidade, era tenazmente combatido por pedagogos-políticos que o qualificavam de elitista”. (Estado de Minas – texto nº 60)

Podemos verificar, no exemplo (46), que a idéia de tempo é marcada pelo operador **ainda**. Do ponto de vista semântico, há no enunciado uma relação argumentativa que tem por objetivo introduzir a idéia de que até o momento em que o enunciado é produzido, prevalece uma campanha contra o antigo sistema de ensino e isso já devia ter sido superado. Dessa forma, temos que a inserção do operador **ainda** causou um efeito argumentativo, no sentido de reforçar que a campanha não é bem-vinda porque se constitui como um problema.

Segundo Ducrot (1981), toda descrição semântica de um enunciado precedente deve nele reconhecer, dentre outras coisas, o posto e o pressuposto. A pressuposição exerce papel importante na orientação argumentativa de um texto. O operador **ainda** sempre deflagra o pressuposto de que o que se diz não devia ser e, por isso mesmo, a sua existência funciona como um forte argumento. O produtor do texto, ao estabelecer um pressuposto, procura estabelecer as condições do argumento subsequente: caberá ao leitor aceitar tais condições e continuar lendo o texto oferecido, no caso, pelo editorialista; ou questionar tais condições, contestando os argumentos.

Daí a importância dos pressupostos nos editoriais jornalísticos, pois eles passam a idéia de que não devem ser recusados. Eles, se devidamente articulados no texto, podem alterar até a opinião do leitor, funcionando, assim, como ponto de partida do processo argumentativo. Por esse motivo, cabe ao enunciador do texto persuasivo conhecer seu auditório, saber as opiniões que predominam, seus valores e como os hierarquiza, os lugares que ocupam, pois é a partir desse conhecimento que ele deve selecionar o ponto de partida de seus argumentos e, em seguida, decidir como irá apresentá-los. Portanto, no processo de argumentação, a apresentação dos dados com eficácia é essencial.

3.3.5- Até

O operador **até**, de acordo com Guimarães (1987), considerado de fundamental importância para os estudos da semântica argumentativa, seleciona um argumento mais forte de uma escala orientada para se chegar a uma conclusão. Assim, pois, é uma estratégia discursiva usada no editorial de jornal, que busca focalizar um argumento mais forte de uma escala

orientada para se chegar a uma conclusão **r**. Esse operador foi considerado na pesquisa como de média frequência (1,72%).

Tomemos, para análise, os seguintes exemplos:

- (47) “O que for recolhido precisa sair de fato de circulação. **Até** por uma questão de credibilidade do Estatuto”. (O Globo – texto n° 04)
- (48) “Governantes e políticos de todas as estirpes são useiros e vezeiros em inventar expedientes e **até** modificam o sentido de palavras, quando tratam de defender atos e medidas que a opinião pública não aceita passivamente”. (Estado de Minas – texto n° 53)
- (49) “Quanto às pesquisas com embriões, ela precisa ser liberada, inclusive a clonagem terapêutica. Nas células-tronco pode estar a chave para a cura de várias moléstias degenerativas e **até** a possibilidade de que um dia se desenvolvam órgãos sobressalentes para transplantes. As perspectivas são animadoras demais para que permaneçam ignoradas.”. (Folha de S. Paulo – texto n° 40)
- (50) “O descalabro é tamanho que **até** os mais empedernidos ambientalistas desistiram da idéia de retirar toda essa população das áreas de mananciais”. (Folha de S. Paulo – texto n° 30)

O uso do operador **até** nos exemplos transcritos confere maior poder de persuasão ao que está sendo informado e discutido. No exemplo (47), considerando todo o editorial “Desarmamento” (texto n° 04) e os aspectos que o envolvem, o editorialista, quando usa “o que for recolhido”, refere-se às armas recolhidas a partir do programa do Estatuto do Desarmamento. Na seqüência transcrita o uso de **até** evidencia que é uma questão de credibilidade do Estatuto que as armas recolhidas saiam de fato de circulação.

Considerando **p** e **p'** em uma classe argumentativa sendo determinada por um enunciado **r**, em que **p'** é tomado como um argumento superior a **p** em relação a **r**, isso implica **p'** sendo mais forte que **p** em relação a **r**. Dessa forma, ao enunciar uma seqüência lingüística do tipo **p até p'**, pressupõe-se que existe um **r** determinante de uma escala argumentativa em que **p'** é superior a **p**.

Constatamos isso na seqüência do exemplo (47), em que o argumento **p'** apresenta-se, em uma escala argumentativa, superior a **p**:

p= O que for recolhido precisa sair de circulação.

p'= O que for recolhido precisa sair de circulação **até** por uma questão de credibilidade do Estatuto.

No exemplo (48) o editorialista enfatiza, por meio do uso do operador em questão, que a modificação do sentido das palavras pelos governantes e políticos é uma estratégia usada por eles para defender atos e medidas que a opinião pública não aceita, portanto, atos que são polêmicos diante da opinião da sociedade. Assim, pois, o argumento introduzido pelo operador **até** é usado para dar maior força argumentativa ao enunciado.

No exemplo (49), observamos que, além de apontar para uma conclusão, o uso do operador **até**, marca uma relação de credibilidade nas pesquisas. O argumento funciona como uma perspectiva “animadora demais” e pode causar no enunciatário, por uma questão de bom senso, se pensar na possibilidade do desenvolvimento de órgãos sobressalentes para transplantes, a conclusão de que é irracional e ilógico não serem permitidas pesquisas com células de embriões humanos. O argumento estratégico objetiva causar no leitor a impressão de que não permitir as pesquisas significa não progredir e pode possibilitar que as pessoas passem a “aceitar” com maior facilidade as mudanças científicas, porque “parece” ser o caminho para o progresso e não há motivos para recusá-lo, de acordo com os argumentos explicitados no editorial.

Quanto ao que foi transcrito no exemplo (50), observamos que, além de apontar para uma conclusão, o uso do operador **até** marca uma relação de espanto, de surpresa, de incredulidade tamanha diante da desistência dos mais empedernidos de retirar toda a população das áreas de mananciais.

De acordo com os enunciados analisados, observamos que os estudos da semântica argumentativa podem apontar para a compreensão das várias estratégias argumentativas que visam, por meio de marcas das seqüências lingüísticas do texto, à manipulação por meio do discurso persuasivo.

Observamos também que os editoriais partem não só de acordos geralmente aceitos pela sociedade, mas também refletem sobre assuntos polêmicos para o consenso geral, desde que as idéias possam ser, de certa forma, bem recebidas pelo seu público-alvo, o leitor do jornal.

3.3.6- Mesmo

Para Koch (1984), **mesmo** é um operador que estabelece a hierarquia dos elementos numa escala, assinalando um argumento mais forte para uma conclusão, ou então o mais fraco, deixando subentendido que existem outros mais fortes. Esse operador funciona como elemento fundamental para a argumentação porque estabelece, nas situações em que figura, relações semânticas cruciais para o que se pretende afirmar. O operador **mesmo** é usado para introduzir argumentos decisivos de persuasão, mostrando-se necessário para causar no leitor o efeito pretendido: confirmar, ratificar, enfatizar o que foi dito. A gramática normativa nem cita o **mesmo** como um elemento que liga termos entre si.

O operador **mesmo**, obteve frequência média (1,99%) nesta pesquisa. Vejamos os exemplos:

- (51) “Assim, a adoção pelos americanos de uma política de contenção **mesmo** tímida seria mais eficaz no combate ao aquecimento global do que o maior dos esforços por parte do Brasil”. (O Globo – texto nº 5)

Em (51), ressalta-se a importância da adoção pelos americanos de uma política de contenção, **mesmo** tímida, podendo causar no leitor um efeito de sentido: que é necessária a existência da política de contenção. Se substituirmos **mesmo** por **embora**, perceberemos claramente que o que prevalece é o que está sendo afirmado na proposição em que o operador **mesmo** se encontra.

- (52) “Afinal, apesar de críticas de algumas organizações não governamentais que acompanham os embates diplomáticos em torno da liberação do comércio internacional, é **mesmo** um avanço que o Primeiro Mundo tenha admitido um corte nos subsídios distribuídos entre seus agricultores e um limite para eles”. (O Globo – texto nº 7)
- (53) “Sempre a melhor arma contra a intriga é a transparência. Mais ainda numa circunstância como essa. Henrique Meirelles precisa **mesmo** ir ao Congresso para se defender de acusações pouco compreendidas pela opinião pública. E, por isso mesmo, capazes de cristalizar uma imagem distorcida do presidente do BC. (O Globo – texto nº 8)

Em (52) considera-se ser **mesmo** um avanço que o Primeiro Mundo tenha admitido um corte nos subsídios distribuídos entre seus agricultores e um limite para eles. No exemplo, o operador tem sentido de ratificação.

A inclusão de **mesmo** em (53) confere o potencial argumentativo do operador. Observemos que é ressaltada a importância de a opinião pública compreender as acusações feitas. O argumento parece indicar que a condição para que sua imagem não fique pior do que já está é a transparência.

Consideremos outros exemplos:

- (54) “A Varig, como ela é e sem acordos operacionais com outras companhias, não tem qualquer autonomia de vôo. No ano passado, **mesmo** com a parceria com a TAM e apoios oficiais, acumulou um prejuízo de R\$1,8 bilhão”. (O Globo – texto nº 12)

- (55) “Mas, **mesmo** com todo o saldo positivo, a vida política nacional não tem conseguido erradicar males como o populismo e o clientelismo. (O Globo – texto nº 20)
- (56) “Eis por que, na semana passada, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, **mesmo** batendo com a posição do colega da Fazenda, Antônio Palloci, pediu a ampliação dos investimentos dos atuais 0,75% para 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para a área de infra-estrutura”. (Estado de Minas – texto nº 63)

Em (54) evidencia-se que a parceria da TAM não diminuiu os prejuízos, o **mesmo** explicita o argumento de que não adianta fazer parcerias nesse caso. A tentativa de ilustrar o argumento pode levar o leitor a concluir que a presença de outra empresa não resolveu o problema, funcionando, talvez como um argumento evidenciador de que a Varig tem que mudar sua maneira de ser. Novamente a substituição de **mesmo** por **embora** deixará claro que este é o argumento que prevalece: nem a parceria resolveu o problema.

O mesmo raciocínio ocorre em (55), em que se afirma que o saldo positivo não tem conseguido erradicar males como o populismo e o clientelismo, ou seja, são necessárias outras medidas. Em (56) o enunciado evidencia que a condição em que se encontra José Dirceu não o impede de bater com a posição do colega da Fazenda, Antônio Palloci, ou seja, a presença do outro não restringe sua ação. Pode levar o leitor a crer que o poder de Dirceu é maior do que o do colega, ou então, que é difícil constrangê-lo.

3.3.7- Mas

Conforme nossa análise, o operador **mas** foi o mais usado nos editoriais, sendo, assim, considerado de alta frequência (9,69%). Ducrot (1989) considera o operador **mas** argumentativo por natureza. A aceitação desse postulado parece pertinente na medida em que é um operador que introduz uma proposição **q** orientando para uma conclusão **não-r**, contrária a uma conclusão **r**

para a qual **p** poderia conduzir. Isto significa, em se tratando de argumentação, que o produtor do texto se apóia no segundo enunciado, e por esse motivo imprime-lhe maior força argumentativa com a finalidade de conduzir o leitor a uma conclusão **não-r**.

Seguimos, para análise do operador **mas** na dimensão semântica, um estudo de Neves (1984) sobre o **mas**, em que faz uma proposta de definição semântica para esse operador quando ele ocorre após pausa de final de frase. Para Neves (1984), semanticamente, a definição básica de **mas** é a noção de desigualdade. Nesse sentido, ela assinala que nos segmentos coordenados por esse operador, passa-se de uma desigualdade para o contraste e se chega à negação. Assim, ela propõe uma bipartição de enunciados: **p. Mas q**, sendo que **p** nem sempre pode ser localizado anteriormente, podendo ser um elemento da situação. A autora também assevera ser impossível determinar de uma maneira fechada as diferentes manifestações semânticas que esse operador possui.

Conforme Fabri (2001), levamos em consideração as ocorrências de **mas** no início, no meio e no fim do enunciado e fizemos a análise das seguintes variações de significados: negação (na forma de **p mas q**, verificamos que **q** anula **p**), retificação (em que o enunciado **q** corrige o enunciado **p**, sem eliminá-lo), quebra de expectativa (em que **q** quebra a expectativa de **p**. A seqüência iniciada por **mas** quebra um conhecimento de mundo partilhado) e contraste (em que **q** não elimina **p**, apenas distingue-se). Como nos exemplos transcritos a seguir:

1) Negação

Conforme Fabri (2001), na forma de **p mas q**, esse elimina **p**. A pesquisadora percebeu também que **q** nega **p**. Vejamos o exemplo a seguir:

(57) “A repercussão do escândalo levou a que o dinheiro fosse reembolsado. **Mas** o dano estava feito e precisa ser reparado”. (O Globo - texto nº 6)

O fato de o escândalo ter feito com que o dinheiro fosse reembolsado não elimina o dano causado, apenas opõe um fato ao outro. Nesse sentido, Neves (1984) aponta as seguintes possibilidades:

a) contraste entre **p** e **q**:

(58) “Ganhos significativos foram obtidos também nas finanças públicas, como a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) recuando para 52%. **Mas** a inflação, infelizmente, apresentou comportamento inquietante”. (O Globo - texto nº 18)

O contraste, nesse exemplo, foi estabelecido porque mesmo com a obtenção de ganhos significativos nas finanças públicas, a inflação apresentou comportamento inquietante. O mesmo podemos observar no exemplo que segue:

(59) “A economia brasileira deverá encerrar o ano apresentando uma expansão superior a 4,5%. Se confirmado, será o crescimento mais expressivo desde 1994. **Mas**, ao contrário do que ocorreu naquele ano, marcado pelo Plano Real, pode-se afirmar que os efeitos do incremento da produção não estão sendo sentidos com intensidade em grande parte do país”. (Folha de S. Paulo – texto nº 52)

O crescimento da economia, mesmo sendo o mais expressivo desde 1994, não está sendo sentido em grande parte do país. Tanto em (59) quanto em (60), verificamos o **q** contrapondo-se a **p** por meio de uma negação que ocorre em **q**.

b) compensação entre **p** e **q**:

60) “A sociedade brasileira assume a segurança e a violência como sua maior cruz, **mas**, pelo aspecto empresarial, tais mazelas vêm impulsionando os negócios mantidos com

a finalidade de reduzir riscos de perdas e danos patrimoniais, além da preservação da vida”. (Estado de Minas – texto nº 54)

Os argumentos possuem direções diferentes. Enquanto a sociedade brasileira assume a segurança e a violência como uma cruz, os negócios para as empresas que trabalham com a finalidade de preservação da vida vêm sendo impulsionados. Dessa forma, enquanto **p** é uma situação desagradável, **q** compensa essa situação.

2) Retificação

De acordo com estudos de Fabri (2001), o enunciado **q** corrige o enunciado **p**, mas não o elimina, como ocorre no exemplo (61):

(61) “Não é que a simples redução de impostos prescindia de ações policiais como a realizada nessa segunda-feira. **Mas** é indiscutível que uma carga tributária mais leve reduz a tentação sobre os sonegadores em potencial e ainda melhora a arrecadação”. (O Globo – texto nº 22)

A seqüência iniciada pelo **mas** estabelece que é indiscutível que uma carga tributária mais leve reduz a tentação sobre os sonegadores em potencial e ainda melhora a arrecadação, mas não elimina a idéia anterior: de que a simples redução de impostos prescindia de ações policiais. Há uma retificação que leva em conta conseqüências favoráveis se houver uma carga tributária mais leve.

3) Quebra de expectativa

Segundo Fabri (2001), a seqüência de **q** quebra a expectativa de **p**, conforme acontece nos exemplos (62) e (63):

(62) “Dos seus trabalhos chegou-se, inclusive, à condenação judicial de funcionários do banco por administração fraudulenta. **Mas** com o tempo a comissão desvirtuou-se, perdeu o foco”. (O Globo – texto nº 10)

(63) “O País está envolvido na discussão da crise da saúde, **mas** solução mesmo nunca aparece”. (Estado de Minas – texto nº 73)

Observamos em (62) uma quebra de expectativa, ou seja, primeiramente há a informação de que houve até condenação judicial dos funcionários do banco. Entretanto, o **mas** inicia uma seqüência que quebra o esperado, pois propõe uma conclusão adversa àquela que se esperava: a conclusão de que com o passar do tempo, a comissão perdeu o foco. Para Ducrot (1981), o papel do operador não é de apenas assinalar que há uma oposição entre duas seqüências, mas que há no uso dele um jogo enunciativo que envolve tanto as intenções do produtor do texto quanto a forma que ele usa para colocar em prática esse jogo.

No enunciado do exemplo (63), primeiramente há a informação de que o país está envolvido na discussão da crise da saúde, o que faz com que haja, por parte do leitor, expectativas de soluções, melhorias da saúde, entretanto, num segundo momento, uma seqüência introduzida pelo operador **mas** aponta que nenhuma solução aparece. A estratégia usada causa no leitor o efeito de sentido de que não adianta discutir, uma vez que ninguém aponta soluções eficazes.

4) Contraste

Em seus estudos, Fabri (2001) verifica que **q** não quebra a expectativa de **p**, apenas os diferencia um do outro, como no exemplo (64):

(64) “O tempo passa, os governos mudam, **mas** o tempo não é assim tão grande para apagar a memória.”. (Estado de Minas – texto nº 75)

Em (64) observamos que o enunciado que se inicia com o operador **mas** diferencia-se da idéia anterior, porém não quebra expectativa alguma. Simplesmente analisa a questão do esquecimento ou não diante do passar do tempo, acrescentando uma opinião diante da passagem do tempo e o apagamento da memória. Assim, observamos que **q** não elimina **p**, apenas se distingue.

Leite et alli (1989), em seu estudo sobre valores semânticos de estruturas adversativas, apresenta o operador **mas** com papéis semânticos (adversativos) diversos: a) de inclusão; b) de exclusão; c) excludor com elemento implícito; d) adversativo contrastante; e) descompensador pela consequência; f) compensador; g) atenuante; h) pela apresentação de outro enfoque; i) justificativo; j) comparador por diferença; l) entre algo negado e algo afirmado; m) de desencontro ou de decepção; n) de reprovação ou de aprovação; o) refutativo; p) de obrigatoriedade. Apresentamos, a seguir, um exemplo em que o **mas** é usado com um desses papéis: exclusão.

(65) “O adultério, por exemplo, é matéria para o direito civil. É razoável que ele se constitua em motivo para a dissolução de um casamento, **mas** de maneira nenhuma justifica mandar a parte infiel e o co-réu para a cadeia”. (Folha de S. Paulo – texto nº 42)

Em (65) o primeiro enunciado admite ser razoável o adultério como um motivo para a dissolução do casamento. A exclusão se inicia com o uso do **mas** no segundo enunciado.

Observemos um outro exemplo retirado dos editoriais:

(66) “Por isso, o governo já considera a possibilidade de serem entregues 200 mil armas e não mais 80 mil. **Mas** continuam as desconfianças em relação ao programa e ao próprio Estatuto. Ora, é preciso repetir que um país em que 40 mil pessoas são mortas a bala por ano, e a grande maioria delas jovens, precisa tomar medidas rápidas, duras e criativas para acabar com um massacre digno de guerras e insurreições.” (O Globo – texto nº 4)

No exemplo (66), o operador **mas** exerce o papel de marcador do discurso, pois sinaliza o tópico discursivo global, ou seja, aponta que o uso de armas e o número de mortes evidencia a ineficiência do programa de recolhimento de armas do Estatuto do Desarmamento. É seqüencial porque retorna ao tópico introduzido no primeiro enunciado e realça o que virá depois no enunciado.

A discussão em torno das estratégias que são usadas por profissionais do jornalismo tem evidenciado que a notícia, após passar por um processo de seleção, é codificada para ser publicada, de acordo com interesses comerciais próprios. Por esse motivo, estudiosos da mídia, como Fowler (1991), afirmam que as escolhas de expressões lingüísticas importam por haver sempre uma maneira diferente de se dizer. E ainda que diferenças na expressão podem contribuir para moldar aquilo que é dito e provocar a adesão do leitor.

Analisando os exemplos introduzidos pelo **mas**, percebemos que além de seu conteúdo informativo, o uso do operador nos enunciados também serve para dar força argumentativa a eles e pode conduzir o leitor a uma determinada ação. Verificamos, pois, que o operador **mas** exerce grande força argumentativa nos editoriais em que é usado, ao revelar a posição do jornal acerca

do assunto de que trata. Tal marca é uma estratégia que introduz argumentos com o objetivo de conduzir o leitor a uma determinada opinião.

3.3.8- Porém

O operador **porém**, de acordo com nossa análise quantitativa, foi considerado de média frequência (2,08%) nos editoriais, *corpus* da pesquisa. Quando exerce o papel de explicar ou concluir, liga sentenças independentes, pode ocupar ou não a posição inicial do enunciado ou então vir precedido de **e**.

Pereira (1937) afirma que o **mas** e o **porém** são palavras sinônimas e considera o **porém** mais forte. Melo (1968), assim também considera porque ele pode aparecer tanto no início, quanto no meio ou no fim do enunciado. Já Almeida (1952), posiciona-se de maneira diferente: para ele o **mas** é mais forte que o **porém**. Said Ali (1971) apresenta o **porém** filiado ao advérbio “proinde”, que na antiga língua portuguesa tinha o sentido de **por isso**. Com a evolução da língua foi substituído por **porém**. Na Renascença o operador passou por uma transformação semântica e passou a ter significação de contraste. Bechara (2000) afirma que tanto o **mas** quanto o **porém** são adversativos por excelência.

Observamos, com isso, que para os gramáticos tradicionais os operadores argumentativos (assim denominados nos estudos lingüísticos), de um maneira geral, são conectores que ligam meramente as seqüências lingüísticas, e com um papel restrito. Dessa forma, temos que os gramáticos tradicionais não refletem sobre a força argumentativa que os operadores exercem nos enunciados em que são usados. Isso porque não estão preocupados com textualidade.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de enunciados em que se usa **porém**, a fim de analisar a força argumentativa que aí exercem:

- (67) “E como está claro que a capacidade de investimento do Estado continuará limitada, já era tempo de as empresas privadas serem mais estimuladas a investir no setor, à margem das PPPs. Para isso, **porém**, o governo precisaria livrar-se de preconceitos ideológicos que ainda persistem diante da participação da iniciativa privada em todos os segmentos da economia”. (O Globo – texto nº 23)
- (68) “É fundamental para a democracia brasileira que exista um MP forte e atuante. **Porém** é imprescindível que a repartição dos poderes se mantenha em equilíbrio, segundo a salutar fórmula de freios e contrapesos”. (Folha de S. Paulo – texto nº 39)

No exemplo (67), o produtor do texto, ao usar **porém** após “para isso”, enfatiza a idéia que irá defender em seguida. E essa forma de organizar a argumentação pode provocar no leitor um efeito de sentido: acreditar que o governo deve se livrar de preconceitos ideológicos que ainda persistem diante da participação da iniciativa privada em todos os segmentos da economia, porque dessa forma os investimentos em infra-estrutura estarão salvos. A idéia do primeiro enunciado encontra-se “resumida” na expressão que inicia o enunciado **q**, pois ele é introduzido por “para isso”, entretanto o uso do operador **porém** instaura a contradição. Na verdade, o jornal apresenta a cautela da participação privada na economia como um “preconceito ideológico”. E posiciona-se contra certo setor do governo, apresentando como solução que se acabe com o preconceito. Dessa forma, o leitor percebe que a situação é polêmica, que não se encontra definida e pode ser conduzido a concluir o mesmo que o editorialista concluiu.

Em (68), o operador **porém** é usado no início do enunciado **q**. O enunciado **p** concorda ser importante para a democracia brasileira, ter um Ministério Público forte e atuante. Ao introduzir o enunciado seguinte, e também finalizar o texto nº 39, o enunciadador alerta ser fundamental que a repartição dos poderes se mantenha equilibrada. O operador **porém** não apenas liga as seqüências, ele altera a orientação argumentativa e projeta o significado de maneira a tornar mais forte o argumento e levar o leitor do texto à adesão da idéia que está sendo defendida.

3.3.9- Portanto

Do ponto de vista da Semântica Argumentativa, **portanto** é um operador que determina e orienta o discurso na medida em que coloca em evidência as conclusões a que os enunciados possibilitam chegar. De acordo com a análise quantitativa, como verificamos, é um operador usado com frequência média (1,99%) em editoriais jornalísticos, por esse motivo torna-se relevante salientar o papel que esse operador assume no editorial jornalístico.

Guimarães (1987), conforme apropriação da posição encontrada nas gramáticas tradicionais e adaptação ao ponto de vista da semântica argumentativa, assevera que o operador **portanto** estabelece uma relação de conclusão que ele caracteriza como sendo uma relação argumentativa entre **a** e **c** que se constitui pela enunciação, ou seja, a relação entre **a** e **c** é uma relação entre argumento e conclusão. Isto é, o papel do operador **portanto** é conclusivo porque estabelece uma relação entre um enunciado antecedente e o conseqüente, de modo que o que se diz no segundo enunciado é a conclusão do que se diz no primeiro.

Entretanto, nos exemplos a seguir, verificamos que o papel do operador **portanto** não se restringe a apontar no segundo enunciado a conclusão do que se diz no primeiro.

- (69) “Mas a Justiça eleitoral também nada pôde fazer. É imperioso, **portanto**, aparelhá-la para se melhorar o padrão ético da vida política.” (O Globo – texto nº 17)
- (70) “Não se prevêem maiores problemas para o projeto ser sancionado pelo Senado, hipótese em que voltaria à Câmara -onde se concentram os lobbies contrários. **Portanto**, se o governo não se mobilizar para garantir a pesquisa com células-tronco, o país corre o risco de ser condenado ao atraso numa área vital da ciência”. (Folha de S. Paulo – texto nº 34)
- (71) “Mesmo assim, criminalidade e violência devem ser combatidos com bom senso e dentro das regras democráticas. Está na hora, **portanto**, de a Polícia Federal e as polícias dos estados se unirem para fazer um raio-x desse universo de “polícias privadas” e protetores patrimoniais.” (Estado de Minas – texto nº 54)

Assim, pois, temos em (69) o operador **portanto** apontando, no enunciado introduzido por esse operador, soluções (como o aparelhamento para se melhorar o padrão ético da vida política), mas não a conclusão de que a Justiça nada pôde fazer. O enunciado não se restringe ao papel de concluir porque vai além, aponta uma solução para a questão: o aparelhamento da Justiça eleitoral. Nesse sentido, consideramos o operador essencialmente argumentativo porque propõe como conclusão uma ação.

Em (70) o primeiro enunciado, anterior ao introduzido pelo operador portanto, anuncia que não haverá maiores problemas para que o projeto que garante a pesquisa com células-tronco seja sancionado. O segundo enunciado não retoma a questão de haver problema ou não, introduz após **portanto** uma relação de condição, mostrando que se não for aprovado o projeto, o país pode ser condenado ao atraso. Enunciado que pode causar no leitor a concepção de que é preciso evoluir e de que é necessário apoiar a aprovação do projeto.

No exemplo (71) também o enunciado introduzido pelo operador **portanto** será conclusivo, mas não conclui o que se encontra no primeiro enunciado: que a criminalidade e a violência devem ser combatidas, mas que é dever do Estado dar segurança à população.

Então, se é certo que os editoriais têm como objetivo provocar um efeito de sentido no leitor, desencadeando nele uma ação no sentido de persuadi-lo a aceitar idéias e atitudes veiculadas, há que se reconhecer que os enunciados introduzidos pelo operador em questão forçam a adesão do interlocutor. Os argumentos seguidos de **portanto** nos exemplos presumem que houve adesão do leitor e que a solução encontrada é aquela, assim cabe a ele aderir. É a solução possível, cabível ao bom senso. Assim, reafirmamos nossa hipótese de que há operadores argumentativos que reforçam a argumentação e são responsáveis pela interpretação do enunciado.

3.3.10- Pois

Dentre os operadores que marcam o discurso argumentativo temos o **pois**, operador usado para introduzir uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores ou uma explicação. Nos editoriais de jornal, o operador **pois** foi usado razoavelmente e, por esse motivo, considerado de média frequência (2,53%). Nos exemplos que seguem, pois é usado para introduzir explicações:

- (72) “O longo governo de FHC (1995/2002) destaca que universalizou a matrícula (alunos de sete a 14 anos). Para quê? Nunca se garantiu que não haveria evasão, **pois** todos sabem que milhões de crianças e jovens não podem freqüentar as aulas, em razão da pobreza, fome do corpo e da alma a que estão relegados por um regime excludente dos menos favorecidos, de todas as cores e etnias”. (Estado de Minas – texto nº 60)
- (73) “As finanças públicas estão longe do quadro ideal, **pois** a arrecadação continua lastreada em uma carga tributária abusiva, e as despesas, além de estarem amarradas pela legislação, embutem ainda enorme grau de desperdício”. (O Globo – texto nº 16)
- (74) “Muitos deles serão destruídos de qualquer forma, **pois** são sobras de processos de fertilização "in vitro". (Folha de S. Paulo – texto nº 34)
- (75) “Isso não significa, em absoluto, que o MP tenha sido diminuído, **pois** a Constituição lhe dá a prerrogativa de ordenar à polícia a instauração de inquéritos e de requisitar diligências, bem como de acompanhá-las”. (Folha de S. Paulo – texto nº 39)
- (76) “A violência e a criminalidade precisam ser enfrentadas com ações efetivas, **pois** é cada vez maior o atrevimento do crime organizado”. (Estado de Minas – texto nº 54)
- (77) “O governo está jogando tudo nas PPPs, **pois** só com ela o setor de infra-estrutura terá os recursos necessários para atender às demandas exigidas por um crescimento industrial mais vigoroso.” (Estado de Minas – texto nº 71)

Nos exemplos listados, os enunciados introduzidos pelo operador **pois** contêm explicações relativas às asserções anteriores. Esse operador tem um comportamento que o aproxima de **porque**, ao justificar o que se diz no primeiro enunciado e, se objetiva justificar o que foi enunciado anteriormente é porque tem como intenção reforçar o argumento.

Essa estratégia pode provocar no leitor a adesão ao que está sendo reforçado, como por exemplo podemos notar em (74), pois afirmar que muitos dos embriões serão destruídos de qualquer forma porque são sobras de processos de fertilização “in vitro”, pode levar o leitor do editorial a concluir que se trata de algo descartável, que já não tem mais valor, e por isso a pensar que não há motivo para não usar os embriões. Torna-se claro, com a afirmação, que a partir do uso do operador, o editorial introduz a opinião do jornal, emitida pelo editorialista, apresentando-a como lógica e comum: se algo que será jogado fora pode ser aproveitado por outro, que mal há nisso?

3.3.11- Mais do que, como

A operação efetuada por **mais do que** e **como**, na introdução dos enunciados, estabelece uma relação de comparação. Para Vogt (1977), semanticamente, a comparação possui uma estrutura argumentativa que estabelece, no ato da enunciação, uma escala que permite uma relação de grau mais forte ou menos forte em favor de um julgamento, que pode chegar a ser mais informativo do que argumentativo. Nesse sentido, observemos o exemplo a seguir:

(78) “... sem cérebro, o feto fora do útero materno não pode viver **mais do que** alguns momentos, enquanto uma criança portadora de alguma deficiência pode ter uma vida longa e feliz, se criada com afeto e os devidos cuidados”. (O Globo – texto 1)

Se desmembrarmos o exemplo, temos:

A= Sem cérebro, o feto fora do útero materno pode viver apenas alguns momentos.
B= Uma criança portadora de alguma deficiência pode ter uma vida longa e feliz.

Do ponto de vista argumentativo, como assinala Vogt (1977), o enunciado (78) comporta dois movimentos contrários ao comparar. Entre os dois termos comparados existe uma relação de oposição em que, semanticamente, em função da conclusão pretendida, um dos termos torna-se o argumento mais forte, desfavorecendo o outro. No caso, o enunciado **B** traz uma informação que marca, além de uma comparação, uma relação de oposição. Enquanto em **A** o feto só pode viver alguns momentos, em **B** ele pode viver uma vida longa e feliz.

O exemplo analisado tende a mostrar que o processo argumentativo torna-se mais persuasivo quando considera opostos: um feto não pode viver enquanto o outro pode ter vida longa. É possível que a afirmação cause no leitor uma reflexão: um feto anencefálico e um bebê com síndrome de Down não possuem a mesma condição, razão para não poder continuar classificando como deficiente o feto sem cérebro. Sendo assim, diante do argumento, introduzido por **mais do que**, de que sua condição vital é quase nula, o leitor pode passar a defender que o Supremo Tribunal Federal deve aprovar a lei que permite o aborto do feto anencéfalo.

Daí ser importante levar em conta a situação argumentativa que envolve o enunciado, as palavras que foram escolhidas, quando se pretende determinar o valor semântico que possuem.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) afirmam que uma argumentação não poderia se desenvolver adequadamente, se não recorresse a comparações que permitem a avaliação de um item em relação ao outro. Conforme os autores, a escolha da comparação no processo argumentativo, adaptada ao auditório, pode ser um elemento essencialmente eficaz.

O operador **como**, porque foi bastante usado nos editoriais, ficou caracterizado nesta pesquisa como de alta frequência (6,25%). Esse operador pode ser usado para estabelecer relação de comparação:

- (79) “Do Nordeste ressequido, com milhões de brasileiros que lutam para conseguir um balde de água potável, todos têm conhecimento. O drama é antigo **como** o Brasil, e dele temos o retrato que Euclides da Cunha pintou no livro imortal Os Sertões, entre a narrativa da epopéia de Canudos.” (Folha de S. Paulo – texto nº 70)

No exemplo (79) o operador **como** é usado para introduzir uma comparação: de que o drama da seca nordestina é tão antigo quanto o Brasil. É curioso observar que esse operador figura nos editoriais, com uma frequência significativa (6,25%), exercendo mais três papéis, portanto podendo ser usado para introduzir:

- a) uma exemplificação;
- b) uma relação de conformidade;
- a) um ato de justificativa.

Nos exemplos 80 e 81, o operador **como** introduz enunciados que exemplificam os anteriores:

- (80) “É visível a presença petista nas cúpulas de empresas estatais **como** o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobrás, além dos escalões inferiores da administração direta do Executivo federal”. (O Globo – texto nº 6)
- (81) “Mas já é em si um avanço importante, e os deputados certamente serão sensíveis aos argumentos a favor da liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias, que se tornam particularmente convincentes na medida em que a terapia vai se tornando realidade, **como** no caso do menino italiano que foi curado de uma forma grave de anemia”. (O Globo – texto nº 15)

Em (80) o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Petrobrás e os escalões inferiores da administração direta do Executivo federal constituem-se como exemplos, já que o enunciado introduzido pelo operador **como** particulariza uma declaração de ordem mais geral, que foi a menção a empresas estatais, apresentada no primeiro enunciado. O mesmo ocorre com o exemplo

(81): o menino italiano que foi curado de uma forma grave de anemia exemplifica a declaração anterior de que a terapia já está se tornando realidade. Esse argumento é muito forte porque atenta para a realidade e pode, por isso, conduzir o leitor a ficar sensível como os deputados ficarão (como propõe o enunciador do texto) e, até mesmo, a defender a liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias.

No exemplo a seguir, o operador **como** introduz uma relação de conformidade:

(82) “Mas nós também precisamos agir, e com urgência. É essencial a presença do Estado brasileiro, até hoje virtualmente inexistente, na Amazônia, para que tenha início a tarefa de combater a destruição da floresta. Que, **como** já ficou claro, equivale à destruição do próprio futuro do país.” (O Globo – texto nº 5)

Em (82), o operador **como** introduz o argumento (que é até a última frase do editorial) de que **conforme** foi evidenciado em todo o editorial nº 5 é preciso iniciar o combate à destruição da Floresta Amazônica porque destruí-la, **como** já ficou claro pelo editorial, equivale a destruir o futuro do país.

Observemos um outro exemplo:

(83) “E **como** o imposto é muito elevado, não pagá-lo garante grande margem de lucro. Deriva daí a elástica capacidade financeira das gangues de comprarem a adesão de servidores públicos.” (O Globo – texto nº 22)

Em (83) o operador **como** introduz uma causa para a cooptação de funcionários públicos para a sonegação de impostos: o fato de o preço do imposto ser muito elevado. Pode até ser substituído pelo operador argumentativo **porque**, estratégia que objetiva reforçar o argumento.

No uso do operador **como** podem ser verificados valores diferentes, de acordo com a Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Valores do operador “como” em cada jornal

Valores	O Globo	Estado de Minas	Folha de S. Paulo
comparação	8/25 - 32%	5/20 - 25%	5/24 - 20,83%
exemplificação	10/25 - 40%	9/20 - 45%	10/24 - 41,67%
conformidade	5/25 - 20%	6/20 - 30%	8/24 - 33,33%
justificativa	2/25 - 8%	-	1/24 - 4,17%

Com exceção do uso do **como** para introduzir uma justificativa, esse operador foi usado de maneira muito semelhante, quanto à quantificação, para introduzir uma comparação, uma exemplificação e uma relação de conformidade. A frequência desse operador, introduzindo uma exemplificação, permite afirmar que nos três jornais há uma preocupação com a comprovação do argumento, porque dessa forma ele pode se tornar difícil de se refutar, já que parte do concreto.

Dadas as considerações, salientamos a importância de se levar em conta a argumentação para determinar o seu valor semântico. As análises feitas permitem verificar que as palavras nem sempre exercem o mesmo papel, nem sempre possuem o mesmo sentido e podem deflagrar um processo argumentativo que se torne responsável pela força persuasiva que possuem, com diferentes valores.

3.3.12- Apenas, só, quase

O operador **quase** foi considerado nesta pesquisa como de média frequência (1,08%). A relação de afirmação de totalidade que o operador **quase** estabelece, pode ser observada no exemplo a seguir:

- (84) “Depois de uma série de assaltos particularmente violentos contra turistas no Rio, que chocaram a população, **quase** 200 menores de rua foram detidos pela polícia e levados à central de triagem da prefeitura, numa operação de grande repercussão batizada com o nome de Turismo Seguro”. (O Globo – texto nº 25)

Em (84), de uma quantidade não especificada de menores de rua, foram detidos pela polícia quase 200 deles. Isto é, não foram detidos todos, mas **quase** todos, evidenciando que o operador exerce o papel de apontar uma totalidade. O operador pode estar enfatizando a quantidade de menores de rua presos.

Em relação ao operador **quase**, Ducrot (1981) assinala que em uma escala, **p'** é mais forte que **quase p'**, ou seja, o locutor que usa como argumento para uma conclusão **quase p'**, considera **p'** o argumento mais forte para essa conclusão. Atentemos para o papel desse operador no exemplo seguinte:

- (85) “(...) A segunda é que, para os milhões que viram as torres gêmeas desabarem, ao vivo, pela televisão, foi **quase** impossível de compreender e assimilar”. (O Globo – texto nº 3)

Esquematizando o exemplo, temos:

p'= foi impossível de compreender e assimilar.

quase p'= foi **quase** impossível de compreender e assimilar.

No exemplo (85), percebemos que o operador **quase** tem o poder de modificar sensivelmente o significado do enunciado, porque ser **quase** impossível de compreender não chega a sê-lo. Lendo todo o texto nº 3, em anexo, podemos perceber que há uma série de argumentos considerados relevantes para a compreensão do motivo que levou ao desabamento as torres gêmeas, para chegar à conclusão de que houve negligência nos governos de Clinton e Bush. Tais argumentos evidenciam, então, ao leitor, que é possível compreender, daí se entende o uso do operador **quase**.

Segundo Ducrot (1981), o comportamento de **quase** opõe-se ao de **apenas** e de **só**, pois é muito raro que ambos pertençam a uma mesma classe argumentativa que possa ser definida por uma conclusão.

Os argumentos introduzidos pelos operadores **só** e **apenas**, estabelecem uma relação de restrição. Em razão do caráter argumentativo dos editoriais, de acordo com nossa análise quantitativa, o operador **apenas** se encontra considerado como de alta frequência (3,89%). E o operador **só** (1,26%) como de média frequência. Seguem-se os exemplos:

- (86) “A única crítica que se pode fazer ao pacote tributário divulgado na sexta-feira é que poderia ter vindo mais cedo. Pois os estímulos aos investimentos produtivos, os incentivos à modernização e à ampliação dos portos, o alívio aos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o combate ao grave problema do prazo curto com que são feitas as aplicações financeiras no país são todas iniciativas corretas. Espera-se, **apenas**, que não tenham vindo tarde demais — principalmente o alívio tributário sobre os investimentos. (O Globo – texto nº 9)
- (87) “A verdade é que, em matéria de moral sexual, o Código Penal é conservador até para os padrões da época. Frequentemente uma suposta honra ou a virgindade da mulher se tornam mais importantes do que sua liberdade ou incolumidade física. São, afinal, vários os crimes que **só** se configuram se a vítima é "mulher honesta", isto é, casada ou virgem e também "decente", a crer na definição do penalista Nelson Hungria. (Folha de S. Paulo – texto nº 42)
- (88) “Do ponto de vista político, a CPI desmoraliza-se ao reunir um arquivo indiscriminado de informações cuja utilização **apenas** os ingênuos podem supor que ficará resguardada pelo sigilo imposto ao inquérito parlamentar”. (Folha de S. Paulo – texto nº 33)

(89) “Hoje, existe **apenas** um fabricante de ciclos completos e circuitos integrados.”
(Estado de Minas – texto nº 57)

No caso de (86), o movimento argumentativo encontra-se no fato de que o pacote tributário divulgado trouxe medidas consideradas pelo produtor do texto corretas. O uso do operador **apenas** aponta uma “crítica” do produtor do texto, que reconhece a importância das medidas tomadas mas não deixa de apontar para o quanto demorou para que fossem divulgadas.

Em (87), o operador **só** explicita uma restrição da configuração de vários crimes ao fato da mulher ser honesta. O leitor é levado a concluir que os crimes somente se configuram se a mulher for considerada honesta, porque o Código Penal é conservador para os padrões da época.

No caso do enunciado (88), o operador **apenas** introduz uma afirmação que restringe aos ingênuos a suposição de que as informações continuarão sigilosas. A orientação argumentativa do enunciado, introduzido pelo operador **apenas**, constitui-se como responsável por veicular notícias que podem causar no leitor do editorial a impressão de que as ações ligadas à CPI e às decisões do Congresso Nacional sobre a Lei de Informática precisam ser modificadas.

Em (89), o movimento argumentativo ocorre porque o enunciado introduzido por **apenas**, pode levar o leitor a concluir que o número de fabricantes de ciclos completos e circuitos integrados é tão reduzido que chega a se constituir como um problema, porque está restrito a um fabricante.

3.3.13- Já

De acordo com o levantamento que fizemos dos operadores argumentativos, o operador **já**, considerado de alta frequência (5,79%) nesta pesquisa, foi usado como marcador temporal intensificado pela oposição de antes/depois.

Torna-se importante salientar aqui o esquema sugerido por Koch (1984) para explicar o uso do operador **já**: algo é **x** e passa a ser **y**. Esse operador, do ponto de vista semântico, tem o papel de introduzir nos enunciados conteúdos pressupostos.

Consideremos o exemplo a seguir:

(90) “Parecia ato de desespero dos soviéticos, mas a URSS deixara de existir há dez anos e a Rússia **já** não tinha motivos para atacar os EUA”. (O Globo – texto nº 3)

Em (90), ao afirmar que “a Rússia **já** não tinha motivos para atacar os EUA”, o editorialista argumenta pretendendo que o leitor pressuponha que antes havia motivos.

Vejamos um outro exemplo:

(91) “No chamado arco do desmatamento, é tamanha a alteração do regime de chuvas que algumas áreas **já** se tornaram verdadeiras savanas, renunciando a transformação, em 50 a 100 anos, de até 60% da floresta em cerrado, como advertiram pesquisadores na conferência. A alteração do clima resultante traz como risco a desertificação de imensas áreas do país”. (O Globo – texto nº 5)

Em (91), o operador **já** tem o papel de denotar uma mudança de estado, pois algumas áreas, que antes não eram savanas, por causa da água da chuva agora o são.

No exemplo a seguir, o operador **já** funciona como marcador temporal e pode ser considerado como operador argumentativo porque é intensificado pela oposição antes/depois:

(92) “Em paralelo, os índices de inflação revelam um quadro de relativa pressão, em especial sobre os preços da indústria no atacado. Mas os aumentos **já** chegam ao consumidor: em agosto, o IPCA, índice oficial que baliza as metas de inflação, teve alta novamente um pouco maior do que antecipavam os analistas. (Folha de S. Paulo – texto nº 38)

No exemplo (92) **já** funciona como marcador temporal. Entretanto, consideramos que é argumentativo na medida em que introduz um argumento indicador de que os aumentos estão chegando rápido demais ao consumidor e que realça a afirmação. Vejamos o mesmo texto sem o **já**: “Mas os aumentos chegam ao consumidor: em agosto, o IPCA, índice oficial que baliza as metas de inflação, teve alta novamente um pouco maior do que antecipavam os analistas.” A ausência do operador **já** deixa de realçar que o que está sendo discutido no editorial já está acontecendo.

Podemos observar, no exemplo a seguir, o quanto o operador **já** é argumentativo:

(93) “Nem se poderá proibir no futuro a clonagem com fins terapêuticos — **já** permitida na Inglaterra — se e quando se tornar claro que ela é a única possibilidade de cura de determinadas doenças, por eliminar a possibilidade de rejeição das células-tronco’. (O Globo – texto nº 15)

Suponhamos o mesmo enunciado com e sem o operador **já**:

- a) Nem se poderá proibir no futuro a clonagem com fins terapêuticos — **já** permitida na Inglaterra.
- b) Nem se poderá proibir no futuro a clonagem com fins terapêuticos — permitida na Inglaterra.

Observemos que o uso do operador enfatiza a mudança de estado, realça a informação, sustentando grande parte do efeito argumentativo pretendido, como se o Brasil estivesse em atraso.

O tema tratado no texto que contém o enunciado (93) é polêmico. Lendo o enunciado introduzido pelo operador **já**, que tem como papel marcar o tempo, percebemos que assinalar que a clonagem já é permitida na Inglaterra configura-se como uma orientação argumentativa. O leitor é persuadido, ou melhor, pode pressupor que se **já** é permitida na Inglaterra, deve ser permitida no Brasil.

Almeida (2001), em seus estudos acerca dos operadores argumentativos, encontrou em textos publicitários, o operador **já** exercendo o papel de adversativo, em que a orientação argumentativa dos enunciados se constrói pela oposição de idéias. Nos editoriais analisados, *corpus* desta pesquisa, esse operador foi usado 64 vezes (sessenta e quatro) vezes, e em muitas se configurou como marcador de tempo. Entretanto, como podemos verificar no enunciado do exemplo (93), não deixou de se apresentar como um reforço para a argumentação nos enunciados que introduziu.

3.3.14- Se

As orações condicionais, segundo Macedo et alii (1996), são freqüentemente usadas em debates políticos ou acadêmicos, em textos publicitários ou em cortes judiciais, em que é notável sua função argumentativa, por causa dos temas polêmicos discutidos. De acordo com levantamento feito nesta pesquisa, que tem por objetivo identificar os operadores relevantes para a argumentação nos editoriais, o operador de condição **se** foi largamente usado, e por esse motivo considerado de alta freqüência (4,71%).

O operador **se** é usado para defender argumentos que objetivam persuadir o leitor a aderir à tese do enunciador do texto e, conseqüentemente, à sua opinião. Todavia, coloca o argumento como hipotético, virtual. Isso permite ao enunciador retratar-se, voltar atrás dada uma certa condição de irrealidade (apenas possibilidade) do argumento. Nos editoriais é usado como estratégia na defesa de argumentos que marcam o ponto de vista do editorialista. É possível constatarmos isso nos exemplos:

- (94) “A recuperação da economia se consolida, e já há previsões de um crescimento no ano acima dos 4%. A boa notícia traz junto uma preocupação: **se** o ritmo do crescimento for superior à capacidade de as empresas terem novas máquinas para atender a uma demanda crescente, a economia baterá no teto, voltará a inflação e os juros terão de subir. Chegaria ao fim mais um ciclo (curto) de expansão”. (O Globo – texto n° 9)
- (95) “Portanto, **se** o governo não se mobilizar para garantir a pesquisa com células-tronco, o país corre o risco de ser condenado ao atraso numa área vital da ciência. (Folha de S. Paulo – texto n° 37)

Para Ducrot (1981), dependendo do contexto, o operador **se** pode ser ou implicativo ou concessivo. Nos exemplos (94) e (95) o operador **se** tem papel **implicativo** porque neles encontramos a relação **será B se A**. Uma leitura implicativa consiste em que um enunciado **A** é suficiente para assegurar a verdade de **B**. Isto é, **A** apresenta-se favorável a **B**. Dessa forma, para exemplificação, podemos analisar as proposições do exemplo (94):

- a) ... **se** o ritmo do crescimento for superior à capacidade de as empresas terem novas máquinas para atender a uma demanda crescente,
- b) a economia baterá no teto, voltará a inflação e os juros terão de subir.

Esse enunciado exemplifica o argumento implicativo. Aqui temos a relação **se... então**, ou seja, uma relação de condicionalidade. Podemos verificar que o argumento **A** implica **B**, ou seja, nesse caso fica implícita a idéia de que **se** o ritmo do crescimento for superior à capacidade de as empresas terem novas máquinas para atender a uma demanda crescente, a lógica será que a economia baterá no teto, voltará a inflação e os juros terão de subir.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado na análise do enunciado que constitui o exemplo (95). O fato de o governo não se mobilizar coloca o país em risco de ser condenado ao atraso em uma área vital da ciência. O enunciado, que inclusive é a frase final do editorial de nº 37, é argumentativo na medida em que pressupõe que o governo deve se mobilizar, podendo causar no leitor a necessidade de defender essa idéia, que é do editorialista, ou melhor, que se constitui como sendo a opinião do jornal sobre o assunto em questão.

Conforme Ducrot (1981), o operador **se** pode ter também papel **concessivo** quando encontramos uma situação contrária à do implicativo. Observemos a relação estabelecida por esse operador no exemplo (96).

- (96) “A primeira constatação é que, na realidade, o potencial turístico do Brasil – com território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e milhares de praias na imensa costa atlântica – está subaproveitado e é urgente sair em busca de visitantes. O País é detentor de enorme variedade de ecossistemas, com belezas naturais intocadas. Nossa cultura nos centros urbanos tem personalidade própria e a infra-estrutura dispõe de postos avançados. **Se** o turismo é um dos seis pólos mais importantes da economia internacional, ao lado das indústrias de armamento, automobilismo, petróleo, informática e o agronegócio, por que se consente que o Brasil esteja figurando como uma das últimas preferências turísticas do mundo?”. (Folha de S. Paulo – texto nº 69)

Em (96) há um questionamento: **se** o turismo é um dos seis pólos mais importantes da economia internacional, ao lado das indústrias de armamento, automobilismo, petróleo,

informática e o agronegócio, pressupõe-se que o Brasil deveria figurar entre os primeiros pólos do turismo mundial por causa de seu potencial turístico.

A relação que se estabelece em (96) não é do tipo **A** acarreta **B**. Na asserção **A** o editorialista reconhece a legitimidade da tendência de ser o Brasil uma potência para o turismo, mas ao mesmo tempo recusa essa conclusão e apresenta a verdadeira situação do país em relação ao turismo, que é uma conclusão oposta à condição apresentada em **A**: o Brasil é uma das últimas preferências turísticas do mundo. Então a relação é: **B mesmo se A**. Isto é, mesmo tendo potencial turístico está figurando entre as últimas preferências turísticas do mundo.

3.3.15- Embora

O ponto de partida para uma análise semântica do operador **embora** reside no fato de que ele exprime oposição, mas com natureza concessiva, ou seja, o argumento que ele introduz é apresentado, porém marcado como não válido. Esse operador foi apontado nesta pesquisa como sendo de média frequência (1,90%).

Para Koch (1984), a estrutura gramatical das línguas naturais possibilita discernir entre argumento possível e argumento decisivo. Nesse sentido, há uma asserção **p** sendo considerada pelo locutor como argumento possível em favor de uma conclusão **r**, entretanto ele recusa a virtualidade desse argumento, por existirem razões que o fazem admitir ou defender a conclusão oposta **não-r**. Podemos perceber essa relação nos exemplos seguintes:

(97) “A liberação das pesquisas, **embora** venha com considerável atraso, será de qualquer forma muito bem-vinda”. (O Globo – texto nº 15)

Na proposição introduzida pelo operador concessivo nesse enunciado, o editorialista admite um atraso na liberação das pesquisas, entretanto conclui que a liberação é bem-vinda.

(98) “**Embora**, em tese, busquem a verdade, os promotores são parte no processo e naturalmente por vezes deixam-se levar pelo afã de vencer.” (Folha de S. Paulo – texto nº 39)

No caso de (98), em se tratando de argumento possível a favor de uma conclusão **r** e argumento decisivo que anulará o primeiro em função de uma conclusão **não-r**, podemos raciocinar da seguinte forma:

p= Os promotores buscam a verdade (argumento **p** em favor de **r**).

q= os promotores são parte no processo e naturalmente por vezes deixam-se levar pelo afã de vencer (argumento **q** em favor da conclusão **não-r**).

r= Os promotores deveriam agir com imparcialidade.

Conforme o exemplo, o operador **embora** anula o primeiro argumento, levando à conclusão **não-r** desejada pelo texto: os promotores não agem com imparcialidade. A estratégia introduzida pelo operador **embora** pretende dotar o discurso de maior poder persuasivo, com o objetivo de desarmar o leitor, permitindo antecipar-se a ele, a partir da introdução de um argumento possível, mas contrário à sua tese, destruindo-o logo a seguir, através de um argumento decisivo.

3.3.16- É que

O papel semântico do operador argumentativo **é que** é de reforçar o que foi dito anteriormente. Nos editoriais analisados ele foi considerado de média frequência (1,90%).

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) não existe escolha neutra, pois mesmo que o uso de um termo possa parecer apenas habitual, é a partir dele que se pode efetuar o caráter argumentativo. Em outras palavras, as escolhas são feitas a partir de intenções em que a argumentação já se encontra incorporada à expressão escolhida. Observemos os exemplos a seguir:

- (99) “Uma conclusão a que se chega a partir das revelações **é que** é preciso dar transparência e regular o vínculo entre a vida política e o mundo dos negócios”. (O Globo – texto nº 2)

Por ser uma expressão de realce, a força argumentativa de **é que** reforça a persuasão uma vez que ressalta a conclusão do produtor do texto: “é preciso dar transparência e regular o vínculo entre a vida política e o mundo dos negócios”. Ao ler todo o texto e os aspectos que o envolvem, como prevíamos para alguns dos textos e análises, e ao ler principalmente o título do editorial de nº 2 (Política e negócios), podemos verificar a importância de realçar a frase em que se configura o operador **é que**. O editorialista ressalta no texto a necessidade do relacionamento entre vida e política e negócios, mas não de forma espúria e sim, transparente. É no enunciado introduzido por **é que**, que explicitamente o autor do texto manifesta a conclusão a que chegou diante da análise de certos fatos que observou.

Assim, consideramos que o operador em questão não exerce apenas o papel de realçar argumentos, mas também de ser altamente argumentativo, porque nos editoriais analisados:

a) ora introduz argumentos evidenciadores de dados que, aparentemente, não podem ser contestados;

b) ora introduz conclusões, teses para as quais se busca adesão, evidenciadoras de manifestação explícita de opiniões dos editorialistas, produtores dos textos.

A seguir, foram listados alguns exemplos que comprovam as afirmações que fizemos:

(100) “Do ponto de vista prático, a bancada rural não demonstra muita força como oposição. Evidência mais do que presente **é que**, apesar de ocupar liderança nas exportações, o agronegócio reclama que recebe muito menos do que devia na área de política agrícola”. (Estado de Minas – texto nº 58)

(101) “O mais curioso **é que** todos sabem que a soja transgênica é plantada em todo o País marcadamente no Rio Grande do Sul”. (Estado de Minas – texto nº 62)

No exemplo (100), o enunciado introduzido pelo operador **é que** traz uma informação que as pessoas já dominam, então funciona como enfatizador de um fato que, aparentemente, não pode ser contestado. O mesmo ocorre em (101): há a informação de que as pessoas já sabem que a soja é plantada. O argumento pode desencadear no leitor a adesão ao plantio, pois, ele poderá partir da seguinte reflexão: se o plantio já ocorre e todos sabem, porque está sendo votado se ele pode ocorrer ou não. E pode também, principalmente, ser levado a refletir sobre a incompetência do governo para fiscalizar a entrada de sementes.

Observemos o exemplo seguinte:

(102) “A verdade **é que**, em matéria de moral sexual, o Código Penal é conservador até para os padrões da época”. (Folha de S. Paulo – texto nº 42)

Em (102) o uso do operador introduz um argumento que evidencia explicitamente a opinião do editorialista sobre o Código Penal vigente em nossa sociedade. E deve ter como

objetivo persuadir a quem ainda não pensa que o código é conservador, a aderir à opinião do editorialista, para chegar à tese final: o código deve ser mudado.

No exemplo a seguir

(103)“É lamentável encontrar policiais implicados como suspeitos nesse e em outros casos de homicídio. A verdade, porém, **é que** a polícia paulista mata demais, mesmo quando seus agentes não estão do lado errado da lei”. (Folha de S. Paulo – texto nº 42)

o enunciado que é introduzido pelo operador **é que** se constitui como altamente argumentativo, à medida que faz uma afirmação categórica sobre a ação da polícia paulista, enfatizando-a por **é que** e pelo uso de **porém**, intercalado após o termo “verdade”.

Vejamos outro exemplo:

(104)“A única crítica que se pode fazer ao pacote tributário divulgado na sexta-feira **é que** poderia ter vindo mais cedo”. (O Globo – texto nº 9)

O enunciado (104), como podemos verificar, manifesta claramente a opinião do produtor do texto.

Em outro exemplo, temos:

(105) “Um argumento habitualmente usado pelos oponentes do emprego de células-tronco embrionárias no tratamento de uma série de doenças **é que** a cura por esse tipo de terapia, longe de estar ao alcance da mão, não passa de uma duvidosa possibilidade. Esse raciocínio em si não é convincente: afinal, se é distante a perspectiva de encontrar tratamento eficaz para doenças hoje incuráveis, isso não pode justificar o abandono das pesquisas”. (O Globo – texto nº 13)

Em (105) o operador **é que**, introduz um argumento, segundo o editorialista, de pessoas que se opõem às pesquisas com células-tronco, para em seguida ele mesmo afirmar que o argumento não é convincente. É com base nesse argumento que ele desenvolve os argumentos dele, na tentativa de levar o leitor a concluir que ele não participa do grupo dos que se opõem às pesquisas com células-tronco embrionárias. O operador **é que** é usado para enfatizar o argumento que se constitui como ponto de partida para a argumentação do editorialista.

3.3.17- Agora

Esta pesquisa nos oportunizou comprovar que a articulação argumentativa dos editoriais usa o operador **agora**, considerado de média frequência (1,08%) não só para introduzir uma mudança de estado como também para articular proposições semanticamente opostas. Consideremos o exemplo a seguir:

(106)“Sintomaticamente, no entanto, o petismo, que sempre promoveu vazamentos e cobrou explicações ao menor sinal de irregularidade, **agora** prefere a hipocrisia: aposta contra a CPI e procura evitar que os dois altos funcionários compareçam ao Congresso para prestar esclarecimentos.” (Folha de S. Paulo – texto nº 33)

Podemos verificar, em (106), que a estratégia do editorialista é evidenciar que o petismo que sempre cobrou explicações não existe mais, ao introduzir, por meio do operador **agora** o argumento de que o petismo aposta contra a CPI e evita que seus funcionários esclareçam argumentos. Trata-se, portanto, de uma mudança de estado e de uma articulação de proposições que se opõem: sempre cobrou explicações, **agora** aposta contra a CPI.

Vejamos o próximo exemplo:

- (107) “O tempo passa, os governos mudam, mas o tempo não é assim tão grande para apagar a memória. Quando o governo Fernando Henrique Cardoso apresentou a Medida Provisória propondo “o maior acordo do mundo”, o PT e seu líder Luiz Inácio Lula da Silva chamaram a proposta de “ignominiosa” e cumpriram o que então consideravam seu dever: votaram contra. **Agora**, no governo, usam dois itens amargos: longo prazo para quitar as diferenças devidas aos inativos e cortes inexplicáveis e injustos das quantias a que os aposentados têm direito.” (Estado de Minas – texto nº 75)

Podemos verificar em (107) que o operador **agora** introduz um argumento que evidencia um contraste entre os enunciados. A estratégia usada foi negligenciar o primeiro enunciado e apoiar-se sobre o segundo, imprimindo-lhe força argumentativa de forma a conduzir o leitor a concordar com a opinião do editorialista, que considera um absurdo a situação. Quando o texto menciona “o maior acordo do mundo” (e não explica qual foi), refere-se à medida provisória editada pelo governo FHC, que propôs o pagamento do FGTS de forma parcelada. A oposição das proposições ocorre quando verificamos que uma medida considerada repulsiva em um momento é adotada em outro. Verificamos, então, que há uma mudança de atitude que contrasta com a anterior. Outra vez o operador **agora** indica uma mudança de estado, dando destaque à situação atual.

3.3.18- Mais de

O operador **mais de** foi considerado de média frequência (1,54%) nesta pesquisa. Verificamos que foi uma das formas usadas de maneira significativa apenas para o jornal Estado de Minas, com uma frequência, em relação ao total desse operador, de 58,8%. Uma das

características da linguagem dos editoriais de jornal é convencer o leitor. Parece-nos importante chamar a atenção para esse fato porque não existe escolha neutra. Mesmo que o uso de **mais de** possa parecer apenas um hábito, é a partir dele que podem ser efetuadas as modificações argumentativas. Consideremos os seguintes exemplos:

- (108) “O caso de Minas está a merecer mais atenção. Só na região Norte, conforme reportagem publicada por este jornal, 1,6 mil cursos d’água – nascentes, minas, córregos, rios e lagoas – já sumiram do mapa. Pelo que disse recentemente o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, 771 dos **mais de** 1 mil municípios do País com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH), estão sob ameaça de virar deserto.” (Estado de Minas – texto nº 70)
- (109) “Na verdade, o cerne da questão foi trazido a público desde o início da gestão do PT: o sistema tributário do País está concentrado nas mãos do governo federal. Uma férrea concentração que foi explicitada pelo governador Aécio Neves: **mais de** 70% de todos os tributos, taxas e contribuições arrecadados ficam com a União, sobrando pouco **mais de** 20% para estados e municípios.” (Estado de Minas – texto nº 74)

Podemos perceber que o uso de **mais de** em (108) e (109) tem uma intenção: a de ilustrar a argumentação, permitindo ao leitor visualizar a intensidade dos fatos. Dessa forma, tornando os argumentos mais significativos, pela quantidade.

3.3.19- Segundo

Na linguagem dos editoriais de jornal, em que analisamos o uso dos operadores argumentativos, consideramos **segundo** como de média frequência (1,26%). É interessante notar que outro operador que tem também a função de exprimir uma relação de conformidade (**conforme**), foi mais usado no jornal Estado de Minas, do que em O Globo e na Folha de S. Paulo. Isso nos leva a concluir que a intenção por parte de quem escreve os editoriais desse

jornal, ao usar o operador **segundo**, é de conseguir a adesão do leitor por meio de estratégias argumentativas que possam ser comprovadas, seja pelo argumento de autoridade, ou por exemplificação, ou por ilustração.

Observemos o exemplo:

- (110) “Com tantas atrações naturais, o Brasil responde apenas por 0,53% das chegadas de viajantes do exterior, de acordo com o último relatório da Organização Mundial de Turismo (OMT). Claro que não se cuida do setor com seriedade. O Brasil conta com um pomposo Plano Nacional de Turismo (PNT), mas o governo não libera recursos para financiamento de novos investimentos, nem faz promoção adequada nos países do Primeiro Mundo, que respondem por quase 80% da riqueza mundial. **Segundo** afirma Firmin Antônio, membro do Fórum de Líderes Empresariais, que atua numa empresa transnacional de turismo, há no Brasil evidente falta de coerência entre o discurso e a prática.” (Estado de Minas – texto nº 69)

O editorialista usou uma estratégia argumentativa baseada em fatos concretos acerca da situação do turismo no Brasil, procurando estabelecer provas que justificassem sua opinião: de que não se cuida do setor de turismo com seriedade. Para isso usou operadores argumentativos, como: **apenas, mas, nem, quase**. Em seguida, para comprovar sua tese, usou o argumento de autoridade, remetendo o leitor à opinião de um membro do Fórum de Líderes Empresariais que atua numa empresa transnacional de turismo. Em (110), o operador **segundo** introduz um argumento que completa uma rica argumentação.

Diante de nossos objetivos, os fatos analisados permitiram que percebêssemos o discurso do editorial de jornal como um termômetro social que retrata a possível consciência de um grupo social, o do jornal. Permitiram também detectar que os operadores usados nos editoriais podem assumir funções diferentes, dependendo do enunciado que constituem, reforçando o caráter argumentativo dos mesmos.

Após o levantamento de todos os operadores encontrados nos editoriais que compõem o *corpus*, os agrupamos de acordo com as funções que apresentam. A Tabela 8, a seguir, apresenta a frequência dos operadores argumentativos nos 78 editoriais de jornal analisados, de acordo com sua função básica.

Tabela 8 – Frequência dos operadores por função

Função	operador	Total X/1104	frequência (%)	Frequência total pela função
Introduzir um argumento apresentado como acréscimo, quando há duas escalas (ou mais) orientadas no mesmo sentido, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou para marcar tempo	além disso	09	0,815	244/1104 (22,10%)
	ainda mais	05	0,453	
	além (da, de, do(s), deste(a))	15	1,359	
	aliás	02	0,181	
	e mais	05	0,453	
	e	105	9,511	
	também	38	3,442	
	nem	07	0,634	
	nem mesmo	02	0,181	
	además	01	0,091	
	não apenas ... mas	01	0,091	
	não apenas ... mas também	02	0,181	
	mais ainda	03	0,272	
	e não só porque ... mas também (porque)	01	0,091	
	no mais	02	0,181	
	não só ... mas também	02	0,181	
	sobretudo	02	0,181	
	e também	02	0,181	
	além	01	0,091	
	mais uma vez	01	0,091	
ainda	36	3,261		
e ainda	02	0,181		
Assinalar o argumento mais forte ou o mais fraco para uma conclusão	mesmo	22	1,993	71/1104 (6,43%)
	até	19	1,721	
	e até	02	0,181	
	até mesmo	04	0,362	
	e até mesmo	01	0,091	
	inclusive	05	0,453	
	pelo menos	07	0,634	
	ao menos	01	0,091	
	até porque	02	0,181	
	mais importante	03	0,272	
	mesmo assim	04	0,362	
	e mesmo assim	01	0,091	
Assinalar uma oposição	mas	107	9,692	166/1104 (15,04%)
	mas ainda	01	0,091	

	mas também	01	0,091	
	entretanto	03	0,272	
	porém	23	2,083	
	contudo	05	0,453	
	todavia	02	0,181	
	do contrário	02	0,181	
	no entanto	09	0,815	
	agora	12	1,087	
	ao contrário	01	0,091	
Introduzir um esclarecimento	isto é	06	0,543	12/1104 (1,09%)
	ou seja	06	0,543	
Apontar uma conclusão a argumentos apresentados anteriormente	então	03	0,272	46/1104 (4,17%)
	assim	09	0,815	
	portanto	22	1,993	
	só assim	01	0,091	
	só então	01	0,091	
	de fato	08	0,725	
	e assim	01	0,091	
	de resto	01	0,091	
Introduzir uma justificativa ou explicação para o que foi dito antes	afinal	06	0,543	60/1104 (5,43%)
	pois	28	2,536	
	porque	08	0,725	
	por isso	06	0,543	
	por isso mesmo	02	0,181	
	daí (aí)	04	0,362	
	por causa	01	0,091	
	já que	01	0,091	
Introduzir argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas	ora ... ora	01	0,091	05 (0,45%)
	ou	04	0,362	
Estabelecer relações de comparação entre elementos, tendo em vista uma conclusão	tanto ... quanto	02	0,181	89 (8,06%)
	assim como	02	0,181	
	tanto mais	02	0,181	
	e como se	01	0,091	
	como se	02	0,181	
	pouco mais (de, do que)	02	0,181	
	maior do que	01	0,091	
	menos do que (menor(es) do que, menor que)	05	0,453	
	tão ... quanto (tanto a do ... como a do)	03	0,272	
	como	69	6,250	

Apontar ou uma afirmação de totalidade ou uma negação total	apenas	43	3,895	79 (7,16%)
	só	14	1,268	
	e só	03	0,272	
	pouco, um pouco, mais um pouco	05	0,453	
	quase	12	1,087	
	e apenas	01	0,091	
	cerca de	01	0,091	
Reafirmar o que foi dito	na verdade	08	0,725	11 (1,00%)
	em vez de	01	0,091	
	é verdade	02	0,181	
Explicitar um juízo de valor	ora	04	0,362	04 (0,36%)
Marcar mudança de estado, tempo ou introduzir no enunciado conteúdos pressupostos	já	64	5,797	68 (6,16%)
	e já	04	0,362	
Marcar condição	se	52	4,710	53 (4,80%)
	e se	01	0,091	
Esclarecer ou confirmar um ato de asserção (anterior ou posterior)	freqüentemente	04	0,362	61 (5,53%)
	certamente (é certo)	09	0,815	
	quase certamente	01	0,091	
	simplesmente	01	0,091	
	principalmente	05	0,453	
	especialmente	05	0,453	
	naturalmente	02	0,181	
	infelizmente	02	0,181	
	excessivamente	02	0,181	
	lamentavelmente	05	0,453	
	justamente	03	0,272	
	exatamente	03	0,272	
	altamente	01	0,091	
	absolutamente	01	0,091	
	e justamente	02	0,181	
	exclusivamente	02	0,181	
	finalmente	01	0,091	
	fortemente	01	0,091	
	habitualmente	01	0,091	
	mais facilmente	01	0,091	
igualmente importante, essencialmente	02	0,181		
obviamente	01	0,091		
recentemente	01	0,091		
mais precisamente	01	0,091		
possivelmente	01	0,091		

	suficientemente	01	0,091			
	novamente	02	0,181			
Exemplificar	por exemplo	05	0,453	05 (0,45%)		
Exprimir relação de concessão	embora	21	1,902	37 (3,35%)		
	mesmo que	04	0,362			
	apesar (de, do(s), da(s), dessa, disso)	09	0,815			
	ainda que	03	0,272			
Exprimir relação de conformidade	como sempre	01	0,091	21 (1,90%)		
	segundo	14	1,268			
	conforme	06	0,543			
Estabelecer relação de proporção	tanto	02	0,181	45 (4,08%)		
	tanto que	03	0,272			
	tão ... que	01	0,091			
	tão	03	0,272			
	tão-somente	01	0,091			
	demais	01	0,091			
	tão facilmente	01	0,091			
	muito mais	01	0,091			
	mais do que	13	1,177			
	mais de (a)	17	1,540			
	menos de (da)	02	0,181			
	Realçar o enunciado	e lá	01		0,091	27 (2,44%)
		mais significativa	01		0,091	
o mais (o maior)		04	0,362			
é que		21	1,902			
	Total:	1104	100%	1104		

De acordo com a Tabela 8, podemos agrupar as funções dos operadores em 3 (três) conjuntos, de acordo com os percentuais de frequência:

1) funções dos operadores com ocorrência mais alta nos editoriais:

- a) introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou para marcar tempo (22,10%);
- b) assinalar uma oposição (15,04%);

2) funções dos operadores com percentuais médios de frequência nos editoriais:

- a) estabelecer relações de comparação entre elementos, tendo em vista uma conclusão (8,06%);
- b) apontar ou uma afirmação de totalidade ou uma negação total (7,15%);
- c) apontar uma conclusão a argumentos apresentados antes (4,17%);
- d) assinalar o argumento mais forte ou mais fraco para uma conclusão (6,43%);
- e) marcar mudança de estado, tempo ou introduzir no enunciado conteúdos pressupostos (6,16%);
- f) esclarecer ou confirmar um ato de asserção (5,53%);
- g) marcar condição (4,80%);
- h) estabelecer relação de proporção (4,08).

3) funções dos operadores com ocorrência mais baixa nos editoriais:

- a) exprimir relações de concessão (3,35%);
- b) introduzir uma justificativa para o que foi dito antes (5,43%);
- c) realçar o enunciado (2,44%);
- d) exprimir relação de conformidade (1,90%);
- e) introduzir um esclarecimento (1,09%);
- f) reafirmar o que foi dito (1,00%);
- g) exemplificar (0,45%);
- h) introduzir argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas (0,45%);
- i) explicitar um juízo de valor (0,36%).

Em todos os editoriais analisados, identificamos operadores argumentativos usados com a função de introduzir argumentos que conduzem o leitor a uma determinada conclusão, o que

comprova nossa hipótese de que na linguagem dos editoriais, essas palavras não são meros elementos usados para relacionar os enunciados, mas para conduzir sua orientação argumentativa.

O grupo de operadores argumentativos mais usados em todo o *corpus* (**além disso, ainda mais, além de, e mais, e, também, nem, nem mesmo, ademais, não apenas ... mas, não apenas ... mas também, e não só porque ... mas também, não só ... mas também, sobretudo, e também, além, mais uma vez, mais ainda, aliás, ainda, e ainda**) tem como função introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou marcar tempo. Esse grupo equivale a 22,10% de todas as funções detectadas. Tanto o operador **ainda** quanto o **e ainda** aparecem nos textos, não só assumindo o papel de introduzir um argumento decisivo na tentativa de obter a adesão do leitor, como também podem exercer o papel de marcadores de tempo, com o objetivo de causar no leitor um efeito argumentativo: reforçar a tese defendida.

Notamos que quando são usados, esses operadores chamam a atenção do leitor para determinado tópico do texto, em geral o que se apresenta como título, induzindo-o a aderir à tese proposta. Na verdade, a intenção, ao introduzir um argumento, não é convencer o leitor do fato apresentado, mas da verdade da tese (a idéia defendida). Desse modo, os editoriais, ao opinarem sobre assuntos polêmicos, usam esses fatos - introduzidos, em geral, por operadores argumentativos - como caminho para conseguir a adesão do leitor.

O segundo grupo de operadores argumentativos mais incidente (**mas, mais ainda, mas também, entretanto, porém, contudo, todavia, do contrário, no entanto, agora, ao contrário**) exerce como função contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias. Essa função argumentativa consta de 15,04% do total das funções. Os operadores desse grupo, quando são usados nos editoriais, empregam uma forma de argumentar que Guimarães (1987) chama de estratégia do suspense. Nela, o locutor introduz um argumento possível para uma conclusão,

então o que vem primeiro à mente do leitor é a conclusão **R**. Em seguida é introduzido o argumento (ou conjunto de argumentos) decisivo que levará o leitor à conclusão **não-R**. É o que Ducrot (1987) chama de metáfora da balança. Adequando ao uso dos operadores nos editoriais, podemos descrever essa metáfora da seguinte forma: o editorialista coloca no prato A um argumento (ou um conjunto de argumentos) que pode ser atribuído ao leitor, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura. Depois coloca no prato B um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo com que a balança fique inclinada nessa direção.

Há um outro grupo de operadores que tem como função exprimir relação de concessão e que foi usado nos editoriais com frequência baixa (3,35%). Seu funcionamento é semelhante ao do grupo do **mas**. Estes operadores são: **embora, mesmo que, apesar de, ainda que** e também opõem argumentos que orientam para conclusões contrárias, no entanto utilizam uma forma de argumentar diferente: a estratégia de antecipação. Tal estratégia consiste em anunciar de antemão que o argumento introduzido por quaisquer desses operadores será anulado.

Dessa forma, de acordo com as funções mais frequentes encontradas, as estratégias básicas da argumentação dos editoriais analisados (num total de 40,49% dos casos) são:

a) introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou para marcar tempo, o que se justifica pela necessidade de sustentar sua tese (22,10%);

b) contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias, isso porque os editoriais apresentam o posicionamento do jornal como sendo o mais lógico possível, o que se justifica pela necessidade de invalidar teses de outras com as quais não concorda ou de contra-argumentar (15,04% + 3,35% = 18,39%).

Há outros operadores que figuram nos editoriais (com uma frequência mais baixa, porém diversificada, principalmente no jornal Folha de S. Paulo) e que variam conforme a necessidade dos editorialistas de utilizá-los no decorrer da argumentação.

Vale ressaltar que todos os operadores argumentativos analisados são marcas lingüísticas que contribuem para tornar mais fortes os argumentos que introduzem e efetivar o cumprimento da função comunicativa dos editoriais, sob a perspectiva do papel social - em que desempenham a função de expressarem o ponto de vista da imprensa responsável pela publicação. E que os editoriais podem ser caracterizados, conforme Melo (2005), como uma categoria de textos predominantemente dissertativa e argumentativa “*stricto sensu*”, estruturada com a inserção de textos narrativos, descritivos e injuntivos, e que pertence aos gêneros formadores de opinião - apresentando-se, como hipotetizamos, com uma linguagem característica que objetiva chamar a atenção do leitor e induzi-lo a uma determinada conclusão. Essa categoria de texto, portanto, revela-se, como podemos notar nos três jornais, como um gênero discursivo relativamente padronizado, no que respeita ao uso dos operadores argumentativos.

Percebemos que o discurso dos editoriais reflete a consciência possível de uma época, o que pode vir a ser constituído tanto pelas dúvidas acerca de temas polêmicos, quanto pelas certezas. E para que os editoriais analisados tenham maior poder de persuasão, percebemos também que há uma utilização de recursos variados de operação de argumentos que configuram técnicas argumentativas. Por esse motivo, consideramos pertinente identificar algumas delas a seguir, tendo em vista os objetivos de nosso trabalho.

3.4- Análise das técnicas argumentativas em três editoriais do *corpus*

Para a presente fase da análise, transcrevemos e analisamos três editoriais, um de cada jornal e todos três referentes ao mesmo assunto: a votação, pela Câmara dos Deputados, da Lei de Biossegurança. Procuramos evidenciar neles tipos de argumentos, cujos esquemas argumentativos têm como base os estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) e apresentar as funções dos operadores argumentativos como correspondentes aos lugares da Retórica. Vale ressaltar que estamos certos de que esses mesmos textos podem ser analisados de outras formas, conforme outros planos de delimitação e outro suporte teórico.

A Retórica, na concepção de Aristóteles, trata de questões que de algum modo são da competência de todos os homens, na medida em que se empenham, dentro de determinados limites, a defender uma tese, em apresentar uma defesa ou uma acusação. Na ótica de Aristóteles, à Retórica cabe descobrir os meios que, relativamente a qualquer argumento, podem levar à persuasão de um determinado auditório. No raciocínio retórico, as premissas são extraídas de certos lugares (ou *topos*) que se estendem a todos os temas, pois são gerais, como o lugar da quantidade, do preferível, o lugar da proporção, o lugar da causa e do efeito, e outros; ou que se constituem de determinados temas que funcionam como verdades particulares, aceitas por todos. A tarefa da Retórica é, conforme assinalou Lopes (2005), persuadir, convencer, agradar, manipular idéias com a finalidade de aceitação, descobrir as intenções de quem fala ou escreve, atribuir razões ao seu dizer.

Nessa análise, vamos circunscrever o sentido de Retórica àquele reservado aos estudos das técnicas discursivas, que correspondem aos atos e aos fatos enquanto mecanismos utilizados na língua para harmonizar seus interesses com os dos outros, por meio de raciocínios

argumentativos, com a finalidade de persuadir. Nesse sentido, consideramos ser de fundamental importância para o orador começar por conhecer quais as teses e os valores inicialmente admitidos por seu auditório, pois eles deverão constituir o ponto de partida do discurso.

As análises que fizemos até aqui levam-nos a acreditar que os editoriais jornalísticos atestam a ideologia de cada jornal a que pertencem, e o fazem através de técnicas argumentativas adotadas pelos seus autores com a finalidade de persuadir. Fato que nos permite evidenciar que existe um *ethos* cultural (conjunto dos traços de caráter que o orador deve revelar ao auditório para causar boa impressão), constituído para o editorial e que as interpretações que fazemos dos argumentos estão condicionadas aos topói (lugares retóricos) e à formação do sujeito-histórico-social.

Consideramos o *ethos*, nos editoriais, conforme Reboul (1998), como o caráter (psicológico) dos diferentes públicos, aos quais o orador deve adaptar-se. Para o autor o *ethos* diz respeito ao orador, *pathos* ao auditório, o *logos* à argumentação propriamente dita do discurso. Assim, um discurso é retórico quando, para persuadir, alia a argumentação ao seu componente oratório.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), para fundamentar valores e hierarquias ou reforçar a intensidade da adesão que os lugares retóricos suscitam, é permitido relacioná-los com outros valores ou hierarquias para consolidá-los ou recorrer aos topói (lugares). Para Reboul (1998), a leitura retórica é um diálogo. Mesmo que ela não tenha como objetivo dizer que o texto tem ou não tem razão, ela não é neutra, pois faz juízos de valor, mostra que tal argumento é forte ou fraco, que tal conclusão é legítima ou errônea.

Sendo assim, passemos à análise de argumentos usados no primeiro texto selecionado:

TEXTO 13

Contra o tempo

Um argumento habitualmente usado pelos oponentes do emprego de células-tronco embrionárias no tratamento de uma série de doenças é que a cura por esse tipo de terapia, longe de estar ao alcance da mão, não passa de uma duvidosa possibilidade. Esse raciocínio em si não é convincente: **afinal, se** é distante a perspectiva de encontrar tratamento eficaz para doenças hoje incuráveis, isso não pode justificar o abandono das pesquisas. **Além disso**, a argumentação acaba de sofrer um golpe devastador com a notícia procedente da Itália, de que um menino de 5 anos de idade foi curado de uma forma de anemia potencialmente fatal, a talassemia, com células-tronco extraídas da placenta de seus irmãos gêmeos recém-nascidos.

Nesse caso, **naturalmente**, não estavam em jogo as complexas questões éticas relativas à retirada de células-tronco de embriões, que morrem no processo. **Mas** esta foi uma situação singular, que não pode ser repetida à vontade; a utilização de células embrionárias continua a ser o ponto-chave do debate. **Tanto que** na Inglaterra, que tem estado na vanguarda nas pesquisas e na legislação sobre a matéria, os pais de um menino que sofre **também** de uma forma rara e potencialmente letal de anemia foram autorizados a produzir e selecionar 12 embriões especificamente para extrair células-tronco geneticamente compatíveis com a criança.

Como se vê, bem mais rapidamente do que se esperava a situação está passando dos debates e estudos teóricos para a prática médica. O que **ainda** há pouco era classificado de vaga promessa **já** começa a dar resultados concretos notáveis.

Essa mudança de panorama deixa claro **também** que a Lei de Biossegurança não pode ficar indefinidamente parada no Congresso Nacional. Os parlamentares precisam atentar para o fato de que as células-tronco **já** estão começando a produzir curas, e criar condições para que os pesquisadores brasileiros possam trabalhar sem impedimentos.

Temos **comprovadamente** competência científica suficiente para acompanhar os países mais desenvolvidos nessa área. **Mas** corremos o risco de ficar para trás se faltar o devido amparo da legislação.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25967, Rio de Janeiro, 10 set. 2004. Editoriais, p. 7.)

No texto nº 13 observamos a presença de 14 (quatorze) operadores argumentativos. Nele discute-se a questão da Lei de Biossegurança, enfatizando-se a importância da retirada de células-tronco de embriões para pesquisas. Fica claro no editorial que os parlamentares devem criar condições para que os pesquisadores brasileiros possam trabalhar sem impedimentos e que corremos o risco de ficar para trás se faltar o devido amparo na legislação. O texto, como podemos notar, possui argumentos explícitos sobre a opinião do jornal O Globo de que as pesquisas precisam avançar, se não for assim o Brasil ficará para trás.

No primeiro parágrafo do texto, o enunciador cita um argumento contrário à sua opinião. Em seguida, afirma que o argumento citado não é convincente, usando em um primeiro momento o operador **afinal** para justificar a afirmação que fez antes. A seguir, usando o operador **se** para evidenciar sua tese (idéia defendida), afirma que o fato de ainda não ser possível a cura por meio do emprego de células-tronco embrionárias, não é argumento para o abandono das pesquisas. Ao finalizar o parágrafo, usa o operador **além disso** para introduzir mais um argumento com a finalidade de comprovar a invalidade da argumentação que está criticando.

O editorialista discorda da visão das pessoas que se opõem ao emprego de células-tronco embrionárias no tratamento de doenças. A escolha do **se** introduz a explicação que o editorialista julga necessária para o convencimento do leitor (seu auditório). No período seguinte do texto, quanto ao lugar da argumentação, conforme Aristóteles concebe, o editorialista, buscando a adesão do auditório, cita um caso particular de cura como **argumento por ilustração**. Esse argumento possui como função reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que podem esclarecer o enunciado como um todo. Torna-se importante ressaltar que o argumento por ilustração não depende de adesão à regra, ele pode ser duvidoso, mas deve impressionar a imaginação para se impor à atenção.

No segundo parágrafo do texto, o editorialista comenta, introduzindo a idéia, pelo operador **naturalmente**, que o menino só foi curado porque não estavam em jogo questões éticas. Em seguida, para reforçar sua tese inicial (de que as pesquisas com células-tronco devem ser permitidas), ele usa o operador **mas**, e lançando mão do **argumento por compatibilidade/incompatibilidade** ele afirma que a não utilização de células-tronco continua a ser um entrave para a cura de doenças, ou seja, o debate sobre questões éticas tem que acabar porque o uso das células-tronco, comprovadamente, é eficaz. Em seguida, com o uso dos operadores **tanto que e também** o editorialista usa o **argumento por ilustração**, ao fornecer um

caso particular ocorrido na Inglaterra para tentar comprovar o que ele defende como melhor solução.

No terceiro parágrafo do texto, o editorialista, após ter ilustrado sua tese no parágrafo anterior, acreditando que já tem a adesão do leitor, valoriza o lugar do existente, dando preferência àquilo que já está se fazendo, ou seja, demonstra que a situação já não é teórica, passou a ser prática. Por isso, inicia o parágrafo usando o **como** com valor de conformidade para tentar comprovar que a situação já está mudando. Usa o operador **ainda** para introduzir o argumento que considera mais forte para causar no leitor a adesão à sua tese e para finalizar a argumentação, assinala a mudança de estado, usando o operador **já** para afirmar que os resultados são notáveis.

Continua, no quarto parágrafo, a valorizar o efeito do emprego das células-tronco para a sociedade. Nesse sentido, o editorialista organiza seu raciocínio pelo **argumento pragmático** (que se fundamenta na relação de dois argumentos sucessivos por meio de um vínculo causal), que permite a ele apreciar a proposta das pesquisas com células-tronco como um ato favorável à cura de doenças, já que pôde ilustrar no texto essa afirmação. Escolhe, para justificar seu ponto de vista, as seguintes marcas lingüísticas: **ainda** e **já**. E não deixa de, ao finalizar o texto, com o uso de **comprovadamente**, talvez por acreditar que conseguiu, com as ilustrações que fez, a adesão de seu “auditório”, seguido de **mas**, deixar uma opinião, um ponto de vista: o de que corremos o risco de ficar para trás se a lei não permitir que as pesquisas sejam realizadas. O posicionamento do editorialista revela um raciocínio concebido em função de suas conseqüências, que nesse caso são os resultados concretos notáveis da utilização das células-tronco embrionárias e o possível atraso da ciência no Brasil.

Nesse sentido, podemos observar que o editorial está imbuído, como Reboul (1998) afirma, da importância do *ethos*, pois o editorialista manifesta de forma confiante seu ponto de vista,

porque sabe que pode contar com a credibilidade do auditório. Sabemos que sem essa confiança, sejam quais forem seus argumentos, não há a menor possibilidade de persuasão. Daí vem a importância de, cada vez mais, não só nos jornais, mas em outros meios de comunicação, o conhecimento do auditório não poder ser ignorado pelo orador.

Notamos que a construção retórica do discurso, nesse editorial, exigiu que os argumentos fossem sustentados por “provas”, baseadas em julgamento de valor retórico da legitimação.

Passemos à leitura e análise da argumentação no segundo texto:

TEXTO 34

Avanço para a ciência

São bem-vindas as emendas introduzidas pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) no projeto da Lei de Biossegurança que tramita no Senado. Elas permitem a pesquisa com células-tronco embrionárias, que está na base da terapia celular e da chamada clonagem terapêutica. Na versão do projeto que veio da Câmara, por força dos lobbies evangélico e católico, esse tipo de investigação foi, para efeitos práticos, proibido.

As terapias que usam células-tronco são uma das principais promessas da ciência para o tratamento de diabetes, mal de Parkinson e outras doenças degenerativas, **além de** trazer a perspectiva de que, um dia, laboratórios possam desenvolver órgãos para transplantes.

O princípio geral é o de que células-tronco embrionárias conservam a capacidade de converter-se em qualquer tipo de tecido, de pele a ossos. A objeção religiosa deve-se ao fato de que, para obter as células-tronco, é necessário destruir embriões na fase de blastocistos -um aglomerado de cerca de uma centena de células. **Já** existe algo como 20 mil embriões nessas condições congelados em clínicas de fertilidade. Muitos deles serão destruídos de qualquer forma, **pois** são sobras de processos de fertilização "in vitro".

As alterações propostas **ainda** ficam aquém do desejável, ao não prever, **por exemplo**, a possibilidade de que, no futuro, células-tronco embrionárias sejam produzidas a partir de tecidos do próprio paciente, contornando assim o problema da rejeição. Não há dúvida, **porém**, de que o substitutivo agora aprovado na Comissão de Educação do Senado representa um enorme avanço em relação ao texto anterior.

Não se prevêem maiores problemas para o projeto ser sancionado pelo Senado, hipótese em que voltaria à Câmara - onde se concentram os lobbies contrários. **Portanto, se** o governo não se mobilizar para garantir a pesquisa com células-tronco, o país corre o risco de ser condenado ao atraso numa área vital da ciência.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25524, São Paulo, 11 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

Ao ler o texto, que possui 08 (oito) operadores argumentativos, percebemos que no início o editorialista considera “bem-vindas” as emendas do projeto a favor de pesquisas com células-tronco embrionárias, que se encontram na base da terapia celular e da clonagem terapêutica. Ainda no primeiro parágrafo do texto, ele informa que, na versão do projeto que veio da Câmara, a investigação foi proibida. Podemos notar que até aquele momento nenhum operador argumentativo fora usado.

Em seguida, ao iniciar o segundo parágrafo do texto, para reforçar a afirmação de que as terapias com células-tronco são uma das principais promessas da ciência, o editorialista usa um operador argumentativo: **além de**. Esse operador exerce a função de adicionar um argumento para uma conclusão, ou seja, é usado como estratégia argumentativa que busca levar o leitor à adesão da tese inicial: de que as pesquisas precisam ser viabilizadas. Nesse caso, o produtor do texto afirma seu ponto de vista, declarando hipóteses prováveis a partir da permissão da pesquisa com células-tronco. O emprego do operador **além de** aciona a justificativa que torna mais significativa a adesão do leitor à opinião que o editorial encerra, característica do **argumento pragmático**, cuja função é reforçar a adesão.

Os operadores **já** e **pois** são usados para introduzir o **argumento por ilustração**, já que apresentam um dado estatístico sobre o uso de células de embriões em clínicas de fertilização. A tese de adesão inicial é retomada no quarto parágrafo, quando há a afirmação de que as alterações **ainda** ficam aquém do desejável. O uso de **por exemplo** serve para introduzir a opinião do editorialista, o seu ponto de vista sobre as propostas que ainda estão aquém do desejável. No período seguinte, o editorialista continua a expor suas idéias, elegendo o operador argumentativo de oposição **porém**, para novamente apontar a certeza de que o substitutivo aprovado no Senado representa um enorme avanço.

Ao concluir seu raciocínio, no último parágrafo do texto, por meio dos operadores **portanto** e **se**, introduz o argumento que pode levar o leitor a refletir sobre a necessidade da adesão às pesquisas para que o país não fique atrasado cientificamente. Nota-se, pelo emprego do operador condicional **se**, que o editorialista pressupõe que o governo pode estar atrapalhando o avanço da ciência. Por esse motivo, o leitor deve concordar com a idéia de que o ponto de vista do produtor do texto é válido. Esses indícios nos remetem novamente ao **argumento pragmático**. No editorial em questão, o produtor do texto deixa claro seu ponto de vista e apresenta argumentos hipotéticos (**se**), mas válidos para justificar sua declaração.

Os argumentos apresentados têm uma intenção: levar o leitor a acreditar que é preciso avançar nas pesquisas, como o próprio título do editorial já indica. Talvez possam também levar o leitor a defender, em discussões com outras pessoas com quem convive, o avanço nas pesquisas, porque ele concorda com o que está escrito no jornal ou porque ele leu no jornal que o país ficaria atrasado se não permitisse a pesquisa.

Vimos em Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), que o ato retórico serve para fazer alguém mudar de idéia, como também para fortalecer posições já existentes, para reforçar e fortalecer a opinião que todos já formaram sobre determinada idéia. Nesse sentido, a análise revela que o discurso apresentado pelo editorialista procura reafirmar a posição de um determinado grupo cultural que ele parece conhecer bem.

Vejamos a argumentação no terceiro texto:

TEXTO 72

A questão dos transgênicos

Depois de repetir, **mais de** uma vez, que não assinaria medida provisória para facilitar o início do plantio da safra de 2004-2005 de soja transgênica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetivou o ato. **Até** parece que ninguém sabe que há mais de seis anos os sojicultores estão

adquirindo sementes modificadas nas fronteiras do País, em especial os gaúchos. O texto da medida provisória é simples, a fim de não colidir com a Lei de Biossegurança, que **ainda** depende de votação na Câmara dos Deputados, para **só então** ir à sanção presidencial.

Foi a terceira vez em **menos de** dois anos que se recorre a esse mecanismo para liberar a venda de soja modificada e permitir o plantio da safra. O que se constata, **portanto**, é que, no embate entre o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues (abertamente a favor), e a sua colega do Meio Ambiente, Marina Silva (explicitamente contra), o primeiro acabou vitorioso, sem se discutir realmente **se** a soja transgênica é 100% segura para a saúde humana **e se** exerce alguma influência negativa, ecologicamente. A dúvida **nem** é cabível, **pois** todo mundo sabe – **até** o mais humilde lavrador no Alto Amazonas – que a monocultura é prejudicial ao meio ambiente e pode comprometer a própria natureza.

O problema foi resolvido temporariamente – mal resolvido, diga-se de passagem –, **mas** nada indica que chegou ao fim o longo debate que vem sendo deixado de lado, por altos interesses das multinacionais das sementes e do agrotóxico. Um ministro (não identificado) do Supremo Tribunal Federal (STF) disse que não se pode reclamar da demora de uma decisão judicial. **E** acusa a Justiça de autismo, quando analisa o caso. Deu como exemplo a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF): os desembargadores reconheceram a competência da CNTbio para liberar o plantio dos transgênicos da linha Roundup Ready (favorável à Monsanto). **Mas** os mesmos desembargadores mantiveram a proibição da soja da multinacional. Uma questão que não podia demorar tanto acabou confundindo o meio rural. Parcela ponderável teme que o Brasil pode perder mercado na União Européia, que historicamente não permite a comercialização de grãos geneticamente modificados em sua jurisdição e insistem que o Brasil deve manter o plantio tradicional. Agora, vão exigir que a soja transgênica seja identificada com embalagem especial, com advertência em letras garrafais, para não ser confundida com a natural. Quem sabe dos métodos aplicados nesse mercado altamente competitivo pode imaginar que não será difícil contaminar plantações tradicionais. Se é público que há contrabando de sementes, tudo o mais é livre, lamentavelmente. A previsão é que a produção de soja, com o reforço das sementes modificadas, será de 65 milhões de sacas na safra a ser colhida em 2005.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22939, Belo Horizonte, 18 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

Nesse texto temos 14 (quatorze) operadores argumentativos. Ele se inicia com a narrativa de um fato intrigante: que o presidente Lula assinou a medida provisória para facilitar o início do plantio da safra 2004-2005 de soja transgênica. E usa, para contar o fato, o operador que estabelece relação de proporção **mais de** para causar no leitor o efeito de sentido da perplexidade diante do fato de que, mais uma vez, o governo é obrigado a assinar uma medida provisória. Na verdade, o argumento remete ao fato de que, na sociedade, as leis derivam dos usos e costumes de um povo e como já está sendo plantada a soja transgênica não resta outra alternativa, senão aprovar logo algo enquanto se espera a aprovação da Lei de Biossegurança.

O que acontece é que foi criado um produto transgênico e houve uma significativa aceitação dele pelos gaúchos. Só que o produto precisa de uma regulamentação para que seja viabilizado seu plantio. Enquanto essa regulamentação não chega (tarefa do Poder Legislativo), o governo (Poder Executivo) se vê obrigado a editar uma medida provisória, ainda que seja contra sua vontade. A afirmação introduzida pelo operador argumentativo **até**, de que há mais de seis anos os sojicultores estão adquirindo sementes modificadas nas fronteiras do País, em especial os gaúchos, constitui-se como um **argumento por ilustração**.

O segundo período do texto - que chega a ser irônico - é introduzido pelo operador **até**. Esse operador assinala um argumento que dá prosseguimento à declaração feita anteriormente, reforçando-o e objetivando persuadir o leitor a aderir à idéia defendida de que já está passando da hora de regulamentar o plantio da soja transgênica. Em seguida, o editorialista usa os operadores **ainda** e **só então** para apresentar o problema que precisa ser solucionado: a aprovação da Lei de Biossegurança.

O segundo parágrafo usa argumentação semelhante à do primeiro. Usa também um operador que estabelece relação de proporção, só que agora **menos de**, para salientar que a votação precisa ser feita porque já é a terceira vez que se lança, em relação ao assunto, uma medida provisória. Dando continuidade à sua argumentação, o editorialista usa **portanto, se, e se, nem, pois** para introduzir argumentos que chamam a atenção do leitor, principalmente para o fato de que discussões importantes como se a soja transgênica é 100% segura para a saúde humana e se exerce influência negativa, ecologicamente, não são preocupações dos ministros da Agricultura e do Meio Ambiente.

É interessante ressaltar aqui que os três textos escolhidos para essa análise tratam do mesmo assunto e só esse abordou fatos tão importantes para o debate que envolve a aprovação da Lei de Biossegurança. Também no último argumento do segundo parágrafo usa-se o operador

até, que introduz um argumento decisivo sobre a soja transgênica ser segura para a saúde humana ou não: de que todo mundo sabe, **até** o mais humilde lavrador, que a monocultura é prejudicial ao meio ambiente e pode comprometer a própria natureza. Então, não há motivos para se ter dúvida sobre o plantio, uma vez que a monocultura já é aceita. O argumento que o operador introduz, novamente, é o da **ilustração**, que pretende persuadir o auditório (o leitor) e fazer com que concorde com o raciocínio do enunciador do texto.

A seguir, o editorialista continua a evidenciar questões em torno da tese defendida. Entende que o problema foi resolvido temporariamente e continua o parágrafo, misturando argumentos e não estabelecendo clareza quanto à sua opinião. Ele estabelece uma linha de raciocínio baseada em provas que podem justificar sua adesão à tese inicial, como marca de **argumento pragmático**, ainda que de forma difusa.

Os operadores **e** e **mas**, no último parágrafo, introduzem argumentos concretos associados a pontos de vista do editorialista. Esses operadores são usados, ao nosso ver, com o objetivo maior de informar sobre o assunto. E consideramos que essa pode também ser uma estratégia, já que muito antes, desde Aristóteles, acredita-se que levar o auditório a raciocinar junto pode ser uma forma eficaz de conseguir a adesão.

Os discursos, nos três editoriais, ao que parece, foram organizados numa dada situação retórica, cuja identidade é representada nos lugares retóricos, a partir de premissas evidentes para os editorialistas, mas que se constituem como hipóteses. Os lugares retóricos revelam o caráter cultural dos editorialistas e a maneira como procuraram expor seu ponto de vista, partindo do consenso com o auditório.

Em seus enunciados, os editorialistas usam operadores argumentativos que se constituem como manobras discursivas adotadas pelos editorialistas com a intenção de reforçar a persuasão,

de causar no leitor a adesão ao ponto de vista que possuem. Cumpre frisar que o discurso formador do editorial tem o poder de direcionar o pensamento do leitor e se encontra imbuído de um caráter ideológico.

Nessa direção, os resultados obtidos indicam a necessidade de uma maior atenção ao estudo das funções que os operadores argumentativos exercem em textos argumentativos e do ensino das estratégias argumentativas pautadas na Nova Retórica, no Ensino Médio. Isso não significa abandonar outros estudos, mas aprimorar os estudos de Língua Portuguesa.

A partir da análise que fizemos, chegamos a confirmações pertinentes em relação ao uso das técnicas argumentativas nos editoriais e ao efeito de sentido que podem causar no leitor do jornal e, conseqüentemente, na sociedade da qual esse leitor faz parte:

a) que os argumentos, em que se usam operadores argumentativos, apontam uma descrição dos fatos ligada a pontos de vista que chamam a atenção e podem levar à mudança de opinião do leitor e ao abandono do modo como via o tema antes de ler o editorial;

b) que o leitor é visto como alvo que pode ser conduzido a aderir à tese defendida pelo editorialista, reforçada pelo uso dos operadores argumentativos, na tentativa de facilitar as mudanças sociais, tornando-as mais naturais quando ocorrem.

3.5- Editorial, operadores argumentativos e tipos de argumento

Após a verificação da frequência dos operadores argumentativos nos editoriais e da análise do papel que eles têm nas seqüências em que aparecem, percebemos que os editoriais que analisamos se caracterizam por evidenciar as tendências ideológicas do jornal sobre temas políticos ou fatos surpreendentes, na tentativa de convencer e/ou persuadir o leitor em relação à

validade de sua opinião. E o fazem por meio de técnicas argumentativas. Isso nos levou a optar, neste trabalho, por analisar também as técnicas argumentativas no *corpus*.

Delimitamos a análise feita às seqüências que contêm operadores de alta freqüência, conforme verificamos anteriormente, ou seja, a um total de 542 (quinhentas e quarenta e duas ocorrências (49,09%), na tentativa de estabelecermos quais são os tipos de argumento usados em cada jornal e que freqüência possuem, tendo em vista que por trás do texto há sempre um efeito de sentido pretendido. Da mesma forma que agrupamos os operadores e apresentamos a freqüência com que foram usados nos editoriais, também analisamos e classificamos os tipos de argumentos encontrados nas seqüências introduzidas pelos operadores argumentativos de alta freqüência.

Como acreditamos que os argumentos evidenciados nos editoriais selecionados para esta pesquisa retratam interesses do jornal que é um aparelho ideológico, pretendemos apontar, neste trabalho, a necessidade da leitura com consciência crítica. Principalmente do texto impresso, que por sua própria condição, já se apresenta como um argumento de verdade. Quantas vezes não ouvimos alguém dizer, diante de nossa incredulidade: “mas eu li, vou trazer para que você leia também”. Ou então manifestar uma opinião que não é a sua, mas que leu em algum lugar.

Apresentaremos, a seguir, o resultado do levantamento dos tipos de argumentos encontrados nos editoriais introduzidos pelos operadores argumentativos de alta freqüência. Oportunamente, ressaltamos novamente que os enunciados analisados que contêm os operadores considerados nesta pesquisa de alta freqüência, podem ser analisados de outras maneiras, de acordo com outros planos de delimitação. De acordo com o levantamento feito, temos:

Tabela 9 – Argumentos quase-lógicos

Operador/tipo de argumento	Comparação	Compatibilidade/ Incompatibilidade	Retorsão	Definição
1) ainda	-	-	-	6/542 (1,1%)
2) apenas	-	-	-	9/542 (1,7%)
3) como	1/542 (0,2%)	-	-	8/542 (1,5%)
4) e	-	-	-	-
5) já	-	-	-	1/542 (0,2%)
6) mas	-	62/542 (11,5%)	-	4/542 (0,8%)
7) se	-	-	4/542 (0,8%)	7/542 (1,3%)
8) também	-	1/542 (0,2%)	-	-
9) pois	-	-	-	2/542 (0,4%)
Total	1/542 (0,2%)	63/542 (11,7%)	4/542 (0,8%)	37/542 (6,8%)

Na Tabela 9 podemos visualizar quatro tipos de argumentos quase-lógicos⁹, e constatar que o argumento por **compatibilidade/incompatibilidade** foi usado de modo bastante significativo. Esse argumento é considerado por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999) como uma estratégia argumentativa sustentada por uma proposição e uma negação.

O argumento por **compatibilidade/incompatibilidade**, dentre os argumentos quase-lógicos, é usado pelo editorialista para contradizer o que foi declarado no início de sua exposição. Verificamos que esse tipo de argumento apresentou o mais alto índice de frequência nos editoriais analisados (11,7%), nas seqüências em que os operadores argumentativos considerados

⁹ Os argumentos quase-lógicos são argumentos que têm pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita que existe entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas.

de alta frequência foram usados. O argumento por **compatibilidade/incompatibilidade**, geralmente aparece evidenciado pelo operador argumentativo **mas** e, como dissemos, sustenta-se por meio de uma proposição e de uma negação.

Nesse sentido, verificamos que em um primeiro momento há necessidade, por parte do editorialista, de conceber o auditório - que ele já conhece bem - o mais próximo possível da realidade, a fim de que se possa evitar resultados contrários aos desejados. A partir do acordo prévio o leitor mais facilmente se adaptará ao escritor, aumentando as possibilidades de persuasão. Nesse sentido, cabe ressaltar que o objeto de acordo prévio, para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999), repousa sobre fatos que podem ser admitidos como prováveis. Dessa forma, podem se constituir como verdades para o auditório.

Verificamos que o gênero editorial de jornal, ao tratar de situações que envolvem acontecimentos contrários, faz uso do argumento da **compatibilidade/incompatibilidade** com uma frequência bastante significativa. E por ser característica do próprio gênero - o editorial de jornal - nos três jornais os fatos apresentam-se analisados tendo em vista o valor do auditório/leitor com a finalidade de, ao considerar opostos, tornar-se mais persuasivo.

Na Tabela 10, os argumentos **pragmáticos**, pela **ilustração** e de **autoridade** em relação às seqüências em que os operadores foram usados, apresentaram-se da seguinte forma:

Tabela 10 – Argumentos fundamentados na estrutura do real

Operador/ Tipo de argumento	Pragmático	Ilustração	Autoridade
1) ainda	26/542 (4,8%)	4/542 (0,8%)	-
2) apenas	8/542 (1,5%)	24/542 (4,4%)	2/542 (0,4%)
3) como	12/542 (2,2%)	43/542 (7,9%)	5/542 (0,9%)
4) e	84/542 (15,5%)	16/542 (3,0%)	5/542 (0,9%)
5) já	47/542 (8,7%)	16/542 (3,0%)	-
6) mas	24/542 (4,4%)	12/542 (2,2%)	5/542 (0,9%)
7) se	28/542 (5,2%)	11/542 (2,0%)	2/542 (0,4%)
8) também	27/542 (5,0%)	8/542 (1,5%)	2/542 (0,4%)
9) pois	21/542 (3,9%)	3/542 (0,6%)	2/542 (0,4%)
Total	277/542 (51,1%)	137/542 (25,2%)	23/542 (4,2%)

Essa tabela permite-nos visualizar argumentos baseados na estrutura do real¹⁰, bem como visualizar os tipos de argumentos cujos percentuais de frequência foram mais altos nos editoriais, dentre os argumentos que delimitamos para análise.

O **argumento pragmático**, que ocorre com alta frequência (51,1%), é aquele que se fundamenta na relação de dois argumentos sucessivos através de um vínculo causal com destaque para as conseqüências com o fim de reforçar a adesão. Esse argumento não está ligado a uma descrição objetiva dos fatos, mas a pontos de vista, opiniões relativas a ele. O **argumento pragmático** permite ao editorialista apreciar os fatos a partir de uma postura de identidade com o

¹⁰ Os argumentos baseados na estrutura do real têm seus princípios na maneira pela qual se apresentam as opiniões concernentes ao real, podendo essas ser tratadas quer como fatos, como verdades ou presunções.

auditório que possa funcionar como indicativo para a persuasão, à medida que apresenta sua opinião de acordo com a do senso comum hierarquizada numa relação de causa e efeito, em que as conseqüências, mesmo que hipotéticas, são válidas para o editorialista.

Ocorre também, com frequência significativa (25,3%), o **argumento por ilustração**, que sugere a imitação das ações de outras pessoas, isto é, em que se pode defender a tese principal, utilizando como tese de adesão inicial um exemplo. Esse é o argumento que possui como função reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que podem esclarecer o enunciado como um todo. Torna-se importante ressaltar que o **argumento por ilustração** não depende de adesão à regra, ele pode ser duvidoso, mas deve impressionar a imaginação para impor-se à atenção.

Observando a Tabela 11, a seguir, se compararmos o uso desse argumento nos três jornais, em termos percentuais, podemos notar que, ainda que no jornal O Globo ele tenha sido menos usado, pode ser encontrado com frequência semelhante nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo.

Há ainda o **argumento de autoridade**, que é menos usado, como podemos constatar (4,2%). O princípio básico desse argumento consiste em remeter o leitor a um conceito de prestígio, funcionando como uma estratégia argumentativa que objetiva provar uma tese. É interessante mencionar que ele foi usado com uma frequência bem maior no jornal Estado de Minas e quase não foi usado no jornal O Globo, como podemos verificar na Tabela 11. O **argumento de autoridade** apresenta juízos de valor pertencentes a determinados grupos de pessoas.

Para concluir, veremos a seguir, como ficam os percentuais dos argumentos observados, em cada jornal:

Tabela 11 – Percentuais dos argumentos usados

	Tipos de argumento	O Globo	Folha de S. Paulo	Estado de Minas	Total
Argumentos quase-lógicos (19,5%)	Comparação			1/542 (0,2%)	1/542 (0,2%)
	Compatibilidade/ Incompatibilidade	21/542 (3,9%)	20/542 (3,7%)	22/542 (4,1%)	63/542 (11,7%)
	Retorsão/reciprocidade		1/542 (0,2%)	3/542 (0,6%)	4/542 (0,8%)
	Definição	14/542 (2,6%)	15/542 (2,8%)	8/542 (1,5%)	37/542 (6,8%)
Argumentos fundamentados na estrutura do real (80,5%)	Pragmático	120/542 (22,1%)	76/542 (14%)	81/542 (14,9%)	277/542 (51%)
	Ilustração	37/542 (6,8%)	51/542 (9,4%)	49/542 (9,0%)	137/542 (25,3%)
	Autoridade	1/542 (0,2%)	6/542 (1,1%)	16/542 (3,0%)	23/542 (4,2%)

Conforme o levantamento feito na Tabela 11, chegamos à constatação de que, em relação ao uso das técnicas argumentativas nos editoriais, os temas tratados nos editoriais, em geral, são apresentados a partir do **argumento pragmático**, cuja função é reforçar a adesão pelas conseqüências de algo. Nele o editorialista hierarquiza as relações de causa e conseqüência para sustentar seu ponto de vista na tentativa de persuadir o auditório.

Torna-se importante ressaltar, como podemos verificar na Tabela 11, a preferência que os editorialistas do jornal O Globo têm pelo uso do **argumento pragmático** – em que o

editorialista pode hierarquizar as relações de causa e consequência como estratégia para justificar o seu raciocínio.

O segundo tipo de argumento mais usado foi o **argumento por ilustração**. Na verdade, esse argumento precisa impressionar a imaginação do leitor para chamar a atenção. Dessa forma, quanto mais concreto for, mais facilitará a compreensão das teses defendidas pelo editorialista, podendo se tornar mais forte para levar à adesão.

Ao usar o argumento da **compatibilidade/incompatibilidade** com tanta frequência, pois ele é o terceiro tipo de argumento mais usado nos três jornais, o editorialista pode ter como finalidade se aliar ao senso comum. Em seguida, após “ser aceito pelo leitor” e até mesmo “ganhar sua confiança”, o produtor do texto pode analisar os fatos tendo em vista o valor do auditório/leitor com a finalidade de, ao tentar convencer o leitor ou fazê-lo concordar com a tese de adesão inicial, tornar-se mais persuasivo. Nesse sentido, é bom lembrar que muitas pessoas não têm opinião formada sobre certos assuntos, assim as possibilidades de persuasão aumentarão se o editorialista usar argumentos que estejam o mais próximo possível da realidade para que eles possam se constituir como “verdades” para o auditório.

Podemos incluir, entre os argumentos mais usados (**pragmático, por ilustração e por compatibilidade/incompatibilidade**) - responsáveis pela quase totalidade dos argumentos usados (87,3%), a **definição**. A definição expressiva foi a mais usada, e ela não tem compromisso com a lógica, pois depende de um ponto de vista. Essa técnica argumentativa permite a fixação de pontos de vista como teses de adesão inicial. Aí podemos pensar que para o argumento do editorialista ser aceito ou não, tudo vai depender de sua expressividade. Assim, quanto mais forte for o argumento, maior poderá ser a adesão.

De acordo com a Tabela 11 os quatro argumentos mais usados, **pragmático, por ilustração, por compatibilidade/incompatibilidade e definição** são responsáveis pela quase totalidade dos

argumentos usados (94,89%). Restam apenas 5,11% para todos os outros tipos de argumento. Isso parece ser bastante significativo quando se trata de caracterizar os editoriais enquanto gênero de base argumentativa.

No levantamento que fizemos, objetivamos verificar os efeitos de sentido causados por argumentos introduzidos pelo uso de certos operadores argumentativos no discurso jornalístico, no leitor e, conseqüentemente, na sociedade. Pudemos observar que:

a) o centro de interesse do leitor do editorial são os temas polêmicos ligados, principalmente, a assuntos políticos, econômicos e aos avanços da ciência, bem como das leis que regem a vida humana e as possíveis mudanças que podem ocorrer;

b) os argumentos usados, geralmente descrevem fatos ligados a pontos de vista que podem levar à mudança de opinião do leitor e ao abandono do modo como via o tema antes de ler o editorial;

c) o leitor é visto como alvo que pode ser conduzido a aderir à tese defendida pelo editorialista, reforçada pelo uso dos operadores argumentativos, na tentativa de facilitar as mudanças sociais, tornando-as mais naturais quando ocorrem;

d) o discurso apresentado pelo editorialista procura reafirmar a posição de um determinado grupo cultural que ele já conhece bem;

e) o posicionamento do editorialista revela um raciocínio concebido em função, sobretudo, de suas conseqüências e de fatos que ilustram proposições gerais.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, desenvolvemos um estudo da argumentação, investigando o uso de operadores argumentativos nos editoriais de jornal, tendo em vista que eles aparecem com frequência nessa categoria de texto, funcionando como estratégias argumentativas que têm por objetivo levar o leitor a concordar com determinado ponto de vista adotado pelo jornal e apresentado pelo editorialista.

Verificamos que a linguagem do editorial tem características próprias que objetivam chamar a atenção do leitor e induzi-lo a aceitar ou não levar a tese defendida pelo editorialista, por causa do peso que tem enquanto palavra impressa. Constatamos que o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações que ela traz, mas dependendo de como ela for construída - comportando diversos morfemas, expressões ou termos - além de informar, pode servir para dar uma orientação argumentativa ao enunciado.

Verificamos também, enquanto pesquisamos as funções dos operadores, que em muitas gramáticas essas palavras não estão incluídas entre as classes gramaticais e são chamadas de palavras denotativas e palavras invariáveis. São, portanto, tratadas apenas como elementos de relação. É preciso, diante dessa realidade, um estudo dos operadores argumentativos no Ensino Médio, com aprofundamento nos cursos de formação de professores de Português.

Constatamos ser freqüente o uso de operadores argumentativos em editoriais de jornal (média de 14,153 operadores por editorial). Comparando o número de ocorrências de operadores argumentativos por jornal e também os percentuais de operadores encontrados neles, afirmamos que apontam para um similar estilo de escrita. De uma maneira geral, existe um equilíbrio no uso dos operadores argumentativos que funcionam como marcas lingüísticas na superfície do texto, contribuindo para tornar a argumentação mais forte e, sobretudo, mais eficaz.

A análise feita permite-nos afirmar que é característica do próprio gênero editorial expressar o ponto de vista do jornal a partir de interesses. Isso pode explicar as escolhas dos assuntos tratados, ou seja, aquilo que estão valorizando mais, o silenciamento diante de certos acontecimentos ou uma importância enorme dada a determinados fatos acontecidos na sociedade. O que nos remete à afirmação que fizemos no início desta pesquisa, de que o que se apresenta escrito é uma espécie de representação da realidade porque passou por um deslocamento. Na verdade, pode levar-nos a perceber que é característica do gênero editorial de jornal recortar fragmentos da realidade e os transferir para o universo do jornal, interpretando a realidade. E, como percebemos nas análises feitas na pesquisa, os editoriais podem conseguir ou não a adesão do leitor, a partir de estratégias que contribuem para a persuasão.

Acreditamos que o estilo de escrita semelhante dos três jornais deve-se ao fato de que o editorialista precisa seguir um manual de instruções para a produção do texto e, ao redigi-lo e editá-lo, precisa tomar decisões que são subjetivas. E na pretensão de fazer crer que está com a

razão apresenta um discurso ideológico, influenciado por razões impostas pelo jornal enquanto instituição e por razões pessoais. Isso permite afirmar que a adoção do mesmo comportamento nos três jornais é característica do gênero.

Em todos os editoriais analisados, verificamos que o grupo de operadores argumentativos mais usados em todo o *corpus* (**além disso, ainda mais, além de, e mais, e, também, nem, nem mesmo, ademais, não apenas ... mas, não apenas ... mas também, e não só porque ... mas também, não só ... mas também, sobretudo, e também, além, mais uma vez, mais ainda, aliás, ainda, e ainda**) tem por função introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou marcar tempo. Esse grupo equivale a 22,10% de todas as funções detectadas. Verificamos que quando são usados, esses operadores chamam a atenção do leitor para determinado tópico do texto, induzindo-o à persuasão.

Constatamos que o segundo grupo de operadores argumentativos mais incidente (**mas, mais ainda, mas também, entretanto, porém, contudo, todavia, do contrário, no entanto, agora, ao contrário**) exerce como função contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias. Essa função representa 15,04% do total. Há um outro grupo de operadores que tem por função exprimir relação de concessão e que foi usado nos editoriais com frequência baixa (3,35%). Seu funcionamento é semelhante ao do grupo do **mas**. Estes operadores são: **embora, mesmo que, apesar de, ainda que** e também opõem argumentos que orientam para conclusões contrárias, no entanto utilizam uma forma de argumentar diferente: a estratégia de antecipação.

Verificamos que, dependendo da situação e do contexto da comunicação, os operadores **e, também, ainda, mas, como** e **já** figuram nos editoriais com funções distintas das que lhes são habitualmente atribuídas por estudos lingüísticos. Pudemos perceber outros operadores figurando nos editoriais com uma frequência mais baixa, porém diversificada - principalmente no jornal

Folha de S. Paulo - que variam conforme a necessidade dos editorialistas de utilizá-los no decorrer da argumentação.

Verificamos que os efeitos de sentido que podem ser causados no leitor e na sociedade, pela introdução do operador argumentativo no enunciado, são: **mudança de opinião do leitor e abandono do modo como via o tema antes de ler o editorial; aceitação das mudanças sociais, políticas, econômicas, científicas com maior naturalidade quando ocorrerem.**

A presença de operadores argumentativos nos editoriais mostrou-se de grande importância na fundamentação de valores e hierarquias ou reforço da intensidade da adesão que os lugares retóricos suscitam. Revelou também que o emprego desses termos/marcas não se fazem por uma mera escolha, mas, com certeza, tem um objetivo: tornar “mais fortes” as opiniões que devem ser acolhidas pelo auditório (o leitor) que sai, muitas vezes, dizendo a outras pessoas que leu o que está falando e nem se dá conta de que, dessa forma, está não só transmitindo o que leu, mas também está assumindo a “idéia lida” como sua. Isso vai fazendo com que ele “aceite” com maior facilidade as mudanças sociais, econômicas e políticas, ou relacionadas à ciência.

Verificamos que, de acordo com as funções mais freqüentes encontradas e introduzidas principalmente pelos operadores **e** e **mas**, as estratégias básicas da argumentação dos editoriais são: **introduzir um argumento apresentado como acréscimo e contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias.** Pudemos verificar que o editorialista baseia-se, principalmente, no **argumento por compatibilidade/incompatibilidade**, com a finalidade de considerar opostos para “trazer o leitor para si” e tornar-se mais persuasivo; no **argumento pragmático**, porque pode partir de uma postura de identidade com o auditório que possa contribuir para a persuasão; no **argumento por ilustração** que não depende de adesão à regra, mas deve impressionar a imaginação para impor-se à atenção. Isso permite afirmar que há uma

correlação entre os dois tipos de operadores argumentativos mais usados como estratégias básicas da argumentação, que vão somando e se opondo, e os tipos de argumento mais frequentes.

Acreditamos que nosso trabalho tenha atingido os objetivos propostos e tenha contribuído para os estudos lingüísticos, porque permitiu verificar a importância do uso dos operadores argumentativos nos editoriais e a relação que têm com as técnicas argumentativas. Isso nos autoriza a ressaltar a necessidade de se conscientizar os usuários da Língua Portuguesa do valor argumentativo dos operadores (daí sua importância para o ensino), e afirmar que parte da força argumentativa dos enunciados encontra-se na dependência deles, independentemente de quais sejam usados. Por esse motivo, uma atenção especial ao uso deles pode ser um ponto de partida eficiente na detecção dos acordos do processo argumentativo nos editoriais de jornal, já que quanto mais esse gênero de texto estiver permeado por operadores argumentativos, mais persuasivo se tornará.

5- BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suárez. **A Arte de Argumentar: Gerenciando razão e emoção**. Cotia, SP: Ateliê Editorial: 2004.

ADAM, Jean Michel. **Les textes: types et prototypes – Récit, description, argumentation, explication et dialogue**. Paris: Nathan, 1993.

ALMEIDA, Lucimar de. **Análise de operadores argumentativos em textos publicitários**. Uberlândia-MG, Dissertação de mestrado/ILEEL/UFU, 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1952.

AMARAL, Luiz. **Jornalismo**. Coleção Temas de Todo Tempo – 6. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1967.

ANTUNES, Maria Irandé Costa Morais. **Aspectos da coesão do texto (uma análise em editoriais jornalísticos)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

ARRUDA-FERNANDES, Vânia Maria Bernardes. **Pressuposição, argumentação e ideologia: Análise de textos publicitários**. Campinas-SP, Tese de Doutorado/IEL/UNICAMP, 1997.

ARRUDA-FERNANDES, Vânia Maria Bernardes. Introdução aos estudos sobre argumentação. In SANTOS, João Bosco Cabral dos & FERNANDES, Cleudemar Alves (orgs). **Análise Lingüística: Tendências Contemporâneas**. EDUFU, Uberlândia, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). **Marxismo e Filologia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 1992.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BRONCKART, Jean Paul. **Le Fonctionnement des Discours – Un Modèle Psychologique et une Méthode d’Analyse**. Delachaux & Niestlé, Paris, 1985.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão** (6ª ed). São Paulo: Ática. (Princípios, 17), 1991.

DECLERQ, G. **L’Art d’Argumenter. Structures rhétoriques et littéraires**. Paris, Éditions, Universitaires, 1992.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1972.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar Teodoro País. São Paulo: Global Ed., 1981.

DUCROT, Oswald . **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald . “Argumentação e topoi argumentativos”. In **História e sentido na linguagem**. Campinas, São Paulo: Cortez, 1989.

ERBOLATO, Mário Lauro. **Jornalismo especializado: emissão de textos no jornalismo impresso**. São Paulo: Atlas, 1981.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore C. Villaça. **Linguística Textual: Introdução**. São Paulo: Cortez, 2000.

FABRI, Kátia Maria Kapucci. **A diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos**. Uberlândia-MG, Dissertação de Mestrado/UFU, 2001.

FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1996.

FOWLER, R. **Language in the News. Discourse and Ideology in the Press**. New York: Routledge, 1991.

FRANCO, Leila Maria. **O MST na Folha de S. Paulo e no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Análise das Práticas Discursivas**. São Paulo-S.P. Dissertação de mestrado/PUC-SP, 2003.

FRANCO, Leila Maria. **Uma análise crítica do discurso de um editorial à luz da linguística sistêmico-funcional**. In: FAZU em revista/ Faculdades Associadas de Uberaba, n. 2, Uberaba, MG: FAZU, 2005.

GERALDI, João W. “Tópico-comentário e orientação argumentativa” in **Sobre a estruturação do discurso**. Campinas/IEL/UNICAMP, 1981.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do Português**. Campinas, SP:Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP:Pontes, 1995.

GUIMARÃES, A . C. M. **Fatos que destoam na mídia: a prática do MST e o embate cultural na “Folha de S. Paulo”**. São Paulo: PUC-SP. Tese de Doutorado, 2001.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1999.

KOCH, Ingedore G. Villaça . **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Estratégias pragmáticas de processamento textual**. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, jan./jun., 1992.

KOCH, Ingedore G. Villaça . **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1994.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A inter-ação pela linguagem** (Coleção Repensando a língua portuguesa). São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à Lingüística Textual** (Coleção Texto e Linguagem). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça & Travaglia, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1986.

LEITE, Cília. C. Pereira e KOCH, Ingedore Villaça et alii. **Valor semântico de estruturas adversativas** in Semântica da Sintaxe. Petrópolis: Vozes, 1989.

LOPES, Valdir Luiz. **A formação do professor de língua portuguesa e alguns aspectos retóricos de seu discurso**. São Paulo-SP, Tese de Doutorado/USP, 2005.

MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia & MOLICA, Maria Cecília (organizadoras). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

MELO, Gladstone Chaves. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

MELO, Carolina Santos. **Tipos de textos empregados com função de argumento na dissertação argumentativa**. Uberlândia-MG, Dissertação de mestrado/ILEEL/UFU, 2005.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. São Paulo: Humanitas, 1999.

NEVES, Maria Helena Moura. **O coordenador interfrasal mas – invariância e variantes**. In ALFA, nº 28. São Paulo, 1984.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**. São Paulo: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento, as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica**. São Paulo: Companhia E. Nacional, 1937.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998. [orig. 1991].

RIBEIRO, Patrícia Ferreira Neves. **Estratégias de persuasão e de sedução na mídia impressa**. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GANAZZI, Sigríd. **Texto e discurso: Mídia, Literatura e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SILVA, Marconi Oliveira. **O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SIMONIN-GRUMBACH, Jenny. “Para uma tipologia dos discursos” in **Língua, Discurso e Sociedade**. São Paulo, Global, 1983.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual discursivo do verbo no português do Brasil**. Campinas-SP, Tese de Doutorado/IEL/UNICAMP, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos . **Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos . **“Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual”** in Revista do GELNE, vol. 4, nº 1. Fortaleza: Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste/ Universidade Federal do Ceará, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. “Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino língua materna” in BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: uma visão em mosaico**. São Paulo: EDUC/ PUC-SP, 2002: 201-214.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos**. Cópia de inédito. Rio de Janeiro, 2002. (19 p.)

VAN DIJK, Teun A e KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. Nova York, Academic Press, 1983.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo, 1977.

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1997.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el language**. Madrid: Gredos, 1968.

ANEXO 1

EDITORIAIS DO JORNAL “O GLOBO”

TEXTO 1

Anencefalia e aborto

Alguns equívocos precisam ser desfeitos para que o debate sobre o aborto de fetos anencefálicos possa realmente lançar luzes sobre a questão. Primeiro, não faz muito sentido classificar de deficiente o feto sem cérebro: não há como comparar esta condição com a de um bebê com síndrome de Down, déficit de audição ou visão ou qualquer outro problema. E a diferença não é **apenas** questão de grau: sem cérebro, o feto fora do útero materno não pode viver **mais do que** alguns momentos, enquanto uma criança portadora de alguma deficiência pode ter uma vida longa e feliz, **se** criada com afeto e os devidos cuidados.

Um segundo e costumeiro engano é o raciocínio, sem fundamento, pelo qual a legalização do aborto, nesse caso, será uma espécie de primeiro passo rumo a uma espécie de carta branca geral — a legalização do aborto por qualquer motivo ou **até** sem motivo.

Na verdade já é o que acontece: não é segredo para ninguém que a gravidez indesejada é frequentemente interrompida em clínicas clandestinas ou, clandestinamente, em clínicas perfeitamente legais; **mas** isso nada tem a ver com o aborto de fetos anencefálicos.

Se o plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do mérito da ação que pede interrupção da gestação quando constatada a anencefalia, confirmar a liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio de Mello, nada autoriza a inferir daí que em breve o aborto se tornará prática corriqueira no Brasil. **Apenas** se estará garantindo o direito da mulher de evitar meses de dolorosa gravidez de um feto que minutos depois do parto estará morto.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25918, Rio de Janeiro, 23 jul. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 2

Política e negócios

A série de reportagens do GLOBO sobre o patrimônio dos parlamentares fluminenses e cariocas coincidiu pedagogicamente com o início da campanha eleitoral. Concluída na semana passada, a série pode não ter surpreendido pelo que descobriu, **mas** causou estarrecimento pela dimensão do que foi descoberto.

Como circularam num período em que as pessoas têm a atenção mais voltada para a política, as reportagens podem ter contribuído para uma maior conscientização da necessidade de o país modernizar o seu aparato de leis e normas destinadas a dar sustentação a um regime democrático sólido, o mais legítimo possível.

Uma conclusão a que se chega a partir das revelações **é que** é preciso dar transparência e regular o vínculo entre a vida política e o mundo dos negócios. Essas são duas esferas muito próximas em qualquer lugar do mundo. **Mas** quando elas se relacionam de forma espúria, perdem a sociedade e o regime democrático.

Raros parecem ser os parlamentares que não enriqueceram patrimonialmente no exercício do mandato de deputado estadual ou de vereador. Como foi demonstrado, entre 1996 e 2001, enquanto a inflação ficou na faixa dos 75%, a valorização do dólar não ultrapassou os 180% e uma boa aplicação financeira, **como** a ação da Petrobras, subiu 219%, houve deputados cujo patrimônio aumentou em 730%. **E mesmo assim**, com base nos critérios da Receita Federal, que não obrigam o registro dos bens pelo valor de mercado.

Não é diferente o quadro na Câmara dos Vereadores. **E** lá, como na Assembléia Legislativa, os subsídios não explicam enriquecimento tão rápido e disseminado. **Também** o patrimônio divulgado pelos candidatos à prefeitura do Rio, alguns de comovente pobreza franciscana, representa outro alerta para que se mudem leis e normas. Como se pode imaginar,

essas mesmas distorções serão encontradas **se** os investigados forem deputados federais e senadores.

É preciso, **portanto**, retomar a reforma política, da qual consta a questão do financiamento público de campanha, **e** abrir o debate sobre a legislação e a necessidade de se aperfeiçoar a Justiça eleitoral.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25920, Rio de Janeiro, 25 jul. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 3

Lições de 11/9

Osama Bin Laden foi um dos primeiros a perceber o que a comissão bipartidária que investiga os ataques de 11 de setembro acaba de confirmar publicamente depois de quase dois anos de trabalho: os Estados Unidos, donos do maior sistema militar de defesa e ataque que o mundo **já** viu, eram em 2001, **e provavelmente ainda** são em 2004, vulneráveis a certo tipo de ameaça que nada tem a ver com o arsenal de maldades da Guerra Fria.

Quem não se lembra da perplexidade com que ouviu a notícia dos atentados em Nova York e Washington? Parecia ato de desespero dos soviéticos, **mas** a URSS deixara de existir há dez anos e a Rússia **já** não tinha motivos para atacar os EUA. Era difícil acreditar que um ataque de tais dimensões fora obra não de governos mas de um grupo de fanáticos.

A primeira característica do 11 de Setembro, **portanto**, **é que** foi uma ação inimaginavelmente ambiciosa. A segunda é que, para os milhões que viram as torres gêmeas desabarem, ao vivo, pela televisão, foi **quase** impossível de compreender e assimilar. A terceira **é que** praticamente não havia como evitá-la. Agora, com o benefício da visão retrospectiva, sabe-se que muitos indícios foram ignorados ou mal interpretados. **E que** a presença dos terroristas em solo americano não passou despercebida, **embora** a contra-espionagem não fizesse idéia do que eles tramavam.

Os sistemas de inteligência dos EUA foram preparados para agir no ambiente da Guerra Fria. Agências como a CIA e o FBI, que pelo menos teoricamente realizavam um trabalho integrado, viram-se separadas por um muro intransponível de descaso, ciúme e desconfiança — **e** caíram no círculo vicioso da ociosidade e do torpor burocráticos.

A comissão mostra que houve negligência e miopia nos governos de Bill Clinton e George W. Bush. **Mas** abstém-se de atribuir responsabilidades, **e** faz recomendações para melhorar as defesas contra o novo inimigo, “sofisticado, paciente, disciplinado e mortífero”. **A mais importante** talvez seja combater o terror **não só** com a força bruta, **mas também** com políticas inteligentes que promovam valores democráticos e educação liberal em países onde ninguém sabe o que é isso.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25920, Rio de Janeiro, 25 jul. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 4

Desarmamento

É um sucesso o programa de recolhimento de armas do Estatuto do Desarmamento. **Em menos de** quinze dias, a Polícia Federal contabilizou a retirada de circulação de 13.957 armas. **Ou** 17% da meta estabelecida para toda a vigência do programa, até o fim do ano. **Por isso**, o governo **já** considera a possibilidade de serem entregues 200 mil armas e não mais 80 mil.

Mas continuam as desconfianças em relação ao programa e ao próprio Estatuto. **Ora**, é preciso repetir que um país em que 40 mil pessoas são mortas a bala por ano, **e** a grande maioria

delas jovens, precisa tomar medidas rápidas, duras e criativas para acabar com um massacre digno de guerras e insurreições. **E** uma maneira de combater o problema é com o recolhimento de armas, de forma espontânea e remunerada.

Mas não se deve exigir do programa o que ele não pode dar. A coleta visa a acabar com as tragédias em famílias, entre amigos, nas ruas e bares, patrocinadas pela banalização do uso de armas. **E** evitar **também** que revólveres e pistolas de cidadãos comuns terminem fortalecendo os arsenais do crime.

O combate direto à bandidagem precisa ser feito pela polícia. O recolhimento de armas não acaba com o crime. **Mas** a violência no cotidiano se reduz.

O armamento recolhido, não importa de que tipo, precisa ser destruído. Como o programa não é de aparelhamento da polícia, dele não podem ser retiradas armas para quartéis e delegacias. Para isso teriam de ser criados esquemas e burocracias de controle desnecessários. O que for recolhido precisa sair **de fato** de circulação. **Até** por uma questão de credibilidade do Estado.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25924, Rio de Janeiro, 29 jul. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 5

O futuro em jogo

As queimadas na Floresta Amazônica são um grave problema atual e uma séria ameaça ao futuro no Brasil. **Tão** intenso é esse processo destrutivo **que**, como constatou o grupo de estudos formado por cientistas brasileiros e estrangeiros cujos dados tiveram papel central nos debates da Conferência da Amazônia, em Brasília, dele resulta o lançamento na atmosfera de 200 milhões de toneladas por ano de dióxido de carbono. Com isso, o país **já** é um dos dez maiores emissores de gases do efeito estufa.

É importante manter a perspectiva correta. **Mesmo** a emissão total do país de 550 milhões de toneladas de CO₂ — incluído o resultado da queima de combustível fóssil — é **menos de** um décimo dos 5,75 bilhões de toneladas que os Estados Unidos lançam na atmosfera, isso sem contar outros gases do efeito estufa. **Assim**, a adoção pelos americanos de uma política de contenção **mesmo** tímida seria **mais** eficaz no combate ao aquecimento global **do que** o maior dos esforços por parte do Brasil.

Mas devemos estar conscientes de que conter essa devastação da maior floresta do planeta é **tão** importante para nós **quanto** para os outros países. No chamado arco do desmatamento, é tamanha a alteração do regime de chuvas que algumas áreas **já** se tornaram verdadeiras savanas, prenunciando a transformação, em 50 a 100 anos, de até 60% da floresta em cerrado, como advertiram pesquisadores na conferência. A alteração do clima resultante traz como risco a desertificação de imensas áreas do país.

A destruição é movida por claros objetivos econômicos — extração de madeira, abertura de espaço para pecuária, plantio de soja etc. Como propõe a revista “The Economist”, os países do Primeiro Mundo, que tanto devastaram suas próprias florestas, **se** estão realmente interessados em combater o aquecimento global, devem oferecer alguma compensação ao Brasil, para que se torne igualmente vantajoso não destruir.

Mas nós **também** precisamos agir, **e** com urgência. É essencial a presença do Estado brasileiro, até hoje virtualmente inexistente, na Amazônia, para que tenha início a tarefa de combater a destruição da floresta. Que, **como já** ficou claro, equivale à destruição do próprio futuro do país.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25925, Rio de Janeiro, 30 jul. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 6

Público e privado

Uma das piores tradições brasileiras é a confusão que políticos e partidos costumam fazer entre os seus objetivos e o interesse público. Esse traço marca a História do país e se entranha no cotidiano da administração do Estado **como** erva daninha. De suas raízes derivam o clientelismo, o assistencialismo populista e a própria corrupção, estágio final da visão distorcida que não vê limites entre o dinheiro do contribuinte e uma conta bancária particular.

Nesses dezenove anos de vida democrática ininterrupta ---- de 1985 aos dias de hoje — muita coisa se modernizou. **Mas** continuam presentes resquícios de uma sociedade **fortemente** patrimonialista na sua origem.

Nem o PT, **o mais** legítimo dos grandes partidos, escapa dessa maldição histórica. Desde que assumiu o poder, o partido tem agido dentro do modelo tradicional de ocupação da máquina pública. Em qualquer democracia no mundo, o espaço deixado pelos derrotados é preenchido pelos vencedores. Os cargos de confiança, como estabelece o termo, são privativos dos donos do poder.

Não é disso que se trata. O que ocorre hoje no país é algo diferente, pela dimensão do movimento de ocupação de cargos. É visível a presença petista nas cúpulas de empresas estatais **como** o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobras, **além dos** escalões inferiores da administração direta do Executivo federal. **E** como o partido cobra dízimo de seus filiados, na prática dinheiro do contribuinte tem ido para os cofres petistas.

O mais recente exemplo de confusão entre o interesse particular e a esfera pública é o caso do apoio financeiro do Banco do Brasil a um show de arrecadação de fundos para ajudar o PT a comprar uma sede em São Paulo. A repercussão do escândalo levou a que o dinheiro fosse reembolsado. **Mas** o dano estava feito e precisa ser reparado. Nesse quadro, não espanta a desenvoltura com que o responsável pelas finanças petistas, Delúbio Soares, transita no governo.

Por tudo isso, cabe uma reflexão por parte das lideranças do PT. **E não só porque** enredo semelhante causou perigosa crise política no país no início da década de 90. **Mas também** para preservar princípios republicanos.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25925, Rio de Janeiro, 30 jul. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 7

Porta aberta

O acordo a que os negociadores de 147 países chegaram no fim de semana em Genebra, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), foi considerado histórico. Pode não ser um exagero. **Afinal, apesar de** críticas de algumas organizações não governamentais que acompanham os embates diplomáticos em torno da liberação do comércio internacional, é **mesmo** um avanço que o Primeiro Mundo tenha admitido um corte nos subsídios distribuídos entre seus agricultores e um limite para eles.

O resultado do encontro, saudado com euforia pelo Brasil, ressuscita a chamada Rodada de Doha, instalada em 2001 para destravar os fluxos comerciais — essencial para a superação do subdesenvolvimento e o salto definitivo de economias médias. Na prática, estabelece-se um prazo até o fim de 2005 para o detalhamento do acordo. Será **então** quando se confirmará **ou** não a importância do desfecho do fim de semana.

Muita coisa está em jogo nessas discussões. **Apenas** nesses subsídios, as economias desenvolvidas gastam aproximadamente US\$1 bilhão por dia. **Assim**, distorcem-se os preços internacionais e inúmeros países são impedidos de exportar, o que é sinônimo de pobreza e fome.

Como **já** está provado, esses subsídios servem de pano de fundo para a existência de um bilhão de desnutridos no mundo, **quase** 16% da população mundial de 6 bilhões de pessoas.

O caso do algodão é exemplar. O Tesouro americano despeja entre dois e três bilhões de dólares, por ano, nas plantações de algodão do país. Isso fez com que em dez anos os EUA duplicassem as safras e inundassem o mundo com um produto de preço artificialmente baixo. O Brasil, que acaba de ganhar em primeira instância na OMC uma reclamação contra esses subsídios americanos, é prejudicado. **Mas** as maiores vítimas são países africanos, cujo PIB não chega ao tamanho da cifra doada pelo contribuinte americano aos algodoeiros.

Não será fácil avançar. Há muita influência política nessa barganha: nas eleições parlamentares americanas de 2002, o agronegócio destinou US\$53 bilhões a financiamentos de campanha — 72% para candidatos republicanos. Não será fácil, **mas** uma porta foi aberta.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25929, Rio de Janeiro, 03 ag. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 8

Transparência

Por duas semanas consecutivas, Henrique Meirelles tem freqüentado o noticiário da pior maneira possível para um presidente de Banco Central. **Em vez de** taxa de juros e outros temas econômicos, Meirelles é acompanhado por denúncias de supostos crimes tributários e de uma operação imobiliária complexa ilustrada por cenas pouco usuais, **como** a do trânsito de dinheiro vivo em pastas por aeroportos.

Meirelles é um dos alvos de ogivas múltiplas disparadas por nova onda denunciata alimentada, **quase certamente**, a partir do acervo da CPI do Banestado, uma espécie de foco radioativo mantido em fogo brando no Congresso para municiar este ou aquele agrupamento político. A primeira vítima foi o colega de diretoria de Meirelles, Luiz Augusto Candiota.

É **também** bastante provável que haja uma ação de bastidores orquestrada para atingir o núcleo condutor da política econômica, **agora** que ela conquista resultados positivos. A nação começa a tomar consciência de que os embates dentro do PT não têm limites, por se tratar de uma intensa luta pelo poder, amplificada por ser fruto de grave divergência ideológica. O fogo amigo pode atingir alvos vitais — o que não parece preocupar os livre atiradores petistas. O importante, tudo indica, **é que** a política econômica não dê certo. **Mesmo** que o governo Lula e o país paguem alto preço por isso.

Sempre a melhor arma contra a intriga é a transparência. **Mais ainda** numa circunstância como essa. Henrique Meirelles precisa **mesmo** ir ao Congresso para se defender de acusações pouco compreendidas pela opinião pública. **E, por isso mesmo**, capazes de cristalizar uma imagem distorcida do presidente do BC.

Meirelles tem longa vivência no exterior, num posto-chave em um dos maiores bancos do mundo. É difícil imaginar que um alto executivo de uma importante corporação financeira multinacional baseada nos Estados Unidos tenha administrado sua fortuna fora das leis e à margem da ética, sem o conhecimento de organismos de controle americanos. A mesma preocupação em se esclarecer tudo deve ser seguida pelo presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, outro alvo de denúncias. A transparência absoluta é eficaz vacina contra esse tipo de crise.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25930, Rio de Janeiro, 04 ag. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 9

Um começo

A única crítica que se pode fazer ao pacote tributário divulgado na sexta-feira **é que** poderia ter vindo mais cedo. **Pois** os estímulos aos investimentos produtivos, os incentivos à modernização e à ampliação dos portos, o alívio aos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o combate ao grave problema do prazo curto com que são feitas as aplicações financeiras no país são todas iniciativas corretas. Espera-se, **apenas**, que não tenham vindo tarde demais — **principalmente** o alívio tributário sobre os investimentos.

A recuperação da economia se consolida, e **já** há previsões de um crescimento no ano acima dos 4%. A boa notícia traz junto uma preocupação: **se** o ritmo do crescimento for superior à capacidade de as empresas terem novas máquinas para atender a uma demanda crescente, a economia baterá no teto, voltará a inflação e os juros terão de subir. Chegaria ao fim mais um ciclo (curto) de expansão.

Tudo indica que se vive um momento crucial para garantir fôlego à expansão. Decisões de investir tomadas hoje devem permitir o atendimento dos consumidores de bens e usuários de serviços no ano que vem e nos próximos. Trava-se uma corrida contra o tempo. Há segmentos da indústria, **como** o de papel e celulose, em que 95% da capacidade de produção **já** estão sendo utilizados; na metalurgia, o índice chega a 92,2%, e no setor têxtil, a 90,3%.

A existência de mercado é básica para estimular o empresário a investir. **Mas** não é suficiente. **Se** o custo do investimento for alto, os planos tendem a continuar arquivados. **E** o peso dos impostos é decisivo para definir esse custo.

Estudo da Associação Brasileira de Celulose e Papel, a Bracelpa, calcula em 27% o tamanho dos impostos cobrados de quem investe. É muito. Os estados, donos do ICMS, têm como contribuir para incentivar a ampliação da capacidade produtiva da economia e de sua infraestrutura. Basta seguir o exemplo da União.

Que, por sua vez, não deve parar nas boas notícias dadas sexta-feira. **Ainda** há muito o que fazer nessa área e na esfera da burocracia para ajudar a quem gera empregos e, **assim**, aumentar a própria arrecadação de impostos. Sem se ampliar a carga tributária. Ao contrário.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25936, Rio de Janeiro, 10 ag. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 10

Sem foco

A CPI do Banestado foi instalada em junho de 2003 a partir de investigação da Polícia Federal sobre a evasão de divisas. O alvo era o Banestado, do Estado do Paraná, privatizado em 2000. Pela agência de Foz do Iguaçu do banco teriam saído US\$30 bilhões entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5. A Comissão Parlamentar de Inquérito parecia ter um tema definido a tratar. Dos seus trabalhos chegou-se, **inclusive**, à condenação judicial de funcionários do banco por administração fraudulenta.

Mas com o tempo a comissão desvirtuou-se, perdeu o foco. Vencidos os primeiros 180 dias de funcionamento, ela foi prorrogada por período idêntico, expirado em junho. Na prática, ela se encontra num limbo — **mas** causa apreensão pelos desmandos que passou a patrocinar.

Travada pelo choque entre seu presidente, o senador tucano Antero Paes de Barros, de Mato Grosso, e o relator, o petista José Mentor, de São Paulo, a CPI se converteu numa linha de montagem de dossiês para abastecer a artilharia de grupos políticos, operações em que os direitos constitucionais aos sigilos fiscal, tributário e telefônico de nada valem.

Ao perder o foco, a CPI passou a contrariar o próprio sentido da convocação de comissões parlamentares de inquérito, que requerem a existência de um fato objetivo a investigar. **E** como ela se tornou um tribunal de exceção com poderes quase ilimitados, o Congresso perdeu o controle sobre sua atuação. Contra parecer da assessoria jurídica do Senado e contra **até mesmo** jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a CPI passou a quebrar o sigilo de empresas e pessoas físicas no atacado, sem justificativas objetivas para cada caso, como é norma. Nada menos do que 1.400 pessoas e empresas tiveram desvendadas a movimentação bancária e a prestação de contas à Receita Federal.

A voracidade fez a Comissão produzir uma tal quantidade de dados que nunca ela conseguirá processá-los. São informações que se prestam a tudo, **inclusive** a chantagens e difamações. Chegou a hora de se encerrar a CPI. Em nome da imagem do Congresso e da necessidade de se fazer valer a Constituição.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25937, Rio de Janeiro, 11 ag. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 11

Censura

Anunciado pelo governo o envio ao Congresso do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, inspirado numa proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), estabeleceu-se um debate em que algumas intervenções de autoridades de Brasília têm ajudado a desvendar o verdadeiro caráter da iniciativa. Uma dessas intervenções partiu do secretário de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, o mesmo que em uma reunião com jornalistas em Brasília causou constrangimentos ao defender um viés mais positivo para o noticiário sobre as ações governamentais.

Pois nesse debate, o secretário, ao justificar o conselho, argumentou com a tese de que “nada é absoluto”, **nem mesmo** a liberdade de imprensa. **E assim** Gushiken repetiu um conhecido cacoete de todo aquele dono do poder interessado em controlar as redações. Voltamos no tempo, à era dos generais do regime de 64, quando a liberdade de informação e de expressão **também** recebia qualificações. Naquele duro período, o termo em voga era o da “liberdade com responsabilidade.” O problema é que cabia ao governo ditatorial definir **se** a notícia ou o profissional eram ou não “responsáveis”.

Em plena democracia, a idéia do conselho significa uma meia-volta na História para colocar na imprensa, **novamente**, a mordaca. Não mais a dos censores da Polícia Federal, **mas** de um organismo paraestatal constituído para fiscalizar os jornalistas e - pela última versão do projeto — o próprio jornalismo, **ou seja**, as empresas de comunicação. Ao se tentar fiscalizar uma atividade muito diferente da engenharia, da medicina e da advocacia, **apenas** se cria um instrumento de censura. Sutil, **mas** nem por isso pouco eficaz, por ter o poder de cassar carreiras.

Ao contrário de profissões em que erros e acertos são mensuráveis, o jornalismo é envolto em subjetividade. O que não significa que o erro e o acerto da imprensa não sejam evidentes. **E** para o erro existe a Justiça **como** arma de defesa da sociedade. O resto é acessório. **Como** esse conselho, a ser tripulado por comissários ligados a esta ou àquela corrente política e ideológica, algo muito diferente do pluralismo cultivado no cotidiano da moderna imprensa brasileira.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25939, Rio de Janeiro, 13 ag. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 12

Riscos na varig

O Brasil não é uma exceção na reestruturação do setor de aviação civil. **Mesmo** antes do 11 de setembro de 2001, um golpe fatal sobre muitas companhias aéreas do Hemisfério Norte, o negócio, em escala mundial, passava por uma dura e lenta rearrumação, em meio a falências e fusões. O caso brasileiro não foge às características de outros mercados: expostas à concorrência, antigas empresas, esclerosadas pelo longo tempo de proteção do Estado, tornaram-se inviáveis.

Mas como se trata de um setor estratégico, foi necessária a intervenção estatal para evitar a suspensão da oferta de vôos, algo grave em qualquer país, **mais ainda** em um de grandes dimensões territoriais como o Brasil. O ponto central da questão, **portanto**, são a forma com que se dá essa intervenção e os custos decorrentes dela para a sociedade.

A Varig, como ela é e sem acordos operacionais com outras companhias, não tem qualquer autonomia de vôo. No ano passado, **mesmo** com a parceria com a TAM e apoios oficiais, acumulou um prejuízo de R\$1,8 bilhão. **Embora** 36% **menor que** o resultado negativo de 2002 (R\$2,8 bilhões), foi **o maior** prejuízo empresarial na América Latina.

Anuncia-se um plano federal de US\$1 bilhão (ou R\$3 bilhões) de resgate da companhia. **Até** pelo tamanho da cifra, serão necessários alguns requisitos. Um deles, e talvez o primeiro, é a transparência absoluta na operação. **E** para isso o caminho indicado é o Congresso, onde, com acerto, foram discutidos o resgate de bancos (Proer) e o apoio às empresas de comunicação. Como, na prática, a Varig será estatizada, segundo o plano noticiado, são imprescindíveis um compromisso formal e um cronograma definido para a reprivatização da companhia. **Pois** é caminhar no sentido contrário ao da História o Estado ter uma empresa aérea.

Além disso, os sócios controladores precisam ser chamados a participar da operação, que não pode ser de salvamento de patrimônio de terceiros.

E mais: tudo tem de ser feito para se preservar a concorrência no setor. O contribuinte corre riscos em qualquer operação desse tipo. **Mas** terá prejuízo na certa **se** a aviação comercial voltar aos tempos do cartel da ponte aérea Rio-São Paulo e dos oligopólios.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25943, Rio de Janeiro, 17 ag. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 13

Contra o tempo

Um argumento habitualmente usado pelos oponentes do emprego de células-tronco embrionárias no tratamento de uma série de doenças é que a cura por esse tipo de terapia, longe de estar ao alcance da mão, não passa de uma duvidosa possibilidade. Esse raciocínio em si não é convincente: **afinal, se** é distante a perspectiva de encontrar tratamento eficaz para doenças hoje incuráveis, isso não pode justificar o abandono das pesquisas. **Além disso**, a argumentação acaba de sofrer um golpe devastador com a notícia procedente da Itália, de que um menino de 5 anos de idade foi curado de uma forma de anemia potencialmente fatal, a talassemia, com células-tronco extraídas da placenta de seus irmãos gêmeos recém-nascidos.

Nesse caso, **naturalmente**, não estavam em jogo as complexas questões éticas relativas à retirada de células-tronco de embriões, que morrem no processo. **Mas** esta foi uma situação singular, que não pode ser repetida à vontade; a utilização de células embrionárias continua a ser o ponto-chave do debate. **Tanto que** na Inglaterra, que tem estado na vanguarda nas pesquisas e na legislação sobre a matéria, os pais de um menino que sofre **também** de uma forma rara e potencialmente letal de anemia foram autorizados a produzir e selecionar 12 embriões especificamente para extrair células-tronco geneticamente compatíveis com a criança.

Como se vê, bem mais rapidamente do que se esperava a situação está passando dos debates e estudos teóricos para a prática médica. O que **ainda** há pouco era classificado de vaga promessa **já** começa a dar resultados concretos notáveis.

Essa mudança de panorama deixa claro **também** que a Lei de Biossegurança não pode ficar indefinidamente parada no Congresso Nacional. Os parlamentares precisam atentar para o fato de que as células-tronco **já** estão começando a produzir curas, **e** criar condições para que os pesquisadores brasileiros possam trabalhar sem impedimentos.

Temos **comprovadamente** competência científica suficiente para acompanhar os países mais desenvolvidos nessa área. **Mas** corremos o risco de ficar para trás **se** faltar o devido amparo da legislação.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25967, Rio de Janeiro, 10 set. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 14

Ilusão trabalhista

A retração da economia, causada pela inevitável política de estabilização aplicada pelo governo Lula no primeiro ano de mandato, acrescentou ao contingente de desempregados 661 mil pessoas em todo o país. A retomada do crescimento, **no entanto**, começa a mudar esse quadro, característico de 2003: em agosto, **por exemplo**, a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo, calculada pelo Dieese e Fundação Seade, caiu 0,2 ponto percentual em relação a julho. Isso representou, entre pessoas que foram demitidas e as que conseguiram emprego, um saldo positivo de nove mil novas vagas no mercado de trabalho daquela região.

Ao detalhar o resultado, a pesquisa constatou um aumento no número de horas extras, **por causa da** conhecida tendência das empresas de, em fase de retomada de expansão da produção, estender o período de trabalho em vez de ampliar o quadro de funcionários. Do total de vagas abertas foi pequena a participação do setor industrial — não por acaso onde **mais da** metade da força de trabalho faz hora extra.

A constatação levou o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, a uma reação típica: **se** é assim, o governo poderá adotar medidas legais para restringir o número de horas extras por empresa. **Ora**, caso medidas burocráticas **como** essa funcionassem, o Brasil teria descoberto uma maneira de criar emprego por decreto. **Infelizmente**, isso não é possível.

A mesma pesquisa do Dieese/Seade detectou um aumento de 3,2% no contingente de autônomos — **mais do que** o crescimento dos empregos formais, os de carteira assinada. **Ou seja**, há o risco de a informalidade, **o mais** grave problema do país na área do trabalho depois do próprio desemprego, aumentar **mesmo** na retomada do crescimento. Isso **embora** 60% dos trabalhadores **já** estejam na informalidade.

O que leva o empregador a retardar contratações é o custo do emprego formal. Hoje, por R\$100 pagos a um empregado de carteira assinada a empresa desembolsa mais R\$103 em encargos. Na França, talvez o mais regulado mercado de trabalho do Primeiro Mundo, os encargos são de R\$79 por cada R\$100.

Portanto, são outras as mudanças legais a se fazer.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25997, Rio de Janeiro, 10 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 15**Células-tronco**

Não há garantia de que a Lei de Biossegurança aprovada no Senado passe na Câmara sem alterações. **Mas já** é em si um avanço importante, **e** os deputados **certamente** serão sensíveis aos argumentos a favor da liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias, que se tornam particularmente convincentes na medida em que a terapia vai se tornando realidade, **como** no caso do menino italiano que foi curado de uma forma grave de anemia.

A liberação das pesquisas, **embora** venha com considerável atraso, será de qualquer forma muito bem-vinda. O debate sobre aspectos éticos naturalmente vai continuar, **mas** a oposição ao uso de células-tronco embrionárias não pode prevalecer, quando nas clínicas de fertilização **habitualmente** são descartados embriões às centenas. Não faz sentido proibir que eles sejam utilizados para salvar vidas, quando não há possibilidade real de que eles se desenvolvam num útero.

Nem se poderá proibir no futuro a clonagem com fins terapêuticos — **já** permitida na Inglaterra — **se e** quando se tornar claro que ela é a única possibilidade de cura de determinadas doenças, por eliminar a possibilidade de rejeição das células-tronco.

É previsível o acirramento das discussões; espera-se que a ciência saia vitoriosa. **Afinal**, os embriões de que se está falando não passam de um punhado de células, **menor do que** uma cabeça de alfinete; não há sinal de órgãos, muito menos qualquer remota possibilidade de consciência. Enquanto é uma dura realidade o sofrimento das vítimas de tantas doenças para quem essa terapia é a última esperança.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25998, Rio de Janeiro, 11 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 16**Fora de esquadro**

O cenário preocupante em relação à inflação não está se confirmando. Os índices de preços em setembro recuaram de forma expressiva — o IPCA caiu pela metade — **e** esse desempenho deve se repetir em outubro, **mesmo que** os combustíveis sofram um reajuste por força da alta do petróleo no mercado externo.

A oferta de alimentos e o comportamento do câmbio foram fundamentais para esse recuo da inflação. **Se** por um lado as exportações vinham canalizando parte da produção que poderia estar atendendo ao crescimento da demanda interna, por outro contribuíram para acomodar o câmbio e impulsionar a produção agropecuária doméstica — **além de** favorecer eventuais importações, necessárias para regularizar o mercado.

A economia consegue, **assim**, buscar um equilíbrio por seus próprios mecanismos. A trajetória dos índices de preços contrariou as previsões de analistas financeiros **e** não se pode dizer que tenha sido consequência da última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) em 0,25 ponto percentual.

Na verdade os juros básicos no Brasil continuam altos demais **e** destoam dentro de uma economia que **já** não registra descompassos agudos.

As finanças públicas estão longe do quadro ideal, **pois** a arrecadação continua lastreada em uma carga tributária abusiva, **e** as despesas, **além de** estarem amarradas pela legislação, embutem **ainda** enorme grau de desperdício. **No entanto**, desde o último trimestre de 1998 as contas públicas apresentam superávit primário, o que permitiu que a economia brasileira absorvesse o impacto da mudança do regime de câmbio sem que a inflação tivesse voltado a explodir. O superávit reduziu o ritmo de crescimento da dívida interna e este ano **possivelmente** o déficit

público total (nominal) ficará abaixo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual que os países que aderiram ao euro haviam estabelecido como um dos parâmetros para estabilidade de sua moeda única.

Nas contas externas, o Brasil tem no momento um dos melhores resultados da economia mundial. Desse modo, o que parece continuar fora de esquadro é a política monetária.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 25999, Rio de Janeiro, 12 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 17

Riscos eleitorais

Um dos destaques da campanha no primeiro turno foi patrocinado pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral fluminense, Marcus Faver, ao anunciar a intenção de rejeitar a candidatura de quem carregasse na folha corrida algum registro de processo criminal, **mesmo** sem a condenação em última instância. A preocupação de Faver era, **e** é, justificada: nada **menos do que** 20% dos candidatos à eleição carioca enquadravam-se nesse caso; na Baixada Fluminense, 40%.

O desembargador do TRE, **porém**, foi voto vencido. Teve de se curvar à posição majoritária do colegiado do seu tribunal e à reação de ministros do Superior Tribunal Eleitoral. Diante do dispositivo constitucional que reconhece a inocência dos acusados **até** o julgamento em último recurso, todos puderam se candidatar.

Com isso, **apenas** na Câmara de Vereadores do Rio, 12 dos 50 eleitos, **quase** um quarto do plenário, enfrentam algum processo criminal ou cível. Um deles alega haver grave equívoco: o investigado por tráfico seria um homônimo. Que assim seja.

Imagine-se o que aconteceu Brasil afora. Na esfera administrativa o quadro é idêntico. Entre prefeitos acusados de má administração de recursos provenientes de repasses da União, vários se reelegeram. **Mais precisamente** 40 dos 75 reprovados por auditoria realizada pela Controladoria Geral da União e que tentaram manter-se no cargo.

A CGU escolheu prefeituras por sorteio para averiguar a maneira como cada uma gastava os recursos federais. Os auditores encontraram distorções na maioria. **Se** havia problemas decorrentes da inexperiência administrativa, identificaram-se **também** operações clássicas de corrupção: notas frias, laranjas, etc.

Mas a Justiça eleitoral **também** nada pôde fazer. É imperioso, **portanto**, aparelhá-la para se melhorar o padrão ético da vida política. Não faz sentido, **por exemplo**, proibir a pessoa com algum processo criminal na folha corrida de ter posse e porte de arma, **mas** permitir que ela se candidate a cargos eletivos.

Em qualquer das duas circunstâncias, a sociedade corre sérios riscos: com a mão armada e o crime infiltrado nas instituições republicanas.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26007, Rio de Janeiro, 20 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 18

Válvulas de escape

As expectativas do mercado financeiro são capazes de influenciar a trajetória da inflação. **Como** é necessário neutralizá-las o quanto antes, a maioria dos especialistas aposta que o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentará as taxas de juros básicas em sua reunião de hoje.

A economia brasileira voltou a crescer em 2004, apresentando resultados fantásticos no comércio exterior. Ganhos significativos foram obtidos **também** nas finanças públicas, **como** a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) recuando para 52%.

Mas a inflação, **infelizmente**, apresentou comportamento inquietante. **Por isso**, as estimativas predominantes entre instituições financeiras — **conforme** levantamento semanal feito pelo Banco Central — indicam que a inflação medida pelo IPCA (índice calculado pelo IBGE) esperada para 2004 é de **mais de** 7%. **E** para 2005, as previsões por enquanto giram em torno de percentuais superiores a 6%. **Se** confirmados esses prognósticos, a inflação em ambos os casos ficará acima dos pontos centrais das metas definidas pelo governo, **mas ainda** dentro da margem de tolerância de dois e meio pontos percentuais para mais ou para menos.

Os brasileiros sabem muito bem o estrago que a inflação provoca na vida do país **e, por isso**, não é possível ser leniente quanto à alta de preços. **No entanto**, o prolongado uso de juros como terapia tem causado efeitos colaterais danosos para o conjunto da economia, que poderão comprometer a continuidade do processo de recuperação.

Ainda mais que pouco tem sido feito para se remover outros obstáculos aos investimentos. A carga tributária permanece excessiva, a burocracia é enlouquecedora e persistem dúvidas e indefinições no campo regulatório das concessões de serviços públicos, **inclusive** os que envolvem a infra-estrutura (**exatamente** onde estão muitos dos gargalos que limitam a expansão das atividades produtivas).

Já que a convivência com taxas de juros altos é algo inevitável a curto e médio prazos, a remoção desses obstáculos funcionaria **como** válvulas de escape. **E** sem elas, o país corre sério risco de voltar a ter um baixo crescimento econômico.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26007, Rio de Janeiro, 20 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 19

Inquéritos policiais

Em qualquer balanço dos efeitos práticos da Constituição de 1988 terá destaque o Ministério Público. Antes **apenas** um apêndice da estrutura jurídica, promotores e procuradores conquistaram um espaço institucional importante com a nova Carta.

Desde então, o MP passou a ter presença de peso em qualquer processo de repercussão na opinião pública e em comissões parlamentares de inquérito. Blindado contra pressões de qualquer poder da República, o MP cumpre com zelo o papel de representante da sociedade.

Mas ao assumir mais poderes, o MP **também** passou a cometer excessos. **Por isso**, ganhou força a argumentação contra a liberdade de o MP realizar investigações próprias, função, **segundo** algumas interpretações da Constituição, de exclusividade da polícia.

A polêmica foi levada ao Supremo Tribunal Federal por um deputado do PL maranhense, Remi Trinta, atingido por uma investigação independente do MP, num inquérito para averiguar fraudes contra o Sistema Único de Saúde.

A questão do poder de investigação do MP **ainda** está em votação no STF. No momento, vence por três votos a dois uma fórmula de conciliação pela qual o MP poderá colher provas adicionais, mantida a presidência do inquérito com a polícia.

Faz sentido. Pode **até** ser uma forma de se evitar que inquéritos malfeitos resultem na liberação de criminosos pela Justiça — **como** acaba de acontecer no Rio com um perigoso traficante.

Mais importante, porém, que o próprio veredito do STF será a capacidade de o MP e a polícia trabalharem juntos.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26008, Rio de Janeiro, 21 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 20

Além dos limites

A história da política brasileira dos últimos vinte anos, depois do fim do regime militar, tem sido de avanços. Partidos se reorganizaram ao romper a camisa-de-força imposta pelo regime militar, movimentos operários conquistaram representatividade e o choque de opiniões e visões ideológicas passou a ocorrer às claras, **como** em qualquer democracia. **Embora ainda** falte muito a fazer, o processo eleitoral também passou por aperfeiçoamentos — a legislação sobre o financiamento de campanha, **por exemplo**. Biografias foram confirmadas pelas urnas, e outras, pulverizadas. **Também** como em qualquer democracia.

Mas, mesmo com todo o saldo positivo, a vida política nacional não tem conseguido erradicar males **como** o populismo e o clientelismo. Os anticorpos da sociedade **ainda** não são **suficientemente** fortes para eliminar essa maneira arcaica de se fazer política, herdada da República Velha, do coronelismo das regiões subdesenvolvidas e de segmentos atrasados oriundos da esquerda.

O Rio de Janeiro — o município e o estado — tem historicamente servido de ambiente favorável para esse tipo de político. Com disparidades de renda e grandes desníveis sociais, lastreados numa economia desequilibrada por um processo longo de esvaziamento, e que **só** relativamente há pouco tempo encontrou no petróleo um eixo de sustentação, a região metropolitana do Rio e o interior do estado colocam à disposição do populismo clientelista uma grande população de pobres e pessoas de baixa instrução — cidadãos indefesos diante de ações e discursos demagógicos, **ainda mais** quando misturados com religião.

Entende-se, **assim**, por que nestas eleições o caso mais grave desse tipo de distorção ocorra no Rio de Janeiro. **Mas** surpreendem a dimensão e a gravidade do problema. O que a governadora Rosinha Matheus e seu marido Anthony Garotinho, ex-secretário de Segurança, têm patrocinado em alguns municípios fluminenses, a partir do final do primeiro turno, ultrapassa quaisquer limites.

Não há registro na história do Estado do Rio de Janeiro de **tamanho** e **tão** evidente uso da máquina pública e de dinheiro do contribuinte com objetivos **exclusivamente** eleitorais — sem entrar no mérito de cada um dos candidatos, beneficiados ou prejudicados. Os atuais governantes fluminenses converteram a “política da bica d’água”, de Chagas Freitas, em ação de amador.

Não é, claro, por coincidência que em colégios eleitorais em que seus candidatos travam disputas difíceis, **como** em Campos — transformado em sede temporária do governo fluminense — a governadora e seu grupo político acenam com casa própria a R\$1, distribuam cestas básicas, material escolar, convoquem servidores para panfletagens e façam ameaças anti-republicanas aos adversários.

Tudo sem temor da lei, diante de uma Justiça Eleitoral lenta e pouco eficaz. **Como sempre**, essas práticas produzirão no futuro mais impostos e/ou carências em áreas estratégicas. **Além de** impedirem o aperfeiçoamento da democracia.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26009, Rio de Janeiro, 22 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 21

Ponta tecnológica

Tem suas raízes no desenvolvimento tecnológico a notável transformação por que passou a agropecuária brasileira nas últimas décadas. **E** continua a passar. **Na verdade**, esse progresso contrariou teses e profecias: em lugar de ser relegada a um segundo plano cada vez menos

importante, enquanto a industrialização prosseguiria incessante, a agropecuária avançou a passos largos, com o surgimento de um negócio que hoje é um dos carros-chefe da economia.

Foi **de fato** a tecnologia, desenvolvida pela Embrapa e por outros centros de pesquisa, que tornou possível o plantio de soja em virtualmente qualquer extensão do território nacional — o que, por sua vez, permitiu que o Brasil se tornasse o segundo produtor mundial de soja, estando perto de assumir o primeiro posto. Por trás desse avanço está o aumento da produtividade, que em 15 anos passou de 1.700 para 2.800 quilogramas por hectare. Hoje, o complexo soja responde por **mais de** 12% da pauta de exportações brasileira.

Até mesmo no caso do trigo, outrora conhecido calcanhar-de-aquiles da agricultura nacional, com as importações suprimindo quase toda a demanda interna, a produção nacional, em rápido crescimento, **já** atende a **mais de** metade do consumo. Em 2003, chegamos **até** a exportar respeitáveis 600 mil toneladas de trigo.

Há muitos outros dados. Exemplos: a infertilidade dos cerrados é idéia do passado; o arroz, antes **quase** integralmente plantado em áreas irrigadas, ganhou novas variedades que permitiram seu plantio em terras secas do Centro-Oeste; e quanto à pecuária, uma informação é ilustrativa: o Brasil é hoje o maior exportador de carne bovina do mundo, com 18% do comércio global.

Em outros tempos, os 31,5% de participação que os produtos básicos ostentam atualmente na pauta de exportações significariam a classificação do país **como** um subdesenvolvido fornecedor de matérias-primas; hoje, são sinônimo de sofisticação tecnológica. É importante **aliás** que estejam conscientes disto **também** os parlamentares, que **ainda** não tomaram uma decisão final sobre a Lei de Biossegurança e que precisam dar todo o apoio à ciência e à tecnologia brasileiras. Por óbvio.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26011, Rio de Janeiro, 24 out. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 22

Negócio promissor

Em mais uma operação executada com sucesso, a Polícia Federal desarticulou uma quadrilha especializada em saquear os cofres públicos no setor de combustíveis. A atividade de sonegação de impostos, com ou sem adulteração de produtos, é conhecida. **Também** é sabido o poder corruptor dessas gangues, demonstrado pela montagem de uma indústria de concessão de liminares junto a juízes de primeira instância, para dar base legal ao desvio de combustíveis sem o pagamento de ICMS.

A capacidade de cooptar funcionários públicos para o crime ficou evidenciada, dessa vez, pela prisão, no Rio, de policiais rodoviários federais, policiais civis, fiscais de renda do estado e da Feema. Entre os policiais rodoviários, há um ex-superintendente no Rio.

Não foi a primeira ação contra criminosos nesse setor, nem será a última. **Pois** a atividade tem um fator de grande poder de atração de sonegadores: uma pesada carga tributária.

Os estados concentram a arrecadação em poucas atividades: **principalmente** telecomunicações, energia elétrica e combustíveis. Como movimentam muito dinheiro e são de fácil fiscalização e cobrança, esses segmentos se tornaram alvos preferenciais dos secretários de Fazenda. Que não costumam ser parcimoniosos: no Rio, **por exemplo**, o ICMS sobre a gasolina é de 31%, contra 25% em vários outros estados.

E como o imposto é muito elevado, não pagá-lo garante grande margem de lucro. Deriva daí a elástica capacidade financeira das gangues de comprarem a adesão de servidores públicos.

Se a informalidade é alimentada pela carga de tributos, o inverso **também** é verdadeiro. **Como** demonstrou o estado de São Paulo, ao reduzir de 25% para 12% o ICMS sobre o álcool

hidratado, e com isso ampliar o mercado formal do combustível em 75%. **Ou seja**, o imposto caiu e a arrecadação aumentou.

Não é que a simples redução de impostos prescindia de ações policiais **como** a realizada nessa segunda-feira. **Mas** é indiscutível que uma carga tributária mais leve reduz a tentação sobre os sonegadores em potencial **e ainda** melhora a arrecadação. Falta **apenas** vontade política para praticar esse bom senso tributário.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26028, Rio de Janeiro, 10 nov. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 23

Público-privado

O projeto das Parcerias Público-Privadas foi encaminhado pelo governo ao Congresso como a fórmula salvadora dos investimentos em infra-estrutura. Havia excesso de otimismo, **como** se vê hoje.

A começar pelos impasses surgidos na própria tramitação do projeto. A oposição, com o senador tucano Tasso Jereissati à frente, detectou na redação original da proposta riscos para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Haveria a possibilidade de o poder público endividar-se de forma escamoteada para ultrapassar os limites recomendados pela seriedade fiscal.

Outro temor referia-se à brecha aberta para que empresas privadas não arriscassem capital próprio nos contratos. **Se** fossem financiadas pelo BNDES, elas seriam, na prática, testas-de-ferro do banco estatal. **Ou seja**, as PPPs serviriam de biombo para investimentos públicos se disfarçarem de privados.

Governo e oposição teriam superado as divergências. **Mesmo assim**, a aprovação final das PPPs **ainda** demorará, **pois** o projeto, por ter sido alterado no Senado, terá de voltar à Câmara.

Mas são **tão** graves os gargalos na infra-estrutura que as PPPs, por si só, não conseguirão desobstruir todos eles. **E** como está claro que a capacidade de investimento do Estado continuará limitada, **já** era tempo de as empresas privadas serem mais estimuladas a investir no setor, à margem das PPPs.

Para isso, **porém**, o governo precisaria livrar-se de preconceitos ideológicos que **ainda** persistem diante da participação da iniciativa privada em todos os segmentos da economia.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26029, Rio de Janeiro, 11 nov. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 24

Agenda pronta

A reunião do diretório nacional do PT, realizada em São Paulo, era um palco à disposição das correntes partidárias que se opõem à política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O momento vinha a calhar para as **já** clássicas reclamações contra a política monetária **e** - de forma mais dissimulada - contra a austeridade no manejo dos gastos públicos.

Afinal, representantes dessas correntes derrotados nas eleições municipais procurariam jogar sobre os ombros largos da equipe do ministro Antonio Palocci, da Fazenda, boa parte da responsabilidade pelo insucesso nas urnas. Aconteceu o previsto, **inclusive** com a adesão de outrora aliados de Lula, **e até mesmo** de ministros - Tarso Genro, da Educação, e Olívio Dutra, de Cidades.

Para a ala esquerda do PT não importa o fato objetivo de que a política econômica tem mantido o país estabilizado. **Na verdade**, a economia foi fator eleitoral positivo para o PT. **Mas como** este é um embate ideológico, tudo vale para atingir o adversário. **Até mesmo** a morte do

economista Celso Furtado inspirou alguns a disparar contra o Ministério da Fazenda. **Porém, apesar** desses ruídos, venceu, por fim, o bom senso majoritário no diretório - **como** ficou expresso no texto da resolução do encontro. Com acerto, preservaram-se os fundamentos da política econômica e fez-se uma sempre necessária profissão de fé na estabilidade monetária e no combate à inflação.

O diretório avançou ao comprometer o partido com a luta por "superar os gargalos do crescimento (...)". Este é um ponto-chave na atual conjuntura do país. **Pois** a economia retomou o crescimento e corre o risco de estancar por causa desses entraves.

E nisso o PT e aliados têm uma agenda pronta à disposição. Seja por meio da aprovação de projetos de lei e emendas constitucionais, **ou** pela indução ao governo a tomar medidas administrativas, cabe ao partido trabalhar, **por exemplo**, para reduzir a carga tributária, desburocratizar a vida do empreendedor, minimizar de fato os riscos regulatórios e com isso incentivar os investimentos, e realizar a reforma trabalhista.

Este é o melhor caminho para o PT trilhar rumo a 2006.

Venceu o bom senso no diretório nacional do PT.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26041, Rio de Janeiro, 23 nov. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 25

Mãos atadas

Depois de uma série de assaltos particularmente violentos contra turistas no Rio, que chocaram a população, **quase** 200 menores de rua foram detidos pela polícia e levados à central de triagem da prefeitura, numa operação de grande repercussão batizada com o nome de Turismo Seguro.

Alguns desses menores ficaram fora das ruas **mais de** meia hora; a maioria, **nem** isso. Resultado: o turismo, que representa 13% da renda da cidade, continua **tão** inseguro **quanto** antes, e não há razão para achar que o número de assaltos a turistas cairá da atual e espantosa média de dez por dia.

Esse quadro desanimador tem muitas causas. Para começar, operações policiais montadas com grande espalhafato, para tirar menores da rua, são e continuarão sendo inúteis enquanto não se proceder a uma revisão, que há muito se faz necessária, do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Pois** é o ECA que, com o propósito louvável **mas** mal dirigido de proteger os menores, concede-lhes todos os direitos - **como** o de ir e vir e o de permanecer nas ruas - deixando-os **na verdade** desprotegidos, **já** que praticamente fora do alcance das autoridades; o que significa negar direitos às vítimas dos assaltos praticados por tantos desses menores.

Com ou sem a revisão do Estatuto, é evidente **também** a falta que faz um policiamento ostensivo permanente. Não há outra forma de fazer o turista - **assim como** o cidadão carioca, que parece ter sido esquecido na discussão - sentir-se seguro. **Já que** a lei impede que se obriguem os menores a ficarem nos abrigos, **então ainda mais** necessária é a presença dissuasória dos policiais na rua.

E em termos de longo prazo, é preciso pensar a sério no planejamento familiar. Filhos indesejados das famílias mais carentes **frequentemente** acabam nas ruas, onde a distância entre mendicância e crime é curta e transposta com facilidade. As discussões em torno desse tema são sempre emotivas, **mas** a questão deve ser encarada. É fato que as mulheres mais pobres e menos instruídas tendem a ter mais filhos. Proporcionar-lhe esclarecimento e meios de evitar gravidez indesejada é **apenas** uma forma de protegê-las - e a toda a sociedade.

O ECA proporciona aos menores de rua uma falsa proteção.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26041, Rio de Janeiro, 23 nov. 2004. Editoriais, p. 7.)

TEXTO 26**Ética na política**

O Rio de Janeiro dos dias que correm é farto em notícias sobre crimes. Há casos inúmeros — alguns mais assustadores, outros menos — distribuídos por uma diversificada lista de delitos: assaltos, roubos, assassinatos, tráfico e assim por diante.

Se isso não bastasse, há algum tempo o noticiário político fluminense passou a rivalizar com o noticiário policial. Parlamentares do estado e da cidade começaram a ocupar espaço na imprensa antes dedicado às incontáveis ocorrências policiais.

E não sem motivo. O GLOBO, em série de reportagens iniciada em junho, depois de quase quatro meses de trabalho investigativo, constatou graves defasagens entre a realidade patrimonial de deputados estaduais de dezesseis partidos e os registros de bens feitos por eles na Justiça eleitoral.

Além disso, mesmo o que fora declarado no decorrer das duas últimas legislaturas apresentava uma evolução incompatível com os subsídios desses políticos. Cenário idêntico foi desvendado em reportagens semelhantes sobre vereadores.

As cenas explícitas de enriquecimento fulminante terminaram, como tinha de ser, chamando a atenção de fiscais da Receita Federal. Informa-se que eles encontraram irregularidades nas declarações de renda de 40 deputados.

Fatos tão ou mais picantes ainda viriam a ser conhecidos com a divulgação de gravações — cuja veracidade está confirmada por pareceres técnicos — em que o deputado federal André Luiz, do PMDB fluminense, e o estadual Alessandro Calazans, do PV, negociam com emissários de Carlinhos Cachoeira a retirada do nome do bicheiro dos trechos mais pesados do relatório da CPI da Loterj, da qual Calazans era presidente — e André Luiz, agente, tudo indica.

Em fitas posteriores, André Luiz confessa a ligação com crimes de morte e ainda inclui o presidente da Assembléia Legislativa, Jorge Picciani, também do PMDB, nesse esquema de tenebrosas transações parlamentares. Desmentidos veementes têm sido feitos e, como sempre, acusa-se a imprensa.

Mas nada disso consegue afastar as graves suspeitas levantadas sobre a lisura em boa parte da política fluminense.

(Jornal **O Globo**, Ano LXXIX, nº 26044, Rio de Janeiro, 26 nov. 2004. Editoriais, p. 7.)

ANEXO 2
EDITORIAIS DO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”

TEXTO 27

Apagão logístico

Devido aos baixos níveis de investimento nos últimos anos, as deficiências em infraestrutura - rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia e saneamento- persistem e ameaçam a sustentabilidade do crescimento econômico.

Segundo levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT), a maior parte dos 47.645 km de estradas pesquisadas pela entidade encontra-se em condições precárias -sendo 41% em estado deficiente, 25% ruim e 16,8% péssimo. Esse panorama torna-se **ainda** mais preocupante quando se considera que grande parte dos bens e mercadorias brasileiros é transportada por via terrestre em caminhões.

Diante disso, o Ministério dos Transportes prepara um pacote emergencial para tentar evitar um "apagão logístico". Entre as medidas delineadas estão obras de dragagem em cinco portos e a licitação de sete trechos de rodovias federais à iniciativa privada. **Também** está prevista a restauração de 7.000 km de rodovias, incluindo aquelas que fazem parte dos corredores de exportação, bem como a construção, por meio de parceria público-privada (PPP), da BR-163, que ligará Cuiabá a Santarém. O ministério elegeu **ainda** como prioritário o aprofundamento da integração entre as malhas rodoviária e ferroviária e os portos, a fim de facilitar a movimentação de carga.

São boas iniciativas, que procuram enfrentar as restrições orçamentárias existentes. **Todavia** as necessidades de investimento em infra-estrutura parecem requerer a recuperação da verdadeira finalidade da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide), **uma vez que** importante parcela desse tributo não é aplicada pelo governo como deveria.

A contribuição, que incide sobre a venda de combustíveis, foi criada, entre outros objetivos, para promover a manutenção da infra-estrutura de transportes e o financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás. Os recursos, **no entanto**, têm sido contingenciados para sanar problemas fiscais do Estado.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25509, São Paulo, 27 jul. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 28

Cautela necessária

Depois de um primeiro ano de fortes restrições, o governo Luiz Inácio Lula da Silva começa a orquestrar e a difundir um discurso político com vistas a se beneficiar da recuperação econômica. É natural que assim seja, **mas** seria recomendável cautela para evitar percepções fantasiosas do processo em curso.

Algumas manifestações oficiais têm se inclinado a considerar que tudo na economia brasileira ia mal até que o petismo assumiu o poder, organizou a casa e implantou as prometidas mudanças, que começam a frutificar, dando lugar a uma nova era de prosperidade. Multiplicam-se os esforços para demonstrar que a política atual é **essencialmente** diferente da que a precedeu. É **como se** o petismo tivesse redescoberto o crescimento econômico para o Brasil.

Ora, o grande problema que o país tem enfrentado nos últimos anos não é **apenas** a dificuldade de fazer a economia crescer, **mas** de dar continuidade ao crescimento, criando as condições necessárias para que a expansão seja sustentável e duradoura. **E** essa conquista **ainda** está por ser concluída e demonstrada pela atual administração.

O governo beneficiou-se, **como** qualquer outro se beneficiaria, de ventos externos bastante benéficos para realizar o ajuste de 2003, **embora** não tenha sabido explorá-los inteiramente a seu favor, deixando de reduzir os juros em momentos propícios e de avançar de maneira mais

decidida na recomposição das reservas internacionais. A principal mudança que se vai consolidando na economia são os expressivos saldos comerciais, para os quais as autoridades têm **certamente** trabalhado com afinco, **mas** que são em grande parte a consequência possível e necessária do quadro anterior, marcado por crises financeiras, colapso do câmbio rígido e desvalorização do real.

É certo que as condições, inclusive externas, favorecem o ciclo de retomada, **mas** a realidade **ainda** não autoriza o triunfalismo que se vai apoderando do discurso governamental.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25509, São Paulo, 27 jul. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 29

O fácil e o difícil

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, detecta um ânimo mais favorável dos empresários do setor industrial brasileiro. **Se** o quadro **ainda** é marcado por dificuldades, reúnem-se indícios de que a recuperação cíclica da economia, esperada após um ano de restrições e crescimento negativo, ganha vigor e dinamismo. É o que sugerem alguns dados do levantamento, que abrangeu 945 empresas em 24 Estados do país.

A situação dos negócios foi considerada boa por 33% das companhias consultadas e fraca por 11% delas. Foi o melhor resultado para esse item desde abril de 1995, quando 41% avaliaram a situação como boa e 6% como fraca. Os empresários **também** se mostram mais animados no que tange à adequação dos estoques, à propensão a contratar no terceiro trimestre e à expectativa sobre o fortalecimento da demanda. A sondagem mostrou, **ainda**, aumento do uso da capacidade instalada da indústria, que se encontra, em média, em 84,2%, o patamar mais expressivo desde outubro de 1997.

Os empresários industriais estão confiantes na evolução dos negócios no segundo semestre: 59% deles prevêm melhora na comparação com o mesmo período do ano passado - **e apenas** 5% acreditam em piora. Salvo mudanças drásticas e imprevistas, parecem, **portanto**, asseguradas as condições para que se alcance neste ano o crescimento, esperado pelos analistas, de 3,5% a 4% do PIB.

O otimismo que emerge da sondagem, **porém**, está enraizado no que se poderia chamar de a etapa "fácil" da reativação econômica, aquela que ocorre sobre uma base deprimida, **como** a de 2003, com forte ênfase nas exportações em contraste com um mercado interno **ainda** fraco, com tímidos sinais de melhora.

A etapa difícil é a da criação de condições para que a expansão não esbarre na carência de investimentos e nos gargalos de infra-estrutura, num quadro -deseja-se- de aumento da demanda interna, recuperação da renda e queda do desemprego.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25511, São Paulo, 29 jul. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 30

Água suja

Já se tornou um lugar-comum afirmar que a água será o petróleo do século 21. **Se** isso for verdade, o Brasil, que detém 16% das reservas hídricas potáveis do planeta estaria em condições de ser uma espécie de Arábia Saudita e auferir no futuro lucros astronômicos. O clichê, **porém**, parece um pouco exagerado. Isso não significa que não precisamos preservar nossa água.

Lamentavelmente, o país não vem cuidando desse recurso como deveria. **Como** mostrou reportagem da Folha publicada no último domingo, o paulistano gasta cada vez mais para tratar a água que bebe. A principal razão é a degradação ambiental, que despeja quantidades crescentes de poluentes nos reservatórios.

Pode parecer incrível, **mas** existem hoje 2 milhões de pessoas vivendo em áreas de mananciais **apenas** na Grande São Paulo. O detalhe intrigante é que a lei veda a ocupação desses terrenos desde **pelo menos** meados dos anos 70. **Apenas** a incúria e a incompetência de sucessivas administrações municipais e estaduais explicam como uma população do tamanho de duas Campinas - a terceira maior cidade do Estado- pôde se instalar em zonas proibidas sem que ninguém a incomodasse.

O descalabro é tamanho que **até** os mais empedernidos ambientalistas desistiram da idéia de retirar toda essa população das áreas de mananciais. A prioridade agora, mais pragmática, é deslocar apenas aqueles que ocupam as zonas mais próximas da água e dotar as demais habitações de infra-estrutura, de modo a garantir que esgotos e dejetos não cheguem aos reservatórios. **Igualmente importante** é evitar que novos contingentes populacionais venham a se instalar nas áreas de proteção.

Mesmo que a água não se torne o ouro translúcido do século 21, é certo que seu valor - material **e também** estratégico- tende a crescer. **Mais importante**, dependemos dela para sobreviver, o que deveria bastar para justificar o máximo cuidado com o precioso líquido.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25511, São Paulo, 29 jul. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 31

Oferta de cargos

A Mesa Diretora da Câmara autorizou a criação de cargos para assessores não-concursados, destinados a partidos da base governista. A notícia contribui para alimentar a tão difundida opinião de que - **apesar das** mudanças de governo- representantes do Legislativo continuam movidos pelo fisiologismo.

O episódio em questão ilustra bem alguns vícios do Congresso. Em abril, deputados do PTB, PL e PP rebelaram-se, por assim dizer, contra o governo federal, colocando em risco algumas votações importantes. **Apenas** dois dias após a "rebelião", a Mesa Diretora - que tem como presidente o deputado João Paulo (PT-SP) e como vice Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) - publicou o Ato 43 criando 60 postos de trabalho destinados aos gabinetes de parlamentares desses partidos. O preenchimento das vagas dispensa concurso público.

É verdade que os três partidos aumentaram suas bancadas em 30% - e **por isso**, segundo norma da Casa, teriam direito a requisitar o benefício. A mesma regra determina a redução das vagas pertencentes a partidos que perderam deputados no último pleito- o que não ocorreu.

O que chamou a atenção no caso foi a presteza com que a Mesa solucionou o problema. Fica a impressão de que o governo utilizou-se da conhecida tática de providenciar cargos para manter a unidade de sua bancada **e, além disso**, evitou incomodar a oposição às vésperas da eleição.

O artifício é antigo **e** vai sobrevivendo no governo do PT, partido que se notabilizou no combate a vícios políticos como esse.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25512, São Paulo, 30 jul. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 32**Verba promocional**

Farto material de propaganda, sob a forma de jornais, cartazes, folhetos e marca-páginas, está sendo confeccionado com dinheiro público para promover parlamentares que são candidatos a prefeitos nas próximas eleições. A Câmara dos Deputados não fiscaliza o uso final das verbas destinadas à "divulgação de atividades legislativas", que vêm sendo empregadas com evidentes finalidades eleitorais. **Apenas** nos primeiros quatro meses deste ano os parlamentares **já** gastaram R\$ 3,3 milhões em autopromoção.

Um levantamento dos gastos, realizado por esta Folha na semana passada, revela que os deputados candidatos a prefeito -um total de 86- utilizaram, em média, 30% a mais os recursos de divulgação do que aqueles que não disputarão as eleições.

A Mesa Diretora da Câmara, sob comando do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), decidiu editar recentemente uma portaria que elimina a fiscalização do conteúdo do material produzido supostamente para prestar conta da atuação dos parlamentares no Legislativo. A Casa limita-se a conferir **se** as despesas se enquadram nos parâmetros previstos. A medida, na realidade, **apenas** consagrou uma situação **de fato, já que** anteriormente casos de uso aparentemente distorcido dessas verbas foram apreciados e aprovados.

Está claro que a fronteira entre propaganda e "divulgação de atividade parlamentar" é bastante fluida, o que reforça a impressão de que esse mecanismo é uma excrescência destinada **apenas** a aumentar a disponibilidade de recursos em proveito dos interesses políticos dos parlamentares.

O que **mais uma vez** salta aos olhos nesse caso é a inesgotável capacidade da classe política de criar em seu benefício expedientes que avançam no uso do dinheiro público. Situações **como** essa ajudam a explicar o descrédito dos políticos aos olhos de uma sociedade que se sente constantemente burlada por aqueles que a deveriam representar e dar exemplo público de austeridade.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25516, São Paulo, 03 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 33**Abusos e hipocrisia**

A CPI do Banestado foi instalada para apurar operações de evasão e lavagem de dinheiro envolvendo a utilização das contas CC5, por meio das quais podem-se enviar legalmente recursos para o exterior. A comissão conseguiu estabelecer responsabilidades em casos de gestão financeira fraudulenta e **já** rastreou uma série de operações irregulares. **Lamentavelmente, porém,** os responsáveis pela condução das investigações têm atuado de maneira abusiva e equivocada ao determinar, sem justificativas claras e específicas, a quebra coletiva de sigilos bancários, fiscais e telefônicos de uma grande quantidade de pessoas.

Os problemas são de duas ordens. Do ponto de vista jurídico, corre-se o risco de pôr a perder parte importante do trabalho investigativo, **pois** o Supremo Tribunal Federal poderá invalidar eventuais provas colhidas ao estabelecer, **como** fez em outras ocasiões, a inexistência de razão objetiva e definida para a devassa.

Do ponto de vista político, a CPI desmoraliza-se ao reunir um arquivo indiscriminado de informações cuja utilização **apenas** os ingênuos podem supor que ficará resguardada pelo sigilo imposto ao inquérito parlamentar. Sendo **assim,** o que deveria ser uma investigação responsável pode se transformar num serviço prestado a sórdidos organizadores de dossiês e chantagistas de plantão.

Por fim, esse padrão de comportamento acabou por propiciar uma oportunidade para o governo federal tentar sair da defensiva e responsabilizar a CPI pelo vazamento de informações sobre os supostos problemas fiscais dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb. **Obviamente** que ambos, bem como o Executivo, têm o direito de recorrer aos expedientes cabíveis para se defender e investir contra o desrespeito ao sigilo que deve presidir as CPIs.

Sintomaticamente, **no entanto**, o petismo, que sempre promoveu vazamentos e cobrou explicações ao menor sinal de irregularidade, **agora** prefere a hipocrisia: aposta contra a CPI e procura evitar que os dois altos funcionários compareçam ao Congresso para prestar esclarecimentos.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25524, São Paulo, 11 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 34

Avanço para a ciência

São bem-vindas as emendas introduzidas pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) no projeto da Lei de Biossegurança que tramita no Senado. Elas permitem a pesquisa com células-tronco embrionárias, que está na base da terapia celular e da chamada clonagem terapêutica. Na versão do projeto que veio da Câmara, por força dos lobbies evangélico e católico, esse tipo de investigação foi, para efeitos práticos, proibido.

As terapias que usam células-tronco são uma das principais promessas da ciência para o tratamento de diabetes, mal de Parkinson e outras doenças degenerativas, **além de** trazer a perspectiva de que, um dia, laboratórios possam desenvolver órgãos para transplantes.

O princípio geral é o de que células-tronco embrionárias conservam a capacidade de converter-se em qualquer tipo de tecido, de pele a ossos. A objeção religiosa deve-se ao fato de que, para obter as células-tronco, é necessário destruir embriões na fase de blastocistos -um aglomerado de cerca de uma centena de células. **Já** existe algo como 20 mil embriões nessas condições congelados em clínicas de fertilidade. Muitos deles serão destruídos de qualquer forma, **pois** são sobras de processos de fertilização "in vitro".

As alterações propostas **ainda** ficam aquém do desejável, ao não prever, **por exemplo**, a possibilidade de que, no futuro, células-tronco embrionárias sejam produzidas a partir de tecidos do próprio paciente, contornando assim o problema da rejeição. Não há dúvida, **porém**, de que o substitutivo **agora** aprovado na Comissão de Educação do Senado representa um enorme avanço em relação ao texto anterior.

Não se prevêem maiores problemas para o projeto ser sancionado pelo Senado, hipótese em que voltaria à Câmara - onde se concentram os lobbies contrários. **Portanto, se** o governo não se mobilizar para garantir a pesquisa com células-tronco, o país corre o risco de ser condenado ao atraso numa área vital da ciência.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25524, São Paulo, 11 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 35

Combate à pirataria

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria encerrou seus trabalhos com saldo favorável. O relatório do deputado Josias Quintal (PMDB-RJ) denuncia **mais de** uma centena de pessoas por envolvimento com quadrilhas ligadas ao comércio de mercadorias falsificadas, ao contrabando e à evasão fiscal. A CPI **também** formulou propostas com vistas a melhor combater

essa categoria de crime, que tem gerado graves problemas para o país, não apenas econômicos, mas também diplomáticos, uma vez que o governo brasileiro tem sido fortemente pressionado pelos EUA a adotar medidas mais duras e eficazes.

A CPI propôs a criação de um novo órgão, o Sistema Nacional de Combate à Pirataria e à Falsificação, com a finalidade de coordenar políticas e promover a integração entre as polícias. Além disso, sugeriu projetos de lei prevendo o agravamento de penas para uma série de delitos. No caso dos crimes de contrabando e receptação, o comerciante que vender mercadorias irregulares, independentemente da possibilidade de ser preso, poderá perder o direito de exercer a atividade comercial.

São sugestões que contêm alguns aspectos positivos, mas que, por si só, não mudarão o quadro atual. Criar um órgão público para combater a pirataria é a clássica "solução" de países burocratizados, que não perdem a oportunidade de formar comissões e inaugurar novas siglas - com novos diretores, assessores etc. Quanto ao agravamento de penas, ainda que, no caso, pareça razoável, tende a ter efeitos reduzidos.

O fundamental na repressão à pirataria é que ela seja exercida com rigor. Não é exatamente o que tem ocorrido no país. Basta circular pelas grandes cidades brasileiras para constatar que o comércio pirata é praticado às claras em locais facilmente identificáveis. É fundamental também que se tomem medidas em relação ao controle das fronteiras e a países vizinhos, onde esse tipo de atividade prospera livremente.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25527, São Paulo, 14 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 36

Reforma psiquiátrica

Cada vez mais, os avanços da psiquiatria parecem tornar obsoleta a concepção de que o tratamento de doenças mentais passa necessariamente pelo confinamento do paciente. Embora as conquistas no campo da psicofarmacologia ainda estejam muito longe de proporcionar uma vida "normal" para todos os doentes mentais, é um fato que grande parte dos pacientes psiquiátricos não precisa passar a vida num leito de manicômio.

Mesmo em alguns casos graves, doentes mentais podem receber tratamento ambulatorial e morar com suas famílias ou em residências terapêuticas. Freqüentemente, tirá-los dos hospitais resulta em rápida melhora. É preciso, portanto, caminhar para que leitos psiquiátricos sejam trocados por estruturas mais humanas e eficazes de atendimento.

O projeto de reforma da área de saúde mental, prometida pelo Ministério da Saúde, contempla bem esses aspectos. Lamentavelmente, contudo, a reforma terá mais um adiamento. O ministério cedeu a pressões de unidades hospitalares e de gestores municipais e estaduais e estendeu por mais 120 dias o prazo para que o Estado de São Paulo - além de 25 administrações municipais- reduza a quantidade de leitos psiquiátricos conforme determinado pelo governo federal. Ressalte-se que o principal motivo alegado pelos responsáveis pela saúde mental nos municípios e no Estado é razoável. Ao que tudo indica, ainda é insuficiente o número de instituições capazes de receber os doentes oriundos dos manicômios.

O que o episódio demonstra é que, embora a reestruturação da saúde mental esteja na agenda do governo, não parece ter havido suficiente planejamento em sua execução. O mero estabelecimento de metas e a simples fiscalização de seu cumprimento certamente não bastam para que a reestruturação se concretize. A mudança demanda ações concretas e verbas. Do contrário, será mais um projeto social do atual governo a ganhar fama e não sair do papel.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25531, São Paulo, 18 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 37

O Brasil no conselho

No que **já** se está tornando uma rotina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender, na semana passada, em viagem ao Haiti, a inclusão do Brasil entre os membros do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas. A reivindicação brasileira não é inteiramente descabida, **mas** seria **certamente** um despropósito atrelar a política externa do país a esse objetivo, **como** por vezes o presidente dá a entender que faz. **Já** de início, é uma incógnita quando e em que bases poderá ocorrer uma reforma da ONU no curso da qual o Brasil viria a se tornar membro permanente do CS.

A ampliação do CS não passa de um projeto que pode levar anos antes de ser implementado, **embora** haja o consenso de que as Nações Unidas precisam de mudanças. Sua organização reflete uma situação geopolítica - a do pós-guerra - que não existe mais. **Mas** o acordo a respeito do tema não vai muito **além disso**.

Como tese geral e abstrata, a ampliação do número de membros permanentes do CS não desperta maiores resistências. **Muito mais** complicado é definir quais seriam os novos países e o status que teriam na nova estrutura. Os candidatos naturais são potências econômicas, **como** Alemanha e Japão, e nações com peso específico regional. É aqui que se encaixa o Brasil, pela América Latina, ao lado da Índia, pela Ásia, e da África do Sul. Há, **no entanto**, controvérsias. O México tende a contestar a primazia brasileira, **assim como** o Paquistão se oporia à Índia. A Nigéria, por sua vez, teria algo a dizer contra a entronização da África do Sul.

Pode-se ir **ainda** mais longe e especular que, **mesmo que** o Brasil venha a conquistar o seu tão desejado assento, é **pouco** provável que ele venha a ter o mesmo prestígio de que hoje desfrutam os membros permanentes. A melhor forma de condenar o CS ao imobilismo seria ampliar o número de membros e dar a todos o direito de veto, **como** têm hoje os cinco grandes. O ideal, **portanto**, seria acabar com o poder de veto na instituição. Politicamente, **porém**, isso parece impossível. EUA, Reino Unido, França, Rússia e China não vão abrir mão dessa prerrogativa.

Uma reforma que ampliasse o número de membros permanentes, **mas** mantivesse o direito de veto **apenas** para os cinco grandes, não mudaria, na essência, o quadro atual. Nesse sentido, não é recomendável superestimar o valor do pleito brasileiro. Trata-se de um objetivo ao que tudo indica longínquo, a se realizar no bojo de uma reestruturação que, **se de fato** ocorrer, promete ser **pouco mais do que** cosmética.

Uma reformulação nesses termos talvez fosse suficiente para que Lula e os publicitários do PT vendessem a conquista da vaga como mais uma grande realização do governo, **mas** estaria longe de tirar o CS da ONU da crise de representatividade em que a história o colocou.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25535, São Paulo, 22 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 38

Sem precipitação

A recuperação da atividade econômica prossegue no Brasil e **já** há algum tempo não se pode atribuir **exclusivamente** às exportações o dinamismo da produção. O mercado interno, que tanto se contraiu no ano passado, **também** passa por uma reativação. Em paralelo, os índices de inflação revelam um quadro de relativa pressão, em especial sobre os preços da indústria no atacado. **Mas** os aumentos **já** chegam ao consumidor: em agosto, o IPCA, índice oficial que baliza as metas de inflação, teve alta novamente **um pouco maior do que** antecipavam os

analistas. **Assim**, as taxas de inflação projetadas por bancos e consultorias para este ano e o próximo estão se movendo lentamente para cima, de acordo com a compilação do Banco Central.

Embora essas projeções **ainda** indiquem ser provável o cumprimento das metas para a inflação dentro das margens de tolerância, o BC **já** deixou claro que poderá atuar para impedir que as expectativas acerca da inflação continuem a se deteriorar.

Está formado, **assim**, um quadro propício para que aumentos da taxa de juros sejam defendidos por alguns analistas. **Até mesmo** membros da cúpula do governo, **como** os ministros da Casa Civil e do Planejamento, **já** declararam que admitem a hipótese de elevação de juros, avaliando como **pouco** significativo os impactos da medida sobre o desempenho da atividade produtiva.

À primeira vista, o quadro poderia justificar um aumento da taxa básica: pretensamente, a economia estaria excessivamente aquecida, **e** a inflação, escapando ao controle. Há, **porém**, perigos nessa avaliação.

É preciso levar em conta vários elementos, a começar do nível atual da taxa de juros básica, **excessivamente** alto. Um dos elementos que contribuem para tanto é o fato de ter sido estabelecida uma meta por demais ambiciosa de redução da inflação em 2004. A inflação de 2003 foi de 9,3%. Levando em conta que tarifas **como** as de energia elétrica e de telefonia, responsáveis por **quase** 30% do índice oficial, têm reajustes indexados ao comportamento da inflação do ano anterior, reduzir o aumento de preços a 5,5% em 2004 demandaria conter de modo abrupto o ritmo de alta dos preços dos demais itens. Isso seria difícil em qualquer circunstância, **mais ainda** quando se sabe que ocorreu um choque de custos derivado das cotações das commodities, **como** metais e petróleo.

Outro elemento a considerar é a necessidade de preservar a incipiente recuperação do investimento. Como ele se tem mantido baixo há duas décadas, uma retomada mais firme tornou-se vital para evitar o agravamento de gargalos de oferta.

As iniciativas, **portanto**, com impacto adverso sobre a recuperação do investimento são indesejáveis. Por mais torneios retóricos que se façam, um aumento de juros é reconhecidamente um fator adverso. Melhor seria evitá-lo, **até porque** é cedo para afirmar que há grande risco de efetivo descumprimento das meta de inflação considerando-se as margens de tolerância.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25556, São Paulo, 12 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 39

Ministério público

Tem sido inestimável para o avanço das instituições brasileiras a existência de um Ministério Público (MP) independente e atuante. **Como** toda instituição humana, **porém**, o MP está sujeito a erros. **Embora**, em tese, busquem a verdade, os promotores são parte no processo e naturalmente por vezes deixam-se levar pelo afã de vencer. Na prática, revelam-se em alguns casos mais interessados em condenar o acusado do que em absolvê-lo caso as provas se mostrem viciadas ou insuficientes.

Não são poucas as vozes que se têm levantado contra ações do MP, a indicar uma suposta extrapolção de seu papel institucional. O órgão é acusado de cometer abusos, de atuar politicamente e de ultrapassar seus limites legais. É nesse contexto que se inscreve a polêmica em torno da competência do MP para realizar investigações criminais. A questão está em exame no Supremo Tribunal Federal, que deverá em breve manifestar-se.

Esta Folha tem defendido que o MP possa gozar de poderes investigatórios, importantes para elucidar casos que a autoridade policial, por alguma razão, não se mostre disposta a

esclarecer. Num país **como** o Brasil, onde a corrupção, o poder de pressão das autoridades e a cultura da impunidade atingem dimensões preocupantes, não é demais ver com suspeição o interesse de políticos e representantes do poder em cercear a atividade de promotores.

Todavia, à luz das posições expostas no amplo debate dos últimos meses, no qual se pronunciaram renomados juristas, é forçoso considerar que o texto constitucional não permite que o MP inicie, por conta própria, investigações e realize diligências. A leitura conjugada dos artigos 129, que trata das funções da instituição, e 144, que versa sobre a segurança pública e dá à Polícia Federal e às polícias civis dos Estados a atribuição das investigações criminais, conduz a essa conclusão, **ainda que** a hermenêutica jurídica sempre permita outras soluções.

Existem razões teóricas para o constituinte ter levado a efeito essa divisão. A história e a prudência ensinam que é sempre temerário reunir poderes em demasia num único órgão. **Assim**, reservou-se às polícias a tarefa de realizar os procedimentos investigativos, enquanto o MP ficaria incumbido da peça acusatória. Isso não significa, em absoluto, que o MP tenha sido diminuído, **pois** a Constituição lhe dá a prerrogativa de ordenar à polícia a instauração de inquéritos e de requisitar diligências, bem como de acompanhá-las. **Mais ainda**, a Carta encarrega o MP de realizar o controle externo das polícias.

A repartição dos poderes, tal como desenhada na Constituição, é equilibrada. Conceder ao órgão a capacidade de investigar e acusar sem **nem mesmo** um acompanhamento externo seria excessivo e daria margem a desvios em desfavor da defesa.

Apenas em situações extremas, em que a polícia por alguma eventualidade não responda a um determinado procedimento pedido pelo promotor, **ai** sim o órgão estaria autorizado a atuar por conta própria, a título de exercer o controle externo.

É fundamental para a democracia brasileira que exista um MP forte e atuante. **Porém** é imprescindível que a repartição dos poderes se mantenha em equilíbrio, **segundo** a salutar fórmula de freios e contrapesos.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25556, São Paulo, 12 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 40

Em favor da razão

Com o adiamento da votação da Lei de Biossegurança, parece difícil o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitar a edição de uma nova medida provisória que autorize o cultivo de sementes transgênicas de soja. O plantio da safra começa em outubro, e a única maneira de evitar que os agricultores que se valem dessa variedade fiquem na ilegalidade é editar nova MP.

Desta feita, a responsabilidade pelo atraso na aprovação da Lei de Biossegurança, que forneceria um marco regulatório estável para os organismos geneticamente modificados (OGMs), deve recair sobre o Congresso Nacional, **pois** o governo enviou seu projeto ao Legislativo em novembro do ano passado.

Se, neste caso específico, se pode censurar algo ao Planalto, é o fato de ter colocado na mesma peça legislativa dois temas altamente polêmicos: os transgênicos e a manipulação de embriões humanos para pesquisa.

De fato, percebe-se entre os parlamentares a tendência de aceitar o plantio e a comercialização da soja transgênica e de apoiar a definição de regras mais fixas que permitam decidir sobre outros produtos geneticamente modificados.

Não há, **entretanto**, **nem** sombra de consenso no que diz respeito à pesquisa com embriões e células-tronco. As bancadas evangélica e católica se mostram radicalmente contra, enquanto

cientistas e a opinião pública esclarecida julgam que o Brasil não pode ser relegado ao atraso em tão promissora área da investigação médica por força de convicções religiosas de alguns -que são absolutamente respeitáveis, **mas** de maneira nenhuma universalizáveis.

Esta Folha defende a liberação da soja transgênica e um marco regulatório para outros OGMs. A comercialização de produtos alterados **só** pode ser autorizada após cuidadosa avaliação técnica, quando houver indícios convincentes de que são seguros para a saúde e o meio ambiente. É fundamental **também** que o consumidor seja alertado, no rótulo, sobre a característica do produto.

Quanto às pesquisas com embriões, ela precisa ser liberada, **inclusive** a clonagem terapêutica. Nas células-tronco pode estar a chave para a cura de várias moléstias degenerativas e **até** a possibilidade de que um dia se desenvolvam órgãos sobressalentes para transplantes. As perspectivas são animadoras demais para que permaneçam ignoradas. **De resto**, existem hoje milhares de embriões humanos que são sobras de tratamentos de fertilidade armazenados em freezers. Deixar de usar esses blastocistos, que não apresentam condições de serem implantados num útero, em pesquisas que poderão salvar vidas seria uma decisão **absolutamente** irracional.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25561, São Paulo, 17 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 41

Universidade para todos

O polêmico Programa Universidade para Todos (Prouni) foi instituído pelo governo federal por medida provisória, em desrespeito ao compromisso de que seria submetido ao debate parlamentar. **Apesar do** encaminhamento criticável, a proposta formulada pela equipe do ministro da Educação, Tarso Genro, traz benefícios parciais. Consiste em condicionar a isenção de tributos concedida a faculdades particulares à destinação de vagas para estudantes de baixa renda, deficientes físicos e professores da rede pública que pretendam fazer um curso superior.

A participação no Prouni é obrigatória para as instituições que possuem estatuto de filantrópicas, que **já** são obrigadas a destinar 20% de suas receitas brutas em gratuidade, **mas** de maneira um tanto genérica, dando margem a expedientes para tirar partido do benefício fiscal sem contrapartidas claras e verificáveis. O percentual de 20% é mantido, **mas** será obrigatória a concessão de **ao menos** uma bolsa integral para cada nove alunos. O restante poderá ser aplicado em atividades extracurriculares **ainda** indefinidas e bolsas de **pelo menos** 50% da mensalidade.

As faculdades com fins lucrativos e as sem fins lucrativos que não gozam do status de filantrópicas podem aderir ao programa. Para isso, terão de oferecer bolsas em troca de isenção de tributos federais.

Segundo estimativas do MEC, uma hipotética adesão total ao Prouni resultaria em renúncia fiscal equivalente a 15% dos gastos com o Fies, programa de bolsas do governo que empenha R\$ 829 milhões neste ano.

Há, **no entanto**, problemas na proposta, a começar pelo fato de que o poder público estará, no final das contas, pagando para que estudantes ingressem em escolas cujo compromisso com a qualidade acadêmica por vezes é inexistente. É de esperar que se exerçam as pressões legais para que esse quadro possa evoluir positivamente. **Além disso**, fica a sensação de que o governo vai buscando caminhos alternativos e se conformando com as dificuldades para investir na melhoria e ampliação do ensino universitário público.

O Prouni não irá alterar o fato de que o sistema educacional no Brasil continua muito aquém do que um processo sólido de desenvolvimento econômico e social exigiria. O problema do acesso à educação deve ser enfrentado desde seu início, **ou seja**, do ensino fundamental

deficiente oferecido no país. Essa insuficiência leva famílias de classe média a recorrer a escolas privadas e condena os filhos das mais pobres a uma formação que poderá colocá-los em desvantagem pelo resto de suas vidas. Uma política de democratização do ensino que se preze precisaria começar por mudar essa realidade básica.

Quanto à carreira acadêmica, é forçoso dizer que ela não é para todos, ao contrário do que sugere o nome do programa. É preciso que se criem alternativas profissionalizantes capazes de assegurar condições competitivas no mercado de trabalho e eliminar o interesse apenas formal pelo diploma, em muitos casos apenas um papel que muito pouco atesta sobre a capacidade de quem o possui, mas ajuda o portador a cumprir requisitos para ascender salarialmente no trabalho.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25563, São Paulo, 19 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 42

Anacronismo penal

É preciso que prospere a conversão em lei do projeto que retira do Código Penal alguns de seus anacronismos, como o crime de adultério e a expressão "mulher honesta". A proposta acaba de ser aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas vale lembrar que outras iniciativas análogas acabaram se perdendo nos escaninhos do Legislativo.

O Código Penal data de 1940. É, portanto, natural que de lá para cá tenham ocorrido transformações nos costumes, sobretudo no que diz respeito à moral sexual. A própria jurisprudência já se encarregou de tornar pouco usuais condenações por adultério ou com base em comportamentos que passaram a ter uma outra aceitação social.

O adultério, por exemplo, é matéria para o direito civil. É razoável que ele se constitua em motivo para a dissolução de um casamento, mas de maneira nenhuma justifica mandar a parte infiel e o co-réu para a cadeia.

Apesar dos avanços no campo dos costumes, a conjunção de um advogado vivaz com um juiz conservador por vezes produzia absurdos. Há casos de homens que se livraram recentemente da acusação de estupro fazendo com que a vítima se casasse com terceiro (art. 108).

A verdade é que, em matéria de moral sexual, o Código Penal é conservador até para os padrões da época. Freqüentemente uma suposta honra ou a virgindade da mulher se tornam mais importantes do que sua liberdade ou incolumidade física. São, afinal, vários os crimes que só se configuram se a vítima é "mulher honesta", isto é, casada ou virgem e também "decente", a crer na definição do penalista Nelson Hungria.

Desnecessário dizer que essa situação é incompatível com a atual realidade brasileira e com a própria Constituição de 1988, que estabelece a plena igualdade em direitos e deveres entre homens e mulheres. Enquanto não vem uma reforma de verdade do Código Penal, é preciso pelo menos eliminar-lhe os anacronismos mais gritantes.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25564, São Paulo, 20 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 43

Excessos policiais

A polícia de São Paulo finalmente parece ter encontrado uma linha de investigação no odioso caso dos assassinatos de moradores de rua na capital paulista. Três seguranças clandestinos -dois deles PMs- que atuam na região central da cidade foram presos sob a suspeita

de ligação com o massacre. Apura-se agora **se** há um elo entre os envolvidos e o comércio ilegal de segurança privada ou o tráfico de drogas.

É lamentável encontrar policiais implicados como suspeitos nesse e em outros casos de homicídio. A verdade, **porém, é que** a polícia paulista mata demais, **mesmo** quando seus agentes não estão do lado errado da lei. Em 2003, 975 pessoas morreram depois de serem abordadas por policiais. No mesmo ano, 126 policiais militares foram mortos, 70% deles fora do horário de serviço, **ou seja**, fazendo os chamados "bicos".

Assim, é adequado defender, **como** faz a OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil), a renovação do Proar (Programa de Acompanhamento a Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco) e a recriação da Comissão de Letalidade.

O Proar original, que tirava das ruas policiais que tivessem participado de mortes ou tiroteios e os colocava por seis meses sob acompanhamento psicológico, desempenhando **apenas** tarefas burocráticas, vigorou entre 1995 e 2002. Seus resultados foram palpáveis. As mortes cometidas por PMs, que foram 598 em 95, caíram para 368 em 96. Em 2002, cedendo ao pior lobby da corporação, que sempre viu o programa como uma punição, não como uma medida de apoio ao PM, o governador Geraldo Alckmin praticamente acabou com o Proar. O número de civis mortos por policiais subiu de 459 registrados em 2001 para 725 em 2002.

É **mais do que** hora, **portanto**, de retomar o Proar em sua configuração original. **Melhor ainda** será fazê-lo no contexto da recriação da Comissão de Letalidade (que teve fugaz existência entre 2001 e 2002), no qual representantes do governo, da polícia e da sociedade civil buscariam meios de conter excessos policiais.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25565, São Paulo, 21 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 44

O ato médico

Nos corredores do Senado Federal, trava-se uma verdadeira guerra das corporações. De um lado, estão os médicos, que tentam aprovar projeto de seu interesse que define e regulamenta o ato médico. De outro, estão os conselhos federais e regionais de biologia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e técnicos em radiologia.

O projeto de lei em discussão, **como** apresentado pelo ex-senador Geraldo Althoff (PFL-SC), **aliás** um médico, é inquietantemente corporativo. Para começar, ele torna privativos da classe médica todos os "procedimentos diagnósticos" e "indicações terapêuticas". **Segundo** os adversários da proposta, o dispositivo impede profissionais não-médicos de atuar sem que o paciente lhes tenha sido encaminhado por um médico.

O texto, **de fato**, dá margem a essa interpretação. **Mas é pouco** provável que isso venha a ocorrer no setor privado. A norma, na forma em que está enunciada, não proíbe as pessoas de procurar psicólogos, fonoaudiólogos ou qualquer outro profissional sem indicação terapêutica, **se** esse for o seu desejo.

No setor público, a situação é **um pouco** mais delicada. Dependendo de como as chefias de postos e hospitais interpretarem a lei, é possível que se estabeleçam rotinas em que o encaminhamento médico se torne, na prática, obrigatório.

E, por falar em chefias, o projeto original **também** avança sobre elas. De acordo com o artigo 3º do PLS 25/2002, "as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino dos procedimentos médicos devem ser unicamente exercidos por médicos".

O senador Tião Viana (PT-AC), que **também** é médico, escreveu um substitutivo menos radical, que relativiza **um pouco** a exclusividade dos diagnósticos e prescrições e que deixa claro que médicos podem responder administrativamente a não-médicos. É um avanço, **mas** não basta para retirar o tom **excessivamente** corporativista da proposta.

Seus críticos argumentam **também**, não sem razão, que a filosofia por trás do projeto está ultrapassada. Baseia-se num modelo de atenção à saúde centrado no atendimento clínico, individual e hospitalocêntrico. **Mais do que** isso, a concepção da proposta contraria conceitos mais modernos **como** a multidisciplinaridade e a noção de saúde integral.

É o caso de perguntar **se** a regulamentação do ato médico é, **de fato**, necessária. Talvez não seja possível definir "a priori" o que cabe exclusivamente a cada profissional, que, de resto, se entendem relativamente bem no dia-a-dia de um hospital. **No mais**, não parece que a possibilidade de psicólogos, fonoaudiólogos ou outros profissionais fazerem diagnósticos e indicações de tratamento em sua área ameace a sociedade.

Espera-se **agora** que essas categorias, tendo experimentado os dissabores do corporativismo, revejam seus próprios estatutos, **frequentemente tão** corporativos e exclusivistas **quanto** o que os médicos **agora** querem impingir-lhes.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25570, São Paulo, 26 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 45

Gravidez precoce

O início precoce da vida sexual entre os adolescentes brasileiros está sendo acompanhado por um crescimento do número de casos de gravidez na adolescência em todas as classes sociais. É isso que mostra pesquisa realizada pelo Instituto de Medicina Social da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). **Sobretudo** em tempos de Aids, um resultado como esse é preocupante, **pois** demonstra que os jovens brasileiros ainda não incorporaram os imperativos do sexo seguro às suas práticas.

Além disso, o estudo traz uma novidade inquietante. De acordo com os dados apresentados no 14º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), o crescimento do fenômeno foi mais intenso **justamente** entre as jovens de famílias de maior renda e melhor nível de escolaridade. Comparando dados do Censo do IBGE de 2000 e de 1991, os pesquisadores concluíram que nesse segmento, na cidade de São Paulo, a taxa que mede a gravidez de adolescentes (entre 15 e 19 anos) teve um aumento de 48%.

Seria, sem dúvida, exagerado afirmar que essas cifras são suficientes para contestar a opinião de que educação e renda são fatores decisivos na prevenção de casos de gravidez indesejada. **No entanto** o estudo chama a atenção para o fato de que, por mais que se tenham feito esforços para proporcionar educação e informação adequadas à nova realidade, **ainda** há muito por fazer.

Diante da tendência -ao que tudo indica irrefreável- de meninos e meninas iniciarem a sua vida sexual cada vez mais cedo, é fundamental capacitá-los a exercer a sua sexualidade de maneira responsável. Aulas de educação sexual são por certo uma necessidade, **mas** não bastam. É preciso estimular o diálogo com os jovens de modo que eles possam discutir **não apenas** temas **como** a fecundação, **mas também** as suas relações afetivas.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25572, São Paulo, 28 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 46

Aprendizado democrático

Quase 120 milhões de brasileiros deverão ir hoje às urnas para escolher prefeitos e vereadores dos 5.562 municípios do país. A repetição da liturgia democrática -estas **já** são as quintas eleições locais desde a Constituição de 1988- pode abrir espaço para o fastio e o desinteresse. Com efeito, não são poucos os que se queixam de que os políticos são todos iguais **e** de que mudanças benéficas para a sociedade, quando ocorrem, vêm em ritmo muito **mais** lento **do que** o desejável.

É verdade que a persistência de alguns dos vícios do mundo político chega a ser exasperante **e** que as diferenças ideológicas entre os partidos vêm diminuindo. Há **mesmo** uma nítida sensação de convergência para o centro, o que tende a tirar um pouco do entusiasmo do eleitorado com o pleito. **Também** é exato afirmar que o poder público não tem primado por ser um dinâmico agente de transformação social. Seria um erro, **contudo**, atribuir essas mazelas ao processo democrático. **Ao contrário**, a melhor forma de combater o que nos repugna na esfera política é aprofundando a democracia.

A maturidade democrática é uma sabedoria que se adquire através do aprendizado, pelos acertos, **mas, principalmente**, pelos erros. Lamenta-se que as campanhas tenham degenerado em puro marketing, **isto é**, que tenham deixado de ser um espaço de apresentação de idéias e debate de propostas para converter-se numa caixa de ressonância em que o cidadão assiste a sofisticadas produções televisivas que dizem **exatamente** aquilo que as pesquisas apontam que o eleitor quer ouvir.

Por outro lado, **porém**, o cidadão aprendeu algo **e já** não se deixa apanhar **tão facilmente** pelas armadilhas do velho populismo. Aos poucos, a população vai **até** criando anticorpos para os truques mais baratos dos modernos marqueteiros. Não se devem, **porém**, nutrir ilusões. A demagogia sempre existiu e sempre existirá, sendo uma das dificuldades com as quais as democracias têm de lidar. O filósofo Platão, **já** no século 5º a.C., denunciava o problema dos manipuladores da vontade popular.

O remédio do aprofundamento da democracia se impõe **até** pela ausência de alternativas. Uma das muitas boas frases do estadista britânico Winston Churchill é aquela que define a democracia **como** "a pior forma de governo, exceto todas as outras formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos". **De fato**, as alternativas à democracia testadas ao longo dos últimos cem anos se afiguraram como ensaios sinistros.

Pleitos municipais **como** o de hoje, **mais do que** eleições para governos estaduais e a Presidência, são uma excelente oportunidade de aprendizado para o eleitor. A maior proximidade entre representantes e representados permite uma comparação mais precisa do discurso do candidato com suas realizações depois de empossado. É a partir dessa confrontação que o cidadão cria mecanismos de defesa contra o engodo.

Depois de cinco eleições locais e quatro nacionais sob a égide da plena democracia, o eleitorado aprendeu alguma coisa. As figuras nacionais que se identificavam **mais facilmente** como grandes populistas foram varridas do cenário político. É preciso **agora** que sigamos nesse caminho **e** aprimoremos nosso juízo político.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25577, São Paulo, 03 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 47**Cidade obesa**

A epidemia global de obesidade não poupa a cidade de São Paulo. **Como** a maioria das metrópoles, ela oferece um ambiente extremamente favorável ao aumento de peso: ampla oferta de alimentos calóricos, empregos tipicamente sedentários e poucas oportunidades para a prática de exercício físico. Não chega a surpreender, **portanto**, que o problema tenha crescido acentuadamente na cidade nos últimos anos.

Pesquisa da Secretaria Estadual da Saúde mostra que a obesidade entre homens teve um incremento de **quase** 100% entre 1987 e 2001-2002. Entre as mulheres, o aumento foi de 61%. São dados preocupantes quando se considera a miríade de moléstias às quais o excesso de peso está associado: diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares **e até** cânceres.

Para agravar **ainda mais** a situação, a medicina vai descobrindo que lidar com a obesidade é bem **mais** difícil **do que** pode parecer. Pesquisas mostram que emagrecer é relativamente fácil, **mas** a maioria dos pacientes que se submete a um tratamento para perder peso o recupera em até um ano após o relaxamento da terapia.

Existem **também** razões evolutivas para o problema. No ambiente difícil no qual a humanidade viveu a maior parte de sua história, a seleção favoreceu a conservação de genes capazes de armazenar energia na forma de gordura. As condições de vida tornaram-se mais favoráveis, **mas** o organismo **ainda** opera nos padrões anteriores. Ele está programado para poupar o máximo, ao passo que o ambiente oferece muito mais calorias e induz a gastá-las em quantidades **menores do que** seria necessário.

Como é muito difícil transformar tanto o ambiente como a programação genética, não se podem esperar medidas de grande eficácia. O caminho é a ação educativa que estimule a atividade física, alerte para os riscos da obesidade e difunda noções de alimentação saudável. Como sabe, **porém**, a maioria dos médicos, esses conselhos dificilmente serão seguidos à risca por todos.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25587, São Paulo, 13 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 48**Decisão difícil**

A discussão sobre o aborto, como não poderia deixar de ser, é cercada de aspectos emocionais, questões religiosas e dilemas morais. As reações que ela enseja são **tão** viscerais **que** dois magistrados do Supremo Tribunal Federal se desentenderam publicamente na sessão de anteontem que cassou, por sete votos a quatro, liminar do ministro Marco Aurélio Mello que permitia o aborto de fetos anencefálicos.

A maioria dos magistrados julgou que não se justificava a liminar "erga omnes" (válida para todos) que admitia a antecipação de nascimento de bebês anencefálicos, **isto é**, portadores de uma má-formação do tubo neural incompatível com a vida extra-uterina. O mérito da ação proposta pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Saúde não foi **ainda** analisado, **mas** a cassação da liminar, no contexto de um intenso lobby de setores religiosos, sugere que são pequenas as chances de essa modalidade de aborto terapêutico ser aprovada em breve no STF.

Dado o caráter emocional dos debates, não é razoável esperar que os defensores de uma das posições convençam seus opositores com argumentos racionais. **Daí** a necessidade de lidar com a situação de forma pragmaticamente democrática.

Faz sentido a tese dos que defendem o aborto de feto anencefálico argumentando que é uma crueldade obrigar a mãe a levar adiante uma gravidez que **certamente** resultará numa criança

natimorta. **Também** é respeitável a posição dos religiosos de querer ver a proteção à vida tutelada pela sociedade.

É preciso, **porém**, observar que nem para a Igreja Católica a defesa da vida é um valor absoluto. Roma não condena a pena de morte e admite a noção de "guerra justa". **No mais**, a legislação brasileira **já** admite, desde 1940, a realização desse procedimento em casos de estupro e de risco de vida para a gestante.

A impossibilidade de extrair desse impasse uma solução de compromisso sugere que o mais sábio seria, no caso em debate, transferir a decisão, difícil e pessoal, para os pais. O Supremo, **lamentavelmente**, perdeu essa ocasião anteontem.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25596, São Paulo, 22 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 49

Apóstolos do império

No melhor estilo missionário, o presidente reeleito dos EUA, George W. Bush, declarou que o ponto central da política externa de seu segundo mandato será transformar Estados autoritários em democráticos. A reafirmação dessa posição, que **já** fora enunciada na Doutrina Bush, quando preconizou, em 2002, a utilização do poderio militar e econômico norte-americano para encorajar "sociedades livres e abertas", faz temer pelo futuro das relações internacionais.

Se Bush, **mesmo** com um mandato questionável da população norte-americana, **já** havia se revelado francamente intervencionista, **agora** que suas políticas receberam a clara aprovação das urnas, há razões para imaginar o pior. A democracia, **como** um novo evangelho, seria levada mundo afora pelos mísseis e tanques norte-americanos, os apóstolos de George W. Bush.

No novo "internacionalismo americano", formulado principalmente por Paul Wolfowitz e Richard Perle, ambos do Departamento de Defesa, onde se aloja o chamado núcleo neoconservador do governo, a democratização se torna sinônimo de segurança para os EUA. Na visão "neocon", Estados autoritários devem ser convertidos em sociedades abertas **não apenas porque** isso é bom para as populações **mas também porque** essa é a melhor defesa contra o terrorismo. O raciocínio, **embora** em grandes linhas faça sentido, apresenta falhas o bastante para solapá-lo.

Difícilmente a chegada da democracia a países árabes e islâmicos bastaria para pôr um fim à cultura que favorece o terrorismo. Esse movimento parece mais verossímil **se** pensarmos **não só** em democracia **mas também** num certo bem-estar social, **isto é**, em riqueza. Nesse caso, a fatura é alta. Um Plano Marshall para o mundo árabe custaria algumas centenas de bilhões de dólares.

Mesmo que Bush estivesse disposto a despender tanto, não existem garantias de que resolveria o problema de segurança norte-americano. **Afinal**, não foram necessários **mais do que** 19 terroristas e algumas centenas de milhares de dólares para preparar e executar o criminoso atentado de 11 de Setembro. **No mais**, impor a democracia a tiros de canhão pode vir a ser a receita certa para gerar ressentimentos que tendem a reforçar a cultura pró-terrorismo.

O exemplo prático de que é mais fácil planejar do que executar a democratização de um país é o Iraque, o grande laboratório "neocon". **Embora** um regime pró-americano tenha sido instalado e eleições estejam previstas para janeiro, o país permanece imerso no caos. A única coisa que prospera é o terrorismo.

Quanto às eleições, ressurgiu um problema que explicita as dificuldades de uma democratização "artificial" e não fundada em experiência histórica: será que Washington toleraria a vitória de um candidato islâmico anti-EUA no Iraque, **se** essa fosse a escolha da população? **Certamente** que não.

A boa notícia **é que até** um Bush fortalecido pelo voto precisa submeter-se aos imperativos de realidade. É **altamente** improvável que a Casa Branca volte em breve a tentar impor a democracia das baionetas. **Mesmo** a potência hegemônica teria dificuldades econômicas e políticas para abrir uma terceira frente a dezenas de milhares de quilômetros de casa. Atacar o Irã ou a Coreia do Norte - Estados que precisam mais urgentemente "democratizar-se"- custaria bilhões e exigiria várias centenas de milhares de soldados. Para fazê-lo Bush teria de adotar medidas impopulares, como reintroduzir o serviço militar obrigatório, e agravar de maneira **ainda mais** preocupante o déficit público norte-americano.

A história tem demonstrado que há imensas dificuldades de o mundo árabe adotar padrões ocidentais de democracia em seus países. Há razões históricas e culturais para isso. **Embora** seja desejável a universalização dos direitos e garantias fundamentais que estão na base das democracias, fazê-lo com base na fé e nas armas, **como** pregam os neoconservadores, pode ser **apenas** a manifestação de uma outra modalidade de fundamentalismo.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25611, São Paulo, 06 nov. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 50

Ofensiva no Iraque

Não há a menor dúvida de que as tropas norte-americanas obterão a vitória militar na ofensiva de Fallujah e assumirão o controle desta cidade iraquiana, apontada como o bastião da resistência contra os EUA. O problema, **contudo**, não está tanto em quais forças dominam áreas estratégicas, **mas** principalmente nas repercussões políticas que a ação bélica poderá ter. É no front político iraquiano que a Casa Branca não tem conseguido colher triunfos.

Washington teve suas razões para optar pela tomada "manu militari" de Fallujah. A cidade concentrava entre 1.000 e 6.000 rebeldes, alguns deles ligados ao grupo terrorista liderado pelo jordaniano Abu Musab as Zarqawi. Da base de Fallujah, a influência dos insurgentes se irradiava por todo o chamado triângulo sunita, área do Iraque central onde as tropas dos EUA enfrentam maior resistência armada e onde é mais frágil a autoridade do governo-fantoche.

O "timing" da invasão foi definido por duas datas-chave: após a vitória do presidente George W. Bush na eleição e antes do pleito legislativo iraquiano, previsto para janeiro. **Assim**, Bush não correu o risco de ver sua reeleição comprometida pela eventual ocorrência de muitas baixas do lado norte-americano. **Além disso**, pode afirmar que está restaurando a ordem de modo a garantir o sucesso do sufrágio iraquiano.

A estratégia, **embora** pareça fazer sentido, não está isenta de riscos. O mais evidente deles é provocar mortes entre a população civil da cidade e deixar escapar os rebeldes. Desde que a guerrilha existe, guerrilheiros atacam o oponente e a seguir desaparecem em meio à população civil. O mais provável é que parte significativa dos insurgentes tenha abandonado Fallujah antes do início da ofensiva, junto com os civis. Os mesmos iraquianos **já** usaram tática semelhante com os EUA quando da derrubada de Saddam Hussein.

O perigo maior para Washington **é que** o ataque desperte a ira dos sunitas, que representam **cerca de** 20% da população iraquiana. Um eventual boicote dessa facção islâmica à eleição -que, **aliás, já** se esboça - deixaria Bush **ainda** mais longe de seu objetivo declarado de erguer no Iraque um governo representativo.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25615, São Paulo, 10 nov. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 51

Sigilo e sonegação

Estados só podem oferecer serviços aos cidadãos porque cobram tributos. A maioria, porém, não os paga de boa vontade - daí que também sejam chamados de impostos. Exigir do Estado o cumprimento de suas funções mais fundamentais e negar-lhe os meios para cobrar o que lhe é devido é uma excentricidade brasileira. E uma daquelas que ajudam a explicar o "suave fracasso" em que o país se converteu.

Nesse contexto, é defensável o despacho do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que dá à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional -o órgão encarregado de cobrar devedores do Fisco- acesso à base de dados da Receita Federal, o que inclui informações não-detalhadas relativas à movimentação bancária dos contribuintes. Como previsível, respeitáveis vozes do meio jurídico se insurgiram contra a medida, classificando-a até como inconstitucional, por ofender o princípio da inviolabilidade do sigilo de dados (5º, X, XII).

É certo que, em algum grau, o despacho de fato diminui o alcance da proteção constitucional. Cumpre, porém, recordar que nenhum princípio constitucional é absoluto. A medida encontra amparo na lei complementar nº 105 de janeiro de 2001, que, embora seja objeto de várias contestações no Supremo Tribunal Federal, sobreviveu até aqui.

Não resta dúvida de que cidadãos têm direito à privacidade, mas tampouco se pode contestar a obrigação dos contribuintes de pagar impostos corretamente. O direito constitucional à intimidade não pode se tornar um escudo para sonegadores, o que configuraria séria afronta àqueles que cumprem com seus deveres.

Nesse sentido, a lei complementar nº 105 caminha na trilha do bom senso ao determinar que bancos, administradoras de cartões de crédito e demais instituições do gênero enviem ao Fisco informações genéricas, restritas aos montantes globais movimentados, que não permitem inferir nada a respeito da natureza dos gastos do contribuinte.

É uma forma, ainda que imperfeita, de preservar a intimidade do cidadão sem transformá-la num porto seguro para aqueles que fraudam suas obrigações fiscais. No mais, a lei é pródiga em prever sanções para funcionários públicos que eventualmente traíam o sigilo e divulguem as informações bancárias obtidas.

Pode-se, por certo, criticar a maneira atabalhoada pela qual o governo vem regulando a matéria, através de despachos e sem, aparentemente, preocupar-se com o número de funcionários com acesso às informações. Há aqui, o risco, nada desprezível, de que mais servidores em contato com dados sobre movimentações financeiras aumente as chances de vazamentos com propósitos ilícitos.

De todo modo, é correto o princípio de que o braço do governo que cobra impostos tenha acesso a dados básicos a respeito dos contribuintes. É longa e funesta a tradição da sonegação fiscal no Brasil. Ela é uma das razões pelas quais é tão alta a carga tributária que incide sobre os bons pagadores. E não é imaginável mudar essa situação sem proporcionar ao Fisco os instrumentos legais para cobrar o que é lhe devido.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25633, São Paulo, 28 nov. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 52

Crescimento restrito

A economia brasileira deverá encerrar o ano apresentando uma expansão superior a 4,5%. Se confirmado, será o crescimento mais expressivo desde 1994. Mas, ao contrário do que ocorreu naquele ano, marcado pelo Plano Real, pode-se afirmar que os efeitos do incremento da produção

não estão sendo sentidos com intensidade em grande parte do país. Há motivos que explicam a defasagem entre as estatísticas e a percepção de melhoria.

Inicialmente, é preciso lembrar que a base de referência para o crescimento deste ano é extremamente baixa, **uma vez que** em 2003 o PIB encolheu 0,2%. Considerando, **portanto**, os dois primeiros anos do governo petista, a média de expansão da economia não deverá chegar a 2,5%.

Além disso, apesar da melhora no mercado interno, o dinamismo do crescimento tem sido a produção voltada para o exterior, **tanto a do** agronegócio **como a de** alguns setores industriais. As exportações são fundamentais para o equilíbrio das contas externas e trazem efeitos benéficos para a economia. Seus impactos, **no entanto**, são relativamente localizados. A própria proeminência da atividade exportadora é sinal de que o mercado interno se ressentiu de uma dinâmica mais vigorosa de crescimento.

De certa forma, os dados relativos a outubro da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE refletem essa situação. Na sondagem confirma-se a suave tendência de queda do desemprego, **mas** num patamar **ainda** bastante alto: 10,5%, contra 10,9%, em setembro. **Ademais**, parte do resultado positivo deve-se à redução do número de pessoas em busca de ocupação, que caiu 4,1% no mês.

Mais significativa é a informação de que o rendimento médio do trabalhador declinou. A inexistência de um processo claro e contínuo de elevação da renda é um sinal enfático de que a maioria da população e parte considerável da atividade empresarial **ainda** estão por se beneficiar de modo mais expressivo do crescimento comemorado pelo governo.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25634, São Paulo, 29 nov. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 56

Controle de cursos

O MEC (Ministério da Educação) anunciou a intenção de editar uma portaria que restringe a possibilidade de criação de cursos superiores. A idéia **é que** só seja autorizada a abertura de faculdades **se** houver necessidade da formação que ela oferece na região que ela está. A virtude da portaria é a de procurar pôr um freio à proliferação de escolas de terceiro grau a que o país assistiu nos últimos anos. Não há, **porém**, como defender o critério de necessidade regional anunciado pelo ministério. A portaria pode **até** ter intenções acertadas, **mas** envereda por sendas, para dizer o mínimo, tortuosas.

Já de início, não cabe ao MEC converter-se numa agência de regulação profissional a arbitrar sobre as necessidades dessa ou daquela região. A função do ministério no que diz respeito ao credenciamento de faculdades deveria ser **tão-somente** a de zelar pela qualidade dos cursos.

Se uma dada região precisa ou não de economistas, professores de literatura ou físicos nucleares, essa é uma outra questão. Basta que as faculdades tenham condições de formar bons bacharéis para que possam se estabelecer. Vale lembrar que ninguém é obrigado a trabalhar na região geográfica em que se formou.

O MEC, nesse caso, extrapola suas funções. Usa o pretexto da racionalidade geográfica para suspender a criação de cursos. Com esse argumento poderá, **por exemplo**, evitar que instituições façam uma espécie de reserva de vagas, pedindo credenciamento de faculdades muito antes do que os planos para efetivamente instalá-las prevêem.

É importante que se aproveitem as discussões em torno da reforma universitária para criar regras definitivas e estáveis para a abertura de cursos. **E** elas devem levar em conta o essencial,

que é a garantia de que os alunos não serão ludibriados. A rigor, é desejável que uma faculdade boa chegue a uma região onde já funciona uma outra de nível apenas razoável. A população sairá ganhando.

(Jornal **Folha de S. Paulo**, Ano 85, nº 25534, São Paulo, 21 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

ANEXO 3

EDITORIAIS DO JORNAL “ESTADO DE MINAS”

TEXTO 53

A blindagem de Meirelles

Governantes e políticos de todas as estirpes são useiros e vezeiros em inventar expedientes **e até** modificam o sentido de palavras, quando tratam de defender atos e medidas que a opinião pública não aceita passivamente. O governo Lula foi bem recebido, **porque**, numa volta do caminho, na campanha de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva mudou de posição **e** assinou a “Carta aos Brasileiros”, arquivando as duras propostas do programa inicial, “A ruptura necessária”. Foi o caminho para, em julho do mesmo ano, assinar, no Planalto, com FHC, os acordos impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), decisão considerada “lúcida e corajosa” por um novo interlocutor, o ex-ministro Delfim Netto.

Apesar de protestos de petistas radicais e grupos empresariais que sempre viveram à sombra do erário, Lula foi bem-sucedido e conquistou a confiança do mercado. O inferno astral começou quando filmaram Valdomiro Diniz, homem de confiança de José Dirceu, pedindo propinas aos donos dos bingos. O pior veio este ano, com acusações e denúncias contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, um dos pilares de sustentação da equipe econômica do ministro Antonio Palocci.

A “blindagem” de Meirelles tem o objetivo de interromper a discussão **e** reafirmar o controle do poder por Lula. Ressalte-se que Meirelles, até hoje, não conseguiu convencer parlamentares petistas fiéis ao Planalto, com suas declarações rápidas e evasivas. O certo é que a decisão de Lula, que assinou medida provisória garantindo ao presidente do BC status de ministro, causou péssima repercussão. **Em verdade**, um dirigente forte como Meirelles não pode fugir de responder a perguntas sobre sua situação com o Fisco, antes e depois de sua posse. **Tanto mais** que essas questões estão bailando nas primeiras páginas da mídia. A MP vinha sendo negociada entre Lula e os ministros Palocci e Dirceu, desde sexta-feira da semana passada, **mas já** se vê que ela fornece farta munição à oposição, que reacendeu a fogueira. **E** não vai abrir mão de ouvir uma explicação concludente de Meirelles.

Numa palavra: o que **até então** se discutia no âmbito cartorial da Receita Federal virou uma questão política, do contrário Lula não teria assinado a MP. Com foro privilegiado, Meirelles continua sob fogo cerrado de denúncias da oposição, que **certamente** dirá que, em outras ocasiões, presidentes do BC e ministros da Fazenda foram obrigados a renunciar ou **simplesmente** demitidos. A solução da MP é controvertida, **tanto que** estava em estudo antes da viagem de Lula à República Dominicana e Haiti, **certamente** para evitar que o ato ficasse para decisão do vice José Alencar. Quem não sabe que Alencar é crítico declarado da política de Meirelles? Para o governo, melhor seria **se** o presidente do BC assumisse o caso diretamente, a fim de evitar a crise mais ampla, **embora** Palocci tenha afirmado que o BC tem hoje “importância estratégica” no atual governo.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22878, Belo Horizonte, 18 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 54

Segurança e negócios

A sociedade brasileira assume a segurança e a violência como sua maior cruz, **mas**, pelo aspecto empresarial, tais mazelas vêm impulsionando os negócios mantidos com a finalidade de reduzir riscos de perdas e danos patrimoniais, **além da** preservação da vida. É um nicho de atividade que vem apresentando um expressivo crescimento em vários subsetores, em períodos contínuos.

Há quatro anos, o quadro **já** era emergente: a Polícia Federal sabia que existiam no País 1.368 empresas de vigilância, 2.582 de segurança privada e 236 de transporte de valores. O segmento empregava em 2000 mais de 540 mil vigilantes. Hoje, em alguns estados, o crescimento dessas atividades registra taxas superiores a 30% ao ano.

Além deste contingente de empresas e pessoas, mais 811 entidades – autorizadas pela Polícia Federal, instituição que tem a prerrogativa legal de fiscalizar e controlar a atividade –, mantinham **também** setores próprios destinados à manutenção da proteção patrimonial. O controle dessa parafernália dá sinais de precariedade, a começar pela impossibilidade de uma efetiva fiscalização de todo o universo de firmas que exploram o setor no País, uma situação que permite o aparecimento de empresas clandestinas, com vigilantes sem qualificação necessária para a prestação desse tipo de serviço.

Está na hora de o governo federal fechar o cerco contra essas deficiências, antes que o setor seja contaminado por empresários não comprometidos com a lisura que se exige de prestadores de serviços na área da segurança patrimonial, **como** a vigilância e o transporte de valores. **Principalmente** por se tratar de um segmento que **já** utiliza sofisticada tecnologia para exercer a atividade, o que dá espaço para desonestos e criminosos alargarem seu campo de ação.

Segurança é dever precípua do estado democrático **e**, no Brasil, denota acentuado enfraquecimento, enquanto a violência continua cada vez mais presente, **especialmente** nas regiões metropolitanas e nas médias cidades. A violência e a criminalidade precisam ser enfrentadas com ações efetivas, **pois** é cada vez maior o atrevimento do crime organizado. **Mesmo assim**, criminalidade e violência devem ser combatidos com bom senso e dentro das regras democráticas. Está na hora, **portanto**, de a Polícia Federal e as polícias dos estados se unirem para fazer um raio-x desse universo de “polícias privadas” e protetores patrimoniais. Segurança é um setor que não pode sair do controle da sociedade organizada.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22879, Belo Horizonte, 19 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 55

Guilhotina econômica

O estudo feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sobre falências registradas no Brasil, revela dados preocupantes, que deveriam ser analisados com presteza e urgência pela equipe econômica do governo federal: de cada 100 empresas que fecharam as portas entre 2000 e 2002, 96 eram do segmento das micros. **Além do** alto custo socioeconômico do fechamento dos negócios, o levantamento desnuda as deficiências que o País tem na estruturação de firmas sustentáveis, especialmente pequenos empreendimentos. No período analisado, foram para o ralo R\$ 19,8 bilhões com o cerramento das portas dessas empresas, **além da** perda de 2,4 milhões de empregos.

Um dado suscita reflexão: das 470 mil micro e pequenas empresas que abrem as portas a cada ano no Brasil, 49,4% quebram até o segundo ano de existência. Tal índice é socialmente devastador, **mas também** revela a precariedade da abertura de muitas delas, nas quais, quase sempre, milhares de pessoas investem suas poupanças e dinheiro de rescisões trabalhistas – principalmente Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) –, e muita esperança em dias melhores para suas finanças. Mas quais as principais causas para esse grande número de falências? O estudo do Sebrae indica, **além da** falta de preparação dos empresários, geralmente sem habilidades gerenciais, e inexistência de planejamento adequado, o massacre financeiro, provocado pela elevada carga tributária e falta de capital de giro.

O poder público precisa atinar para a questão, **principalmente** agora, quando a economia vem dando sinais de recuperação, com índices continuados de crescimento. As micro e pequenas empresas representam um universo expressivo de empregos no País, **além de** fazerem o dinheiro circular com mais rapidez. O estudo do Sebrae exige atenção do governo, para que o setor seja desonerado de muitas obrigações, **além de** receber assessoria especializada, quando iniciarem suas atividades. **E mais:** incentivar a abertura de pequenos empreendimentos é sempre salutar, **mas** o importante é dar-lhes ajuda para persistirem funcionando. Delas o País depende para empregar mais **e**, com isso, distribuir melhor a tão concentrada renda, razão basilar da maioria das mazelas sociais brasileiras.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22880, Belo Horizonte, 20 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 57

Entraves aos investimentos

Ninguém desconhece as dificuldades que o Brasil enfrenta para estimular os investidores estrangeiros a aumentarem ou passarem a fazer investimentos produtivos no País. Quando foi promulgada a Constituição de 1988, o então presidente José Sarney disse que a nova Carta Magna tornou o Brasil ingovernável, tal o número de equívocos cometidos pelos constituintes. Até hoje, desenvolve-se trabalho árduo para atrair investimentos, externos e internos, caminho mais curto para a geração de emprego e renda. **Por isso mesmo**, as reformas constitucionais, **ora** na pauta do Congresso Nacional, são importantes, **mas** só elas não bastam. Muito há que se reformular para a nação reconquistar a confiança de que tanto precisa para sensibilizar novos investidores.

Pesquisa realizada pelo Banco Mundial em 145 países, sobre facilidades e dificuldades para as empresas, exhibe uma preocupante posição brasileira. O Brasil está em 142º lugar no ranking dos que têm custos trabalhistas menores para o desligamento de funcionários; em 141º entre os que apresentam menos burocracia para a abertura de uma empresa e 134º, na relação das economias com menor burocracia trabalhista. Em alguns desses itens está em situação abaixo de países como Turquia, Argentina, México, China e Índia, à frente apenas do Haiti e do Laos. **E mais:** há dias, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, disse que a burocracia custa ao Brasil 5% de seu Produto Interno Bruto (PIB), algo em torno de R\$ 25 bilhões por ano. No mundo globalizado e competitivo, qual seria de fato o pensamento de uma empresa estrangeira sobre suas possibilidades num país submetido a esse quadro desigual?

Não basta, **pois**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajar pelo mundo interno em busca de mais confiança dos investidores no mercado potencial do País, bem como missões empresariais desbravarem fronteiras, mundo afora, à cata de investidores. Agora mesmo, de 4 a 9 de setembro, uma missão empresarial de Minas estará na França – capitaneada pelo governador Aécio Neves e pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas, Robson de Andrade –, onde pretende evidenciar a importância da economia mineira no cenário brasileiro. **Contudo**, é preciso, internamente, fazer uma grande faxina na burocracia nacional, como sonhou Hélio Beltrão, com o Ministério da Desburocratização, no contraditório governo João Figueiredo. O tema, nos últimos anos, foi praticamente esquecido pelo estado. O governo Lula e os estaduais precisam ter sensibilidade para o momento. **Do contrário**, viagens oficiais ao exterior e visitas de missões estrangeiras ao País se constituirão **apenas** maquiagem para o crescimento que se festeja, temendo-se que seja **apenas** uma bolha passageira.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22887, Belo Horizonte, 27 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 58**Controle dos rebanhos**

A constante referência ao poder da chamada bancada ruralista no Congresso Nacional é tema recorrente que domina as discussões no Parlamento e na mídia. Dirigentes dos trabalhadores sem terra e participantes de movimentos sociais dizem que os grandes fazendeiros, desde os tempos da União Democrática Ruralista (UDR) e do Centrão, criados e liderados pelo deputado federal Ronaldo Caiado (PFL-GO), nos anos 80, são forte obstáculo à efetivação da sonhada reforma agrária. Os números oficiais revelam que, nos últimos 20 meses, o movimento dos sem-terra consumiram muito dinheiro, contrastando com o que foi destinado aos produtores rurais.

Do ponto de vista prático, a bancada rural não demonstra muita força como oposição. Evidência **mais do que** presente **é que, apesar de** ocupar liderança nas exportações, o agronegócio reclama que recebe muito **menos do que** devia na área de política agrícola. O Departamento de Estudos Econômicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil indica que **apenas** 17% dos proprietários podem trabalhar com capital próprio **e que mais de** metade destes não conseguem crédito oficial. Reclamam **também** que o governo vem aplicando cada vez menos, desde 2002, nas áreas de fiscalização fitossanitária, sem falar do número reduzido de fiscais, agrônomos e veterinários para orientação dos produtores.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, a defesa sanitária nacional recebeu **apenas** R\$ 80 milhões. Os recursos para combate à febre aftosa este ano foram liberados em junho. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, revela que, em 2002 e 2003, a Amazônia não recebeu um centavo sequer da União para aplicar no setor.

O quadro é desolador: nos últimos 25 anos, **só** houve contratação de 250 fiscais, para atuação na agropecuária. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Pedro Camargo Netto, culpa os governos federal e estaduais, **além dos** ruralistas, alertando que há grande risco, se a febre aftosa se disseminar. Os fazendeiros **já** gastaram R\$ 900 milhões em vacinas e medicamentos, para controle sanitário. **Segundo** a entidade, o setor privado aplicou R\$ 10 por animal, os governos dos estados produtores, R\$ 2, e o governo federal, **apenas** R\$ 0,05 por rês. O diretor da Agência de Defesa do governo de Goiás, Hygino Felipe Camargo, diz que basta o Planalto entrar com 10% do custo de cada cabeça (pecuária de corte e leiteira), para que o problema sanitário do setor esteja resolvido. **Se** é verdade que o País tem sérias lacunas de financiamento, a questão da sanidade e controle dos rebanhos, para demanda externa e exportação, pode ser resolvida com verbas relativamente pequenas, sem necessidade de créditos externos.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22891, Belo Horizonte, 31 ag. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 59**Não basta ser grande**

Dizer simplesmente que o Brasil caminha para ser grande e figurar entre as seis nações mais ricas do mundo, **como** preconiza o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, faz parte da política psicossocial do PT. **Mas**, por si só, não quer dizer muita coisa. **Apesar de** ser potências – por sua grandiosidade territorial e potencialidades em termos populacionais –, a China (1,3 bilhão de habitantes) e a Índia (1,1 bilhão) não conseguiram erradicar a extrema miséria de grande parte de seu povo.

A explosão demográfica brasileira (passou de 93 milhões, em 1970, para 181,5 milhões este ano) merece registro, **mas** demógrafos e economistas alertam que ser grande gera graves problemas. Nascimento, infância, juventude, maturidade e velhice são partes que integram o

processo civilizatório. Claro que a política de crescimento acaba assimilando o mito do progresso e influi diretamente na estrutura espacial de ordenamento social, **como** se discutiu com grande ênfase na virada do século XIX para o século XX.

Nos tempos da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), inspirado pelos feitos dos bandeirantes, o discurso da afirmação nacional teve início com a “Marcha para o Oeste”, sob a batuta da imprensa, então controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de Lourival Fontes. **Já** naquele tempo, duas forças eram visíveis: uma centrípeta, que caminha no rumo da concentração, outra centrífuga, que trabalha pela divisão.

A geopolítica da época produziu as ditaduras de esquerda (URSS) e direita (Itália e Alemanha). A concentração de riqueza resultou na criação da megalópolis, a cidade grande, que Lewis Mumford, na obra clássica *A cultura das Cidades*, chamava de “coinoτάfio” (cemitério), em face do isolamento dos trabalhadores nos bairros mais distantes e o progressivo e vertiginoso crescimento da diferença entre as classes sociais.

Ser grande é um fardo pesado: **já** temos uma grande parcela da população brasileira (cerca de 60 milhões de pessoas) que sobrevive abaixo da linha de pobreza. A expressão do hino pátrio “gigante pela própria natureza” não quer dizer nada, **porque**, até agora, a maioria não se beneficia do desenvolvimento econômico excludente. Urge, **portanto**, uma ampla estratégia nacional para operar a democracia política, **simultaneamente** com justa distribuição da riqueza.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22894, Belo Horizonte, 03 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 60

Reforma para valer

A educação nacional nunca conseguiu acompanhar os passos da história. **Ainda** prevalece a campanha contra o antigo sistema de ensino que, **embora** de boa qualidade, era tenazmente combatido por pedagogos-políticos que o qualificavam de elitista. A massificação chegou e hoje é notório que o ensino vai de mal a pior. A filósofa Marilena Chauí, petista histórica, integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE), disse recentemente em Belo Horizonte que o mais grave problema educacional do País está radicado no péssimo ensino básico. **Se** perguntada, honesta como é, há de reconhecer que não se pode ter bom ensino com salário de ingresso do professor em torno de R\$ 230 mensais na rede pública.

Mas não foi por falta de advertência que o “novo sistema” que aí está se transformou numa espécie de grande mercado, **especialmente** quando se trata de educação superior. O sistema privado cresceu **tanto** que **já** se sabe que as empresas educacionais estão em condições de matricular **mais de** 4 milhões de universitários no ano que vem. **Só** não se sabe se o alunado terá condições de arcar com o alto preço das mensalidades.

As reformas que vieram sendo feitas aos pedaços, desde o tempo do Império (que redundou na famosa polêmica entre Ruy Barbosa e seu mestre, o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro), passando pelas reformas Capanema (anos 30), Clóvis Salgado (governo Juscelino Kubitschek), Jarbas Passarinho (governo do general Garrastazu Médici) e outras que se seguiram, até hoje, não passaram de remendos pontuais. O resultado da massificação está aí à vista de todos: os próprios órgãos de análises e avaliação do Ministério da Educação (Enem e Sinaes) confirmam que as crianças e jovens brasileiros deixam o curso (fundamental e médio) sem saber ler e escrever com segurança. O Brasil está cheio de milhares de bacharéis e doutores que fracassam em concursos públicos. Basta ver o vasto número de reprovações nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O longo governo de FHC (1995/2002) destaca que universalizou a matrícula (alunos de sete a 14 anos). Para quê? Nunca se garantiu que não haveria evasão, **pois** todos sabem que milhões de crianças e jovens não podem freqüentar as aulas, em razão da pobreza, fome do corpo e da alma a que estão relegados por um regime excludente dos menos favorecidos, de todas as cores e etnias. O ministro Tarso Genro deve ouvir quem sabe do assunto e promover uma reforma para valer. Basta abrir a discussão para todos **e** impedir que a discussão seja dominada por “igrejinhas” **e** sofra as malélicas influências de ideologias ultrapassadas.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22897, Belo Horizonte, 06 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 61

Independência sustentável

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em pronunciamento ontem, num programa de rádio, disse que as comemorações do Dia da Independência (hoje) estão sendo realizadas num momento de muita auto-estima do povo brasileiro e de crescimento sustentável da economia. Revelou-se particularmente convencido de que o Brasil terá um crescimento sustentável. Para Lula, o de 2004 **já** está consolidado.

O presidente tem **até** razão de **já** estar pensando em 2005, com grandes projetos de infraestrutura. Com as eleições de 3 de outubro batendo à porta, **pouco mais** há o que fazer este ano. Não há **também** novidade alguma na fala do presidente, quando ele diz que não basta o País ter independência constitucional, **mas** que é preciso ter independência econômica, tecnológica e científica. O presidente, em alusão ao 7 de Setembro, quer que a data seja comemorada por toda a sociedade, evidenciando que é uma conquista de todos os brasileiros **e** que o Brasil será uma nação muito mais produtiva, **se** as pessoas acreditarem nos seus próprios valores.

Que o Brasil está vivendo um momento bom, ninguém contradiz o presidente. O noticiário econômico comprova essa tendência. **Mas** há pendências que o governo precisa encarar antes da virada do ano, **como** aprovar, no Congresso Nacional, as reformas básicas que lá estão em banho-maria, **como** a crucial lei das parcerias público-privadas (PPPs), que permitirá o Planalto implantar projetos com o empresariado nacional, em setores estratégicos. **Só assim**, a atual retomada do crescimento poderá se configurar sustentável, caso da área de infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos, geração de energia etc.). Sem isso, o otimismo de hoje poderá virar um pesadelo amanhã.

A data de hoje – 182 anos depois de o Brasil romper as amarras com Portugal – é importante para a reflexão dos brasileiros. Nada está pronto. Um sem-número de desafios pode engessar o País, **se** ações livres de injunções políticas não forem encetadas. Por ironia, para cada ano de independência, o País tem hoje 1 milhão de habitantes. O otimismo do presidente é compreensível. **Afinal**, o projeto do PT, seu partido, é manter-se no governo, a partir de 2007, **e** levar o Brasil ao seleto grupo dos países desenvolvidos – ser a sexta economia do mundo é o que Lula sonha para o Brasil. Sabe-se que a indústria nacional está no limite de produção. **Portanto**, cuidado com a qualidade do andar.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22898, Belo Horizonte, 07 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 62

Desafio dos transgênicos

O governo federal deve decidir esta semana o que fazer para permitir o uso dos grãos geneticamente modificados (GGM). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não fatar o projeto da Lei de Biossegurança, enquanto as entidades da agricultura esperam a autorização para plantar soja, a partir de outubro. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e o relator do

projeto, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), têm pouco tempo para elaborar o parecer final, que passará pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição e Justiça (CJ).

O fatiamento foi vetado, **porque** técnicos legislativos disseram que os artigos 65 da Constituição Federal e 302 do Regimento Interno do Senado Federal não permitem a votação fatiada (partes) do projeto. O mais curioso **é que** todos sabem que a soja transgênica é plantada em todo o País, **marcadamente** no Rio Grande do Sul. As sementes foram contrabandeadas da Argentina há sete anos. Sabe-se **até** o nome do primeiro fazendeiro que plantou GGM e, **mais ainda**, que o governo não tem como fiscalizar ou impedir a entrada das sementes.

O senador Suassuna e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), discutiram a possibilidade de aprovar o projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), integrante da Bancada Ruralista, que estabelece regras para o plantio de grãos transgênicos. Mercadante está com o projeto desde julho. Lula justifica que não edita nova MP, **porque** o País exige uma solução definitiva do problema. Enquanto alguns dirigentes rurais defendem o grão geneticamente modificado, outros alegam que o Brasil pode produzir mais, **mas** acaba perdendo mercados, **pois** a União Européia não libera a importação de transgênicos.

A solução não será fácil, **mas** deverá ser definida nesta semana, durante o novo esforço concentrado nos dias 14, 15 e 16. **Mas**, antes, os senadores deverão votar outras propostas importantes e as medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta, **além da** legislação das parcerias público-privada (PPPs), **agora** mais palatável à oposição, **pois** o Planalto acatou algumas emendas do senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE). Serão votados **também** 165 destaques da reforma do Judiciário. Vale lembrar que a Câmara dos Deputados **ainda** precisa votar mais uma vez a nova Lei de Biossegurança, **uma vez que** o projeto sofreu alterações com emendas aprovadas pelos senadores. **Se** o Congresso não votar essa lei, restará ao presidente Lula dar o dito por não dito e assinar a nova MP.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22903, Belo Horizonte, 12 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 63

A questão da informática

O futuro do Brasil depende da aprovação das medidas modernizantes pelo Congresso Nacional, com destaque para a nova Lei de Informática, que figura na pauta do esforço concentrado de amanhã a quinta-feira. Minas Gerais tem especial interesse na manutenção dos subsídios e incentivos para o setor e, neste caso, todos os partidos devem unir forças para enfrentar o forte lobby de grupos que dominam a Zona Franca de Manaus. O vulto do consumo interno de tecnologias digitais mostra que o setor está praticamente fechado para as empresas nacionais. **Só** com importações de circuitos integrados o Brasil gastou US\$ 1,5 bilhão no ano passado, registrando aumento de 18,1% sobre as importações de 2002. O pior **é que** as exportações baixaram de US\$ 72 milhões, em 2002, para US\$ 32 milhões em 2003.

O maior obstáculo à modernização da indústria eletrônica é a deficitária oferta de componentes semicondutores. O déficit nacional desse componente foi de US\$ 1,4 bilhão em 2003. Toda a base industrial da manufatura eletrônica sofreu o impacto da abertura da economia operada pelo governo FHC. O País sofreu profunda desnacionalização, gerando sério problema para o fornecimento de peças e reduzindo o número de fornecedores do parque eletrônico. Hoje, existe **apenas** um fabricante de ciclos completos e circuitos integrados. Atualmente, o setor atua **só** com chips para aparelhos domésticos (televisores, rádios, máquinas de lavar etc.). **E** é cada vez maior a importação de placas de circuito impresso e componentes discretos. O Brasil tem

urgência de uma política para incentivar a produção nacional. Uma fábrica de chips fica em torno de US\$ 1 bilhão e não se tem conhecimento de investidores dispostos a bancar o projeto. **Daí** a importância da união das bancadas mineiras no Congresso para destacar subsídios, incentivos e redução de tributos.

O desenvolvimento sustentado precisa ser garantido **e**, neste caso, avulta a importância das parcerias público-privadas (PPPs). O governo deveria ter aplicado **pelo menos** US\$ 15 bilhões em obras de infra-estrutura em 2003, **mas** gastou **apenas** 43% do total estimado. É preciso lembrar que, sempre que o crescimento econômico sai do patamar de 3,5% e chega a 5%, US\$ 20 bilhões devem ser direcionados em obras de modernização de transporte, saneamento, energia e adequação dos portos marítimos. Eis por que, na semana passada, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, **mesmo** batendo com a posição do colega da Fazenda, Antônio Pallocci, pediu a ampliação dos investimentos dos atuais 0,75% para 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para a área de infra-estrutura.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22904, Belo Horizonte, 13 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 64

Discordâncias palacianas

Consagrado como um dos homens fortes do chamado “núcleo duro” do governo – ao lado dos colegas Antonio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Comunicação de Governo), e Luiz Soares Dulci (Secretaria-Geral) –, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, tem afirmado que, pela área de competência que lhe é atribuída, não pode opinar sobre a política econômica ortodoxa adotada pelo Palácio do Planalto. **Entretanto**, economia fala tão de perto a cada brasileiro que não há como permanecer indiferente à discussão. Foi o que aconteceu ontem, quando José Dirceu discursou no seminário “Desafios da Economia Brasileira”, na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Deixou claro que ficaria restrito à formalidade e que faria um pronunciamento “bem-comportado”, **mas** que estava disposto a fazer uma observação “não tão comportada”.

Dirceu comentou que suas críticas à política econômica na segunda-feira da semana passada, no Fórum de Economia da mesma FGV, foram interpretadas como uma contestação à política macroeconômica **e** que envolvia uma disputa com o ministro da Fazenda. Na oportunidade, José Dirceu chegou a dizer que não era um “robô” e que, tendo opiniões próprias, tinha o dever de expressá-las, **mas** sem intuito de impor seu ponto de vista à condução econômica.

A verdade **é que** dados liberados pelos departamentos de estudos das entidades do empresariado registram o “bom comportamento” da macroeconomia, **como** o prova o menor nível do risco-país, desde o fim de janeiro. **Mesmo assim** o ministro da Casa Civil voltou a fazer observações, **como** no dia de ontem, a respeito da manutenção da taxa de juros reais – juros nominais menos a inflação – em 10,5% ao ano. Vá lá que o ideal seria uma taxa não de 6%, **como** sugeriu, **mas** até menos, entre 3% e 4%. **Aí**, sim, um patamar que poderia deslanchar a economia e movimentar de 7% a 8% o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Por falar nisso, quem acompanha o “fogo amigo”, dentro do Planalto, sabe que esta é a opinião de José Dirceu, com a qual, evidentemente, não concordam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central – os três **mais do que** “blindados”. A política monetária **ainda** vai continuar na berlinda, **mas** o próprio Dirceu sabe que o BC trabalha em torno da meta fixada pelo Ministério da Fazenda, com sanção do presidente da República. **Nem** foi sem razão que Dirceu disse que “não adianta reclamar”, **mas** acha natural e saudável que “o País discuta as políticas em andamento”. A própria Conferência das Nações

Unidas para Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) reafirmou esta semana apoio ao regime de eliminação do câmbio fixo e sugere financiamento externo mediante a atração de capitais financeiros.

Certo **é que** a economia brasileira está precisando de uma retaguarda mais harmônica, **especialmente** na esfera de governo, onde as vozes deveriam ser uníssonas. O País tem pressa para engatar o verdadeiro desenvolvimento sustentável. Divergências **só** prejudicam.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22912, Belo Horizonte, 21 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 65

Uma proposta de crescimento

Com uma astronômica dívida interna, estimada em R\$ 1 trilhão, o momento é importante para uma definição dos rumos que vai tomar a economia brasileira. Todos sabem que o superávit primário consome grande parcela do que é arrecadado, a fim de cumprir as metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). **E já** é tempo de sair da palavra para a ação efetiva, **como** acaba de reclamar o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, que solicitou a apresentação de projetos pelo empresariado.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as grandes empresas definiram, até julho, investimentos da ordem de US\$ 56,4 bilhões, com destaque para empreendimentos no Sudeste, com US\$ 9,7 bilhões em São Paulo, US\$ 6,8 bilhões no Rio de Janeiro e US\$ 5,5 bilhões em Minas Gerais. Não se informa sobre a duração dos projetos e a liberação de recursos. Os maiores investimentos foram anunciados pela Petrobras, CVRD, Bahia Sul Celulose, Embraer, Volkswagen e Veracel Celulose.

Se dependesse de analistas estrangeiros, **como** o brasileiro Albert Fishlow, o Brasil não deve insistir **só** na meta das exportações e terá de cumprir um vasto programa para expansão da economia interna. **Mais do que isso, conforme** disse no Seminário Comércio Internacional e Desenvolvimento, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil terá de trabalhar com déficit em conta corrente entre 1,5% e 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Fishlow, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos e do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Columbia (EUA), falando perante conceituados economistas e pesquisadores do País, disse que o governo brasileiro precisa flexibilizar o ciclo de exportações crescentes e fixar a meta máxima de crescimento anual de 10% da pauta externa. **E** justifica sua tese: o Brasil deve reduzir, com urgência, sua dependência, em face da demanda global, e cuidar do mercado interno. Uma posição que tem forte apoio em setores do governo petista. O próprio presidente da República reiterou anteontem, na Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, que o FMI e o Banco Mundial foram criados, na década de 40 do século passado, para ajudar na busca de soluções, **mas**, com muito rigor, acabam criando mais problemas. **Como** a rigidez fiscal que acaba travando o crescimento.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22914, Belo Horizonte, 23 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 66

A ordem é investir

Com proposta de criar uma “autoridade produtiva”, a fim de defender a indústria e os produtores, **pois só** existe “a autoridade monetária” no Brasil, o novo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, acaba de assumir o cargo exatamente no momento em que o governo vai anunciar o programa “Invista-já”. A proposta é estimular o

investimento privado com fortes argumentos: duas medidas de desoneração tributária, com redução, de quatro para dois anos, do tempo-limite para devolução dos créditos do PIS-Cofins, na aquisição de equipamentos, e o corte, pela metade, do tempo de compensação da depreciação de bens de capital, na base tributária do Imposto de Renda. Assessores do Palácio do Planalto afirmam que essas duas medidas resultarão no “alívio” de R\$ 1,7 bilhão nas receitas federais, em favor dos investidores.

A falta de investimentos nesta altura **já** não tem qualquer sentido, **pois** é cada vez maior o entrosamento do governo Lula com as forças do mercado, **e** hoje ninguém discute que o PT arquivou as medidas radicais e intervencionistas de sua velha cartilha de 24 anos. Posição que será reforçada, quando se abrirem as urnas de domingo próximo, **pois** analistas conceituados apostam no crescimento da legenda governista, que deverá ultrapassar, de longe, a estimativa de 400 prefeituras (entre elas muitas capitais e cidades de grande e médio portes), contra as atuais 200, que formam o rol de domínio da sigla petista. Veja-se, **por exemplo**, que a administração atual fez o que nenhum governo teve coragem de fazer: mandou cortar os dias parados dos trabalhadores em greve dos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

As duas medidas que constam do “Invista-já” (redução de R\$ 1,2 bilhão de perdas por ano em receitas federais e depreciação de R\$ 500 milhões dos bens de capital da base do IR) foram incluídas por sugestão da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O governo cedeu **e só** faz uma exigência: **agora**, os empresários podem investir pesadamente, **porque** “é disso que o Brasil precisa”, **segundo** o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Os dirigentes da representação produtiva reclamam que **ainda** não conseguiram tudo o que queriam, **mas** o programa a ser anunciado pelo presidente Lula representa uma redução significativa de carga tributária. **Mais, certamente**, não dá para fazer. Nesse caso, estaríamos voltando aos tempos do “milagre econômico” dos anos 70 (governo Garrastazu Médici), quando o governo dava **até mais do que** podia aos investidores.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22920, Belo Horizonte, 29 set. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 67

Voto e poder

Hoje é dia de votar. Significativamente, a data marca o 74º aniversário da eclosão da Revolução de 30, quando mineiros, gaúchos e paraibanos se aliaram contra a prepotência de Washington Luís. O levante teve origem no Movimento Tenentista (1922), no fim da presidência Epitácio Pessoa (1922), com a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, que notabilizou o brigadeiro Eduardo Gomes, a Revolução de 24, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, e a Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes, depois marcada pela pregação marxista como Coluna Prestes. **Então** se acentuava que o Brasil queria uma democracia moderna, à semelhança da que se praticava na América do Norte e na Europa, sob as bênçãos da Declaração Americana de Independência e da Revolução Francesa.

A proclamação da República (1889) não trouxe a sonhada democracia, **pois** o poder ficou sob controle dos barões do café e oligarquias estaduais dos velhos coronéis, que dividiam entre si a vez de governar o País, nos termos do famoso acordo de Taubaté, que instituíra a política do café-com-leite, **isto é**, cada mandato ficava **ora** com Minas, **ora** com São Paulo. Tivemos, **portanto**, uma falsa democracia de fantasia, assaltada por ditaduras apoiadas e/ou feitas por militares, **como** a do Estado Novo de Vargas (1937-1945) e o ciclo dos generais (Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo), iniciado com o golpe de 1964 e encerrado com a promulgação da Constituição de 1988. Uma caminhada que nos

custou anos de torturas, banimentos, execuções sumárias e desaparecimento de milhares de pessoas.

A campanha, que culmina hoje com a ida às urnas de 119.821.569 eleitores (só não o fazem os alistados no Distrito Federal e os residentes no exterior), mostra que a nação padece de mecanismos para que o eleitor não seja importante **apenas** na hora de usar a urna eletrônica. **Infelizmente**, a democracia **ainda** não descobriu a fórmula de tornar o eleitor capaz de impedir que políticos corruptos ou incompetentes causem danos ao Erário e aos costumes políticos.

Na verdade, a missão do eleitor, tão decantada desde os tempos das revoluções do século XIX na América e na França, termina na hora do voto. **E** só voltará a se manifestar quando tiver de eleger os futuros governantes. É pouco. **Mas, pelo menos**, o voto direto e universal tem uma virtude: garante ao povo que os maus governantes não serão eternos, **porque** a Carta Magna determina que os mandatos – no Brasil, quatro anos – sejam temporários e aureolados pela alternância no poder.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22924, Belo Horizonte, 03 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 68

Constituição e cidadania

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a chamada Constituição Cidadã do então presidente da Assembléia Nacional Constituinte (1986), Ulysses Guimarães, completou ontem 16 anos. Seu ideário: marcar uma ruptura com a “ordem jurídica” do regime ditatorial instaurado em 1964. A nova Carta Magna foi reclamada **mesmo** na vigência dos atos institucionais nº 1 (abril de 1965) e nº 5 (dezembro de 1968). Há um ano, o ex-constituente e hoje presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, revelou que dois artigos foram nela incluídos sem votação, um **ainda** incógnito, e o outro, o dogma liberal da tripartição de poderes. Temos, **portanto**, uma Constituição que chega aos 16 anos com 44 emendas e carregada de dívidas com a população. Vale registrar que **pelo menos** ela ampliou direitos políticos, permitindo o voto dos analfabetos e dos jovens a partir dos 16 anos.

O problema da Constituição no Brasil tem raízes na sua gênese. O professor de direito e ex-consultor-geral da República Ronaldo Rebello de Britto Poletti lembra: “Santo Tomás escreveu que um pequeno defeito no começo pode transformar-se em um grande equívoco no final”. No caso, foram erros consagrados pela acordos bem costurados entre as elites e os grupos que sustentaram o regime autoritário durante **mais de** 220 anos. Constituinte **só** pode ser exclusiva, **conforme** salienta Pontes de Miranda, **isto é**, ser eleita **apenas** para elaboração da Carta Magna, **uma vez que** o poder constituinte é originário do povo **e só** o povo tem poder constituinte para conferir legitimidade a um projeto de sociedade.

Por mais bem elaborada que seja, uma Constituição não produz o milagre de promover a distribuição de renda e consagrar o regime da justiça social. Ela deve representar os anseios gerais e permitir a manifestação do povo, **não apenas** pelo voto no dia de eleição, **mas** no amplo espectro de afirmação da cidadania. O mal ficou lá na raiz, quando o imperador dom Pedro I dissolveu a Constituinte e outorgou a primeira Constituição, em 1823. Nunca é boa uma lei quando imposta pelo poder discricionário de um só ou de um grupo de iluminados. Naquele evento histórico, **como** em 1891, 1934, 1946, 1967, 1988, não houve ruptura com a ordem anterior. A Constituinte não criou o Congresso, **mas** este é que assumiu o poder constituinte, através de decreto presidencial. **E justamente** o Congresso eleito por meio de eleições majoritárias dos governadores dos estados (1986) – com a Federação, **portanto**, íntegra – realizadas em clima de um pretenso plano econômico salvador – o Cruzado do governo Sarney.

Uma Lei Maior há de ser a ferramenta revolucionária para a transformação social, com fundamento em idéias comprometidas com um ideário preambular. **Como** em Portugal, na Revolução dos Cravos, após quase meio século de ditadura salazarista. Dezesesseis anos depois, a Carta de 1988 merece renascer sob o pátio do poder constituinte do povo.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22927, Belo Horizonte, 06 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 69

Turismo promissor

O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, acaba de lançar um programa desafiador: receber milhões de turistas estrangeiros e elevar o faturamento anual a US\$ 8 bilhões, até 2007. Para se ter uma idéia do ambicioso projeto, basta dizer que, em 2003, o turismo nacional faturou **apenas** US\$ 3,4 bilhões com desembarque de 4,1 milhões de estrangeiros, **segundo** dados oficiais fornecidos pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

A primeira constatação **é que**, na realidade, o potencial turístico do Brasil – com território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e milhares de praias na imensa costa atlântica – está subaproveitado **e** é urgente sair em busca de visitantes. O País é detentor de enorme variedade de ecossistemas, com belezas naturais intocadas. Nossa cultura nos centros urbanos tem personalidade própria e a infra-estrutura dispõe de postos avançados.

Só cabe indagar aos governantes: **se** o turismo é um dos seis pólos mais importantes da economia internacional, ao lado das indústrias de armamento, automobilismo, petróleo, informática e o agronegócio, por que se consente que o Brasil esteja figurando como uma das últimas preferências turísticas do mundo? Por que não seguir o exemplo da Espanha, que, em **pouco mais de** 30 anos, passou a figurar entre os três maiores do turismo mundial, ao lado da França e Estados Unidos?

Com tantas atrações naturais, o Brasil responde **apenas** por 0,53% das chegadas de viajantes do exterior, de acordo com o último relatório da Organização Mundial de Turismo (OMT). Claro que não se cuida do setor com seriedade. O Brasil conta com um pomposo Plano Nacional de Turismo (PNT), **mas** o governo não libera recursos para financiamento de novos investimentos, **nem** faz promoção adequada nos países do Primeiro Mundo, que respondem por **quase** 80% da riqueza mundial.

Segundo afirma Firmin Antônio, membro do Fórum de Líderes Empresariais, que atua numa empresa transnacional de turismo, há no Brasil evidente falta de coerência entre o discurso e a prática. **Ainda bem que** o ministro Walfrido Mares Guia considera o turismo como base estratégica de desenvolvimento e deve ser apoiado em sua pretensão. O turismo é **universalmente** reconhecido **como o maior** impulsor do crescimento econômico.

Para os especialistas da OMT, a atividade tem lugar para pequenos, médios e grandes investidores, **pois** movimenta 523 segmentos da economia. É dentro dessa linha que o presidente da República deve acatar a proposta de Mares Guia, com adoção de um moderno programa de atração de turistas do exterior. **Mas**, ao mesmo tempo, é importante um reestudo do programa nacional de férias, que, como se sabe, fica concentrado nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, bem como criar incentivos para aumentar o turismo doméstico.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22932, Belo Horizonte, 11 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 70

Desertificação ameaçadora

Do Nordeste ressequido, com milhões de brasileiros que lutam para conseguir um balde de água potável, todos têm conhecimento. O drama é antigo **como** o Brasil, e dele temos o retrato que Euclides da Cunha pintou no livro imortal Os Sertões, entre a narrativa da epopéia de Canudos. **E** se sabe que boa parte dos moradores da maior cidade da América Latina, São Paulo, **já** sofre com o problema da falta de água.

Mais do que a estrondosa dívida pública, à beira de somar R\$ 1 trilhão, o Brasil tem um rol de outros problemas: a seca – que não está restrita ao Nordeste, **tanto que** já flagela grande parcela do território mineiro, **como** os vales do Jequitinhonha e Mucuri e a região Norte do Estado – e a desertificação.

O caso de Minas está a merecer mais atenção. **Só** na região Norte, **conforme** reportagem publicada por este jornal, 1,6 mil cursos d'água – nascentes, minas, córregos, rios e lagoas – **já** sumiram do mapa. Pelo que disse recentemente o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, 771 dos **mais de** 1 mil municípios do País com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH), estão sob ameaça de virar deserto.

Na verdade, o quadro é mais grave. O Censo Demográfico de 2000 apurou que **apenas** 21% dos municípios em regiões semi-áridas têm rede de água e serviços de saneamento básico e coleta de esgoto. A média nacional é de 47%. **E** no meio rural, o problema é de gerar revolta: não **mais de** 0,8% das habitações (cafuzas, casas de pau-a-pique, casebres de adobe cobertos de sapé e palhoças) estão servidas por coletoras de esgoto. No quadro nacional, nas cidades, **apenas** 60% das moradias residenciais contam com esgoto sanitário, o que dá a soma de 1,6 milhão de unidades habitacionais.

Pode-se concluir, **portanto**, que o governo que enfrentar com seriedade o problema da água ficará gravado na história brasileira. A água é um bem público **e já** existe marco regulatório (Lei 9.433/1997). Nela está escrito que, em caso de calamidade – situação em que se encontram 2 mil municípios **e mais de** 32 milhões de pessoas –, a prioridade é para o uso humano e dos animais. O Brasil necessita **mais do que** a transposição das águas do rio São Francisco. Resta saber **se** o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, lançado em agosto passado, é **mesmo** para valer.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22935, Belo Horizonte, 14 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 71

Congresso paralisado

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), considera muito natural que neste período, entre o primeiro e o segundo turno das eleições municipais, o funcionamento da Casa seja precário. **Mesmo assim**, com invejável confiança, aposta, depois de conversar com vários líderes partidários, em votações para a semana que vem. É um momento em que **mais de** quatro dezenas de prefeituras estão sendo disputadas, algumas com considerável peso eleitoral.

O parlamentar paulista defende o marasmo reinante na Câmara dos Deputados, sob alegação de que são prefeituras importantes, cidades com **mais de** 200 mil eleitores, localizadas em áreas de grandes aglomerados populacionais, em vários estados, o que, **segundo** ele, acaba envolvendo deputados federais e senadores. É de se ressaltar que, nos últimos 60 dias, nenhum projeto obteve aprovação nas duas casas do Congresso Nacional. O que não é de se estranhar,

pois uma pesquisa recente mostrou que **quase** 90% dos projetos aprovados são de iniciativa do Palácio do Planalto.

Justificativas à parte, até a próxima semana, 19 medidas provisórias continuarão trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Para a próxima semana, estão previstas várias reuniões dos líderes da base governista com os dos demais partidos com representação na Casa, para identificar os problemas existentes em cada bancada e tentar superá-los, o que possibilitaria o reinício das votações.

Como outubro **já** não conta mais para qualquer tipo de aglutinação plenária em Brasília, **tanto** na Câmara **quanto** no Senado Federal, restam alguns dias de novembro para o Congresso Nacional votar os projetos dos quais o País tanto depende para deslanchar o seu processo de desenvolvimento, **especialmente** o das parcerias público-privadas (PPPs) e as reformas tributária, do Judiciário e Lei das Falências.

O governo está jogando tudo nas PPPs, **pois só** com ela o setor de infra-estrutura terá os recursos necessários para atender às demandas exigidas por um crescimento industrial mais vigoroso. Passadas as eleições, sem um esforço realmente concentrado, Câmara e Senado, repetindo o comum em fins de ano, recorrerão fatalmente às esdrúxulas sessões extraordinárias, geralmente convocadas pelo Executivo, com alto custo para os **já** sofridos cofres públicos. Vale lembrar que as extraordinárias de fevereiro deste ano funcionaram precariamente e nada foi aprovado, resultando **somente** em desgaste para o **já** desacreditado Legislativo federal.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22936, Belo Horizonte, 15 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 72

A questão dos transgênicos

Depois de repetir, mais de uma vez, que não assinaria medida provisória para facilitar o início do plantio da safra de 2004-2005 de soja transgênica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetivou o ato. **Até** parece que ninguém sabe que há mais de seis anos os sojicultores estão adquirindo sementes modificadas nas fronteiras do País, em especial os gaúchos. O texto da medida provisória é simples, a fim de não colidir com a Lei de Biossegurança, que **ainda** depende de votação na Câmara dos Deputados, para **só então** ir à sanção presidencial.

Foi a terceira vez em **menos de** dois anos que se recorre a esse mecanismo para liberar a venda de soja modificada e permitir o plantio da safra. O que se constata, **portanto, é que**, no embate entre o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues (abertamente a favor), e a sua colega do Meio Ambiente, Marina Silva (explicitamente contra), o primeiro acabou vitorioso, sem se discutir realmente **se** a soja transgênica é 100% segura para a saúde humana **e se** exerce alguma influência negativa, ecologicamente. A dúvida **nem** é cabível, **pois** todo mundo sabe – **até** o mais humilde lavrador no Alto Amazonas – que a monocultura é prejudicial ao meio ambiente e pode comprometer a própria natureza.

O problema foi resolvido temporariamente – mal resolvido, diga-se de passagem –, **mas** nada indica que se chegou ao fim o longo debate que vem sendo deixado de lado, por altos interesses das multinacionais das sementes e do agrotóxico. Um ministro (não identificado) do Supremo Tribunal Federal (STF) disse que não se pode reclamar da demora de uma decisão judicial. **E** acusa a Justiça de autismo, quando analisa o caso. Deu como exemplo a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF): os desembargadores reconheceram a competência da CNTbio para liberar o plantio dos transgênicos da linha Roundup Ready (favorável à Monsanto). **Mas** os mesmos desembargadores mantiveram a proibição da soja da multinacional. Uma questão que não podia demorar **tanto** acabou confundindo o meio rural. Parcela ponderável teme que o Brasil

pode perder mercado na União Européia, que historicamente não permite a comercialização de grãos geneticamente modificados em sua jurisdição e insistem que o Brasil deve manter o plantio tradicional. **Agora**, vão exigir que a soja transgênica seja identificada com embalagem especial, com advertência em letras garrafais, para não ser confundida com a natural. Quem sabe dos métodos aplicados nesse mercado altamente competitivo pode imaginar que não será difícil contaminar plantações tradicionais. **Se** é público que há contrabando de sementes, tudo o mais é livre, **lamentavelmente**. A previsão **é que** a produção de soja, com o reforço das sementes modificadas, será de 65 milhões de sacas na safra a ser colhida em 2005.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22939, Belo Horizonte, 18 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 73

Descaminhos da saúde

O País está envolvido na discussão da crise da saúde, **mas** solução **mesmo** nunca aparece. Ouvem-se reclamos enfatizando que **até** os hospitais de alto padrão estão em crise, gerando insatisfação dos envolvidos, sejam eles usuários, mantenedoras, profissionais de medicina e governo. **Infelizmente**, não se vislumbra uma solução para os brasileiros de baixa renda e os 50 milhões de carentes cadastrados pelo programa Fome Zero. O que se sabe **é que** o sistema de saúde privado gira mais de R\$ 25 bilhões anuais, com cerca de 33 milhões de usuários (19% da população do País). **Mas** os próprios reclamam que seus contratos (feitos no regime da Lei 9.656/1998) sofreram aumentos exagerados.

Diante do impasse, há que descobrir novos caminhos e reiniciar a discussão de uma política pública de saúde nos termos estabelecidos pela Constituição de 1988: “Saúde é direito de todos e dever do estado”, que não pode ser entregue ao mercado. Ninguém contesta que ele **só** opera com desenvoltura e eficiência quando auferir remuneração justa do capital aplicado. **Mas** como deixar ao abandono milhões de assalariados de baixa renda, desempregados e carentes? O objetivo a ser atingido é o governo (União estados e municípios) adotar um plano nacional de saúde à altura das necessidades do povo.

Se na área restrita das operadoras do setor privado existem dificuldades, o que se pode dizer de **mais de** 100 milhões de pessoas que dependem do serviço médico-hospitalar da rede pública? No caso das empresas que exploram o pré-pagamento, a saída será o sistema de correções diferenciadas, com uma política de reajuste individualizado, o que será bom para o mercado e os consumidores. O presidente da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, pondera que é um sistema para evitar problemas **como** os deste ano, quando algumas mensalidades subiram até 81%.

A ANS pretende resolver logo a questão. Fica patente que, no caso da rede pública de saúde, o País **ainda** está no tempo da esperança. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) esbarra na resposta sempre usada no jargão neoliberal: não há recursos disponíveis. Desse jeito, o texto constitucional vai acabar sendo letra morta. **E justamente** no governo do partido que dele mais se serviu em sua vintenária pregação sindical/eleitoral **até** chegar ao poder.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22949, Belo Horizonte, 28 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 74

A reforma encalhada

A reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) parece ter encontrado uma solução para acabar com a guerra fiscal reaberta há três meses. Trata-se de aprovar um

convênio único, entre estados e União, **mas** os atuais programas de incentivos serão mantidos até 2014. Não se sabe **se** efetivamente haverá unificação da tabela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O texto final será discutido no próximo encontro do Confaz, em São Paulo, entre 8 e 12 de novembro, com participação dos secretários da Fazenda de todos os estados. **Já** é tempo de desencalhar essa reforma.

Como o governo Lula adotou a política econômica ortodoxa deixada pelo governo Fernando Henrique Cardoso – **até porque** não existe outra para ser aplicada, **conforme** disse a economista oficial das esquerdas, Maria da Conceição Tavares –, pode-se dizer que a reforma tributária e fiscal para valer não sairá do Congresso Nacional este ano. Tudo fica para depois, enquanto a equipe econômica, com novos nomes, **mas** todos na mesma linha do mercado, se encarrega de bater recordes de arrecadação e vai fazendo pequenos ajustes, o que garante todo o poder ao governo central.

Na verdade, o cerne da questão foi trazido a público desde o início da gestão do PT: o sistema tributário do País está concentrado nas mãos do governo federal. Uma férrea concentração que foi explicitada pelo governador Aécio Neves: **mais de** 70% de todos os tributos, taxas e contribuições arrecadados ficam com a União, sobrando **pouco mais de** 20% para estados e municípios.

A conseqüência é esta que se lê nos jornais desta semana: **mais de** 60% dos 5.561 municípios brasileiros sobrevivem com transferências e repasses do Tesouro nacional e dos cofres estaduais, sendo que **mais de** 2,5 mil pequenas comunas não conseguem arrecadar o suficiente para honrar as despesas com o funcionamento das prefeituras e respectivas câmaras municipais. A penúria dos municípios pode ser evidenciada pela miséria da verba liberada pelo Planalto para as escolas da rede pública: **apenas** R\$ 166 por aluno/ano, o que significa a ridícula verba de R\$ 0,15 por uma merenda. O presidente Lula reclamou, **e** com razão: o que se pode comprar com a ridícula quantia? Sequer um pãozinho de 50 gramas.

Isto posto, há que indagar a quem de direito: que reforma é esta que, sai governo, entra governo, fala-se em mudanças, **mas** que não são aprovadas, **e**, no final, tudo continua igual, **ou** como dizia o poeta Carlos Drummond de Andrade, tudo e nada são. Lembre-se de que até hoje não foi possível acertar os ponteiros para criar o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que **já** conta com R\$ 2 bilhões.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22950, Belo Horizonte, 29 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 75

Justiça com os inativos

Mais uma rodada de negociação se reiniciou entre o governo federal e as entidades que representam os aposentados. É a **já** cansativa pendência que corrige os benefícios de quase 2 milhões de inativos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Primeiro, vale registrar que o governo do PT continua mal nas relações com os idosos: **apenas** 11% do total de 1,8 milhão de aposentados aceitaram receber o acordo.

Também pudera! Será justo exigir de velhos aposentados, nossos pais e avós, depois de 30, 40 anos de labuta, a maioria dos quais recebendo em média R\$ 400 por mês, o recebimento das diferenças ao longo de oito anos? Talvez fosse recomendável fazer comparações, **por exemplo**, entre o tratamento dado a pleitos mais caros, **porém**, menos dramáticos, **e** o que se está fazendo com os idosos.

O tempo passa, os governos mudam, **mas** o tempo não é assim **tão** grande para apagar a memória. Quando o governo Fernando Henrique Cardoso apresentou a Medida Provisória

propondo “o maior acordo do mundo”, o PT e seu líder Luiz Inácio Lula da Silva chamaram a proposta de “ignominiosa” e cumpriram o que então consideravam seu dever: votaram contra.

Agora, no governo, usam dois itens amargos: longo prazo para quitar as diferenças devidas aos inativos e cortes inexplicáveis e injustos das quantias a que os aposentados têm direito. **E** negócio naquela base: quem não receber que procure a Justiça. Ninguém melhor do que o líder dos aposentados, João Batista Inocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados (SNA), para responder: “Somos velhos acima de 65 anos, nosso medo tem nome: querem pagar depois da nossa morte”. Que acordo é este que impõe tudo sobre o credor e nada se aplica ao devedor?

Justamente indignados com a longa negociação, por meio do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), os idosos enviaram à Corte Interamericana de Justiça da Organização dos Estados Americanos (OEA) denúncia contra o governo brasileiro, com base no Pacto de São José (Costa Rica). Outra denúncia será encaminhada à Organização Internacional do Trabalho (OIT), na mesma linha da que antigos dirigentes sindicais, em 1984, com assinatura do então líder sindical Lula, pediam a condenação do governo militar que restringiu direitos trabalhistas no Brasil.

Negociar é preciso, todos sabem, **mas** um acordo **só** é bom quando agrada aos dois lados. É **por isso** que vale a pena insistir na negociação, cada qual cedendo no que for justo. Uma sociedade será sempre madrasta quando trata crianças e idosos como descartáveis. O presidente **já** passou duros momentos na vida, verá que é hora de corrigir a injustiça praticada contra os aposentados.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22952, Belo Horizonte, 31 out. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 76

Compromisso com a terra

A reativação das discussões sobre o Protocolo de Kyoto é notícia auspiciosa para os defensores do meio ambiente. O veto norte-americano vai continuar, independentemente de ser George W. Bush ou John Kerry futuro ocupante da Casa Branca no período de 2005 a 2008, **mas** o tratado **já** pode ser aprovado, dependendo **apenas** da anunciada assinatura do presidente da Rússia Vladimir Putin.

No Brasil, estão em vigor dois instrumentos decisivos para a preservação da natureza: a Lei 9.605, de 12/2/1998, e o Decreto 3.179, de 21/9/1999. Com eles, o governo Lula mandou publicar uma bonita cartilha sob o título Lei da Vida – As leis dos crimes ambientais, sob a égide do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Velhos juristas sempre disseram que as leis no Brasil são como vacinas. Uma pegam, outras não. **Mas** não é por falta de legislação adequada **e**, sim, de aplicação dela contra os assassinos de florestas, poluidores das águas e da atmosfera e exploradores da agricultura sem controle, que a Amazônia está sendo dizimada. A mão pesada da polícia ou do Judiciário se exercita **apenas** contra os micros agricultores familiares. Como há legislação consolidada, penas uniformizadas e infrações claramente definidas, só falta a polícia, para fiscalizar, e promotores e juízes, para cumprirem o ritual processualístico, para dizer quem é culpado.

As leis e os responsáveis por sua aplicação devem ser ferramentas da cidadania, desde que haja Justiça articulada em cada município. O aparato legal e as campanhas de defesa do meio ambiente serão letra morta, **se** não houver efetivo trabalho de preservação das terras, matas e

águas que, **segundo** o compromisso da Carta das Nações Unidas (ONU), temos o dever de transmitir às novas gerações.

Uma outra linha para analisar a questão amazônica é a de eminentes personalidades do mundo acadêmico, **como** o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, que, na mesma postura de militares nacionalistas, acreditam que, ao lado de medidas de preservação, o Brasil precisa preparar-se para repelir interferências e invasões ao território nacional. É a tese que Moniz Bandeira defende em sua nova obra *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos – De Collor a Lula*.

A oficialização da adesão russa ao protocolo é o tipo de evento que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva gosta de dinamizar com sua proposta de mundializar programas que tocam a sensibilidade de determinadas castas acadêmicas. Não que a ecologia seja prioritária para quem não participa do festim do consumo, **como** os milhões de brasileiros de baixa renda e carentes. **Mas** porque é uma campanha de profundo interesse da humanidade.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22953, Belo Horizonte, 1º nov. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 77

Pacto pelo crescimento

Será um equívoco **se** o governo permitir a antecipação das articulações com vistas à sucessão presidencial. O segundo turno das eleições municipais revelou a maturidade do eleitorado, que soube modular um quadro político mais condizente com a situação da vida nossa realidade. Aceita-se que, diante dos resultados conhecidos, o partido oficial tenha de realinhar sua maneira de conduzir a política do governo. Não somente em termos eleitorais, **mas** principalmente quanto ao conteúdo das respostas que está devendo às demandas sociais.

Evidente que um partido nasce, cresce e vive em função da conquista do poder. **Mas** esse exercício tem de ser pendular, com avanços e recuos estratégicos, **pois** o que caracteriza um partido orgânico, como os dirigentes petistas propagam ser o PT, é **justamente** a condição de intérprete da realidade nacional.

Os números finais das urnas (dois turnos) mostram que PSDB e PFL (oposição) somam 41.167.007 votos, com potencial para lançar uma chapa competitiva. Seja como for, o PT (que computou 17.028.335 votos) e seus aliados **também** agregam força equivalente para defender a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **E** há condições de mobilização de uma terceira força, **se** o PMDB (16.869.157) resolver vestir a camisa, libertar-se do fisiologismo que informa parcelas de grupos internos e buscar aliança com outros partidos.

O momento crucial que vive o País, **entretanto**, deve pesar nos próximos passos políticos do Planalto. Crescer é, sem dúvida alguma, a questão magna do País. No interior do próprio PT há vozes que reclamam mudanças na rota partidária, **como** o ministro Tarso Genro. **E** todos pregam a mobilização em prol do crescimento econômico. As urnas indicam que há insatisfação generalizada na grei petista. **E** já se acentua que o PT terá de reconstruir seu projeto. **Embora** o presidente Lula não pretende descartar as medidas ortodoxas adotadas, todos sabem que **já** é tempo de gerar emprego e renda. Todos os esforços devem caminhar no rumo de um pacto social pelo crescimento. **Já** se vê que não é hora de antecipar a corrida presidencial.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22955, Belo Horizonte, 3 nov. 2004. Editoriais, p. 2.)

TEXTO 78**Integração americana**

A reunião do Grupo do Rio, que termina hoje na capital fluminense, é mais um evento da política externa proativa e independente do governo do PT, conduzida pelo chanceler Celso Amorim. **Mesmo** sem pretensão de modificar posições históricas, **como** a dos Estados Unidos com relação ao governo cubano, o presidente brasileiro insiste na inclusão de Cuba nas discussões dos problemas interamericanos. Na mesma linha defendida pelo chanceler San Tiago Dantas, na famosa reunião de Punta Del Leste (Uruguai), em 1962, quando o Brasil (governo João Goulart) vetou a proposta norte-americana de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A declaração final da reunião de hoje tem sido tratada com discrição, **mas** a delegação brasileira advoga inclusão de um texto enfatizando a consolidação do regime democrático, mediante a observância do sistema de cooperação e integração de todos os países-membros. **E** Lula, em nome do Brasil, a inclusão no diálogo do governo de Fidel Castro. Os contenciosos com os EUA e União Européia continuam gerando insatisfação, **pois** até hoje as discussões não têm avançado no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Barreiras comerciais e tarifárias continuam impedindo a entrada de produtos agrícolas nos países adiantados. O Brasil perde **cerca de** US\$ 5 bilhões por ano por causa do protecionismo dos países desenvolvidos. De outro lado, o País discutiu em Buenos Aires a questão da siderurgia, setor em que é bastante competitivo em relação aos EUA. A América Latina comparece com **apenas** 6% da produção mundial de aço, cabendo ao Brasil 3%. Sabe-se, **contudo**, que há grande espaço para aumentar a produção regional, **também** para atender a demanda interna, que deverá crescer muito quando se iniciar os projetos de infra-estrutura anunciados pelo governo brasileiro.

Os participantes do Grupo Rio (excluindo-se os países da América Central) consideram que o Cone Sul precisa fazer campanha unificada em defesa dos interesses da região. **Tanto mais** que a América Latina não constou da plataforma de governo do presidente norte-americano George W. Bush para o período 2005/2008.

(Jornal **Estado de Minas**, nº 22957, Belo Horizonte, 05 nov. 2004. Editoriais, p. 2.)